

RICTS

**REVISTA INTERNACIONAL DE
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

mundis
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

RICTS

REVISTA INTERNACIONAL
DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

2025

≡ ANUÁRIO ≡

≡ 2025 ≡

RICTS

© RICTS

Título: Anuário RICTS 2025

Autor: AA.VV.

Editor: MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura

Coordenação: Levi Leonido

Organizadores: Levi Leonido, João Bartolomeu, Elsa Morgado e Carminda Carvalho

Capa e Contracapa: Levi Leonido

Edição, Design e Execução Gráfica: Levi Leonido

Data da edição: fevereiro de 2026

ISBN: 978-989-36764-1-7

Classificação THEMA - Nível 1: J - Sociedade & ciências sociais

Classificação THEMA - Nível 2: JB - Sociedade & cultura: generalidades

ÍNDICE

CIÊNCIAS

A EDUCAÇÃO NA ROMA ANTIGA: uma análise da sua estrutura, conteúdo e impacto social

Luís Miguel Gomes Costa, João Rodrigues

[6-18]

A MÁQUINA DO TEMPO: simples imaginação e ficção científica ou realidade projetada pela ia (Inteligência Artificial)?

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

[19-38]

TECNOLOGIA

A transformação da rede social Instagram desde a sua criação até aos dias atuais

Romeu Ferreira, Noa Rodrigues, Matilde Pereira, Beatriz Barros, João Rodrigues

[40-53]

A BIOMETRIA COMO PRETEXTO DE FALÊNCIA GLOBAL DA INTERNET – a Sociedade Bárbara

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

[54-74]

SOCIEDADE

A importância do processo de tomada de decisão nas instituições públicas de Malanje

Honório Salvador Pedro Santana, Afonso João Cambongo

[76-99]

A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA: desafios e perspectivas na promoção da livre iniciativa e no combate à concorrência desleal

Antonio Jerónimo Avelino Henrique

[100-120]

Os fundamentos do processo de libertação nacional de Angola

Feliciano Moreira Bastos, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda, Augusto N'tima Lunganga

[121-138]

A contradição entre as aspirações de criação de Estados dominados pelas diásporas do colonialismo e pelas populações originárias, bem como os conflitos no seio destas, nos Estados pós-coloniais constituídos no início do último quartel do Séc. XX em África

Carlos Mariano Manuel

[139-163]

*O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM AFRICA: uma análise política e ideológica de
sua historiografia*

Josenildo de Jesus Pereira

[164-180]

*ROUBO EPISTÉMICO E A EXPROPRIAÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA PELO
OCIDENTE: Notas sobre a crise do pensamento crítico contemporâneo*

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

[181-200]

*Imperatividade da superação dos paradigmas tradicionais e a reconciliação nacional
nos PALOP*

Kiavanda Afonso Félix

[201-215]

AS CONTROVÉRSIAS: autodeterminação e descolonização

Pedro Paulo Ramos Ventura

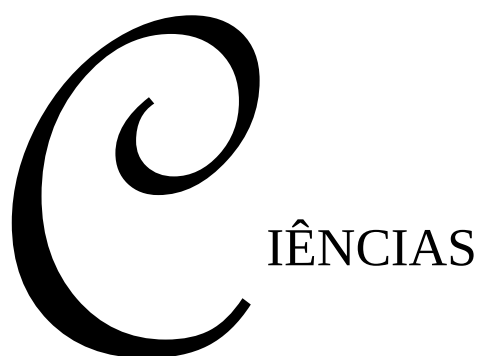
[216-228]

*AQUINO DE BRAGANÇA E O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO CORRECTA DO
INIMIGO: Uma abordagem preliminar*

Colin Darch

[229-249]





A EDUCAÇÃO NA ROMA ANTIGA: uma análise da sua estrutura, conteúdo e impacto social

Luís Miguel Gomes Costa, João Rodrigues

| 6-18

A MÁQUINA DO TEMPO: simples imaginação e ficção científica ou realidade projetada pela ia (Inteligência Artificial)?

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

| 19-38

A EDUCAÇÃO NA ROMA ANTIGA: UMA ANÁLISE DA SUA ESTRUTURA, CONTEÚDO E IMPACTO SOCIAL¹

Education in ancient rome: an analysis of its structure, content, and social impact

COSTA, Luís Miguel Gomes², & RODRIGUES, João³

Resumo

Este artigo investiga a educação na Roma Antiga, analisando sua estrutura, conteúdo e impacto social entre as diferentes classes sociais. Através de uma análise de fontes primárias (textos literários, epigrafias, vestígios arqueológicos) e secundárias (estudos históricos e arqueológicos), o estudo procura compreender a complexidade do sistema educativo romano, comparando a educação das elites com a educação das classes plebeias e o acesso diferenciado das mulheres à educação formal. A pesquisa evidencia a importância da retórica e da gramática no currículo das elites, contrapondo-a com a formação profissionalizante dos plebeus. As conclusões demonstram que a educação em Roma, apesar das desigualdades sociais, desempenhou um papel crucial na formação dos cidadãos, na preservação da cultura e na manutenção do poder político, deixando um legado significativo para a história da educação ocidental.

Abstract

This article investigates education in Ancient Rome, analyzing its structure, content, and social impact across different social classes. Through an analysis of primary sources (literary texts, epigraphy, archaeological remains) and secondary sources (historical and archaeological studies), the study aims to understand the complexity of the Roman educational system, comparing the education of elites with that of plebeian classes and the differential access of women to formal education. The research highlights the importance of rhetoric and grammar in the curriculum of the elites, contrasting it with the vocational training of plebeians. The conclusions demonstrate that education in Rome, despite social inequalities, played a crucial role in the formation of citizens, in the preservation of culture, and in the maintenance of political power, leaving a significant legacy for the history of Western education.

Palavras-chave: *Roma Antiga; Educação Romana; Pedagogia Romana; Sistema Educacional Romano; Cultura Romana; História da Educação.*

Keywords: *Ancient Rome; Roman Education; Roman Pedagogy; Roman Educational System; Roman Culture; History of Education.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

¹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

² LUÍS MIGUEL GOMES COSTA - UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

³ & JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

INTRODUÇÃO

Contextualização Histórica

A sociedade romana, ao longo de sua extensa história, evoluiu de uma pequena comunidade agrícola a um vasto império que dominou a bacia do Mediterrâneo. A República Romana (509 a.C. – 27 a.C.), período marcado por conflitos sociais e expansão territorial, estabeleceu as bases políticas e sociais que moldaram a sociedade imperial subsequente. A estrutura social republicana, baseada na distinção entre patrícios e plebeus, com diferentes direitos e privilégios, influenciou profundamente o acesso à educação e as oportunidades de ascensão social. A conquista e o domínio de territórios diversos levaram a um contato significativo com outras culturas, principalmente a grega, que teve um impacto profundo na arte, na literatura e, como veremos, também na educação romana.

O período imperial (27 a.C. – 476 d.C.), caracterizado por um sistema centralizado de poder e uma crescente complexidade administrativa, testemunhou profundas transformações sociais e culturais. A expansão da urbanização, a diversificação das atividades econômicas e a crescente burocratização do Estado alteraram a dinâmica social e influenciaram, consequentemente, o sistema educacional. A *Pax Romana*, período de relativa paz e estabilidade, contribuiu para o florescimento da cultura e das artes, incluindo o desenvolvimento de escolas e instituições educativas. Contudo, a crescente desigualdade social e a concentração de riqueza nas mãos de uma elite privilegiada também tiveram um impacto profundo nas oportunidades educacionais. Como observa Beard, North e Price (2007), "A religião romana era intrinsecamente ligada à vida política e social, e a educação desempenhou um papel crucial na transmissão e na manutenção dos valores e das práticas religiosas". Esta interligação entre religião, política e educação requer uma análise aprofundada do contexto romano.

Problematização

O estudo da educação na Roma Antiga é crucial para uma compreensão holística da sociedade e da cultura romana. A educação não se limitava a um processo de transmissão de conhecimento técnico, mas constituía um instrumento fundamental na construção da identidade romana, na manutenção do poder e na perpetuação de valores sociais e culturais específicos.

A análise do sistema educativo romano, com suas desigualdades e complexidades, permite desvendar as dinâmicas sociais, os mecanismos de ascensão social e a forma como a cultura romana se propagou e se consolidou. A compreensão do sistema educativo romano ajuda a elucidar como a educação moldou e refletiu a estrutura social, política e cultural da época, explicitando as oportunidades e as limitações de acesso a diferentes níveis de ensino para diversos grupos sociais, como os patrícios, os plebeus e as mulheres.

A questão da influência da cultura grega na educação romana é também fundamental. Como observa Marrou (1982), “a educação romana, no seu auge, foi essencialmente uma educação helenística”, apesar das suas especificidades. Compreender a extensão e as nuances dessa influência é essencial para uma avaliação completa do sistema educacional romano.

Objetivos do Estudo

Este trabalho tem como objetivos principais: (i) analisar a estrutura do sistema educativo romano em diferentes períodos históricos (República e Império), comparando os diferentes níveis de acesso e os conteúdos curriculares; (ii) investigar as diferenças na educação entre as classes sociais (patrícios, plebeus e mulheres), identificando as oportunidades e as limitações de cada grupo, assim como o acesso feminino à educação; (iii) identificar os métodos pedagógicos empregados e a influência da cultura grega na educação romana, analisando a sua adaptação ao contexto romano; (iv) avaliar o impacto da educação na formação de cidadãos romanos e na preservação da cultura e identidade romana; (v) proporcionar uma análise crítica das fontes históricas e arqueológicas utilizadas para o estudo da educação romana, refletindo sobre os seus limites e as suas potencialidades, e as suas implicações na interpretação da educação romana.

Metodologia

A presente investigação recorre a uma metodologia qualitativa, baseada na análise de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias incluem textos literários (como as obras de Cícero, Quintilianus, e outros autores que abordam a educação), epígrafias (inscrições em monumentos e objetos que fornecem informações sobre escolas e professores), e vestígios arqueológicos (restos de escolas e materiais didáticos).

As fontes secundárias consistem em estudos históricos e arqueológicos especializados na educação romana, permitindo uma contextualização e interpretação crítica das fontes primárias. A análise das fontes será realizada através de uma leitura crítica e comparativa, procurando identificar as tendências e as nuances do sistema educativo romano em diferentes contextos sociais e históricos. A interpretação das fontes será confrontada com diferentes perspectivas historiográficas, procurando evitar uma abordagem eurocêntrica e monocultural.

A Educação nas Classes Sociais Romanas

A sociedade romana era profundamente hierárquica, e esta estrutura social se refletia diretamente no acesso à educação e nas oportunidades disponíveis para diferentes classes. A educação não era um direito universal, mas um privilégio acessível principalmente às elites, enquanto as classes plebeias e as mulheres enfrentavam barreiras significativas para uma formação formal.

A Educação das Elites

A educação das elites romanas era um processo complexo e estruturado, que visava a formação de cidadãos capazes de desempenhar papéis de liderança na sociedade. Iniciava-se na educação doméstica, com a *nutricia* e a *paedagogus* responsáveis pelos primeiros cuidados e educação básica. Posteriormente, os jovens eram confiados a preceptores privados, frequentemente escravos cultos, que lhes forneciam instrução em gramática e literatura. A partir da puberdade, ingressavam nas escolas de *grammaticus*, onde estudavam a gramática latina e grega, literatura clássica, e história. A educação formal prosseguia nas escolas de *rhetor*, onde aprendiam a arte da retórica, essencial para o sucesso político e jurídico. O estudo da filosofia, principalmente das escolas estoica e epicurista, complementava esta formação, promovendo o desenvolvimento intelectual e moral. Este processo de formação, longo e dispendioso, era acessível apenas às famílias mais abastadas. Como observa Balsdon (1967), "A educação de um jovem romano de boa família era um longo e trabalhoso processo, que começava na infância e durava até a idade adulta". Este processo não visava apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a formação do caráter e a aquisição de aptidões sociais necessárias para a participação na vida pública. O acesso a este tipo de educação era um fator crucial na manutenção do poder e na reprodução das elites.

A Educação dos Plebeus

A educação dos plebeus era significativamente diferente e muito menos formalizada. A alfabetização era menos generalizada, e a educação básica, quando existia, era frequentemente limitada às competências necessárias para o trabalho manual (Hopkins, 1983). A aprendizagem profissional era fundamental, com os jovens plebeus ingressando em ofícios como agricultura, artesanato, comércio ou outras atividades manuais, aprendendo com mestres ou familiares. A educação era, portanto, essencialmente prática e funcional, preparando-os para as atividades produtivas e para a sua integração na sociedade romana como trabalhadores. As oportunidades de mobilidade social eram significativamente mais limitadas para os plebeus, em parte devido à falta de acesso a uma educação formal que permitisse o acesso a cargos públicos ou posições de prestígio.

A Educação das Mulheres

As mulheres romanas tinham acesso limitado à educação formal, contrastando fortemente com a educação sistemática proporcionada aos homens das classes altas. A educação feminina concentrava-se na educação doméstica, focada em competências como a gestão da casa, a tecelagem, a culinária e a educação dos filhos (Fantham, 1997). Em famílias abastadas, algumas mulheres recebiam alguma instrução em música, literatura e retórica, mas o seu nível de conhecimento era geralmente inferior ao dos homens, refletindo a sua posição social e a expectativa de um papel doméstico. A educação das mulheres plebeias era ainda mais limitada, focando-se essencialmente nas competências práticas necessárias para a sobrevivência e a gestão doméstica. A falta de acesso a uma educação formal limitava as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, confirmando a sua subordinação na sociedade romana.

Comparação entre os Diferentes Níveis de Educação

A educação na Roma Antiga era marcadamente desigual, refletindo as profundas divisões sociais da época. As elites tinham acesso a uma educação abrangente e sofisticada, que visava a formação de líderes políticos, jurídicos e intelectuais. Em contraste, os plebeus recebiam uma educação muito mais limitada, centrada em competências práticas para a sua integração no mercado de trabalho.

As mulheres, independentemente da sua classe social, tinham um acesso restrito à educação formal, com a sua educação focada predominantemente em tarefas domésticas. Estas desigualdades refletem a estrutura hierárquica da sociedade romana, onde o acesso ao conhecimento e à educação era um fator crucial na manutenção das desigualdades sociais e na reprodução da estrutura de poder. A educação, portanto, não era um fator de igualdade de oportunidades, mas um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais existentes.

Conteúdo e Métodos Pedagógicos

A educação romana, especialmente para as elites, era um processo estruturado e rigoroso, que visava não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação do caráter e a preparação para a vida pública. A influência da cultura grega é inegável, mas o sistema romano desenvolveu características próprias, adaptando os métodos e conteúdos à sua realidade política e social.

O Currículo

O currículo da educação romana para as elites era progressivo e abrangente, com uma forte ênfase na gramática e na retórica. A gramática latina, e posteriormente a grega, formava a base da educação, ensinando-se a sintaxe, a morfologia e a etimologia da língua. O estudo da literatura clássica grega e romana ocupava um lugar central, com a leitura e análise de autores como Homero, Virgílio, Cícero e outros. Este estudo visava não apenas o desenvolvimento da capacidade de expressão escrita e oral, mas também a transmissão de valores morais e culturais. A retórica, contudo, era a disciplina mais valorizada, pois habilitava os alunos a dominar a arte da persuasão, essencial para o sucesso na política e no direito. A educação incluía também o estudo da história, filosofia (principalmente Estoicismo e Epicurismo) e, em alguns casos, matemática e astronomia. Para os plebeus, o currículo era mais prático e funcional, focando-se na aprendizagem de ofícios e competências profissionais.

Métodos de Ensino

Os métodos pedagógicos romanos eram tradicionalmente baseados na memorização, na declamação e na dissertação. A memorização de textos e regras gramaticais era fundamental, exigindo dos alunos um esforço significativo de repetição e prática. A declamação, comum nas escolas de *rhetor*, permitia aprimorar a pronúncia, o ritmo e a expressividade. A dissertação, crucial na formação retórica, desafiava os alunos a desenvolver argumentos coerentes e persuasivos sobre temas específicos. O uso de exemplos e analogias, extraídos da literatura, da história ou da vida quotidiana, ajudava a ilustrar conceitos e a tornar o ensino mais acessível. A escrita e a composição de discursos eram também parte integrante do processo de aprendizagem. Como Quintilian (2007) descreve no seu livro *Institutio Oratoria*: "A memória deve ser exercitada com frequência e com cuidado. Deve-se começar com coisas fáceis, e progredir gradualmente para as mais difíceis."

A Influência da Cultura Grega

A educação romana foi profundamente influenciada pela cultura grega, servindo como modelo para o desenvolvimento do currículo e dos métodos pedagógicos. A gramática e a retórica, disciplinas centrais na formação romana, tinham raízes na tradição grega. Autores gregos eram amplamente estudados nas escolas romanas, e a filosofia grega exerceu uma influência significativa no pensamento romano. Apesar desta influência, a educação romana desenvolveu características próprias. A ênfase na retórica, por exemplo, reflete a importância da oratória e da persuasão na vida política romana, algo que, embora com práticas similares, não tinha a mesma centralidade no sistema grego. A adaptação dos modelos gregos ao contexto romano é um aspeto crucial a considerar.

A Disciplina e a Moral na Educação

A disciplina e a formação moral eram consideradas aspetos fundamentais da educação romana. A obediência aos professores e aos mais velhos era valorizada, e a formação moral visava inculcar nos jovens valores como a *virtus*, a *gravitas* e a *pietas*. A literatura clássica desempenhava um papel importante na transmissão destes valores, com exemplos de personagens históricos e literários que serviam como modelos a seguir.

A educação não se limitava à aquisição de conhecimento intelectual, mas incluía também a formação do caráter e a preparação para a cidadania responsável, formando cidadãos virtuosos e leais ao Império.

As Instituições Educacionais

O sistema educacional romano era composto por uma variedade de instituições, tanto públicas como privadas, que refletiam a estrutura social hierárquica da sociedade. A qualidade e o tipo de educação variavam significativamente dependendo da instituição e da classe social do aluno.

Escolas Públicas e Privadas

A distinção entre escolas públicas e privadas é crucial para compreender a complexidade do sistema educacional romano. Embora a existência de escolas públicas, ou *scholae publicae*, seja atestada em algumas fontes, especialmente em cidades maiores, a sua abrangência e recursos eram limitados (Matthews, 2009). Estas escolas, provavelmente financiadas pelo Estado ou por doações privadas, destinavam-se principalmente às classes mais baixas, oferecendo uma formação básica, muitas vezes focada em competências práticas para o mercado de trabalho.

Em contraste, as *scholae privatae*, escolas privadas, eram muito mais comuns e ofereciam uma gama mais ampla de serviços educacionais, adaptados às necessidades e possibilidades econômicas das famílias. A qualidade do ensino variava de acordo com a reputação do professor e o custo das aulas, refletindo diretamente a classe social dos estudantes. As escolas privadas ofereciam maior flexibilidade em termos de horários e currículo, enquanto as públicas, quando existiam, provavelmente seguiam currículos mais básicos e padronizados. A falta de registros detalhados torna difícil determinar com precisão a extensão e as características das escolas públicas em diferentes épocas e regiões do Império. A predominância de escolas privadas ressalta a desigualdade no acesso à educação de qualidade na sociedade romana.

Os Professores (grammaticus, rhetor)

Os professores desempenhavam um papel social crucial na sociedade romana, sendo responsáveis pela formação intelectual e moral da juventude, principalmente nas escolas privadas. Os *grammatici*, especialistas em gramática e literatura, ensinavam as bases da língua latina e grega, história e literatura clássica. Os *rhetores*, por sua vez, focavam-se no ensino da retórica, preparando os alunos para a vida pública e o sucesso nas carreiras políticas e jurídicas. A formação destes professores variava, mas geralmente incluía estudos aprofundados da literatura clássica e uma experiência prática de ensino (Quintilian, 2007). Muitos eram homens livres, mas também existiam escravos cultos que exerciam a profissão de preceptor ou professor, particularmente em famílias abastadas.

A reputação de um professor influenciava diretamente o sucesso da sua escola e o seu status social. Professores renomados gozavam de grande prestígio e podiam auferir lucros consideráveis, atraindo alunos de diferentes classes sociais. A sua influência na sociedade romana era significativa, pois contribuíam para a formação de líderes políticos, advogados, administradores e outros membros da elite. A figura do professor era, portanto, central na transmissão de conhecimento e valores, moldando a cultura e a sociedade romana.

As Bibliotecas e a Difusão do Conhecimento

As bibliotecas, tanto públicas como privadas, desempenharam um papel fundamental na difusão do conhecimento e na promoção da educação em Roma. Embora não tão numerosas ou sistematizadas quanto as bibliotecas da Grécia Antiga, as bibliotecas romanas, principalmente a partir do período imperial, disponibilizaram importantes coleções de manuscritos, permitindo o acesso a obras literárias, filosóficas e científicas (Huxley, 1997). As bibliotecas públicas, muitas vezes associadas a templos ou edifícios públicos, e coleções privadas de particulares ricos e poderosos contribuíam para a preservação e a divulgação do conhecimento. O acesso às bibliotecas era, porém, desigual, com as bibliotecas privadas estando naturalmente acessíveis a um público mais seleto. A importância das bibliotecas para a educação e para a cultura romana é inegável, uma vez que contribuíam para a formação intelectual dos cidadãos e para a preservação da herança cultural grega e romana. A sua existência e a sua função atestam o valor que a sociedade romana atribuía ao conhecimento e à sua disseminação.

O Impacto da Educação Romana na Sociedade

A educação na Roma Antiga, apesar de suas desigualdades e limitações, teve um impacto profundo e duradouro na sociedade romana e na história da educação ocidental. A sua influência estende-se desde a formação de cidadãos e a manutenção do poder político até à preservação da cultura e à transmissão de valores e práticas para gerações posteriores.

A Formação dos Cidadãos Romanos

A educação desempenhou um papel crucial na formação de cidadãos romanos, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e para a promoção da participação cívica. Para as elites, a educação retórica era fundamental para a participação na vida política, jurídica e administrativa. O domínio da oratória e da argumentação permitia aos cidadãos expressarem as suas opiniões, defenderem os seus interesses e influenciarem as decisões políticas. A formação em filosofia, particularmente o Estoicismo, promovia valores como a justiça, a virtude e o dever cívico, essenciais para a estabilidade política e social do Império. Mesmo para os plebeus, a educação, embora mais básica, contribuía para a sua integração social, transmitindo valores e conhecimentos necessários para a vida em sociedade.

A Educação e o Poder Político

Em Roma, existia uma forte correlação entre a educação e o acesso ao poder político. A educação das elites, focada na retórica, filosofia e direito, era essencial para a ascensão política. O conhecimento da lei, a capacidade de argumentação e a capacidade de persuasão eram ferramentas cruciais para o sucesso na carreira política. A educação, portanto, funcionava como um mecanismo de reprodução das elites, reforçando as desigualdades sociais e políticas (Harris, 2003). O acesso à educação de qualidade era um fator decisivo para a progressão social e o alcance de posições de poder, consolidando as hierarquias sociais existentes. A educação, neste contexto, não era um instrumento de igualdade de oportunidades, mas sim um mecanismo de reprodução das estruturas de poder.

A Preservação da Cultura Romana

A educação contribuiu significativamente para a preservação da cultura e da tradição romana. O ensino da literatura clássica grega e romana, fundamental na cultura romana, ajudou a perpetuar os valores, os mitos e as histórias que moldavam a identidade romana (Beard, North, & Price, 2007). A transmissão dos conhecimentos históricos, literários e filosóficos através do sistema educacional assegurou a continuidade da cultura romana, mesmo após o colapso do Império. A transmissão deste legado cultural teve um impacto profundo e duradouro na cultura ocidental. Através da educação, os valores, as crenças e as práticas da cultura romana foram transmitidos através das gerações, deixando uma herança cultural duradoura.

O Legado da Educação Romana

A educação romana exerceu uma influência profunda e duradoura na educação posterior, em diferentes épocas e culturas. A ênfase na retórica, na gramática e na literatura clássica teve um impacto significativo no desenvolvimento dos sistemas educacionais europeus durante a Idade Média e o Renascimento (Marrou, 1982). O modelo de educação romana, baseado na formação de cidadãos conscientes e participativos e na transmissão de valores morais e cívicos, serviu de inspiração para a construção de sistemas educacionais posteriores.

A influência da educação romana na tradição ocidental é ampla e evidente na estruturação das instituições educativas e na valorização das disciplinas humanísticas. A sua marca na formação intelectual, na organização curricular e nos métodos pedagógicos persiste até aos dias de hoje.

CONCLUSÃO

Este estudo investigou a educação na Roma Antiga, analisando sua estrutura, conteúdo e impacto na sociedade romana, considerando as diferentes classes sociais e os períodos republicano e imperial.

A pesquisa revelou um sistema educacional complexo e profundamente hierarquizado, refletindo as desigualdades sociais características da sociedade romana. Enquanto que, a educação das elites era focada na retórica, gramática e filosofia, e visava a formação de cidadãos capazes de exercerem papéis de liderança política e administrativa. Em contraste, a educação dos plebeus era mais prática e orientada para a aprendizagem de ofícios. No que concerne as mulheres, independentemente da sua classe social, tinham acesso limitado à educação formal.

A análise do currículo, dos métodos pedagógicos e das instituições educacionais permitiu compreender a importância da cultura grega na formação da educação romana, bem como a sua adaptação ao contexto político e social romano. A ênfase na retórica, na disciplina e na formação moral refletia os valores e considerando o exposto, as prioridades da sociedade romana. A educação desempenhou um papel crucial na formação dos cidadãos, na preservação da cultura romana e na manutenção das estruturas de poder e apesar das desigualdades inerentes ao sistema, a educação contribuiu para a coesão social e para a transmissão de valores e conhecimentos que influenciaram a cultura ocidental durante séculos.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações. Tais como, a escassez de fontes primárias que descrevam detalhadamente o funcionamento das escolas, especialmente as escolas públicas e a educação dos plebeus que limitou a profundidade da análise em alguns aspetos. A interpretação das fontes disponíveis pode ser influenciada por preconceitos e limitações da própria metodologia de pesquisa. Por último a abordagem deste estudo centrou-se principalmente na educação das elites, devido à maior disponibilidade de fontes sobre este grupo social, o que poderá ter gerado uma visão menos abrangente sobre a educação das classes populares.

Sugestões para futuras pesquisas incluem a análise de novas fontes primárias, como inscrições epigráficas e materiais arqueológicos que possam fornecer mais informações sobre a educação das classes populares e das mulheres. Os estudos comparativos com outros sistemas educacionais contemporâneos, como o da Grécia Antiga, poderiam também enriquecer a nossa compreensão do sistema educativo romano. Uma investigação interdisciplinar, que combine a história com a arqueologia e a antropologia, poderá contribuir para uma análise mais completa e matizada deste tema complexo.

Finalmente, uma análise mais aprofundada das implicações da educação romana para a formação da identidade e da cidadania na sociedade moderna, contribuiria para uma melhor compreensão da sua relevância histórica e para uma reflexão crítica sobre os modelos educativos contemporâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsdon, J. P. V. D. (1967). *Roman women: Their history and habits*. Bodley Head.
- Beard, M., North, J., & Price, S. (2007). *Religions of Rome*. Cambridge University Press.
- Fantham, E. (1997). *Roman women: Gender and representation*. Oxford University Press.
- Harris, W. V. (2003). *Ancient literacy*. Harvard University Press.
- Hopkins, K. (1983). *Death and renewal*. Cambridge University Press.
- Huxley, S. (1997). *Achaean and Romans: Studies in ancient Greek and Roman history*. Gerald Duckworth & Co. Ltd.
- Marrou, H. I. (1982). *A history of education in antiquity*. University of Wisconsin Press.
- Matthews, J. (2009). *The Roman Empire: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Quintilian. (2007). *Institutio oratoria* (H. E. Butler, Trans.). Harvard University Press. (Obra original publicada no século I d.C.)
- Veyne, P. (1976). *Bread and circuses: Historical sociology and political pluralism*. Pantheon Books.
- Wilson, A. (1997). *The Roman people*. Oxford University Press.

A MÁQUINA DO TEMPO: SIMPLES IMAGINAÇÃO E FICÇÃO CIENTÍFICA OU REALIDADE PROJETADA PELA IA (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL)?⁴

The time machine: simple imagination and science fiction or reality designed by AI (artificial intelligence)?

COSTA, Jonivário Cassuada da⁵; & KIMBANDA, Francisco Jacucha Cahuco⁶

Resumo

Muito bem, este artigo propõe uma problematização ontológica e epistêmica do conceito de máquina do tempo, indo além do binarismo entre imaginação e realidade. Começando com a Física Teórica, destacando a teoria da relatividade, os modelos de buracos de minhoca, são apresentadas fórmulas que sustentam — em nível teórico — a possibilidade de dilatação temporal e trajetórias não-lineares no espaço-tempo. A análise crítica evidencia que, embora matematicamente possível, a viagem no tempo esbarra em barreiras tecnológicas, paradoxos lógicos e dilemas ontológicos. A ideia de viajar no tempo sempre esteve presente no imaginário humano, manifestando-se desde narrativas míticas até projeções literárias e científicas. A ficção científica do século XIX na visão de H.G. Wells consolidou o conceito de “máquina do tempo” como metáfora da condição humana diante da temporalidade. Hoje, a inteligência artificial (IA) reabre o debate em termos de manipulação simbólica do tempo por meio de simulações, reconstruções digitais e modelagem preditiva.

Abstract

Very well, this article proposes an ontological and epistemic problematization of the concept of a time machine, going beyond the binary between imagination and reality. Beginning with theoretical physics, highlighting the theory of relativity and wormhole models, formulas are presented that support — at a theoretical level — the possibility of temporal dilation and nonlinear paths in spacetime. The critical analysis highlights that, although mathematically possible, time travel encounters technological barriers, logical paradoxes, and ontological dilemmas. The idea of time travel has always been present in the human imagination, manifesting itself in everything from mythical narratives to literary and scientific projections. Nineteenth-century science fiction, as seen by H.G. Wells, consolidated the concept of the “time machine” as a metaphor for the human condition in the face of temporality. Today, artificial intelligence (AI) reopens the debate in terms of the symbolic manipulation of time through simulations, digital reconstructions, and predictive modeling.

Palavras-chave: *Tempo; Máquina do tempo; Ficção científica; Inteligência Artificial; Realidade.*

Keywords: *Time; Time machine; Science fiction; Artificial intelligence; Reality.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

⁴ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁵ JONIVÁRIO CASSUADA DA COSTA - Universidade Rainha Njinga A Mbandi & Analista Político e Comentarista do Programa Conversas Africanas da Emissora da Rádio Provincial de Malanje ANGOLA. Email: jonivaniocassuada@gmail.com

⁶ FRANCISCO JACUCHA CAHUCO KIMBANDA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: francisco.jacucha1@uan.ao

A máquina do tempo não é apenas um artefato imaginado pela ficção científica; é um espelho da condição humana. Ao desejarmos atravessar o passado ou alcançar o futuro, revelamos a nossa insatisfação com o presente e, ao mesmo tempo, a nossa esperança infinita. Se a física nos mostra que o tempo é relativo, a filosofia nos recorda que ele é também experiência, memória e projeto. Assim, a máquina do tempo existe, por enquanto, como metáfora de uma humanidade que recusa os limites do instante (Jonivânio Cassuada & Jacucha Kimbanda, 2025).

INTRODUÇÃO

Com efeito, a ideia de viajar no tempo é uma das expressões máximas do desejo humano de transgredir os limites da existência temporal. Tal ideia, difundida na literatura desde *The Time Machine* (WELLS, 1895), evoluiu para um problema real nas ciências físicas, especialmente após as formulações da relatividade por Einstein. Portanto, este artigo busca, além da avaliação da possibilidade técnica da máquina do tempo, investigar seus fundamentos ontológicos e epistêmicos: o que está em jogo quando se propõe a violação do tempo? E, sobretudo, a grande questão: É possível viajar no tempo?

Efetivamente, este artigo, de caráter exploratório e interdisciplinar, analisa a máquina do tempo sob três perspectivas: filosófico-cultural, científica e tecnológica. Argumenta-se que, embora a viagem temporal física permaneça impraticável dentro dos limites da física relativística, a IA⁷ configura uma forma de “máquina simbólica do tempo”, capaz de recriar passados, projetar futuros e reorganizar o presente. As implicações éticas e epistemológicas desse fenômeno tornam-se centrais para compreender o estatuto do tempo na contemporaneidade.

Repare que, na perspectiva filosófico-cultural o conceito de máquina do tempo pode ser interpretado como uma metáfora da relação humana com o tempo. Desde a Antiguidade, pensadores se confrontam com a natureza do tempo, ora visto como fluxo linear, ora como ciclo eterno. Heráclito já dizia que “ninguém entra duas vezes no mesmo rio” (frag. 91, citado por Kirk, Raven & Schofield, 1983), sublinhando a irreversibilidade do tempo. Borges (1946/1999), por sua vez, tratou o tempo como substância da própria existência, sugerindo que imaginar viagens no tempo é imaginar a própria condição humana em fuga do presente.

⁷ IA (Inteligência Artificial) doravante usaremos IA na forma abreviada.

Logo, do ponto de vista cultural, a máquina do tempo é menos um artefato e mais um dispositivo simbólico, refletindo o desejo universal de ultrapassar os limites da mortalidade e da memória coletiva. Na perspectiva científica, sobretudo, na física contemporânea, a possibilidade de viagem no tempo é abordada no quadro da teoria da relatividade de Einstein. A relatividade especial e geral mostram que o tempo não é absoluto, mas relativo à velocidade e ao campo gravitacional. Hawking (1992) argumenta que a dilatação temporal observada em relógios atômicos e satélites já constitui uma forma mínima de “viagem ao futuro”. Experimentos como o de Hafele e Keating (1972) confirmaram esse efeito ao transportar relógios atômicos em aviões e constatar diferenças mensuráveis em relação a relógios estacionários.

Entretanto, a viagem ao passado é considerada problemática devido aos paradoxos de causalidade. Hawking (1992) propôs a chamada “conjectura da proteção cronológica”, segundo a qual as leis da física impediriam paradoxos temporais.

Já na perspectiva tecnológica, ainda não existe nenhuma máquina do tempo funcional. Contudo, a ficção científica tem servido como laboratório imaginário, inspirando debates e pesquisas. H. G. Wells, em *The Time Machine* (1895/2005), estabeleceu o modelo narrativo do dispositivo que transporta o ser humano através de épocas. Esse imaginário impacta diretamente a ciência e a engenharia, como observa Gleick (2016), ao mostrar que a literatura e a cultura popular muitas vezes antecipam as questões científicas reais.

Do ponto de vista das tecnologias emergentes, o que mais se aproxima da ideia de teletransporte ou manipulação do tempo é o teletransporte quântico, que não movimenta matéria, mas sim estados de partículas (Bouwmeester et al., 1997). Trata-se de um avanço ainda restrito ao nível subatômico, sem implicações práticas para o transporte humano, mas que evidencia como conceitos outrora de ficção encontram espaço em laboratórios de ponta. Em boa verdade, a noção de viagem temporal desperta fascínio por se situar no limiar entre filosofia, ciência, mito, tecnologia e imaginação. Nos últimos anos, a ascensão da IA reintroduziu esse debate em bases inéditas: algoritmos não apenas preveem cenários futuros, como também reconstruem elementos do passado, operando como tradutores temporais de realidades possíveis. Assim, a máquina do tempo deixa de ser apenas um artefato literário e torna-se uma metáfora operacional no contexto digital. Infelizmente, a grande questão se mantém; *é possível viajar no tempo?*

De facto, a problemática deste artigo reside no facto de a viagem temporal física, como formulada pela relatividade e especulada pela ficção científica, encontra limites quase intransponíveis. A dilatação temporal observada em relógios atômicos, satélites e partículas subatômicas confirma que o tempo é relativo, mas apenas em escalas microscópicas, incapazes de permitir o deslocamento humano por séculos ou milênios (Hawking, 1992; Hafele & Keating, 1972). A viagem ao passado, em particular, envolve paradoxos lógicos — como o “paradoxo do avô” — que desafiam a consistência da causalidade.

Nesse contexto, surge uma questão provocadora: pode a inteligência artificial (IA) ser entendida como uma forma alternativa de viagem no tempo? Evidentemente, não se trata de um transporte físico de corpos, mas de um deslocamento informacional, viabilizado pela capacidade da IA em simular, projetar e manipular temporalidades.

A IA consegue:

- ✓ Recriar o passado através de análises massivas de dados históricos, restaurando imagens, textos e até vozes desaparecidas (Seaver, 2019).
- ✓ Projetar o futuro por meio de modelos preditivos, antecipando cenários económicos, climáticos ou sociais (Agrawal, Gans, & Goldfarb, 2019).
- ✓ Suspende o presente ao manipular narrativas digitais em tempo real, criando espaços virtuais onde diferentes temporalidades coexistem (Floridi, 2014).

Logo, a problemática central deste artigo é: embora o corpo humano esteja confinado aos limites físicos do espaço-tempo, a mente ampliada pela IA parece atravessar passado e futuro em simulações informacionais. Isso coloca em tensão a distinção entre tempo físico e tempo cognitivo-tecnológico, convidando a pensar se a “máquina do tempo” pode ser, na contemporaneidade, menos um veículo material e mais um algoritmo capaz de manipular temporalidades. Assim sendo, o problema de pesquisa é:

A IA pode ser entendida como instrumento que transforma a máquina do tempo de mera ficção em realidade projetada por meio de modelos computacionais de previsão e reconstrução?

Como respostas, apresentamos as seguintes hipóteses:

1. A viagem física no tempo continua inviável, dadas as restrições da física relativística.
2. A IA atua como “máquina simbólica do tempo”, permitindo experiências temporais indiretas.
3. O conceito de viagem temporal desloca-se do plano material para o plano informacional e cultural.

Claramente, para responder o problema levantado e auxiliar as hipóteses, elaboramos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Investigar a máquina do tempo como categoria cultural e tecnológica no contexto da IA.

Objetivos específicos:

- a) Examinar a evolução histórica e literária do conceito de máquina do tempo.
- b) Revisar fundamentos científicos e paradoxos da viagem temporal.
- c) Analisar a IA como produtora de temporalidades artificiais.
- d) Discutir implicações éticas e epistemológicas desse fenómeno.

A análise articula: A teoria da ficção científica como antecipação social (Suvin, 1979). A física relativística (Einstein, 1916; Hawking, 1992). A epistemologia da simulação algorítmica (Bostrom, 2003). As críticas sociais da IA (Harari, 2016; Kurzweil, 2005).

Pois bem, nessa linha de pensamento, a escolha do tema da máquina do tempo nasce da necessidade de articular três dimensões complementares: a imaginação cultural, a fundamentação científica e as possibilidades abertas pelas tecnologias emergentes. Desde a antiguidade, a humanidade interroga-se sobre o tempo como limite e horizonte de existência. O fascínio por ultrapassá-lo, seja pelo mito, pela filosofia ou pela ficção científica revela uma constante cultural: o desejo de romper a linearidade temporal e projetar a experiência humana para além do presente imediato (Borges, 1999; Wells, 1895/2005).

No século XX, com a formulação da relatividade e a comprovação empírica da dilatação temporal, o debate deixou de ser apenas especulativo para adquirir bases físicas concretas (Hafele & Keating, 1972; Hawking, 1992). Entretanto, os limites da ciência para viabilizar viagens temporais físicas abriram espaço para pensar alternativas. Nesse ponto, a emergência da inteligência artificial oferece um novo terreno: embora não transporte corpos, manipula temporalidades informacionais, recriando passados e projetando futuros por meio de simulações (Floridi, 2014; Agrawal, Gans, & Goldfarb, 2019). Então, falar sobre a máquina do tempo é mais do que revisitar um mito literário ou científico: é refletir sobre como a humanidade, diante da finitude, busca transcender o tempo, seja pela filosofia, pela ciência ou pelas tecnologias digitais. A justificativa para este estudo é, portanto, a necessidade de compreender como a máquina do tempo se desloca da ficção para a epistemologia, e da utopia tecnológica para os algoritmos da era da informação.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Da teoria da física relativística (Einstein, 1916; Hawking, 1992) à epistemologia da simulação algorítmica (Bostrom, 2003) e a teoria da ficção científica como antecipação social (Suvin, 1979).

Decerto, a dilatação temporal na relatividade especial que tem que ver com a Teoria da Relatividade Especial, formulada por Einstein (1916), introduz a dilatação do tempo como fenómeno observável em altas velocidades. A equação que expressa essa dilatação é:

$\Delta t = \Delta t_0 / \sqrt{1 - v^2/c^2}$ onde: - Δt : tempo medido por um observador externo; - Δt_0 : tempo próprio do objeto em movimento; - v : velocidade do objeto; - c : velocidade da luz no vácuo. Esta fórmula, corroborada por experimentos com partículas subatômicas e relógios atômicos em órbita (Thorne, 1994), demonstra que, em velocidades relativísticas, o tempo desacelera para o objeto em movimento. A Teoria da Relatividade Geral prevê que campos gravitacionais intensos também afetam o fluxo temporal. A equação que descreve esse fenómeno é: $\Delta t = t_0 \sqrt{1 - 2GM/rc^2}$. Esse efeito é verificado na proximidade de corpos massivos, como buracos negros, onde o tempo para um observador próximo passa mais lentamente em relação a um observador distante (Hawking, 1992).

Na verdade, os Buracos de Minhoca: Métrica de Morris-Thorne são soluções hipotéticas das equações de campo da relatividade geral. A métrica mais citada é a de Morris-Thorne (Visser, 1996): $ds^2 = -c^2 dt^2 + dr^2 / (1 - b(r)/r) + r^2(d\theta^2 + \sin^2\theta d\phi^2)$. Para que um buraco de minhoca seja navegável, seria necessária a existência de matéria exótica com densidade de energia negativa — condição ainda não alcançada tecnologicamente. Antes da modernidade, as concepções temporais eram moldadas por mitos e religiões. Tradições egípcias, sumérias e gregas falavam das Moiras, que teciam o destino; no hinduísmo, o tempo é cíclico; no cristianismo, linear. Já se encontrava a intuição de que a manipulação do tempo ultrapassava o domínio humano, pertencendo ao sagrado. Ora, ora, no romance *The Time Machine* (1895) de H.G. Wells marcou a primeira sistematização literária da máquina do tempo como tecnologia. Wells projetava, por meio da ficção, ansiedades sociais da Revolução Industrial e as tensões de classe, evidenciando que a viagem temporal era metáfora política. Houve também a Ficção científica como antecipação social, a título de exemplo, Darko Suvin (1979) entende a ficção científica como “cognitivamente estranha”, um espelho crítico do presente. Nesse sentido, a máquina do tempo não é apenas escapismo⁸, mas ferramenta de reflexão social, antecipando debates sobre tecnologia, poder e futuro. No contexto da máquina do tempo, essa leitura filosófica pascaliana é iluminadora. O desejo de viajar no tempo, seja para revisitar o passado ou projetar o futuro, pode ser interpretado como uma forma sofisticada de escapismo existencial: a tentativa de fugir da angústia do presente. A imaginação da máquina do tempo — que antes se manifestava em mitos e literatura, e hoje encontra respaldo em teorias físicas ou algoritmos de IA — expressa essa inquietação de escapar da condição temporal que nos é imposta. Por conseguinte, a reflexão de Pascal sugere que, para além da ciência ou da tecnologia, a máquina do tempo é um sintoma filosófico: a incapacidade humana de reconciliar-se com o agora. A busca incessante por manipular o tempo seria, então, uma extensão do *divertissement pascaliano*, traduzido no horizonte contemporâneo pela ficção científica e pela simulação algorítmica.

Por outro lado, na Física clássica conforme Newton, o tempo era absoluto, universal e linear, um fluxo uniforme que independia da percepção humana. Nessa concepção, não havia espaço para viagens temporais. Paradoxalmente, na relatividade

⁸ Blaise Pascal, em seus *Pensées*, reflete sobre a condição humana e a forma como o ser humano lida com o tempo. Para ele, o homem é um ser limitado, preso entre o nada e o infinito, incapaz de permanecer no presente. Daí surge o *divertissement* (divertimento), conceito que Pascal utiliza para descrever o conjunto de distrações e escapismos que o homem cria para evitar confrontar a sua finitude e o fluxo inexorável do tempo (Pascal, 1670/1995).

restrita e dilatação temporal, Einstein (1905) mostrou que o tempo é relativo, dependente da velocidade do observador. A dilatação temporal já foi empiricamente comprovada em experiências com partículas subatômicas e satélites. Isso sugere que viagens ao futuro, em microescala, são fisicamente possíveis. Na relatividade geral Wormholes e paradoxos (1916), o espaço-tempo é curvo. Soluções teóricas como buracos de minhoca abririam possibilidades de atalhos temporais, mas sua estabilidade permanece apenas especulativa⁹. Embora sedutora, a hipótese de viagens temporais enfrenta barreiras de energia, causalidade e lógica. A física moderna tende a ver tais ideias como inconsistentes ou, no máximo, como cenários matemáticos.

Com efeito, a IA é hoje capaz de processar imensos volumes de dados e criar modelos que simulam passados alternativos ou futuros prováveis. Isso redefine o estatuto do tempo como algo maleável em termos computacionais¹⁰. Efectivamente, do mercado financeiro à previsão climática, algoritmos projetam futuros prováveis, funcionando como “profecias matemáticas”. Essa é uma viagem ao futuro baseada em estatística, não em física. Ou se quisermos, ferramentas de IA reconstroem rostos históricos, recriam cidades antigas em realidade virtual e revitalizam arquivos sonoros. Nesse sentido, o passado é reaberto como experiência presente. Isto pressupõe dizer que, a máquina do tempo do século XXI não é metálica nem mecânica, mas algorítmica, pois, ao manipular dados, a IA permite vivências temporais alternativas.

Projetos de arqueologia digital recriam civilizações desaparecidas. Estudantes podem “viajar” pela Roma antiga, ainda que não fisicamente, mas sensorialmente. Modelos generativos (GANs, GPTs) produzem narrativas alternativas: “E se Napoleão tivesse vencido?” Essa capacidade de criar contrafactuais aproxima-se da ficção científica. Governos e corporações utilizam IA para prever comportamentos sociais, económicos e políticos. O futuro torna-se objeto de governança algorítmica. Note que, se a viagem física no tempo encontra barreiras quase intransponíveis, a inteligência artificial abre espaço para uma forma alternativa de atravessar temporalidades: a simulação algorítmica. Nesse quadro, não se trata de deslocar corpos através do espaço-tempo, mas de criar modelos computacionais capazes de projetar o futuro e reconstruir o passado a partir de dados.

Bostrom (2003) afirma:

⁹ Hawking (1992) propôs a “conjectura de proteção cronológica”, negando a possibilidade de paradoxos.

¹⁰ Modelos preditivos: o futuro estatístico.

Se assumirmos que é possível simular civilizações inteiras, incluindo suas histórias, então há uma probabilidade significativa de que nós mesmos estejamos vivendo em tal simulação. Os agentes simulados teriam experiências indistinguíveis daquelas de agentes em uma realidade de nível básico. Nesse caso, a distinção entre passado, presente e futuro seria determinada pelos processos computacionais, e não por qualquer estrutura temporal fundamental do próprio universo (p. 247).

Bostrom (2003) introduziu a chamada *hipótese da simulação*, segundo a qual uma civilização suficientemente avançada poderia criar simulações computacionais de universos inteiros, de tal forma que os agentes dentro delas não conseguiriam distinguir se vivem numa realidade “base” ou simulada. Essa hipótese, que parece especulativa, ganha relevância epistemológica ao deslocar o problema da máquina do tempo para o campo do algoritmo: se o real pode ser simulado com fidelidade, então a viagem temporal pode ocorrer como experiência de imersão em mundos possíveis. A epistemologia da simulação algorítmica, nesse sentido, não vê a máquina do tempo como um dispositivo material, mas como um processo de cálculo. Algoritmos de IA já são capazes de reconstruir imagens históricas, prever cenários climáticos e até criar “futuros simulados” em ambientes virtuais (Floridi, 2014). Assim, a máquina do tempo passa a ser entendida como metáfora e prática tecnológica da era digital: um deslocamento não do corpo, mas da consciência e da informação, que atravessam temporalidades recriadas artificialmente.

Se a inteligência artificial oferece novas possibilidades para pensar a máquina do tempo como simulação algorítmica, também abre espaço para críticas sociais que problematizam suas implicações éticas, políticas e existenciais. Harari (2016), ao discutir os rumos do século XXI, alerta que a IA pode criar uma divisão radical entre “super-humanos” que dominam as tecnologias e populações marginalizadas que permanecem presas ao presente imediato. Nesse sentido, a promessa de viajar no tempo — seja por simulações de passados ou projeções de futuros — pode converter-se em um privilégio concentrado nas mãos de elites tecnológicas. A máquina do tempo algorítmica, portanto, corre o risco de se tornar um instrumento de desigualdade histórica, produzindo futuros que já excluem grande parte da humanidade antes mesmo de se realizarem.

Kurzweil (2005), por sua vez, encara a IA como parte de uma aceleração tecnológica que culminaria na *singularidade*, momento em que máquinas ultrapassariam a inteligência humana. Para ele, o domínio da informação e da capacidade de simulação faria com que os limites da biologia, do tempo e até da morte fossem gradualmente superados. Ainda que otimista, a visão de Kurzweil levanta questões profundas: se a

máquina do tempo se concretiza como simulação algorítmica, quem controla os algoritmos? E com que finalidades são projetados esses futuros possíveis? Logo, ao mesmo tempo em que a IA pode oferecer um meio alternativo de viagem temporal, ela também reabre debates sociais sobre poder, exclusão e manipulação das temporalidades humanas. Entre a utopia de Kurzweil e a advertência de Harari, a máquina do tempo aparece não apenas como ferramenta tecnológica, mas como campo de disputa política e ética.

O conceito de Tempo na Filosofia

Pois bem, o conceito de tempo na filosofia é clássico e medieval é uma das categorias mais debatidas na filosofia, e três pensadores fundamentais — Platão, Aristóteles e Santo Agostinho — estabeleceram perspectivas que ainda ecoam no debate contemporâneo. Platão, no diálogo *Timeu*, define o tempo como uma “imagem móvel da eternidade”, criada junto com o céu e regulada pelos movimentos dos astros. Para Platão, o tempo não é absoluto, mas uma medida do devir em contraste com a eternidade imóvel das Ideias. Ele escreve: “*O tempo é a imagem móvel da eternidade, que progride de acordo com o número*” (Platão, 2008, p. 37). Aqui, o tempo surge como mediação entre o mundo inteligível e o mundo sensível. Aristóteles, na *Física*, adota uma visão mais concreta: o tempo é definido como o “número do movimento segundo o antes e o depois” (Aristotele, 1999, p. 73). Diferente de Platão, que relacionava o tempo à eternidade, Aristóteles vê o tempo como inseparável do movimento e da mudança no mundo físico. Sem movimento, não há tempo; logo, o tempo é uma medida relacional, não uma substância independente. Santo Agostinho, nas *Confissões*, introduz uma perspectiva existencial e psicológica. Ele rejeita a ideia de que o tempo seja algo exterior, afirmando que só existe no espírito humano, através da memória (passado), da atenção (presente) e da expectativa (futuro). Como ele coloca: “*O que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quero explicá-lo a quem me pergunta, não sei*” (Augustine, 1991, p. 230). Essa visão coloca o tempo não como realidade objetiva, mas como experiência subjetiva da alma. Sendo assim, em Platão o tempo é cósmico, em Aristóteles¹¹ é físico e mensurável, e em Agostinho é existencial e interior. Essas três perspectivas formam a base do debate ocidental sobre a natureza do tempo.

¹¹ Na *Metafísica*, Livro V, Aristóteles trata dos múltiplos sentidos do “ser” (*to on*) e passa a esclarecer conceitos fundamentais, entre eles o tempo (*chronos*). Diferente da *Física*, onde ele dá a definição clássica de tempo como “o número do movimento segundo o antes e o depois” (Physics IV, 219b), aqui ele o relaciona com o movimento e a mudança no âmbito mais amplo do ser.

O que é a Máquina do tempo?

Podemos dizer que, “uma máquina pela qual um homem pode viajar indiferentemente para trás ou para a frente no tempo é uma extensão lógica da nossa experiência diária de movimento através do espaço” (Wells, 1895/2005, p. 12). Para Wells, a máquina do tempo é sobretudo uma metáfora literária que inaugura a ficção científica moderna, explorando os limites da ciência e da imaginação. “As leis da física não excluem a possibilidade de viagem no tempo. Elas a permitem sob certas condições, embora tais condições possam ser difíceis de alcançar na prática.” (Hawking, 1992, p. 81). Hawking concebe a máquina do tempo como uma possibilidade teórica, ligada a condições extremas do espaço-tempo. Já para Paul Davies, “a viagem no tempo não é apenas especulação de ficção científica. A relatividade geral permite curvas temporais fechadas que, em princípio, poderiam ser interpretadas como máquinas do tempo” (Davies, 2002, p. 56). Davies encara a máquina do tempo como uma implicação da relatividade geral, ainda que repleta de paradoxos. Voltando ao grande pensador Bostrom, “a distinção entre passado, presente e futuro seria determinada pelos processos computacionais e não por qualquer estrutura temporal fundamental do próprio universo” (Bostrom, 2003, p. 247). Para Bostrom, a máquina do tempo pode ser entendida como simulação computacional, mais algorítmica que física.

A definição de Ficção científica

O homem por meio da ciência sempre procurou antecipar eventos, por isso, Suvin entende a ficção científica como literatura de estranhamento cognitivo, marcada pelo “novum”, isto é, a novidade científica ou tecnológica que diferencia o mundo narrado do real. Repare; “a ficção científica é um gênero literário cujas condições necessárias e suficientes são a presença e a interação do estranhamento e da cognição, e cujo principal recurso formal é uma estrutura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor” (Suvin, 1979, p. 7).

Por conseguinte, “a ficção científica não é apenas um gênero literário, mas um modo de conscientização, uma maneira de organizar a imaginação cultural sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade humana” (Csicsery-Ronay, 2008, p. 2). E, acima de tudo, escreveu Freedman (2000), “a ficção científica distingue-se pela primazia de um enquadramento cognitivo e não meramente imaginário, o que lhe permite funcionar como um modo de teoria crítica sobre a sociedade” (p. 16).

É evidente que, Carl Freedman olhou a ficção científica como crítica ideológica, isto é, como um modo crítico, capaz de refletir sobre ideologia, sociedade e futuro, mais do que simples fantasia. Para Csicsery-Ronay, a ficção científica vai além da literatura: é uma forma cultural de imaginação coletiva sobre ciência e tecnologia, ou se quisermos; ficção científica como cultura, não só gênero.

A IA (Inteligência Artificial)

Talvez exista uma inteligência substituta, hoje por hoje, a IA, que, ohn McCarthy¹² – A designou como definição clássica, “a inteligência artificial é a ciência e a engenharia de criar máquinas inteligentes, especialmente programas de computador inteligentes” (McCarthy, 2007, p. 2).

Já os autores Stuart Russell & Peter Norvig viam a IA como estudo de agentes racionais, “a inteligência artificial é o estudo de agentes que recebem percepções do ambiente e realizam ações que afetam esse ambiente” (Russell & Norvig, 2021, p. 4). Numa só definição, Russell e Norvig, referências modernas, entendem a IA como ciência dos agentes racionais, que percebem, processam e atuam no mundo. Floridi amplia a noção de IA para além da técnica, vendo-a como força filosófica e social que reorganiza nossa relação com a realidade, portanto, como tecnologia informacional que reconfigura o real. “A IA deve ser entendida como uma tecnologia de informação que não se trata apenas de automação, mas também de reontologização da realidade, remodelando a forma como os humanos interagem com o seu ambiente” (Floridi, 2014, p. 89).

A Realidade

Sob o ponto de vista filosófico¹³, a realidade é entendida como aquilo que existe efetivamente — em oposição à ilusão, aparência ou ficção.

¹² McCarthy, considerado um dos “pais da IA”, define-a como disciplina voltada a criar **máquinas inteligentes**, sobretudo através de programas computacionais.

¹³ Mas a definição varia conforme a tradição:

Platão: a realidade verdadeira está no mundo das Ideias; o mundo sensível é apenas uma cópia imperfeita (*República*, Livro VII).

Aristóteles: a realidade é o ser em ato; tudo o que existe concretamente é composto de matéria e forma (*Metafísica*).

Kant: não acessamos a realidade “em si” (*númeno*); só conhecemos os fenômenos, mediados pelas estruturas cognitivas (*Crítica da Razão Pura*).

O excelente filósofo alemão, Immanuel Kant – realidade como fenómeno condicionado pela percepção, “o que chamamos de realidade nada mais é do que aparências, e estas não são coisas em si mesmas, mas representações que, se não fossem dadas em nós, não existiriam em lugar nenhum.” (Kant, 1998, p. 155). Já em Jean Baudrillard – realidade e simulação, “vivemos num mundo onde há cada vez mais informação e cada vez menos significado. A própria realidade está a ser substituída por sinais de realidade, isto é, por simulação” (Baudrillard, 1994, p. 79).

Daí que, esses autores querem traduzir simplesmente que a realidade não é algo acessado diretamente: o que chamamos de real são fenómenos, moldados pelas formas da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento (Kant). Baudrillard argumenta que, na contemporaneidade, a realidade é substituída por simulações e signos, o que gera uma “hiper-realidade” em que não há mais distinção clara entre real e representação. Em suma, esses dois autores apresentam conceitos que mostram a realidade como fenómeno condicionado pela mente (Kant) e como construção de signos e simulações (Baudrillard).

METODOLOGIA UTILIZADA

Pois bem, o artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo em vista a natureza especulativa e interdisciplinar do tema da máquina do tempo. A escolha dessa metodologia justifica-se pelo fato de que a problemática não se circunscreve apenas ao domínio da física teórica, mas também se articula com dimensões filosóficas, culturais e tecnológicas.

O método utilizado é a pesquisa bibliográfica (Gil, 2008), com análise crítica de textos clássicos da filosofia sobre o tempo (Platão, Aristóteles, Santo Agostinho), teorias científicas modernas (Einstein, 1916; Hawking, 1995) e reflexões contemporâneas sobre inteligência artificial e simulação (Bostrom, 2003; Harari, 2016). Essa triangulação de fontes permite construir um quadro interpretativo capaz de integrar dimensões distintas.

Heidegger: a realidade deve ser pensada a partir da experiência do ser-aí (Dasein), isto é, o modo como o ser humano se relaciona com o mundo (*Ser e Tempo*).

Baudrillard: na modernidade tardia, a realidade se dissolve na hiper-realidade, onde simulações e signos substituem o real (*Simulacros e Simulação*).

Decerto, adota-se também a análise hermenêutica (Gadamer, 1975/2004), que possibilita interpretar os conceitos de tempo e realidade ao longo da tradição intelectual, situando-os em diálogo com a atualidade tecnológica.

Esse enfoque é relevante para compreender como a noção de viagem temporal se desloca da ficção científica para as hipóteses de simulação algorítmica e inteligência artificial.

Ademais, recorre-se à análise comparativa (Yin, 2015) para examinar paralelismos entre narrativas culturais (mitos antigos, literatura de ficção científica) e propostas científicas modernas (relatividade, buracos de minhoca, simulações digitais). Essa comparação evidencia como diferentes áreas do conhecimento constroem imagens convergentes ou divergentes sobre o tempo.

Então, a metodologia articula três níveis:

1. *Revisão bibliográfica interdisciplinar;*
2. *Análise hermenêutica de conceitos filosóficos;*
3. *Comparação crítica entre narrativas culturais e teorias científicas/tecnológicas.*

Esse percurso metodológico permite sustentar a hipótese central de que, a viagem física no tempo continua inviável, dadas as restrições da física relativística. No significa por extensão de que, se a viagem temporal física encontra barreiras intransponíveis, a inteligência artificial configura uma forma alternativa de deslocamento temporal simbólico, através da simulação e manipulação informacional.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma breve discussão crítica sobre a possibilidade da Máquina do tempo

Ora bem, os resultados obtidos pela análise teórica e hermenêutica permitem afirmar que a viagem física no tempo, apesar de sustentada por modelos matemáticos consistentes na relatividade geral e especial, permanece inviável em termos práticos. A dilatação temporal medida em experimentos com partículas e relógios atômicos confirma que o tempo é relativo, mas apenas em escalas microscópicas, incapazes de viabilizar o deslocamento humano no tempo (Hafele & Keating, 1972; Hawking, 1992).

Por outro lado, a leitura filosófico-cultural reforça que a máquina do tempo é, antes de tudo, um símbolo do desejo humano de ultrapassar a condição presente. Esse desejo, já presente em mitos e literatura (Wells, 1895/2005; Borges, 1999), revela uma dimensão existencial: a viagem temporal aparece como metáfora do escapismo humano diante da finitude e da morte (Pascal, 1995).

No campo tecnológico, os dados apontam que a inteligência artificial cumpre um papel de máquina simbólica do tempo. Ela viabiliza a reconstrução de passados por meio de análises digitais e a projeção de futuros através de modelos preditivos (Agrawal, Gans, & Goldfarb, 2019; Floridi, 2014). A epistemologia da simulação algorítmica (Bostrom, 2003) reforça essa conclusão: se o real pode ser simulado, então o tempo pode ser manipulado informacionalmente. Contudo, emergem críticas sociais importantes. Harari (2016) alerta para os riscos de exclusão: a experiência de “viajar” por simulações temporais poderá ser privilégio de elites tecnológicas. Já Kurzweil (2005) aposta num horizonte otimista em que a singularidade tecnológica poderia superar os limites biológicos, inclusive os da temporalidade. Essa tensão entre utopia e distopia demonstra que a máquina do tempo contemporânea é simultaneamente uma possibilidade técnica e um campo de disputa política e ética. Logo, a discussão mostra que a máquina do tempo não é apenas uma especulação científica ou ficcional, mas uma categoria complexa que envolve ciência, cultura, tecnologia e ética.

Paradoxos temporais da máquina do tempo e riscos éticos (Tempo físico vs. tempo informacional)

De certa maneira, um dos principais desafios da viagem no tempo é a presença de paradoxos lógicos. O mais conhecido é o *paradoxo do avô*: se um viajante volta ao passado e impede que seu avô tenha filhos, ele próprio jamais teria nascido e, portanto, não poderia ter retornado para alterar o passado (Novikov, 1989). Esse paradoxo ilustra a incompatibilidade entre viagem ao passado e a consistência causal. Exemplos concretos aparecem na cultura popular, como no filme *Back to the Future* (1985), onde Marty McFly quase impede o encontro dos pais, colocando em risco sua própria existência. No campo teórico, a relatividade geral admite a possibilidade de curvas temporais fechadas, mas estas enfrentam o problema da autocontradição (Hawking, 1992).

Todavia, quando se passa do tempo físico ao tempo informacional, tais paradoxos deixam de ser obstáculos. Em simulações algorítmicas, a IA pode criar cenários em que o passado é reconfigurado sem riscos de contradição causal. Por exemplo, algoritmos que reconstroem imagens antigas podem apresentar “versões alternativas” de fatos históricos sem alterar o real. Aqui o risco não é físico, mas ético e epistemológico: manipular memórias coletivas e construir futuros simulados que favoreçam interesses específicos (Floridi, 2014). Em sendo assim, o paradoxo do avô no plano físico se converte, no plano informacional, em dilema ético: até que ponto é legítimo criar versões artificiais do passado e do futuro? A máquina do tempo algorítmica pode não destruir existências físicas, mas pode comprometer a verdade histórica e a confiança social.

Do estatuto epistemológico do tempo artificial aos limites tecnológicos e epistêmicos

O tempo artificial criado por simulações algorítmicas abre novas possibilidades de conhecimento, mas também levanta questões epistemológicas sérias. Se o passado e o futuro podem ser recriados informacionalmente, qual é o estatuto de tais construções? São conhecimento válido ou apenas representações ficcionais com aparência de verdade? No início deste artigo, levantaram-se hipóteses sobre a máquina do tempo: (a) se a viagem física encontra limites quase intransponíveis, a IA poderia constituir uma alternativa simbólica; (b) essa alternativa, entretanto, não é neutra, mas atravessada por implicações éticas e sociais. Os resultados confirmam tais hipóteses: a física mostra-se restrita, enquanto a IA amplia a experiência temporal de forma simbólica e informacional.

A pergunta de pesquisa — *A IA pode ser entendida como instrumento que transforma a máquina do tempo de mera ficção em realidade projetada por meio de modelos computacionais de previsão e reconstrução?* — encontra resposta afirmativa, mas com restrições. A IA não transporta corpos nem altera o fluxo do tempo físico, mas realiza uma viagem temporal artificial, pela manipulação de dados e simulações que recriam passados e projetam futuros. Os limites tecnológicos são claros: não há meios materiais de atravessar o tempo. Os limites epistemológicos são ainda mais delicados: simulações podem ser confundidas com realidades, criando hiper-realidades temporais (Baudrillard, 1994) em que a fronteira entre fato e ficção se dilui. O perigo não está em colapsar o universo com paradoxos, mas em colapsar a confiança na informação com versões artificiais de temporalidades. Portanto, o estatuto do tempo artificial oscila entre

o conhecimento legítimo (quando fundamentado em dados e métodos científicos) e a ficção instrumental (quando manipulado ideologicamente). A máquina do tempo digital exige, portanto, uma vigilância ética e epistêmica constante.

Máquina do tempo: simples imaginação ficcionista ou uma futura realidade?

Muito bem, a máquina do tempo sempre oscilou entre o domínio da ficção e a especulação científica. Desde H. G. Wells, em *The Time Machine* (1895/2005), o dispositivo é representado como metáfora da imaginação humana diante do limite do tempo. A literatura de ficção científica consolidou-se como espaço para testar hipóteses e paradoxos temporais que a ciência ainda não consegue comprovar (Suvín, 1979). No campo científico, a teoria da relatividade de Einstein e suas comprovações experimentais demonstraram que o tempo não é absoluto, mas relativo ao movimento e à gravidade. Isso abriu a possibilidade de pensar em “viagens ao futuro” por meio da dilatação temporal (Hawking, 1995). Entretanto, a viagem ao passado continua enfrentando barreiras insuperáveis, tanto físicas quanto lógicas, como demonstram os paradoxos de causalidade (Novikov, 1989).

Com o avanço da inteligência artificial, a máquina do tempo ganha uma nova interpretação. Embora não seja possível deslocar corpos no espaço-tempo, a IA permite criar realidades temporais simuladas, recriando passados históricos ou projetando futuros alternativos (Floridi, 2014). Nesse sentido, a “máquina do tempo” deixa de ser apenas imaginação ficcionista e passa a configurar-se como realidade informacional, ainda que simbólica e não física. A resposta, portanto, não é dicotômica. A máquina do tempo é, ao mesmo tempo, ficção cultural e potencial tecnológico futuro. No plano físico, provavelmente continuará como especulação científica; no plano informacional, já é realidade no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora bem, as fórmulas da relatividade permitem pensar a viagem no tempo como possibilidade teórica, mas sua realização prática ainda é impossível. A máquina do tempo permanece como *figura-limite*, onde se cruzam ciência, técnica, desejo e angústia ontológica. É uma ideia que tensiona o real e nos obriga a reconsiderar o que entendemos por tempo, causalidade e existência. A máquina do tempo permanece impossível como tecnologia física, mas plenamente operativa como metáfora e prática digital. A IA não transporta corpos pelo espaço-tempo, mas transporta mentes por realidades alternativas. Nesse sentido, o futuro da máquina do tempo é simbólico, algorítmico e político.

Logo, podemos concluir que, o estudo permitiu compreender que a máquina do tempo, embora continue inalcançável no plano físico, adquire novos significados na contemporaneidade. E, por conseguinte, a análise interdisciplinar revelou que:

1. *Na ciência*, a relatividade demonstra a plasticidade do tempo, mas impõe barreiras intransponíveis à viagem temporal humana.
2. *Na filosofia e cultura*, a máquina do tempo funciona como metáfora da condição existencial e como expressão do desejo de transcender o presente.
3. *Na tecnologia*, a inteligência artificial inaugura formas alternativas de manipulação do tempo, recriando passados e projetando futuros em ambientes digitais.

Portanto, conclui-se que a máquina do tempo não deve ser vista apenas como um dispositivo hipotético de transporte físico, mas como uma realidade projetada simbolicamente e tecnologicamente. A IA transforma a viagem temporal em uma experiência informacional, expandindo a imaginação humana e gerando implicações éticas profundas sobre desigualdade, poder e memória coletiva. O futuro da pesquisa sobre a máquina do tempo não está apenas nos laboratórios da física, mas também nos debates filosóficos, culturais e tecnológicos sobre o papel da inteligência artificial na construção das temporalidades humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agrawal, A., Gans, J., & Goldfarb, A. (2019). *Prediction machines: The simple economics of artificial intelligence*. Harvard Business Review Press.

Aristotle. (1999). *Physics* (W. D. Ross, Trans.). Batoche Books.

Augustine. (1991). *Confessions* (H. Chadwick, Trans.). Oxford University Press. (Original work published ca. 400)

Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and simulation* (S. F. Glaser, Trans.). University of Michigan Press. (Original work published 1981)

Borges, J. L. (1999). Nueva refutación del tiempo. In *Otras inquisiciones* (pp. 145–157). Alianza Editorial. (Original work published 1946)

Bostrom, N. (2003). Are you living in a computer simulation? *Philosophical Quarterly*, 53(211), 243–255. <https://doi.org/10.1111/1467-9213.00309>

Bouwmeester, D., Pan, J.-W., Mattle, K., Eibl, M., Weinfurter, H., & Zeilinger, A. (1997). Experimental quantum teleportation. *Nature*, 390(6660), 575–579. <https://doi.org/10.1038/37539>

Csicsery-Ronay, I. (2008). *The seven beauties of science fiction*. Wesleyan University Press.

Davies, P. (2002). *How to build a time machine*. Penguin Books.

Einstein, A. (1916). The foundation of the general theory of relativity. *Annalen der Physik*, 49(7), 769–822.

Floridi, L. (2014). *The fourth revolution: How the infosphere is reshaping human reality*. Oxford University Press.

Freedman, C. (2000). *Critical theory and science fiction*. Wesleyan University Press.

Gadamer, H.-G. (2004). *Truth and method* (J. Weinsheimer & D. G. Marshall, Trans., 2nd rev. ed.). Continuum. (Original work published 1975)

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.^a ed.). Atlas.

Hafele, J. C., & Keating, R. E. (1972). Around-the-world atomic clocks: Observed relativistic time gains. *Science*, 177(4044), 168–170. <https://doi.org/10.1126/science.177.4044.168>

- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus: A brief history of tomorrow*. Harvill Secker.
- Hawking, S. (1992). Chronology protection conjecture. *Physical Review D*, 46(2), 603–611. <https://doi.org/10.1103/PhysRevD.46.603>
- Heidegger, M. (1954). A questão da técnica. In *Os pensadores*. Abril Cultural.
- Kant, I. (1998). *Critique of pure reason* (P. Guyer & A. W. Wood, Trans.). Cambridge University Press. (Original work published 1781)
- Kirk, G. S., Raven, J. E., & Schofield, M. (1983). *The presocratic philosophers* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Kurzweil, R. (2005). *The singularity is near: When humans transcend biology*. Viking.
- LeCun, Y., Bengio, Y., & Hinton, G. (2015). Deep learning. *Nature*, 521(7553), 436–444. <https://doi.org/10.1038/nature14539>
- McCarthy, J. (2007). What is artificial intelligence? Stanford University. <http://jmc.stanford.edu/articles/whatisai/whatisai.pdf>
- Novikov, I. D. (1989). *The river of time*. Cambridge University Press.
- Pascal, B. (1995). *Pensées* (A. J. Krailsheimer, Trans.). Penguin Classics. (Original work published 1670)
- Plato. (2008). *Timaeus* (R. Waterfield, Trans.). Oxford University Press.
- Suvin, D. (1979). *Metamorphoses of science fiction: On the poetics and history of a literary genre*. Yale University Press.
- Thorne, K. S. (1994). *Black holes and time warps: Einstein's outrageous legacy*. W. W. Norton.
- Visser, M. (1996). *Lorentzian wormholes: From Einstein to Hawking*. American Institute of Physics.
- Wells, H. G. (2005). *The time machine*. Project Gutenberg. (Original work published 1895)
- Yin, R. K. (2015). *Case study research: Design and methods* (5th ed.). Sage Publications.



A transformação da rede social Instagram desde a sua criação até aos dias atuais

Romeu Ferreira, Noa Rodrigues, Matilde Pereira, Beatriz Barros, João Rodrigues

| 40-53

A BIOMETRIA COMO PRETEXTO DE FALÊNCIA GLOBAL DA INTERNET – a Sociedade Bárbara

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

| 54-74

A TRANSFORMAÇÃO DA REDE SOCIAL INSTAGRAM DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ AOS DIAS ATUAIS¹⁴

The transformation of the social network instagram from its creation to the present day

FERREIRA, Romeu¹⁵, RODRIGUES, Noa¹⁶, PEREIRA, Matilde¹⁷, BARROS, Beatriz¹⁸, & RODRIGUES, João¹⁹

Resumo

O presente estudo analisa a transformação da rede social Instagram desde a sua criação em 2010 até aos dias atuais, enfocando as mudanças tecnológicas, culturais e sociais que moldaram a plataforma. Inicialmente concebida como uma aplicação simples para partilha de fotografias, o Instagram evoluiu para um espaço multifacetado de comunicação visual, marketing, entretenimento e ativismo, integrando ferramentas como stories, reels, hashtags e funcionalidades de comércio online. A pesquisa aborda a evolução histórica das redes sociais, desde as primeiras experiências de comunicação digital, como o Arpanet, até à atualização constante proporcionada pelos smartphones, e discute o impacto psicológico e social da utilização intensiva das redes, incluindo ansiedade, dependência digital e cyberbullying. O estudo destaca ainda o papel dos jovens na rápida adoção e transformação das redes sociais, bem como os desafios éticos e sociais emergentes, como a privacidade, a manipulação algorítmica e a disseminação de informações falsas. Conclui-se que o Instagram reflete e influencia a sociedade digital contemporânea, exigindo um uso consciente e equilibrado para maximizar benefícios e minimizar impactos negativos.

Abstract

This study analyzes the transformation of the social network Instagram since its creation in 2010 to the present day, focusing on the technological, cultural, and social changes that have shaped the platform. Initially conceived as a simple photo-sharing application, Instagram has evolved into a multifaceted space for visual communication, marketing, entertainment, and activism, integrating tools such as stories, reels, hashtags, and online commerce features. The research addresses the historical evolution of social media, from the first experiments in digital communication, such as Arpanet, to the constant updates provided by smartphones, and discusses the psychological and social impact of intensive use of social media, including anxiety, digital addiction, and cyberbullying. The study also highlights the role of young people in the rapid adoption and transformation of social media, as well as emerging ethical and social challenges such as privacy, algorithmic manipulation, and the spread of false information. It concludes that Instagram reflects and influences contemporary digital society, requiring conscious and balanced use to maximize benefits and minimize negative impacts.

Palavras-chave: *Instagram; redes sociais; comunicação digital; saúde mental.*

Key-words: *Instagram; social media; digital communication; mental health.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

¹⁴ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

¹⁵ ROMEU FERREIRA – UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

¹⁶ NOA TÁBOAS RODRIGUES - UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

¹⁷ MATILDE MARTINS PEREIRA - UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

¹⁸ BEATRIZ SILVA BARROS - UTAD | Mestrado em Ensino de Informática, PORTUGAL.

¹⁹ & JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES - UTAD, PORTUGAL. Email: jbarto@utad.pt

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centra-se no âmbito da unidade curricular História da Comunicação e dos Media.

Este trabalho retrata o tema “A transformação da rede social Instagram desde a sua criação até aos dias atuais”.

Atualmente o tempo que passamos online e nas redes sociais é cada vez maior, e dado que o Instagram é das redes sociais mais utilizadas nos dias de hoje, principalmente pelos jovens, decidimos direcionar o tema do nosso estudo para esta plataforma. Sendo que as redes sociais são um grande tópico de debates na atualidade este tornou-se um tema pertinente e interessante para ser abordado no nosso estudo.

As redes sociais são uma ferramenta muito utilizada pelas pessoas no mundo todo, mas o seu impacto nem sempre foi o mesmo, aquilo que começou como uma ferramenta de conhecer e interagir com pessoas, ao longo dos tempos, foi-se modificando e é visto, hoje em dia, como um espaço onde se pode usufruir de diversos tipos de conteúdos e descobrir novos interesses.

Redes sociais como o *Youtube*, o *TikTok* e o *Instagram* podem levar um utilizador à fama e possibilitam que os seus utilizadores recebam dinheiro dos conteúdos que criam. Devido a isso termos como “*Youtuber*” e “*influencer*” passaram a fazer parte do léxico da população, que encontram exemplos a seguir e formas de aliviar os seus problemas, bons ou maus, fazem com que muitos dos jovens, hoje em dia, sonhem em ser *Youtubers* ou *influencers* digitais.

Mark Zuckerberg, CEO da empresa META que detém as redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, entre outras, disse numa entrevista em 2020, que as redes sociais foram criadas para gerar ligações e interagir com as pessoas, e isto fez-nos refletir como as redes sociais estão a ser empregues agora em comparação de como eram usadas no início da sua criação.

Os cidadãos estão quase que dependentes das redes sociais hoje em dia, e grande parte dos ávidos utilizadores desenvolve sintomas de stress e ansiedade caso não possam aceder às redes sociais por grandes períodos de tempo.

Com este trabalho nós pretendemos compreender como a rede social *Instagram* surgiu e transformou-se ao longo dos anos, tendo em conta as mudanças pelas quais esta passou e o impacto que esta rede tem nos seus utilizadores a nível psicológico e a nível social.

Pretendemos também saber como a interação entre rede social e utilizador mudou ao longo dos tempos e que impactos isso causou na sociedade da época.

REVISÃO DA LITERATURA

Definição de rede social

A internet representa hoje, sem dúvida, em todo o mundo, um dos melhores e mais baratos meios de comunicação, ocupando, diariamente, milhões de computadores, linhas telefônicas, tablets e smartphones, onde pessoas buscam obter os mais variados tipos de informações (Vasconcelos e Brandão 2017).

Filipe Carrera, afirma que as redes sociais são “uma estrutura social composta por entidades (indivíduos e organizações), que está interligada de diversas maneiras e que partilha valores, ideias, fluxos financeiros, amizades, sentimentos amorosos, laços familiares, etc.” (Carrera 2011). Uma das características fundamentais na definição das redes sociais é a sua abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos entre as pessoas.” (Oliveira, 2016). Uzzi e Spiro (2005) definiram uma rede social como uma estrutura de uma rede de comunicação densamente agrupada e com ligações curtas entre os seus membros (ou seja, o número médio de passos que leva cada ator da rede para atingir os outros) (Sousa, 2017).

História e evolução das redes sociais

Não é novidade para ninguém que as tecnologias, mais especificamente, as redes sociais se tornaram uma grande parte das nossas vidas e do nosso dia a dia, tanto a nível pessoal como a nível profissional, (Baynast et al., 2018; Duncan & Moriarty, 1998).

Durante muito tempo, foi a televisão a maior invenção tecnológica e a maior fonte de acesso à informação que as pessoas dispunham, no entanto esta deixou de o ser com o aparecimento da internet e das redes sociais, que permitiu a criação e a visualização de conteúdo por todos os seus utilizadores, alcançando um grande número de pessoas de uma só vez (Cardoso, 2011).

Mas afinal o que são redes sociais? Segundo o dicionário da língua portuguesa redes sociais são: "1. conjunto de relações entre pessoas ou organizações que partilham interesses, 5 conhecimentos e valores comuns, por meio da internet" ou "2. site ou página da internet onde se estabelece esse tipo de relações, através da publicação de comentários, fotos, links, etc.".

Kaplan & Haenlein, 2010 por sua parte, caracteriza as redes sociais como um conjunto de aplicações onde é possível a troca e criação de informações entre os seus utilizadores. Esta troca de informações, através das variadas plataformas acaba por ajudar a estabelecer ligações entre os usuários, daí as redes sociais terem origem em duas áreas diferentes de estudo, a área da comunicação e a área da sociologia (Peters et al., 2013) e é destas ligações criadas, que a palavra redes surge em redes sociais, bem como este conceito de redes que advém da teoria dos grafos, proposta inicialmente por Leonhard Euler um matemático e físico suíço em 1736 (Ferreira, 2011).

A teoria dos grafos, tem por base o estudo dos grafos, que são conjuntos de vértices e arestas que se ligam entre eles, o que também acontece através das redes sociais com as pessoas (Lucchesi, 1977). Com o passar dos anos, a forma como nos comunicamos, foi um aspeto que sofreu sem dúvida muitas transformações, passando pelas cartas, pelos correios, pelos computadores e telemóveis. Simultaneamente a tecnologia ia evoluindo e com ela a forma de comunicar também sofria alterações. Nesta medida, as tecnologias através das redes sociais desenvolveram uma ferramenta de comunicação muito poderosa para os dias de hoje. No entanto, as redes sociais nem sempre foram como as conhecemos na atualidade, ao longo dos anos, como já referido, elas foram-se transformando e adaptando às necessidades dos seus utilizadores.

Nos inícios do ano 30, por culpa da segunda guerra mundial muitos psicólogos emigraram da Alemanha Nazista para os Estados Unidos com a intenção de promover os seus estudos. Os principais psicólogos, que emigraram e que de certa forma ajudaram na formação das redes sociais foram: Kurt Lewin, Heider e Jacob Moreno, sendo este último o responsável por desenvolver técnicas quantitativas de recolha de dados relacionais, que apresentou através de gráficos com recurso à observação e recolha sistémica de dados (sociometria). Este pensamento sistémico leva as redes a desenvolver novos valores, novas formas de pensar e novas atitudes, resultando no uso, pela primeira vez, em 1954 por John A. Barnes, da palavra redes sociais (Fialho, 2014).

Os grandes responsáveis pela transformação das redes sociais de forma tão rápida e impressionante são, segundo (Boyd, Ellison, 2007:211), os jovens, pois de acordo com um estudo realizado, os jovens na década passada, que remete aos primeiros anos após o aparecimento dos computadores e da internet, encontravam-se emocionados e confortáveis com a sua utilização. Todavia, antes de as redes sociais se globalizarem e chegarem ao resto da população, começou a ser utilizada em 1969, especificamente, entre quatro universidades

dos Estado Unidos o “arpanet”, uma rede social desenhada para facilitar a comunicação entre as quatro universidades. Mais tarde, foram lançados os sites (as primeiras plataformas digitais), que foram um portal para a comunicação online, e estas por sua vez abriram portas para as primeiras redes sociais. Isto tudo era acessível através dos computadores, mas com o passar do tempo, com as rápidas transformações que estavam a acontecer e o aparecimento dos smartphones essas experiências acabaram por mudar-se para os telemóveis. O que nos leva à nossa atualidade onde todos nós temos redes sociais e telemóveis connosco, que nos permitem acesso rápido e em qualquer lugar (*The Evolution of*, 2021).

Como utilizar as redes sociais:

Kaplan & Haenlein (2010), disponibilizam cinco indicações de como ser influente nas redes sociais:

- Ser ativo - criar envolvimento com os clientes (público-alvo);
- Ser interessante - o primeiro passo é perceber “o que os clientes gostavam de saber, o que gostavam de falar e o que podem achar interessante e valioso”. O segundo passo, e último neste tópico, é partilhar, através das plataformas, conteúdos que vão de encontro às expectativas dos clientes;
- Ser humilde - aprender continuamente como usar as redes sociais;
- Não ser profissional - ser comum, evitar conteúdos excessivamente profissionais pois a naturalidade acaba por conquistar mais pessoas devido a uma maior identificação com o “influencer”;
- Ser honesto - respeitar as regras de uso de qualquer tipo de rede social;

- Escolher cuidadosamente - escolher o tipo de social media que melhor se adequa à organização ou marca e onde se encontram os seus consumidores;
- Garantir coerência - para quem possui mais do que uma plataforma nas redes sociais, é importante manter a mesma coerência em todas as plataformas;
- Garantir integração dos media: integração entre o social media o media tradicional;
- Acessibilidade a todos: verificar se o acesso está disponível para todos.

Redes sociais nos dias de hoje

As redes sociais tornaram-se um dos principais pilares da comunicação e interação na sociedade contemporânea. O que começou como ferramentas simples para conectar pessoas transformou-se em plataformas multifacetadas, que impactam áreas como negócios, educação, entretenimento, política e até saúde mental.

O *Instagram*, *Facebook*, *TikTok*, *Twitter* (agora *X*) e muitas outras redes são hoje indispensáveis para milhões de pessoas ao redor do mundo. Nos últimos anos, as redes sociais alteraram profundamente a forma como nos conectamos e comunicamos. A possibilidade de interagir em tempo real, compartilhar momentos e criar conteúdos democratizou o acesso à informação e deu voz a milhões de pessoas com temas e causas muito importantes de ser ouvidas.

Hoje, é possível manter contato com familiares distantes, criar comunidades com interesses comuns e promover causas sociais com uma simples publicação online. Apesar das vantagens, as redes sociais também trazem desafios significativos. Estudos apontam que o uso excessivo pode levar a problemas como ansiedade, depressão, sensação de inadequação e dependência digital. O constante bombardeio de informações e a busca por validação através dos “likes” e comentários influenciam a saúde mental de muitos utilizadores, especialmente entre jovens.

No âmbito social, as redes sociais moldaram a forma como consumimos conteúdo e interagimos com o mundo. Campanhas publicitárias, movimentos políticos e até debates sobre questões globais ganham amplitude graças a essas plataformas.

No entanto, a disseminação de *fake news* e o discurso de ódio são problemas persistentes que requerem atenção e regulação. Para as gerações mais jovens, as redes sociais são quase uma extensão da sua identidade. Aplicações como o *TikTok* e o *Instagram*, por exemplo, são muito mais do que entretenimento, tornaram-se espaços para autoexpressão, empreendedorismo e até ativismo. Todavia, o consumo incessante de conteúdos idealizados pode distorcer a visão da realidade, promovendo padrões inalcançáveis e aumentando a pressão social. O futuro das redes sociais aponta para uma integração ainda maior com as nossas vidas.

Contudo, essas inovações trazem novos dilemas éticos, como a privacidade dos dados e a manipulação algorítmica. As redes sociais são um reflexo e um motor da sociedade moderna. Embora ofereçam oportunidades incríveis de conexão e desenvolvimento, é crucial promover o uso consciente e equilibrado, garantindo que as pessoas possam beneficiar delas sem comprometer a sua saúde mental e a integridade social. Nos últimos anos, a internet tem vindo a ser o palco de expansão de várias plataformas de comunicação online, que parecem ter ganho um lugar proeminente nas práticas da vida quotidiana das pessoas em todo o mundo.

Segundo Ito et al. (2010), os media digitais estão incorporados no nosso dia-a-dia e fazem parte de um conjunto de alterações na maneira como produzimos conhecimento, como nos comunicamos e como nos expressamos criativamente.” (Almeida 2012). O uso das redes sociais tornou-se uma parte normal da vida dos jovens. Os seus benefícios incluem a capacidade de se comunicar com amigos, o acesso informações rapidamente e obter novos conhecimentos, além de manter contacto com mentores adultos, incluindo pais, familiares e professores (Matos et al 2020). O tempo gasto online, especialmente se o uso das mídias sociais for frequente e/ou problemático, substitui as oportunidades de se envolver em atividades sociais 8 presenciais, construtivas e protetoras que promovem o desenvolvimento sócio emocional e moral do cidadão (Matos et al 2020).

As associações entre uso intenso e problemático e *cyberbullying* podem ser exacerbadas por vulnerabilidades cognitivas, emocionais e sociais associadas, porque este fornece uma maneira segura e anónima de expressar frustrações, o que pode se traduzir em agressão online entre jovens vulneráveis. (Matos et al 2020) “A maré mudou. As grandes esperanças em relação ao impacto positivo da Internet e da participação digital na sociedade civil diminuíram nos últimos anos.” (Treré, 2016) e o florescimento de movimentos sociais e ativismo da média digital, possibilitados pela Internet, vieram ao de cima, e revelaram-se comuns nos últimos anos.

O mundo digital é agora cada vez mais discutido em termos do seu papel em colocar a democracia em risco e polarizar o debate público ao propagar visões extremistas e falsidades.” O lado sombrio das tecnologias da média digital é que elas também podem ser meios de supressão, em vez de ferramentas de empoderamento” (Treré, 2016). Da mesma forma, a percepção da chamada “media alternativa” como portadores benéficos de esferas contra públicas, dando voz a posições minoritárias e críticas como importantes corretivos para posições dominantes no debate social, mudou. “Oásis de voz e deliberação anteriormente romantizados, que fornecem uma brisa fresca para o progresso democrático, agora são suspeitos de representar pântanos imundos de ecologias de desinformação, ferramentas vis para agitação política ou mesmo impulsionadores da radicalização.” (Schwarzenegger 2021).

INSTAGRAM

Acreditemos ou não, o *Instagram* nem sempre foi como o vemos hoje. Mesmo sendo uma das aplicações com mais utilizadores (com mais de mil milhões de utilizadores mensais), passou por várias alterações para chegar à sua versão atual, e ainda assim imperfeita.

Sarah Frier, no seu livro “Sem Filtro”, diz que “O *Instagram* foi uma das primeiras aplicações a explorar a fundo a nossa relação com os telefones, levando-nos a viver por intermédio de uma câmara para obter como recompensa validação digital.”.

Frier refere que os fundadores da rede social tentaram ao máximo preservar a ideia original, evitando alterar aquilo que funcionava, como as maneiras de medir o “sucesso”, as mesmas que continuam a permitir que os utilizadores se comparem uns com os outros. “Com cada gosto e seguidor, o utilizador recebia uma pequena dose de satisfação, enviando dopamina para os centros de recompensa do cérebro”, escreve a autora. Os tempos evoluem e com isso a aparição dos filtros. O *Instagram* passou a integrar mais uma ferramenta de comparação com os outros no seu software e as imagens passaram a ser melhoradas com os mesmos repetidamente. “Os utilizadores passaram a acreditar que tudo o que viam fora editado”, diz Frier,

A realidade não interessava tanto como a inspiração e a criatividade”. Sarah Frier acrescenta ainda que a comunidade de utilizadores criou a hashtag *#nofilter* para distinguir os seus conteúdos daqueles que foram modificados. Segundo o mesmo livro, um curto período de tempo depois da aplicação ter alcançado os seus mil milhões mensais, em 2018, os seus criadores deixaram a empresa. Systrom e Krieger descobriram que mesmo que se chegue aos mais altos escalões do mundo dos negócios, nem sempre se obtém o que se quer.

E assim começa a jornada do Instagram pelo mundo. Uma pequena ideia pode tornar-se a maior rede social dos últimos tempos, e um simples universitário, o originário de um grande império construído com a sua imaginação, suor e lágrimas.

Criadores

Kevin Systrom, nascido a 30 de dezembro de 1983, não pensava em desistir da faculdade e mesmo assim encontrou-se com Mark Zuckerberg. É assim que Sarah Frier começa a explicar como é que um simples universitário, que recusou o convite do jovem Zuckerberg para o ajudar a implementar a imagem no que era um rascunho do atual *Facebook*, se tornou cofundador e criador da ideia original da rede social mais famosa, o *Instagram*.

De acordo com o livro de Frier, Systrom já tinha um site protótipo, o *Photobox*. Esse site dava liberdade a quem quisesse para pôr ficheiros de imagem pesados e poder imprimi-los ou partilhá-los. Apesar do interesse de Zuckerberg no simples programador, a mentora do programa de empreendimento de Systrom disse-lhe que o *Facebook* não passaria 10 de uma moda. O jovem estudante considerou e escolheu ir estudar para Florença ao invés de se aventurar na pequena *startup* de Mark Zuckerberg.

Frier, contando a história de Kevin Systrom ao pormenor, acaba por referir que este trabalhou em vários cafés, tentando aprimorar a sua fotografia, experimentando novos estilos e aprendendo a fazer cappuccinos. A *Facebook* conseguiu integrar as fotos sem a colaboração de Systrom e este “[...] sentiu que fora uma oportunidade perdida.”. Mais tarde na vida de Systrom mas em questão de páginas no livro de Sarah, Systrom constrói o Burbn, um website que “Permitia às pessoas dizerem onde estavam, ou aonde pensavam ir, para os amigos se juntarem.”. O criador do Burbn e o nosso personagem principal acabou por conhecer Steve Anderson, segundo a autora o “responsável por uma mais discreta loja de investimento chamada *Baseline Ventures*”, que se interessou pelo

trabalho de Systrom e deu algumas condições para o poder apoiar financeiramente. A principal condição dada por Anderson foi que teria de arranjar um cofundador, então o criador começou a sua procura.

Em primeiro lugar, tentou pedir ajuda ao seu companheiro “nas brincadeiras com aplicações”, segundo Frier. Hochmuth recusou. No entanto, diz a autora, que sugeriu que pedisse a Mike Krieger, que teria sido um dos primeiros usuários da Burbn.

Mike Krieger, nascido a 4 de março de 1986, também estudante americano e criado no Brasil. Construiu a sua primeira aplicação, *Crime Desk SF*, que era um banco de informações sobre os crimes em São Francisco, mas que não fez muito sucesso. Ao convite de Systrom, no entanto, Sarah Frier diz que respondeu positivamente e com entusiasmo, tornando-se assim cofundador oficial.

Claro que, sendo brasileiro, Krieger precisou de atualizar o seu visto e provar ao governo americano que a Burbn era uma empresa fiável para se trabalhar. Isto fez com que Systrom e o seu mais recente cofundador precisassem de arranjar maneira de mostrar ao governo e às pessoas que eram de confiança. Para isso, a autora escreve que “Explicaram aos funcionários que planeavam vir a fazer dinheiro com um sistema local de cupões [...]” e forçaram a ideia de que no terceiro aniversário da aplicação teriam um milhão de utilizadores.

A autora dá detalhes de toda a relação dos cofundadores até chegarem a sair da empresa em 2018. Mas do Burbn ao Instagram, houve um caminho muito maior a ser percorrido.

Do protótipo à aplicação

Em Sem Filtro conseguimos obter uma descrição pormenorizada de todo o caminho dos dois programadores com a aplicação, mas neste trabalho vamos só abordá-la por alto com base nas informações que Sarah Frier recolheu.

Systrom continuou a trabalhar com Krieger apesar dos altos e baixos e do medo de acabarem como os fundadores do *Twitter* ou do *Facebook*, mas não confiavam em mais ninguém se não um no outro. Com a ajuda financeira de Anderson e a busca por mais investidores, foram testando diversas formas de melhorar e modificar o seu *website* inicial.

Fizeram uma aplicação que fosse compatível com *iPhone* tentando encontrar o caminho para a sua aplicação de sucesso. “Qual era o *Twitter* de Systrom e Krieger?”, pergunta Sarah Frier. Entre preocuparem-se com o dinheiro que tinham e trabalhar num ambiente caótico como era o café onde se encontravam para trabalhar, os fundadores viram-se obrigados a fazer uma “sessão de brainstorming”, como descreve a autora, num quadro branco que conseguiram arranjar. Decidiram assim que as fotos eram a característica principal da sua aplicação e começaram a trabalhar a partir daí. Fizeram apenas a aplicação para *iPhone* pois era o que Krieger sabia fazer melhor: “O primeiro protótipo chamou-se *Scotch*”, é assim que Sarah Frier começa a contar a jornada dos dois jovens adultos pelo longo caminho de protótipos. Decidiram que as fotos seriam quadradas, que os seguidores seriam por interesses, como no *Twitter*, e não por amizades, como no *Facebook*, que para gostar era apenas clicar duas vezes e usaram uma polaroid branca para logotipo. O nome, no entanto, foi mais complicado. Mais tarde, inseriram os filtros, “Se as pessoas iam passar as fotos por filtros, mais valia fazerem-no dentro da aplicação”, pensava Systrom. Mantiveram a aplicação num estilo minimalista para que fosse algo novo e chamativo. Mais tarde, depois de muito pensar, arranjaram um nome 12 que queriam que fosse de fácil pronúncia e escrita. E “por isso arranjaram «Instagram», uma combinação de «instantâneo» e «telegrama»”.

A 6 de outubro de 2010, de acordo com Frier, o Instagram foi lançado e automaticamente tornou-se viral. Muita coisa mudou, desde *stories* a *reels*, passando por uma loja online e o próprio botão de partilha. Mas o Instagram é essencialmente o mesmo: minimalista e de fácil uso, para que continue a funcionar para todas as pessoas.

Ferramentas do Instagram

Uma das ferramentas é a opção de marcação de utilizadores com o uso do ícone @ seguido do nome de utilizador registado na rede, permitindo o acesso facilitado aos pequenos empreendedores um ganho de notoriedade na comunidade sem custo. (SILVA; RIOS, 2016). Uma outra ferramenta que incorpora o *Instagram*, promovendo a interatividade, adesão por meio do compartilhamento de imagens, perguntas, além de interações ao vivo, são os *stories*, onde os conteúdos são disponibilizados a todos os utilizadores, em formato de Broadcast, ou seja, acessando ao primeiro conteúdo da linha do tempo, os outros serão exibidos sequencialmente, em formato *looping* infinito.

Dentro dos *stories*, é possível encontrar mais ferramentas como o *Boomerang*, que permite a criação de vídeos curtos similares aos *GIFS* disponibilizados na galeria do próprio Instagram, podendo adicionar clima, *stickers*, músicas e outros. (MIGUEL, 2019; AGUIAR, 2016).

A aplicação Instagram oferece filtros em fotos e vídeos, além de publicá-las num perfil, onde os seguidores poderão ver, gostar, comentar e compartilhar (PEIXOTO, 2015).

O Instagram fornece a ferramenta *hashtag*, por meio do uso do ícone #, que permite um agrupamento de postagens correlatas em uma mesma *tag* que em inglês quer dizer etiqueta. As *tags* na internet são palavras que servem justamente como uma etiqueta e ajudam na hora de organizar informações, facilitando assim sua localização, pois a *hashtag*, transforma-se em um *hyperlink*, promovendo aos utilizadores resultados mais ágeis, proporcionando o encontro dos conteúdos. Desta forma, o engajamento entre usuários e 13 marcas é 10 vezes maior em relação ao Facebook. Graças a 70% dos *hashtags* mais utilizadas no mundo, pois são correlatas a marcas e produtos (Castro, 2021).

CONCLUSÃO

O *Instagram* nasceu em 2010 com o objetivo de ser uma plataforma simples para compartilhamento de fotos.

Desde então, evoluiu significativamente, moldando e sendo moldado por mudanças culturais, sociais e tecnológicas. Inicialmente focado em capturar momentos do dia a dia, ele acabou por se transformar num poderoso motor de comunicação visual e de negócios.

Hoje, o *Instagram* não é apenas uma rede social é um espaço de influência cultural, marketing, entretenimento e ativismo. A introdução de ferramentas como *stories*, *reels* e compras online demonstrou a sua capacidade de adaptação às exigências dos usuários e às tendências globais. Essas inovações tornaram-no uma plataforma versátil, conectando pessoas, marcas e comunidades de forma instantânea e interativa.

Vivemos um período em que já nem se coloca a hipótese de sair de casa e não levar atrelado o telemóvel (como se de um bem essencial à vida se tratasse). Isto porque é um recurso prático, facilmente transportável e que nos dá todas as informações e notícias relevantes dos quatro cantos do mundo com uma rapidez quase sobrenatural. No entanto,

a máxima que dita que esta dependência apenas aos jovens diz respeito, não é condizente com a realidade em que vivemos.. Os meios de comunicação vieram arrebatando tudo e todos, sem deixar ninguém isento. Os hábitos; as rotinas; as ideologias: tudo mudou e todos são exemplos disso.

Adolescentes envolvidos no universo das redes sociais ou adultos que viram o paradigma alterar à frente dos seus olhos: ninguém sai indiferente da avalanche dos títulos alarmistas, dos textos fraturantes e da rapidez de propagação.

As redes sociais estão munidas de uma enormidade de funções e ferramentas que vão muito além daquilo que se imaginava há uns anos sobre os dias de hoje. O Instagram dá-nos o poder de fazer, praticamente, tudo aquilo que imaginamos. Fazer algo de útil e aprazível para a sociedade. Fazê-lo ou não? Está nas nossas mãos.

Sendo assim, podemos concluir, que a evolução do *Instagram* trouxe desafios, como o impacto na saúde mental e a pressão pela perfeição. Esses pontos destacam a dualidade do progresso tecnológico: enquanto facilita conexões e oportunidades, também exige uma reflexão sobre o uso responsável e ético das plataformas digitais. Assim, o Instagram representa uma janela para a transformação da sociedade digital, onde a forma como comunicamos, consumimos e nos expressamos continua em constante reinvenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, D. F. A. (2012). *Redes sociais e educação para os media: Um retrato da imprensa portuguesa*. RCAAP. <http://hdl.handle.net/1822/23262>

Alves, P. C. (2021, maio). O contributo das redes sociais e do marketing de conteúdo para a fidelização do cliente de ginásios portugueses. RCAAP. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36577/1/luis_alves.pdf

Cardoso, F. S. (2017, 6 de novembro). A evolução das redes sociais na execução de projetos em um agrupamento escolar. *Scielo*. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/vNKLTWqdb6fJSsKVLQfstLs/?lang=pt>

Cardoso, G. (2011). *Redes sociais: Comunicação e mudança*. Repositório ISCTE.

Carrera, F. (2011). *Networking – Guia de sobrevivência profissional* (2.^a ed.). Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-639-7

Costa Ferreira, G. (2011). *Redes sociais de informação: Uma história e um estudo de caso* (Tese de mestrado). Universidade de São Paulo.

Frier, S. (2021). *Sem filtro: Como o Instagram transformou os negócios, os influenciadores e a sociedade*. Clube do Autor.

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2008/1/Final%20TCC%20Thaynara%20Castro%20-%202021.pdf>

Grover, P., Kumar Kar, A., & Dwivedi, Y. (2022). The evolution of social media influence: A literature review and research agenda. *ScienceDirect*.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667096822000593>

Matos, M., Craig, W., King, N., Vieno, A., & Molcho, M. (2020). Social media use and cyber-bullying: A cross-national analysis of young people in 42 countries. RCAAP.

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/43714>

Oliveira, L. S. de, & Alturas, B. (2016). Utilização das redes sociais: Impacto na reputação das empresas. RCAAP. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/25345>

Rocha Fialho, D. M. (2014). *Análise de redes sociais: Princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento*. Repositório Universitário de Évora.

Schwarzenegger, C. (2021, 3 de fevereiro). Communities of darkness? Users and uses of anti-system alternative media between audience and community. RCAAP.

<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/3418>

Vasconcelos, F. A., & Brandão, F. H. (2017, 5 de junho). As redes sociais e a evolução no século XXI. *Google Académico*.

<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/225>

The evolution of social media (1994–2022): How it changed the way we live. (2022). Screenplay by Evolution of.

A BIOMETRIA COMO PRETEXTO DE FALÊNCIA GLOBAL DA INTERNET – A SOCIEDADE BÁRBARA²⁰

Biometrics as a pretext for the global failure of the internet – The barbaric society

COSTA, Jonivário Cassuada da²¹; & KIMBANDA, Francisco Jacucha Cahuco²²

Resumo

Ora bem, este artigo discute a biometria como dispositivo de controle social e político, apontando como sua imposição crescente pode atuar como catalisador de um colapso das estruturas globais da internet. Argumenta-se, portanto, que a biometria, sob a justificativa de segurança e eficiência, revela-se um pretexto para vigilância massiva, exclusão digital e erosão de direitos fundamentais, conduzindo a um estado de “barbárie tecnológica”. Portanto, este artigo propõe objetivamente que a biometria constitua não apenas ferramenta de identificação, mas, sobretudo pretexto para legitimar a falência do projeto emancipatório da internet. O artigo fundamenta-se em referenciais críticos da sociologia, filosofia política e estudos de tecnologia.

Abstract

Well than, this article discusses biometrics as a device of social and political control, highlighting how its increasing imposition can act as a catalyst for a collapse of global internet structures. It argues, therefore, that biometrics, under the guise of security and efficiency, proves to be a pretext for mass surveillance, digital exclusion, and the erosion of fundamental rights, leading to a state of “technological barbarism”. Therefore, this article objectively proposes that biometrics constitute not only an identification tool but, above all, a pretext to legitimize the failure of the internet's emancipatory project. The article is grounded in critical frameworks from sociology, political philosophy, and technology studies.

Palavras-chave: *Biometria; Internet; Vigilância; Barbárie; Exclusão digital.*

Keywords: *Biometrics; Internet; Surveillance; Barbarism; Digital exclusion.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

²⁰ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

²¹ JONIVÁRIO CASSUADA DA COSTA - Universidade Rainha Njinga A Mbandi & Analista Político e Comentarista do Programa Conversas Africanas da Emissora da Rádio Provincial de Malanje ANGOLA. Email: jonivaniocassuada@gmail.com

²² FRANCISCO JACUCHA CAHUCO KIMBANDA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: francisco.jacucha1@uan.ao

“Não devemos nos fixar no que esse novo arsenal de tecnologias digitais nos permite fazer sem antes perguntar o que realmente vale a pena ser feito” Evgeny Morozov.

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a internet, enquanto espaço global de comunicação, foi concebida como instrumento de partilha e democratização do conhecimento. No entanto, sua crescente captura por mecanismos de vigilância estatal e corporativa transforma-a em espaço de controle. A biometria emerge como dispositivo central nesse processo: impressões digitais, reconhecimento facial, íris e voz tornaram-se chaves obrigatórias de acesso.

O ponto decisivo está em que esses sistemas não são apenas meios de autenticação, mas portas de entrada para a captura de dados íntimos do corpo humano. Ao exigir biometria para acessar serviços digitais, governos e corporações passam a deter não apenas informações cadastrais, mas traços biológicos únicos e irreversíveis. Isso significa que a identidade digital deixa de ser um simples código de acesso e passa a ser uma extensão inseparável do corpo, submetida à lógica do mercado e da vigilância (Zuboff, 2019).

Na mesma linha de pensamento, Bruce Schneier (2015) é direto ao afirmar que a coleta biométrica representa a fase mais avançada do modelo de negócio da internet baseado na vigilância, pois o usuário não tem opção: “ou aceita entregar seus dados, ou fica excluído”. Nesse sentido, a biometria opera como mecanismo de coerção disfarçado de conveniência tecnológica. Defende-se, portanto, que a biometria atua como pretexto político e ideológico²³ para a erosão do projeto emancipatório da internet, legitimando exclusões e hierarquizações digitais.

²³ A biometria, assim, não é escolha livre, mas imposição silenciosa que redefine a cidadania digital a partir da submissão ao código algorítmico. Essa apropriação técnica projeta-se como forma de barbárie contemporânea. Diferente da ideia clássica do bárbaro como ausência de civilização, aqui se trata do excesso instrumental da técnica que subjuga a dignidade humana. Fanon (1961/2005) já denunciava a violência das estruturas classificatórias coloniais que reduziam sujeitos à condição de objetos. Hoje, a lógica biométrica repete essa violência no espaço digital: quem não é reconhecido pelo algoritmo torna-se inexistente para o sistema.

A análise insere-se no debate crítico acerca da vigilância, da colonialidade e da modernidade tecnológica, problematizando como a promessa de segurança e eficiência encobre a consolidação de uma nova forma de barbárie informacional.

Ora bem, a situação é gravíssima, é embaraçosa e lastimável, pois, esse quadro, infelizmente, coloca em causa os Direitos Humanos e Fundamentais consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Nos termos do artigo 1º afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, mas a imposição da biometria estabelece uma hierarquia de reconhecimento que exclui os não identificados digitalmente. Além disso, o artigo 12º garante que “ninguém será sujeito a interferências arbitrárias em sua vida privada”, o que é diretamente violado pela coleta compulsória de dados biométricos. Logo, a expansão do controle digital implica um paradoxo: em nome da segurança, compromete-se a própria base da dignidade humana.

Então, a biometria opera como pretexto político e ideológico para a erosão do projeto emancipatório da internet, legitimando exclusões e hierarquizações digitais. O que deveria ser espaço de circulação livre de saberes converte-se em um ambiente marcado pela vigilância, pela segmentação e pela negação de humanidade. A análise que segue insere-se nesse debate crítico, discutindo como a promessa de segurança e eficiência oculta a consolidação de uma sociedade bárbara informacional, onde a tecnologia não emancipa, mas oprime, em clara contradição com os princípios fundadores da Carta da ONU. É de facto aqui onde reside a problemática deste artigo; é justamente isso a que denominamos por sociedade bárbara.

Nessa ordem de ideias, o problema de pesquisa é:

Será que a utilização da biometria como requisito de acesso digital compromete os direitos humanos e fundamentais consagrados pela Carta da ONU, transformando a internet de um espaço emancipatório em uma sociedade bárbara informacional?

Para o efeito, eis as hipóteses:

1. *Hipótese principal:* A biometria, embora apresentada como instrumento de segurança digital, funciona como dispositivo político e ideológico que reforça mecanismos de exclusão, violando princípios fundamentais da dignidade humana.

2. *Hipótese secundária 1:* A exigência de credenciais biométricas constitui um processo de hierarquização digital que contradiz o princípio de igualdade universal estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.
3. *Hipótese secundária 2:* A biometria legitima a consolidação de um modelo de internet fragmentada, controlada por Estados e corporações, caracterizando um processo de regressão civilizatória que pode ser descrito como barbárie tecnológica.

Portanto, para responder o problema levantado e auxiliar as hipóteses, elaboramos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Analisar criticamente o uso da biometria como pretexto de controle digital e discutir como este processo conduz à violação de direitos humanos fundamentais, contribuindo para a constituição de uma sociedade bárbara informacional.

Objetivos específicos:

- Examinar o papel da biometria na arquitetura de vigilância digital contemporânea.
- Correlacionar a coleta compulsória de dados biométricos com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Identificar os impactos da biometria na exclusão digital e na produção de hierarquizações sociais.
- Investigar como autores da sociologia crítica e da teoria tecnológica interpretam os riscos do controle algorítmico.
- Argumentar que a utilização da biometria, em vez de proteger, pode induzir a uma forma de barbárie digital legitimada.

Daí que, este artigo justifica-se pela necessidade de problematizar criticamente a utilização da biometria na era digital. Embora apresentada como solução técnica para a segurança, tal prática implica consequências sociais, políticas e éticas que não podem ser ignoradas. A captura de dados corporais inalienáveis transforma a identidade humana em objeto de mercado e de vigilância permanente, colocando em risco direitos fundamentais como a privacidade, a liberdade e a igualdade.

Vale a pena dizer que, o tema reveste-se de relevância teórica e prática. Do ponto de vista acadêmico, contribui para a reflexão interdisciplinar entre tecnologia, sociologia e direitos humanos. Do ponto de vista social, alerta para os perigos da naturalização da vigilância biométrica, em especial nos países do Sul global e países africanos onde a ausência de regulações adequadas agrava as vulnerabilidades. Ao correlacionar o avanço tecnológico com a noção de barbárie, o artigo busca evidenciar que o problema não está na tecnologia em si, mas no modo como ela é apropriada para fins de exclusão e controle, em contradição direta com os princípios fundadores da ONU. Portanto, investigar a biometria como pretexto de falência global da internet significa questionar o próprio futuro da cidadania digital e da dignidade humana no século XXI (o marco **teórico** deste artigo tem como base em Castells, Morozov, Diop e Fanon, integrando esses pontos de vigilância, colonialidade e barbárie digital).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A teoria da sociedade em rede

Se olharmos para a teoria de Manuel Castells (1999) vamos verificar que a internet representa o núcleo organizador da sociedade em rede, constituindo-se como uma infraestrutura comunicacional que redefine as relações de poder, identidade e produção. Para o autor, a conectividade não é neutra: ela depende de quem controla os fluxos informacionais e os códigos que estruturam a rede (Castells, 1999, p. 23). Ao situar a biometria nesse contexto, observa-se que ela se torna uma tecnologia de “nó” e “fluxo” — um ponto de passagem obrigatória que filtra, permite ou nega acesso. Assim, o ideal de democratização da rede é tensionado pela captura dos corpos como senha de entrada, gerando uma arquitetura de exclusão.

A colonialidade da técnica

No viés do pensador africano, a ciência e a técnica, ao longo da história, não são neutras, mas instrumentos de hegemonia cultural e política. Segundo este autor, a apropriação desigual da técnica perpetua relações coloniais e a subordinação do continente africano (Diop, 1987, p. 56).

Nesse sentido, a biometria pode ser interpretada como prolongamento da lógica colonial: dados corporais de populações de África e do Sul global são extraídos e armazenados em servidores controlados por centros hegemônicos. A colonialidade do poder tecnológico aparece, portanto, na forma como a biometria transforma identidades em recursos a serem explorados.

A ilusão da solução tecnológica

Muito bem, quão sábio foi Evgeny Morozov (2011) ao denunciar o que denomina de “solucionismo tecnológico”: a crença de que problemas políticos e sociais podem ser resolvidos unicamente por dispositivos técnicos. Para o autor, essa visão legitima formas sofisticadas de vigilância e desresponsabiliza os atores políticos (Morozov, 2011, p. 45). A biometria insere-se nesse quadro como um suposto remédio contra fraude e insegurança digital, mas que na prática amplia o poder de monitoramento e controle social. O discurso da segurança, portanto, opera como máscara ideológica para práticas que corroem a própria noção de liberdade e cidadania digital.

A desumanização na modernidade tecnológica

Frantz Fanon (1961) analisou como a colonialidade se sustenta pela objetificação dos corpos, que são reduzidos a instrumentos de poder. Para ele, a violência colonial não é apenas física, mas simbólica e estrutural, convertendo sujeitos em coisas (Fanon, 1961, p. 92). A biometria, nesse sentido, pode ser lida como continuidade dessa lógica: o corpo não é mais apenas marcado pela raça ou pela dominação direta, mas codificado em padrões numéricos que definem quem pode ou não pode participar do espaço digital. Tal codificação implica uma forma de barbárie contemporânea, pois transforma a promessa da internet em mecanismo de segregação.

A centralidade dos direitos humanos na era digital de Henkin e a efetividade dos direitos na era tecnológica em Bobbio

Muito bem, o grande problema e o paradoxo sempre foram como se poderão proteger os direitos humanos, sobretudo, numa sociedade digital como a nossa, — Segundo Bobbio (1992):

O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. Um problema de garantia, não de fundamento. Os direitos naturais são direitos históricos, ou seja, nascem em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascem de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (Bobbio, 1992, p. 5).

Daí que, a discussão sobre biometria e vigilância não pode ser dissociada do quadro normativo internacional que assegura a dignidade da pessoa humana. Louis Henkin (1990), um dos mais renomados juristas a tratar do tema, argumenta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui “a Constituição da comunidade internacional” (Henkin, 1990, p. 18). Para o autor, os direitos consagrados pela ONU — como a liberdade, a privacidade e a igualdade — representam limites inegociáveis ao exercício do poder político e tecnológico. Nesse sentido, o uso indiscriminado da biometria como condição de acesso digital pode configurar violação direta a esses princípios fundamentais, transformando a internet em um espaço de barbárie institucionalizada.

Na mesma linha de pensamento, Norberto Bobbio (1992), em sua obra *A era dos direitos*, enfatiza que o grande desafio contemporâneo não é mais fundamentar teoricamente os direitos humanos, mas sim assegurar a sua efetividade. Para o autor, “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto justificá-los, mas protegê-los” (Bobbio, 1992, p. 25). Essa afirmação revela-se particularmente atual diante das novas formas de vigilância digital. A biometria, apresentada como instrumento de segurança e modernização, pode se tornar um obstáculo à efetividade desses direitos quando utilizada para restringir o acesso, hierarquizar usuários ou vigiar permanentemente cidadãos. Nesse sentido, a crítica de Bobbio ajuda a evidenciar que a mera proclamação normativa dos direitos, como nos documentos da ONU, não é suficiente: é necessário um esforço político e institucional para impedir que tecnologias de controle convertam a internet em uma sociedade bárbara.

Convergência marco-teórica

Em boa verdade, a análise crítica da biometria como pretexto de falência global da internet exige um enquadramento teórico plural, capaz de articular dimensões tecnológicas, políticas, coloniais e jurídicas. Castells (1999) mostra que a sociedade em rede é estruturada por fluxos de informação controlados por quem detém poder sobre os códigos e nós digitais.

Nesse contexto, a biometria surge como filtro central de acesso, convertendo corpos em senhas e instituindo exclusões. Diop (1987), por sua vez, alerta que a técnica não é neutra, mas carregada de colonialidade. A imposição de tecnologias biométricas em países do Sul global prolonga a subordinação histórica, pois dados corporais passam a ser extraídos e controlados por centros hegemônicos, em clara continuidade do colonialismo científico. Fanon (1961) aprofunda essa crítica ao demonstrar como a modernidade converte corpos em objetos de dominação; a biometria atualiza essa lógica ao reduzir identidades humanas a padrões numéricos, reiterando processos de desumanização. Por outro lado, Morozov (2011) acrescenta que a legitimação da biometria se dá pelo “solucionismo tecnológico”, um discurso que apresenta dispositivos digitais como respostas inquestionáveis a problemas sociais, mascarando os riscos de vigilância permanente. É nesse ponto que a contribuição de Henkin (1990) e Bobbio (1992) torna-se fundamental: ambos sublinham que os direitos humanos, proclamados universalmente pela ONU, só têm sentido se forem protegidos e efetivos. A biometria, ao limitar a liberdade e a igualdade de acesso, pode violar diretamente esses princípios fundamentais, transformando a promessa da internet em barbárie institucionalizada.

Com base nessas afirmações, os seis autores convergem para um diagnóstico comum: a biometria, longe de ser mera ferramenta técnica, configura-se como dispositivo político e ideológico de vigilância, exclusão e hierarquização digital. A articulação entre rede (Castells), colonialidade (Diop e Fanon), ilusão tecnológica (Morozov) e direitos humanos (Henkin e Bobbio) permite compreender que o desafio não é apenas técnico, mas civilizatório. A internet, que deveria ser espaço de emancipação, corre o risco de se converter em arena bárbara, onde os corpos são reduzidos a códigos e a dignidade humana é subordinada ao controle algorítmico.

A Biometria

Bem, podemos começar por definir da seguinte maneira:

“Biometria refere-se à ciência de estabelecer a identidade de um indivíduo com base em características físicas ou comportamentais intrínsecas, como impressões digitais, reconhecimento facial, íris e padrões de voz” (Jain, Ross, & Prabhakar, 2004, p. 1).

Para Maltoni, Maio, Jain e Prabhakar (2009): “A biometria fornece meios automáticos de reconhecimento pessoal com alto grau de confiabilidade, sendo considerada um dos pilares da segurança moderna” (p. 3). E na mesma linha de definição, Ratha, Connell e Bolle (2001): “O reconhecimento biométrico oferece a promessa de uma identificação precisa, mas carrega consigo riscos de usabilidade, privacidade e possíveis formas de abuso” (p. 4). De acordo com Wayman (2000): “A biometria²⁴ é o uso de medições estatísticas de características fisiológicas ou comportamentais para verificar ou determinar a identidade de indivíduos” (p. 93).

A internet

Pode-se dizer que, “A internet é, ao mesmo tempo, a espinha dorsal da comunicação global e o espaço por onde circulam as redes de informação que estruturam a nova economia, a política e a cultura” (Castells, 2001, p. 1). No que significa que a internet não é só tecnologia; é a base que conecta o mundo todo, mudando como funcionam a economia, a política e a cultura. Por isso, de acordo com Lévy (1999), “A internet constitui um espaço virtual de comunicação interativa e coletiva, em que se formam novas modalidades de conhecimento e sociabilidade” (p. 107). Dito de outro modo, a internet é um espaço onde as pessoas interagem e criam conhecimento juntas, transformando as formas de viver em sociedade.

O conceito de vigilância

Muito bem, a vigilância é o ato de observar e controlar pessoas ou grupos para garantir ordem, segurança ou poder. Hoje, isso vai muito além do policial na rua. A internet, as câmeras e a biometria transformaram a vigilância num processo automático e invisível.

²⁴ Estamos a tentar dizer que, Jain, Ross e Prabhakar (2004), Maltoni et al. (2009), Ratha, Connell e Bolle (2001) e Wayman (2000) entendem convergencialmente de que a biometria é uma forma de identificar pessoas usando características únicas do corpo ou do comportamento — como digital, rosto, íris ou voz. De que a biometria é vista como uma ferramenta moderna para dar mais segurança, porque torna difícil falsificar ou imitar a identidade de alguém. De que apesar de ser precisa, a biometria traz riscos: pode violar a privacidade das pessoas e ser usada de forma abusiva. De que a biometria mede estatisticamente partes do corpo ou comportamentos para confirmar ou descobrir quem é uma pessoa.

Para Lyon (2007): “A vigilância pode ser definida como o processo de monitoramento rotineiro de populações inteiras ou de grupos sociais específicos, utilizando dados pessoais para fins de gestão, proteção ou controle” (p. 14). Segundo Foucault, “vigiar é um mecanismo fundamental do poder disciplinar, que se exerce por meio da observação contínua, invisível e hierárquica, organizando os corpos e as condutas” (Foucault, 1975, p. 172).

Vale a pena dizer que, no mundo digital, a vigilância virou permanente e difusa. Basta um clique, um login com reconhecimento facial ou o uso de impressões digitais para que rastros sejam guardados e analisados. O discurso da segurança é o argumento mais usado para justificar, mas o efeito é que os cidadãos ficam cada vez mais expostos e vulneráveis.

O que é barbárie?

A barbárie é a perda ou destruição da dignidade humana. Acontece quando a técnica, o poder ou a violência se sobrepõem ao respeito pelos direitos humanos e pela vida.

Conforme Adorno e Horkheimer (1947/1985), “a barbárie não consiste em retornar a um estado primitivo, mas em repetir, sob formas cada vez mais técnicas e avançadas, a desumanização do homem” (p. 32). Para Diop (1987): “Barbárie é a negação do projeto civilizatório africano e humano, substituído por práticas de dominação que desfiguram a dignidade do homem e apagam sua memória histórica” (Diop, 1987, p. 45).

A Exclusão digital

Com efeito, segundo Warschauer (2003): “Exclusão digital não é apenas a falta de acesso físico às tecnologias de informação e comunicação, mas também a ausência de habilidades, conteúdos relevantes e apoio social necessários para utilizá-las de forma significativa” (p. 6). De acordo com Norris, “a exclusão digital expressa a divisão entre aqueles que têm acesso e capacidade de usar as novas tecnologias da informação e aqueles que permanecem desconectados, ampliando desigualdades sociais já existentes” (Norris, 2001, p. 4).

Nestes moldes, a exclusão digital é quando uma parte da população fica de fora do acesso e do uso real das tecnologias de informação e comunicação. Não é só não ter internet ou computador. É também não ter as condições para usar: falta de formação, conteúdos pouco relevantes, barreiras linguísticas, custos altos e até falta de energia elétrica em certas regiões. Na prática, quem sofre exclusão digital não consegue participar plenamente da vida social, econômica, política e cultural que hoje depende fortemente da internet. Isso amplia desigualdades já existentes — quem está dentro da rede tem mais oportunidades; quem está fora fica ainda mais marginalizado.

METODOLOGIA UTILIZADA

Com efeito, a presente investigação insere-se no campo das ciências sociais aplicadas, adotando uma abordagem qualitativa, exploratória e crítica. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos complexos em seus contextos, privilegiando a interpretação de significados (Flick, 2009, p. 21). Essa abordagem é particularmente adequada para analisar o impacto da biometria na internet, visto que o problema não é apenas técnico, mas envolve dimensões políticas, éticas e civilizatórias.

O método empregado é o da análise documental e bibliográfica crítica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste em examinar contribuições anteriores sobre o tema, permitindo identificar lacunas e formular novos problemas de investigação (Gil, 2008, p. 50). Assim, o corpus teórico integra autores clássicos e contemporâneos que tratam da sociedade em rede, da colonialidade, do solucionismo tecnológico e dos direitos humanos: Castells (1999), Diop (1987), Morozov (2011), Fanon (1961), Henkin (1990) e Bobbio (1992).

Por conseguinte, a análise segue uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Conforme Minayo (2012), o enfoque crítico possibilita problematizar os fenômenos sociais para além de sua aparência imediata, evidenciando as contradições que os sustentam (Minayo, 2012, p. 45). Nesse sentido, a biometria é investigada não apenas como recurso técnico de segurança, mas como dispositivo de exclusão e vigilância, correlacionando-a com a possibilidade de violação de direitos humanos fundamentais, consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948/1998, p. 72).

Portanto, a metodologia adotada é teórica, analítica e crítica, orientada por fontes bibliográficas e documentais. O objetivo é evidenciar como a biometria, sob o pretexto de segurança, reforça a barbárie digital e compromete a efetividade dos direitos humanos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A biometria e o discurso da segurança e exclusão digital

Decerto, o discurso dominante associa a biometria à segurança e à proteção contra crimes digitais. Entretanto, como apontam Foucault (1975) e Zuboff (2019), a lógica securitária frequentemente serve de legitimação para práticas de vigilância massiva. O que se apresenta como “segurança” converte-se em monitorização permanente, restringindo a autonomia individual.

Por isso é que a exigência de credenciais biométricas não é universalmente acessível. Por exemplo, populações marginalizadas, sem documentação formal ou com acesso precário a tecnologias, são excluídas da cidadania digital. A internet, em vez de inclusiva, converte-se em espaço de exclusão. A biometria naturaliza a desigualdade, criando um fosso entre os “aptos” e os “inaptos” à identificação. A biometria, apresentada como solução universal de autenticação, esconde assimetria tecnológica profunda. Sua implementação, de facto, pressupõe infraestrutura de alta complexidade: câmeras de alta resolução, scanners ópticos, sensores de impressão digital, algoritmos de aprendizado profundo e bases de dados massivas. Esses requisitos colocam em desvantagem populações e países que não dispõem de recursos financeiros, técnicos e humanos para implantar ou acessar tais sistemas.

Do ponto de vista informático, a exclusão se materializa em três níveis principais:

1. *Infraestrutural* – A coleta e o processamento de dados biométricos exigem conectividade robusta (rede 4G/5G ou fibra óptica), *data centers* com elevada capacidade de armazenamento e servidores de alto desempenho. Em regiões periféricas, onde a conectividade ainda é instável e os custos de acesso são altos, a própria exigência de biometria para acesso a serviços digitais cria barreiras adicionais (Castells, 2003).

2. *Algorítmica* – Os algoritmos de reconhecimento facial e de voz são treinados com bases de dados predominantemente eurocêtricas. Isso gera vieses técnicos que resultam em taxas mais elevadas de erro para populações negras, indígenas, mulheres e idosos (Buolamwini & Gebru, 2018). O problema não é apenas de exclusão de acesso, mas de inclusão desigual: mesmo quando os indivíduos conseguem acessar o sistema, sua experiência é marcada pela falha e pelo erro sistemático.
3. *Jurídico-político* – A interoperabilidade de bancos de dados biométricos, muitas vezes administrados por empresas transnacionais, cria dependência tecnológica em países africanos e do Sul global. Essa condição enfraquece a soberania digital, uma vez que informações sensíveis de milhões de cidadãos passam a ser processadas e armazenadas fora do território nacional (Carvalho, 2004; Kajibanga, 2000).

Por isso é que a exclusão digital não é um efeito colateral, mas um produto estrutural da biometria. De boa memória, Fanon (2005) já havia apontado que sistemas classificatórios não são neutros: eles são construídos para separar os “aptos” dos “não aptos”. A lógica biométrica perpetua essa divisão, ao transformar a ausência de documentação ou a falha do algoritmo em sinônimo de inexistência digital. Na mesma linha de abordagem, Quijano (2000) contribui para a compreensão desse fenômeno ao propor a noção de colonialidade do poder: tecnologias aparentemente modernas reatualizam hierarquias históricas. Na prática, a biometria reforça um dualismo global — de um lado, cidadãos plenos, identificáveis e integrados; de outro, sujeitos precários, invisíveis e descartáveis.

Daí que, em termos tecnológicos, essa desigualdade é agravada pelo modelo de negócios das grandes plataformas digitais. Muitos serviços biométricos estão associados a sistemas de autenticação oferecidos por empresas como *Microsoft*, *Amazon* ou *Huawei*, que operam sob lógica de mercado e não de inclusão social. Ou seja, o acesso biométrico não depende apenas de infraestrutura, mas de capacidade de pagamento e adesão ao ecossistema corporativo global.

Nesses moldes, a biometria não apenas amplia a exclusão digital já existente, mas institui uma forma de “apartheid informático²⁵”, em que a participação na vida digital depende da posse de credenciais biométricas reconhecidas por sistemas globais.

A internet em colapso: da rede ao muro

Infelizmente, a universalidade da internet está em erosão. Já se pode dizer que o projeto universalista da internet cede espaço a muros digitais erigidos pela biometria. O acesso deixa de ser direito universal e passa a depender de autenticação permanente.

Han (2017) chama esse processo de “sociedade da transparência”, em que a exposição integral da identidade se torna pré-condição para participação. Nesse cenário, a internet não desaparece tecnicamente, mas morre simbolicamente como promessa de liberdade e emancipação. Este processo de colapso da internet faz-nos propor a ideia central de falência global da internet, entendido como colapso de seus fundamentos democráticos. A rede deixa de ser espaço aberto para tornar-se aparato de controle identitário. O ideal fundador da internet era o de uma rede aberta, descentralizada e sem fronteiras, baseada no princípio da interoperabilidade. Tecnicamente, o protocolo TCP/IP foi concebido para garantir comunicação universal entre dispositivos heterogêneos, independentemente de localização ou jurisdição (Leiner et al., 2009). Esse caráter universalista sustentou a narrativa da internet como “rede das redes”, espaço de circulação livre da informação e do conhecimento.

Não obstante, a implementação da biometria como requisito de acesso está produzindo uma transformação radical dessa arquitetura. A autenticação biométrica introduz barreiras identitárias que segmentam a rede em espaços fechados, condicionando a entrada e a permanência à verificação permanente da identidade. Esse processo equivale, em termos técnicos, a uma firewallização social da internet: se antes os muros eram erguidos para proteger infraestruturas críticas, agora eles são projetados para separar sujeitos “legítimos” de sujeitos “ilegítimos”. A falência global da internet como projeto universal decorre da articulação de três camadas tecnológicas:

1. *Arquiteturas de autenticação centralizada* – Sistemas como *Single Sign-On* (SSO) baseados em biometria, oferecidos por grandes corporações (Google

²⁵ Termo usado nesse artigo para designar, a grosso modo, uma terrível e absurda exclusão e segregação digital.

Identity, Microsoft Entra ID, Amazon Cognito), funcionam como portais de acesso que controlam múltiplos serviços. Essa centralização concentra poder e cria “zonas muradas” da rede.

2. *Redes de vigilância em tempo real* – A expansão do 5G e da *Internet das Coisas* (IoT) permite que câmeras e sensores transmitam dados biométricos em fluxo contínuo para nuvens corporativas. Isso viabiliza a criação de sistemas de controle pervasivo, nos quais a mobilidade digital e física do indivíduo é constantemente monitorada (Brayne, 2021).
3. *Geopolítica da soberania digital* – Países e blocos regionais vêm impondo legislações de identificação digital obrigatória, como o *Digital ID* da União Europeia, o *Aadhaar* na Índia e iniciativas emergentes em África. Essas políticas, quando acopladas à biometria, criam muros geopolíticos na rede, pois o acesso global passa a depender do cumprimento de normas nacionais específicas (Kuner, 2021).

E, infelizmente, a consequência dessa dinâmica é que a internet deixa de ser um espaço universal e passa a operar como um ecossistema murado (*walled garden*). Os serviços digitais tornam-se compartimentalizados, exigindo autenticações distintas e biométricas para cada ambiente, reduzindo a interoperabilidade e aumentando a dependência de plataformas proprietárias. Esse movimento é comparável ao que Byung-Chul Han (2017) chama de “sociedade da transparência”, em que a participação está condicionada à exposição integral da identidade, conforme já dito acima. Porém, na lógica informático-tecnológica, trata-se de uma involução arquitetural: de uma rede projetada para interconexão universal para uma rede segmentada por credenciais de acesso.

Daí que, a falência não é acidente, mas resultado de escolhas tecnológicas e políticas que convertem o princípio da interoperabilidade em princípio de exclusão identitária.

Diante disso, é imperioso dizer que a pesquisa perguntou inicialmente: *a biometria funciona como pretexto para a falência global da internet, instaurando uma nova forma de sociedade bárbara?*

As análises realizadas permitem afirmar que as hipóteses formuladas foram confirmadas em função da pergunta levantada.

1. *Hipótese 1 – A biometria legitima a vigilância sob o discurso da segurança.*
Confirmou-se que o uso da biometria não se limita à autenticação de identidades, mas funciona como instrumento de monitoramento permanente, reforçando práticas de controle social. Lyon (2007) sustenta que a vigilância de populações inteiras tornou-se uma rotina política e económica (p. 14), enquanto Foucault (1975) demonstra que vigiar é um mecanismo estrutural do poder disciplinar (p. 172). Assim, a biometria atua como extensão desses dispositivos.
2. *Hipótese 2 – A biometria aprofunda a exclusão digital e reforça desigualdades estruturais.*
Os resultados apontam que, em contextos de desigualdade socioeconómica, a exigência de acesso biométrico agrava a marginalização de grupos sem recursos tecnológicos adequados. Norris (2001) descreve que o fosso digital amplia desigualdades sociais (p. 4), e Warschauer (2003) mostra que exclusão não é só falta de acesso, mas também ausência de competências e conteúdos significativos (p. 6). Isso confirma a hipótese de que a biometria pode transformar-se em barreira de exclusão.
3. *Hipótese 3 – A biometria ameaça os direitos humanos fundamentais.*
A pesquisa mostrou que a coleta massiva e compulsória de dados biométricos coloca em risco a proteção da dignidade e da privacidade, direitos consagrados na Carta das Nações Unidas (ONU, 1948/1998, p. 72). Nesse sentido, Henkin (1990) já advertia que o desafio contemporâneo não é justificar os direitos, mas garantir sua efetividade (p. 4). Bobbio (1992) complementa que o problema central não é filosófico, mas político, pois os direitos devem ser protegidos contra a erosão (p. 5).

Deste modo, confirma-se que a pergunta de pesquisa encontra resposta positiva: a biometria, sob a justificativa de segurança, funciona como pretexto ideológico que fragiliza o projeto emancipatório da internet, promove novas formas de exclusão e pavimenta a emergência de uma sociedade bárbara digital, como denunciado por Adorno e Horkheimer (1985, p. 32) e Diop (1987, p. 45).

A sociedade bárbara

Ora pois, denominamos “sociedade bárbara” o resultado desse processo: um regime em que a tecnologia, em vez de emancipar, subjugar; em que a internet, em vez de abrir horizontes, fecha fronteiras. Essa barbárie não é retorno ao primitivo, mas barbárie tecnocrática – altamente sofisticada, porém incapaz de garantir a dignidade humana. A noção de “sociedade bárbara” descreve o regime emergente: tecnocrático, sofisticado e excludente. A barbárie aqui não significa ausência de técnica, mas sim regressão política travestida de modernidade.

Repare que, Kilomba (2008) demonstra como o racismo se atualiza sob novas roupagens, permanecendo estrutural nas relações de poder. A sociedade bárbara traduz essa atualização: exclusão e violência justificadas pela biometria. Diop (1974/1991) enfatiza que a verdadeira modernidade africana deve ser emancipatória e autônoma. A biometria, ao contrário, configura-se como modernidade parasitária, que extrai dados e identidades sem garantir dignidade ou liberdade.

O conceito de sociedade bárbara, neste contexto, não remete à ausência de tecnologia, mas à sua utilização como instrumento de exclusão, desumanização e regressão civilizatória. Paradoxalmente, quanto mais sofisticados se tornam os sistemas informáticos, mais eles podem ser apropriados para práticas de controle e marginalização. A barbárie não é o contrário da técnica: é o seu uso distorcido.

Os sistemas de inteligência artificial aplicados ao reconhecimento biométrico (*deep learning*, *redes neurais convolucionais*, *modelos de linguagem multimodal*) funcionam com base em grandes bases de dados (*datasets*). Quando esses dados carregam vieses raciais, de gênero e de classe, a tecnologia reproduz e amplia as desigualdades. Buolamwini e Gebru (2018) demonstraram que algoritmos de reconhecimento facial apresentam erros sistematicamente maiores para rostos de pessoas negras e mulheres. Essa falha técnica gera uma forma de barbárie informacional: sujeitos inteiros passam a ser estatisticamente descartáveis. A classificação algorítmica decide quem pode acessar um serviço, transitar numa fronteira ou até provar sua existência jurídica.

Efetivamente, em uma sociedade bárbara digital, os dados não são tratados como bem comum, mas como armas estratégicas. A coleta massiva de informações biométricas, associada a tecnologias de *big data* e *cloud computing*, cria arsenais de controle que podem ser usados contra populações inteiras. Zuboff (2019) chama isso de “capitalismo de vigilância”, em que cada gesto do usuário é extraído, armazenado e processado como mercadoria.

A barbárie se manifesta quando esses sistemas não visam à proteção do cidadão, mas à antecipação e controle de comportamentos considerados “indesejados”. É o uso bélico da informação em tempos de paz. O discurso tecnocrático legitima a exclusão sob a aparência de neutralidade científica. A biometria, apoiada em fórmulas matemáticas e protocolos informáticos, cria a ilusão de objetividade. No entanto, como alerta Diop (1981), toda técnica é produto de um contexto histórico e social, carregando consigo relações de poder.

A barbárie digital não é fruto da ausência de racionalidade, mas do seu excesso instrumental: a racionalidade técnica que se sobrepõe à dignidade humana. Em vez de emancipar, os sistemas informáticos tornam-se mecanismos de seleção e segregação. Na sociedade bárbara, o ser humano deixa de ser sujeito para ser reduzido a um vetor de dados. Impressões digitais, padrões faciais, cadência de voz e histórico de navegação compõem perfis codificados que substituem identidades reais. A existência jurídica e social passa a depender do reconhecimento algorítmico. Em termos informáticos, isso significa que a cidadania é condicionada ao código: se o sistema aceita, o indivíduo existe; se o sistema falha, o indivíduo desaparece. Essa dependência cria uma forma inédita de barbárie, em que a exclusão não é decretada por exércitos ou burocratas, mas por falhas silenciosas de software.

A sociedade bárbara é aquela em que a tecnologia, em vez de universalizar direitos, institui um novo tipo de apartheid digital, baseado na biometria, na vigilância algorítmica e na tecnocracia corporativa. O resultado é um retrocesso civilizatório: a substituição da convivência social pelo controle absoluto mediado por máquinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em guisa de conclusão, podemos afirmar que a biometria, apresentada como inovação, revela-se dispositivo central de exclusão, vigilância e controle. O risco iminente é a falência global da internet enquanto espaço livre, conduzindo ao que denominamos sociedade bárbara. O enfrentamento dessa tendência exige alternativas tecnológicas baseadas em direitos, transparência e inclusão. Por isso, o artigo demonstrou que a biometria, embora apresentada como tecnologia de segurança e confiabilidade, constitui-se em dispositivo de vigilância e exclusão. A análise confirmou as hipóteses levantadas: primeiro, ao mostrar que a biometria legitima práticas de monitoramento contínuo, inscritas no quadro de poder disciplinar descrito por Foucault (1975) e no conceito de vigilância de massas apontado por Lyon (2007); segundo, ao evidenciar que o acesso biométrico aprofunda desigualdades sociais e tecnológicas, como advertido por Norris (2001) e Warschauer (2003); e, terceiro, ao demonstrar que a coleta e uso indiscriminado de dados biométricos fragilizam a proteção de direitos humanos fundamentais, tema central nas reflexões de Henkin (1990) e Bobbio (1992).

Além disso, o estudo destacou que a internet, outrora pensada como espaço democrático de circulação do conhecimento (Castells, 2001; Lévy, 1999), sofre crescente captura por forças estatais e corporativas. Essa dinâmica conduz à emergência de uma sociedade bárbara digital, onde a técnica substitui o humano, a vigilância suplanta a liberdade e a exclusão torna-se regra. Adorno e Horkheimer (1985) já advertiam que a barbárie não é retorno ao primitivo, mas a repetição da desumanização sob novas formas; Diop (1987) complementa que essa barbárie é a negação do projeto civilizatório humano.

Assim sendo, conclui-se que a biometria opera como pretexto ideológico e político para a erosão do projeto emancipatório da internet. A promessa de inclusão e democratização dá lugar a práticas que comprometem a privacidade, a dignidade e os direitos humanos.

Diante desse quadro, este artigo propõe que a crítica acadêmica à biometria deve permanecer vigilante, pois apenas pela denúncia sistemática e pela defesa ativa dos direitos fundamentais será possível evitar que o espaço digital global se consolide como território de exclusão e de barbárie tecnológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1947)
- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Campus.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.
- Castells, M. (2001). *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford University Press.
- Diop, C. A. (1987). *Civilization or barbarism: An authentic anthropology*. Lawrence Hill Books.
- Fanon, F. (1961). *Les damnés de la terre*. Éditions Maspero.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3.^a ed.). Artmed.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Gallimard.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.^a ed.). Atlas.
- Henkin, L. (1990). *The age of rights*. Columbia University Press.
- Jain, A. K., Ross, A., & Prabhakar, S. (2004). An introduction to biometric recognition. *IEEE Transactions on Circuits and Systems for Video Technology*, 14(1), 4–20.
<https://doi.org/10.1109/TCSVT.2003.818349>
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.
- Lyon, D. (2007). *Surveillance studies: An overview*. Polity Press.
- Maltoni, D., Maio, D., Jain, A. K., & Prabhakar, S. (2009). *Handbook of fingerprint recognition* (2nd ed.). Springer.
- Minayo, M. C. S. (2012). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (13.^a ed.). Hucitec.
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of internet freedom*. PublicAffairs.
- Norris, P. (2001). *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge University Press.
- Organização das Nações Unidas. (1998). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Texto original de 1948). Cadernos do Povo.

Ratha, N. K., Connell, J. H., & Bolle, R. M. (2001). Enhancing security and privacy in biometrics-based authentication systems. *IBM Systems Journal*, 40(3), 614–634.

<https://doi.org/10.1147/sj.403.0614>

Warschauer, M. (2003). *Technology and social inclusion: Rethinking the digital divide*. MIT Press.

Wayman, J. L. (2000). Fundamentals of biometric authentication technologies.

International Journal of Image and Graphics, 1(1), 93–113.

<https://doi.org/10.1142/S0219467801000051>



A importância do processo de tomada de decisão nas instituições públicas de Malanje

Honório Salvador Pedro Santana, Afonso João Cambongo

| 76-99

A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA: desafios e perspectivas na promoção da livre iniciativa e no combate à concorrência desleal

Antonio Jerónimo Avelino Henrique

| 100-120

Os fundamentos do processo de libertação nacional de Angola

Feliciano Moreira Bastos, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda, Augusto N'tima Lunganga

| 121-138

A contradição entre as aspirações de criação de Estados dominados pelas diásporas do colonialismo e pelas populações originárias, bem como os conflitos no seio destas, nos Estados pós-coloniais constituídos no início do último quartel do Séc. XX em África

Carlos Mariano Manuel

| 139-163

O colonialismo português em África: uma análise política e ideológica de sua historiografia

Josenildo de Jesus Pereira

| 164-180

ROUBO EPISTÉMICO E A EXPROPRIAÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA PELO OCIDENTE:

Notas sobre a crise do pensamento crítico contemporâneo

Jonivânio Cassuada da Costa, Francisco Jacucha Cahuco Kimbanda

| 181-200

Imperatividade da superação dos paradigmas tradicionais e a reconciliação nacional nos PALOP

Kiavanda Afonso Félix

| 201-215

AS CONTROVÉRSIAS: autodeterminação e descolonização

Pedro Paulo Ramos Ventura

| 216-228

Aquino de Bragança e o problema da definição correcta do inimigo: Uma abordagem preliminar

Colin Darch

| 229-249

A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE MALANJE²⁶

The Importance of the Decision-Making Process in Public Institutions in Malanje

SANTANA, Honório Salvador Pedro ²⁷; & CAMBONGO, Afonso João²⁸

Resumo

A presente pesquisa, visa conhecer a importância do processo de tomada de decisão nas instituições pública: estudo realizado no Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM) com vista a contribuir para a melhoria, crescimento e desenvolvimento da decisão singular existente. Quanto a metodologia, a pesquisa é enquadrada no modelo quali-quantitativo. Para a recolha de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a observação participante, o inquérito por questionário e a entrevista semiestruturada. Após termos estudado detalhadamente o tema, e de acordo com os resultados obtidos, notou-se que o processo de tomada de decisão, desempenha um papel preponderante no desenvolvimento de qualquer instituição, na sociedade, no sector político, económico, académico e na vida pessoal. Pois o sucesso de uma instituição ou qualquer projecto social e da vida pessoal, depende muito das decisões que são tomadas, e essas decisões passam por um processo de escolha de alternativas. E que, a racionalidade humana, limita o alcance das decisões óptimas. Ora, todo o mundo toma decisão ao longo da sua vivência. Destarte, o processo de tomada de decisão é muito importante para o desenvolvimento de qualquer organização, com especificidade do Instituto Politécnico. Os dados da pesquisa provaram que, uma decisão deve ser tomada por uma pessoa ou grupo, depois de se observar o processo de análise e de escolha de alternativas.

Abstract

This research aimed to understand the importance of the decision-making process in public institutions in Malanje: study carried out at the Polytechnic Institute of URNM with a view to contributing to the improvement, growth and development of the singular decision-making process that exists therein. As for the methodology, our research is a model (Quantitative). For data collection, we used bibliographical research, participant observation, questionnaire survey and semi-structured interview. After having studied the subject in detail, and according to the results obtained, we noted that the decision-making process plays a preponderant role in the development of any institution, in society, in the political, economic, academic sector and in personal life, etc., etc. Because the success of an institution or any social project and personal life depends largely on the decisions that are made and these decisions go through a process of choosing alternatives. And that human irrationality limits the scope of optimal or rational decisions and that the decisions taken at the Polytechnic Institute are of the satisfactory type. Now, everyone makes decisions throughout their life. Therefore, the decision-making process is very important for the Polytechnic Institute and according to our theories, they have proven that a decision must be taken by a person or group after observing the process of analysis and choice of alternatives.

Palavras-chave: *Processo; Tomada de Decisão; Instituições Públicas.*

Key-words: *Process; Decision Making; Public Institutions.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

²⁶ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

²⁷ HONÓRIO SALVADOR PEDRO SANTANA – Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga a Mbande, ANGOLA. Email: honox17santana@gmail.com

²⁸ AFONSO JOÃO CAMBONGO - Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga a Mbande, ANGOLA. Email: afonosocambongoafonso@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante a vida profissional, nos temos deparado com algumas situações decorrentes do processo de tomada de decisão por parte de muitos gestores públicos, que em muitos casos, lesam alguns direitos laborais dos funcionários, culminando mesmo com o atraso do desenvolvimento das organizações. É certo que a tomada de decisão é um problema de gestão nas instituições públicas, e que este fenómeno sociológico e de gestão, ocorre em qualquer organização do mundo e na vida de qualquer pessoa, no seu dia-a-dia.

Por força do artigo 40.º do Estatuto Orgânico da Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM), o Director do Instituto Politécnico é o Órgão de Gestão Singular. E por esta particularidade, há constantes tomadas de decisão singular por parte do gestor do nível hierárquico-estratégico. Nota-se no quotidiano da instituição em estudo, que os gestores dos níveis subsequentes não têm sido parte do processo de tomada de decisão no actual contexto.

Observamos que, há consenso na literatura analisada quando ao entendimento de que tomar uma decisão totalmente racional é uma tarefa praticamente impossível, pois o tomador de decisão não tem condições de possuir conhecimento sobre todas as variáveis influenciadoras do processo, isso porque, no momento da colecta de informações, já se pressupõe a análise inicial das alternativas e, também, das prováveis consequências que cada uma pode causar. Antes de se tomar qualquer decisão há a necessidade de se realizar um estudo organizado e um processo de análise para minimizar falhas e suas consequências.

A razão de ser desta pesquisa, cinge-se nas constatações dos moldes que se utilizam no processo de tomada de decisões administrativas de forma singular, no Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga a Mbande, nos mais variados períodos de tempo, revelando o desconhecimento dos elementos técnicos administrativos, orientadores dos procedimentos de tomada de decisão.

É notório no dia-a-dia de cada profissional que exerce cargo de direcção e chefia no Instituto Politécnico, um grande descontentamento, timidez e limitação, sempre que se encontrar na condição de se tomar uma decisão de sua égide, que pode ser do tipo hierárquico-estratégico, tático ou departamental, assim como operacional, que em muitos casos, revela a existência de falta de criatividade por parte dos coadjutores face a este fenómeno.

E para abordar o problema com precisão, tendo em conta os elementos acima aflorados, levantamos a seguinte pergunta de partida:

Que importância tem o processo de tomada de decisão nas instituições públicas?

Para o nosso caso, não queremos ser exaustivos em investigar o processo de tomada de decisão em todas as instituições de Malanje, razão pela qual escolhemos o Instituto Politécnico como o estudo de caso.

Todavia, com este estudo, quer que se mostrem não apenas os acertos, mas também as falhas encontradas na busca de solução sobre a importância do processo de tomada de decisão nas instituições públicas de Malanje, concretamente no Instituto Politécnico da URNM.

1. ESTADO DA ARTE

No âmbito das ciências humanas, acredita-se que existem várias teorias e subdividas em grupos que abordam o processo de tomada de decisão, porém, em regra geral, trata-se de correntes teóricas clássicas das ciências sociais e humanas, numa perspectiva integrativa de discussão e debate acerca dos fundamentos de principais autores sobre os seus contributos teóricos e metodológicos.

Quanto as teorias de base, a nossa pesquisa, assenta em duas teorias de suporte que são: a da racionalidade limitada de Robert Simon (1975) e a teoria do prospecto (TP) de Daniel Kahneman e economista Amos Tversky, (1979). Sendo a de Simon segundo as nossas investigações, é de grosso modo pertencente a corrente não-razional, mas que, ambas as teorias abordam o processo de tomada de decisão nas instituições públicas e assentam nas duas principais correntes históricas de tomada de decisão mais sonantes, racionais e não racionais, variando entre si, num cem número de dimensões.

As teorias ou correntes racionais são por excelência normativas, baseadas em conceitos de maximização e optimização, vendo o decisor como um ser de capacidades omniscientes e de consistência interna. Nota-se que “as teorias não-razionais, são por excelência descritivas, e têm em consideração as capacidades limitantes da mente humana em termos de conhecimento, memória e tempo. Utilizam heurísticas como procedimento cognitivo, fornecendo uma estrutura mais realística dos processos de tomada de decisão” (Varenne, 2018, p. 55).

1.1. Teoria da Racionalidade Limitada de Robert Simon

De acordo com a teoria da racionalidade limitada, o nosso raciocínio é limitado pela capacidade cognitiva da nossa mente. Sob um ponto de vista biológico e funcional, somos incapazes de encontrar e processar toda a informação inerente e necessária a uma tomada de decisão racional. Numa perspectiva mais natural e real, o decisor tem tempo, conhecimento e atenção limitadas e por isso o processo cognitivo de procura de informação é muito escasso, influenciando grandemente nas suas decisões.

Para além das limitações da mente humana, Simon acrescenta que “as nossas decisões são fortemente influenciadas pelo ambiente que nos rodeia, o que chama de racionalidade ecológica, isto é, racionalidade que é definida pela sua integração com a realidade” (Koblitz, 2008, pp. 33).

Ora, “os processos cognitivos que utilizamos para resolver determinada decisão tem que ser coerentes com a estrutura do ambiente no qual a decisão está a ser tomada. É necessário haver um *match* entre a estrutura do ambiente e a escolha da heurística que se utiliza para resolver a incerteza da decisão” (Koblitz, 2008, pp. 33-34).

Para constar nos fundamentamos por intermédio do que expressa a ciência sociológica, a teoria da racionalidade limitada na sua mais pura definição, compreende que, devido às limitações cognitivas e de informações das pessoas, suas decisões podem ser limitadas e não completamente racionais. Segundo essa teoria, os indivíduos buscam tomar decisões satisfatórias, ou seja, tomam decisões que são boas o suficiente dado as circunstâncias e recursos disponíveis, ao invés de procurar a melhor decisão possível (Simon, 1978).

Dessa forma, a teoria da racionalidade limitada sugere que as pessoas usam heurísticas e regras simplificadas para tomar decisões, ao invés de realizar cálculos complexos para chegar a uma decisão ótima. Isso ocorre devido à limitação de tempo, recursos e capacidade cognitiva das pessoas.

1.2. Teoria do Prospecto

A teoria do prospecto, desenvolvida pelo psicólogo Daniel Kahneman e pelo economista Amos Tversky, propõem que:

As pessoas fazem escolhas com base em como percebem o potencial resultado de uma decisão, em vez de uma avaliação puramente racional dos possíveis resultados. As pessoas tendem a ser mais avessas ao risco ao tomar decisões envolvendo ganhos e mais propensas ao risco ao tomar decisões envolvendo perdas (Gigerenzer, 2011, p.453).

A teoria do prospecto é uma teoria em economia comportamental que sugere que as pessoas não avaliam as coisas de forma objectiva, mas sim com base em como elas percebem o potencial de ganho ou perda em relação a um ponto de referência.

De acordo com essa teoria, as pessoas tendem a valorizar mais as perdas do que os ganhos e a assumir riscos maiores para evitar perdas do que para obter ganhos equivalentes.

No que toca à análise da teoria dos prospectos, identificamos três premissas:

- A primeira, tem que ver com a forma como um problema é apresentado ao decisor, determina ou pode modificar a decisão do mesmo;
- A segunda, o decisor tende a realizar ganhos prematuros assim como aumentar a exposição ao risco na tentativa de recuperar as perdas;
- A terceira, o sofrimento que o decisor tem com as perdas é superior à satisfação associada a um ganho de igual valor.

Todavia, é por essas razões que nos propusemos escolher a visão do economista Herbert Simon e a do psicólogo de Daniel Kahneman e o economista Amos Tversky para o presente estudo sobre o processo de tomada de decisão nas instituições públicas de Malanje, com realce ao Instituto Politécnico da URNM.

1.3. Conceito de processo

Segundo Gregório (2008, p. 53), “a palavra processo vem do latim *“processus”* que significava projecção, acto de processar, maneira de operar.” **Processo**, do latim *procedere* é um termo que indica a acção de avançar, ir para frente, e é um conjunto sequencial e particular de acções com objectivo comum. Pode ter os mais variados propósitos: criar, inventar, projectar, transformar, produzir, controlar, manter e usar produtos ou sistemas.

Adair e Murray (1996, p. 32) citam que “um processo consiste em um conjunto de tarefas executadas sequencialmente com a finalidade de gerar um resultado identificável, que pode ser um bem, um serviço, dados ou informações.”

Observa-se que “na administração pública, processo é a sequência de actividades realizadas na geração de resultados para o utente, desde o início do pedido até a entrega do serviço com vista a satisfação das necessidades da pessoa humana ou jurídica” (Drucker, 1994, p.16).

Peter Drucker (1994, p. 17), “afirma que processo é uma série de acções inter-relacionadas que transformam insumos em resultados”. Ele enfatiza a importância da gestão de processos para melhorar a eficiência organizacional.

Michael e Champy (1993, p. 48), conhecidos pela reengenharia de processos, definem um processo como “um conjunto de actividades que cruzam as fronteiras organizacionais e que são projectadas para produzir um produto ou serviço que gere valor para o cliente”.

Com base aos autores supracitados, entendemos que, o termo processo não é mais senão um acto ou actividade que tenha uma entrada, uma produção, uma saída e uma finalidade num período de tempo.

1.4. Tomada de decisão

A decisão é um conceito central em vários campos, como administração, psicologia e ciências sociais. Em termos gerais, “uma decisão é o resultado de um processo cognitivo onde um indivíduo (ou grupo) escolhe entre várias alternativas disponíveis, levando em consideração diversos factores, como informações, crenças, valores e emoções” (Sternberg, 2022, p. 155).

De acordo Chiavenato (2003), toda decisão envolve seis elementos:

- 1) O tomador de decisão: é a pessoa que faz uma escolha ou opção entre várias alternativas futuras de acção;
- 2) Os objectivos: são o que o tomador de decisão pretende alcançar com suas acções;

3) As preferências: são os critérios que o tomador de decisão usa para fazer sua escolha;

4) A estratégia: é o curso de acção que o tomador de decisão escolhe para atingir seus objectivos dependendo dos recursos que pode dispor;

5) A situação: são os aspectos do ambiente que envolve o tomador de decisão, alguns deles fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afetam sua escolha;

6) O resultado: é a consequência ou resultado de uma estratégia.

Todavia, no que tange ao resultado, é composto por sete etapas, que norteiam todo o processo, conforme descrito por Chiavenato:

- 1) Percepção da situação que envolve algum problema.
- 2) Análise e definições do problema.
- 3) Definição dos objectivos.
- 4) Procura de alternativas de solução ou de cursos de acção.
- 5) Escolha da alternativa mais adequada ao alcance dos objectivos.
- 6) Avaliação e comparação das alternativas.
- 7) Implementação da alternativa escolhida.

Observa-se que o processo de tomada de decisão é uma actividade passível de erros, tendo em conta que ela será afectada pelas características pessoais e percepção do tomador de decisão.

Para o caso em estudo, a qualidade das decisões tomadas a nível do Instituto Politécnico, depende muito das características pessoais e profissionais do director (Coordenador). Mas os erros que se cometem podem ser minimizados por meio do conhecimento racional, obedecendo as seguintes etapas:

- 1) Identificar um problema existente;
- 2) Enumerar alternativas possíveis para a solução do problema;
- 3) Selecionar a mais benéfica das alternativas;
- 4) Implementar a alternativa escolhida;

5) Reunir feedback para descobrir se a alternativa implementada está solucionando o problema identificado.

Simon, (1975) é um dos pioneiros no estudo do processo de decisão. Ele propôs que as decisões são o resultado de um processo de “racionalidade limitada”, onde as pessoas buscam soluções satisfatórias em vez de ótimas, devido às limitações cognitivas e de informação.

Klein (1998) é conhecido por seu trabalho em decisão sob pressão e em contextos de alta complexidade. Ele desenvolveu a teoria da decisão natural que sugere que “as pessoas tomam decisões seguindo um padrão baseado em experiências anteriores e em contextos situacionais” (Klein, 1998, p.101), seu trabalho enfatiza a importância da intuição e da experiência prática dos decisores.

Conforme o acima exposto, os autores citados oferecem abordagens variadas sobre o conceito de decisão, destacando tanto as limitações cognitivas, quanto os aspectos intuitivos e as dinâmicas sociais que influenciam o processo decisório.

1.5. Instituição pública

A definição e o conceito de instituição pública podem variar conforme a perspectiva de diferentes autores na área de Administração Pública, Ciência Política e Direito.

Segundo North (1991) citado por Santana (2022), instituições são determinações criadas pelo homem que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Podem consistir em duas espécies de normas: determinações informais, basicamente elementos culturais, como costumes, tradições, códigos sociais de conduta; e regras formais, como constituições, leis e direitos de propriedade.

No que tange a Universidade Rainha Njinga a Mbande, é uma instituição publica vocacionada ao ensino, investigação e extensão a nível superior, com o fito de formação de quadros de alta performance.

Hodgson, (1991) citado por Santana (2022), define as instituições como sistemas firmemente estabelecidos e socialmente prevalentes de regras que estruturam as interações sociais. Percebe-se que as instituições são invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo.

Oliveira, (2002) traz uma visão mais contemporânea, descrevendo a instituição pública como um conjunto de normas, práticas e estruturas que visam atender ao interesse público, abrangendo tanto o funcionamento interno quanto as relações com a sociedade.

Apegando-se nas ideias de Oliveira, permite-nos afirmar que, instituições públicas no seu vocábulo funcional tem como sua pedra angular a prossecução do interesse público e nunca os caprichos ou convicções particulares de quem detém o poder e direcção da instituição. É certo que, só pode enquadrar-se em três conceitos centrais: a) Interesse público – que tem que ver com a pedra angular a satisfação do interesse público; b) Vinculação – revela os parâmetros normativos de conformidade orgânica, procedimental - formal, material e teleológica do agir administrativo; c) Responsabilidade – proporciona um controlo dos resultados ou efeitos da conduta administrativa, visando aferir o efectivo respeito pelo interesse público e pela vinculação. Pelas suas acções e omissões, a instituição pública, tal é o caso da Universidade Rainha Njinga a Mbande, em outras palavras, tem sempre de prestar contas, quer aos membros da instituição, bem como a superintendência ministerial e a sociedade.

2. TIPOS DE TOMADA DE DECISÃO

Para abordar o processo de tomada de decisão nas instituições públicas, torna-se necessário estudar as diversas tipologias de tomada de decisão.

Segundo Pereira (2015) a literatura existente propõe diversas perspectivas para compreender o processo de tomada de decisão nas instituições públicas. Em todos os níveis de uma instituição, os gestores tomam decisões. Da influência destas, depende a sobrevivência da própria organização, pois as decisões são meios e não fins. São processos através dos quais um gestor tenta atingir um determinado objectivo organizacional, onde cada decisão é o resultado de um processo dinâmico, influenciado por diversos factores.

Nos cenários institucionais, tal como na Universidade Rainha Njinga a Mbande, uma decisão é tomada sempre que os profissionais estiverem frente a um problema que poderá ter uma solução rápida ou apresentar mais de uma alternativa a ser escolhida. Nestes termos, as decisões podem ser classificadas em decisões programadas, não programadas e semi-programadas, conforme afere (Pereira, 2015).

2.1. Decisões programadas

As decisões programadas, também conhecidas como decisões estruturadas, são as decisões que se repetem no dia-a-dia na solução de problemas repetitivos ou que fazem parte da rotina das instituições públicas. A tomada de decisão é simples, sequencial, em geral segue os mesmos procedimentos automaticamente e chegam sempre ao resultado final idêntico (Pereira, 2015).

Desta forma, com base a este tipo de decisões, é muito fácil e seguro repetir procedimentos e regras sistemáticas seguindo acções já realizadas anteriormente, que apontam como será o andamento. As actividades normatizadas, estruturadas e bem entendidas, poderão ser burocráticas ou operacionais. Elas foram estabelecidas pela organização em função das particularidades dos problemas.

2.2. Decisões não programadas

Também são conhecidas como decisões não estruturadas, sua aplicação é para problemas raros, inéditos, não rotineiros e que não são familiares. Sendo assim, diante de situações novas, em que não há uma solução automática e nem acções práticas que sirvam como base e de desdobramentos conhecidos, as soluções dependerão directamente do tomador de decisões (Pereira, 2015).

Para este tipo de decisões, o gestor ou tomador de decisões, deverá ser capacitado para fazer julgamentos, ter maior capacidade de análise, estar acima do caos, ser criativo, ter intuição e liderança diante da complexidade. Neste tipo de decisão “o gestor terá de ser rápido agindo baseado no seu conhecimento e no que ele crê” (Pereira, 2015, p.40).

2.3. Decisões semi-programadas

Também são conhecidas como decisões semi-estruturadas. São as decisões que mesmo sendo previsíveis e fazendo parte da rotina, geralmente contém um (ou mais factores) fora do usual. Desta maneira, “apenas uma determinada parte do problema é familiar, já teve algum critério ou acções realizadas. O resto do evento necessita de uma tomada de decisão nova por parte do gestor” (Pereira, 2015, p.40).

Em qualquer um dos tipos de tomada de decisão acima apresentadas, o gestor, o tomador de decisões, deverá estar sempre bem informado e actualizado a respeito dos procedimentos em uso. Também deverá “ser veloz, mas sem ser impulsivo, pesquisar outras opiniões com os influenciadores dentro da organização, relacionar alternativas, avaliar desdobramentos e saber administrar o seu tempo” (Pereira, 2015, p.40).

3. METODOLOGIA

Tendo em conta os objectivos e as metodologias aplicadas na colecta de dados nesta pesquisa, optou-se pelo modelo misto (Quali-Quantitativo) e de abordagem descritiva.

Optou-se pela abordagem mista (quali-quantitativo) que segundo Silvestre e Araújo (2012) esta abordagem “englobam a pesquisa qualitativa e quantitativa, que informam a maneira como se delineia uma pesquisa e a própria forma de colocação do problema de pesquisa e da pergunta de partida”(p.39).

Utilizou-se a metodologia qualitativa por ser uma metodologia que busca opiniões e incentiva os indivíduos a raciocinar e exteriorizar com liberdade as questões que fazem referência ao seu dia-a-dia. Este diagnostico traz consigo vários aspectos subjectivos que obriga o entrevistado a debruçar de uma forma literal.

O método qualitativo “é adequado aos estudos da história, das representações e crenças das percepções e opiniões, ou seja, todos os produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, a forma como constroem seus artefactos matérias e si mesmos sentem e possuem” (Minayo, 2010, p.57).

Para o nosso estudo, ela permitiu abordar as questões ligadas a tomada de decisão no Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga a Mbande.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.43), “a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo uso de dados numéricos”. A pesquisa foi feita com base no modelo quantitativo em virtude da necessidade de objectividade e de abarcar um número considerável de inquéritos. Para aplicação deste modelo, foi utilizado, além da observação participante e da pesquisa e da pesquisa documental que permitiram fazer a caracterização do local de pesquisa, foi aplicado um inquérito por questionário dirigido aos gestores.

3.1. População e amostra

Para a presente pesquisa, a população é o conjunto de gestores que exercem cargos de direcção e chefia no Instituto Politécnico da URNM sendo 2 Coordenadores da Comissão de Gestão, 10 Chefes de Departamentos e 8 Chefes de Secções, perfazendo um total de 20 gestores. Do universo populacional, extraiu-se uma amostra de 2 Coordenadores da Comissão de Gestão, 8 Chefes de Departamento e 6 Chefes de Secções perfazendo um total de 16 da amostra, fruto da disponibilidade destes em participar da pesquisa.

O tipo de amostra utilizada é a probabilística intencional que tem por objectivo obter a melhor representatividade possível. A técnica de amostragem utilizada é a amostragem aleatória estratificada proporcional, pelo facto de ser extraída de três extratos, primeiro constituído por Coordenadores, segundo pelos Chefes de Departamentos e o outro pelos Chefes de Secções proporcionalmente com o seu número na população em estudo (Fortin,1999, p.208).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Muito sumariamente, queremos aqui avançar que as investigações científicas de carácter assistemático foram feitas durante os cinco anos que nós temos trabalhado no Instituto Superior da Universidade Rainha Njinga a Mbande (IP-URNM) como docente. Todavia, o tempo de serviço na referida Instituição nos permitiu e nos tem permitido fazer um conjunto de constatações com base naquilo que é a postura dos líderes de topo e o seu grau de influência no desenvolvimento institucional.

Com base no que temos observado ao longo da nossa vivência profissional como agente público no mesmo Instituto Politécnico, permitiram com que nos indagássemos a respeito da observância da importância dos processos de tomada de decisão nas instituições públicas de Malanje, estudo realizado no IP-URNM.

Assim, com a nossa estadia na Instituto Superior da URNM, procuramos por intermédio da técnica da observação nos colocarmos junto dos inquiridos, para sem alterar o curso das informações, colher dados ligados a nossa temática, enquanto o mesmo decorria em tempo e hora, pelo que, não exigiu a elaboração de uma grelha de observação que consistiu na percepção atenta, racional, planeada e sistêmica do fenómeno em investigação.

Segundo o grau de conhecimento do objecto, a observação aplicada para esta pesquisa foi a observação encoberta, pois os sujeitos em estudo desconheciam que estavam sendo observado. Todavia, por intermédio da observação constatamos que fruto da postura dos líderes de topo da instituição, muitos funcionários estavam desmotivados a cumprirem com as suas tarefas. Por conseguinte, pairava um sentimento de insegurança e de tensão laboral, fruto da linguagem e baixo nível de comunicação e de tensão laboral.

3.2. Perfil sociodemográfico dos inquiridos

Num primeiro momento, os dados recolhidos dizem respeito as características sociodemográficas dos inquiridos, nomeadamente: faixa etária, o nível hierárquico, género, tempo de serviço. Relativamente as variáveis pouco citadas, a tabela 2 mostra que a maioria dos inquiridos são no ponto de vista etário jovens, maioritariamente do sexo masculino e com tempo de trabalho superior há 5 anos onde predomina o maior nível hierárquico departamental.

Tabela 1: Características sociodemográficas das amostras

Características	Variáveis	Freq. Absoluta	Freq. relativa
Idade	20-30 anos	4	25%
	31-40 anos	6	37,5%
	41-50 anos	3	18,75%
	mais de 50 anos	3	18,75%
Nível hierárquico	Direcção	2	12,5%
	Departamento	8	50%
	Secção	6	37,5%
Gênero	M	12	75%
	F	4	25%
Tempo de serviço	menos de 1 ano	0	0%
	1-6 anos	0	0%
	7-12	11	68,75%
	mais de 12 anos	5	31,25%
-----	Σ	16	100%

Fonte: Dados de pesquisa.

3.3. Técnica de análise de dados

A interpretação de dados deu-se através do método estatístico-matemático e descritiva, pois se pretendeu descrever e caracterizar a amostra estudada, fornecendo um resumo conciso dos dados obtidos, podendo ser expressos em forma de tabelas e gráficos numéricos, contudo, não podendo ser extrapolada para demais populações. Ora, a análise estatística permitiu mostrar a relação entre variáveis através de gráficos classificados por categorias e medidos por cálculos de parâmetros (Zanella, 2013).

Tabela 2: Resultados alcançados na pesquisa de Campo

ID	Q.t	Afirmações	Respostas	%
D1	11	O elevado grau de interesses pessoais, leva os gestores do Instituto Politécnico a terem uma gestão de tomada de decisão singular?	Sim	68,75 %
	5		Não	31,25 %
D2	9	O desconhecimento do processo de tomada de decisão está na base da tomada de decisão singular no Instituto Politécnico?	SM	56,25%
	7		Não	43,75 %
D3	12	O desprimor às normais jurídicas, regulamentos e os estatutos, leva os gestores do Instituto Politécnico a tomarem decisões de forma singulares.	Sim	75 %
	4		Não	25 %
D4	1	As decisões são tomadas de baixo para cima?	Sim	6,25 %
	15		Não	93,75 %
D5	3	A tomada de decisão unipessoal é boa?	Sim	18,75 %
	13		Não	81,25 %
D6	14	A Reitoria concentrou tudo?	Sim	87,5 %
	2		Não	12,5 %
D7	5	É preferível que a Reitoria tome as decisões do IP?	Sim	31,25 %
	11		Não	68,75 %
D8	10	O Instituto não precisa de autonomia?	Sim	62,5 %
	6		NA	37,5 %
D9	4	Os gestores do Instituto decidem em tudo que ocorre na instituição?	Sim	25 %
	12		Não	75 %
D10	2	Os funcionários têm sido parte do processo decisório?	Sim	12,5 %
	14		Não	87,5 %
D11	13	O processo decisório não é importante para o desenvolvimento do IP?	Sim	81,25 %
	3		Não	18,75 %

Fonte: Dados da pesquisa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

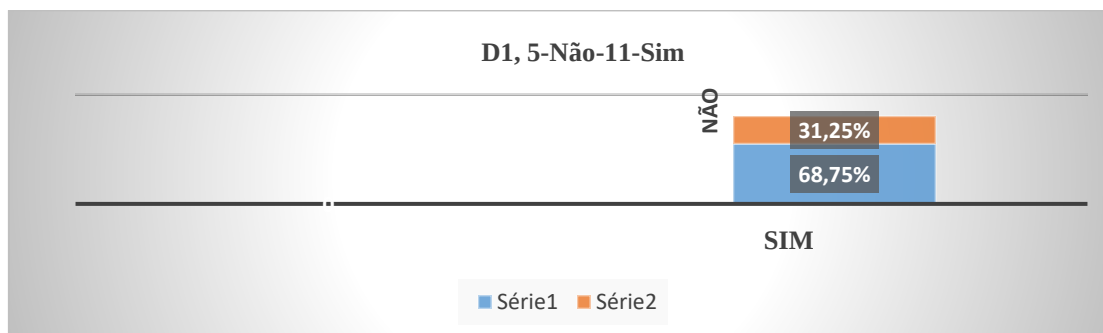
Para uma melhor análise e discussão dos resultados da pesquisa, abaixo estão as demonstrações gráficas num panorama mais sintético.

4.1. O elevado grau de interesses pessoais dos gestores

Conforme se verifica na tabela acima, para a primeira questão, “O elevado grau de interesses pessoais, leva os gestores do Instituto Politécnico a terem uma gestão de tomada de decisão singular”. O gráfico 1-D1 acima, demonstra que 68,75% confirmam e 31,25% não confirmam. Assim, é notório que a maior parte dos inquiridos concordaram com a primeira hipótese sugerida nesta pesquisa.

Consultadas as teorias que dão corpo a esta pesquisa, elas atestam que, este comportamento é do tipo racional-limitada, tendo em conta os factores cognitivos do tomador de decisão que muitas vezes concorrem para o não alcance da decisão optimizada. Mas que no nosso ver, esta pratica é susceptível de decisões sancionatórias tendo em conta que adia todo um desenvolvimento institucional.

Gráfico 1: D1-Resultados da amostragem.

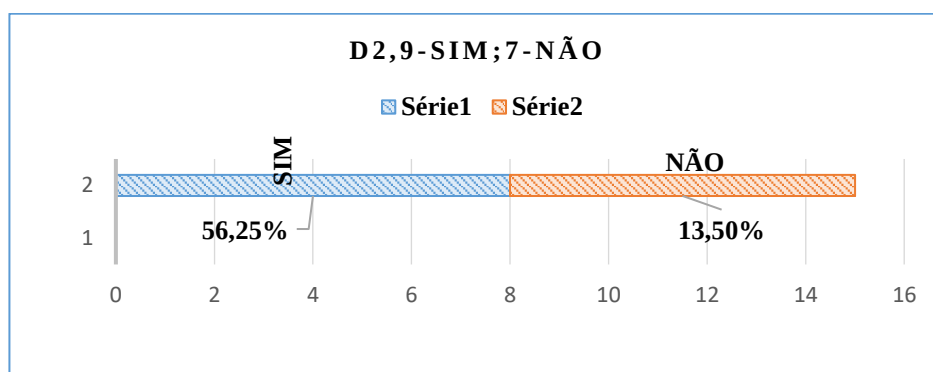


Fonte: Dados da pesquisa.

4.2. O desconhecimento do processo de tomada de decisão

No gráfico número 2, estão representados os resultados obtidos no campo de estudo onde as amostras classificadas como D2, responderam a seguinte questão do desconhecimento do processo de tomada de decisão.

Objectivamente é notório que 56,25 % atestam que sim, enquanto que 43,75% desconfirmam, dando uma margem de confirmação de 13,50% que nos dão a garantia de também afirmar que a nossa segunda hipótese é válida. Todavia, como espelha o gráfico abaixo, por não se conhecer como se processa uma fase de tomada de decisão, muitas vezes não se poderá saber que alternativa se ajusta para a situação do contexto. Se os gestores do Instituto Politécnico entenderem melhorar este quadro, terão de abraçar as fases do processo de tomada de decisão. Só assim, acreditamos que poderá se conhecer o processo de tomada de decisão no Instituto Politécnico.

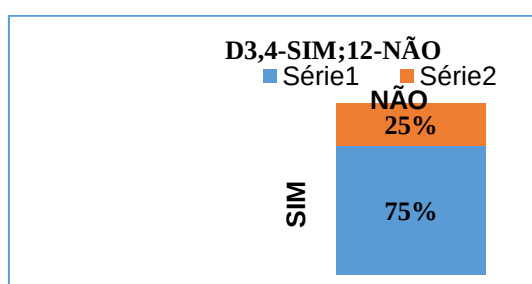
Gráfico 2: D2-Resposta da amostragem.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3. O desprimor às normas jurídicas, regulamentos e os estatutos

No gráfico número 3, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde os inquiridos classificados como D3, responderam se “O desprimor às normas jurídicas, regulamentos e os estatutos, levam os gestores do Instituto Politécnico a tomarem decisões de forma singular”.

Como se pode constatar, 75% são de opinião favorável e 25% são desfavoráveis. Aqui, mais uma vez a nossa terceira hipótese também é testada favoravelmente. Aqui julgamos nós que, faz jus a implementação do modelo de tomada de decisão por via normativa conforme afirma Oliveira, (2002, p. 15) que traz uma visão mais contemporânea, descrevendo a instituição pública “como um conjunto de normas, práticas e estruturas que visam atender ao interesse público, abrangendo tanto o funcionamento interno quanto as relações com a sociedade”.

Gráfico 3: D3- Resposta da amostragem.

Fonte: Dados da Pesquisa.

4.4. As decisões são tomadas com base ao modelo de baixo para cima (bottom-up)

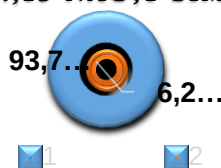
No gráfico número 4, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde a amostra classificada como D4, procurou responder se “As decisões são tomadas de acordo ao modelo de baixo para cima (bottom-up).”

Como se pode observar, no gráfico D4, 6,25% dizem sim e 93,75% dizem não. Aqui, mostra que o nível hierárquico é predominante nas decisões e os outros níveis apenas cumprem as decisões que são orientadas. Espécie de sugestão, vai a observância da pirâmide das decisões em função da hierarquia proposta por Pereira, (2015, p. 40).

Visto que é nosso entender que as decisões do ponto de vista institucional, elas existem por hierarquias, por isso é preciso haver a desconcentração na tomada de decisões no Instituto Politécnico e obviamente, observando os canais das informações.

Gráfico 4: D4-Resposta da amostragem.

D4,15-NÃO;1-SIM

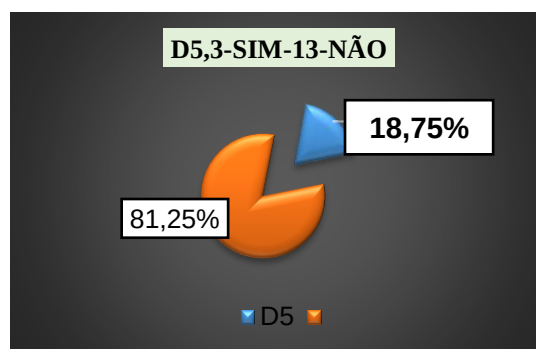


Fonte: Dados da pesquisa.

4.5. A tomada de decisão unipessoal

No gráfico número 5, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D5, onde se procurou saber se a tomada de decisão unipessoal era boa.

Aqui, 18,75% disseram SIM e 81,25% disseram NÃO. A nossa observação vai no sentido de que, os que afirmam, desconhecem a diferença entre decisão e tomada de decisão. Conforme afirmara Daft (2010, p.687) uma vez que tomada de decisão é mesmo como dizer processo de tomada de decisão e a nossa questão visava saber processo e não Decisão conforme foi interpretada a questão que lhes foi colocada. Logo, faz todo sentido os resultados desta pesquisa ser apresentada aos tomadores de decisão do Instituto para que se lhes possa ajudar o entendimento destas matérias.

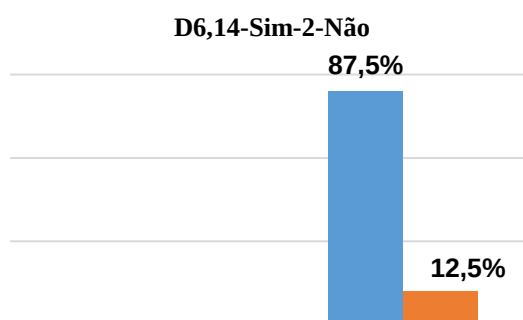
Gráfico 5:D5-Resposta da amostragem.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.6. Concentração do poder de tomada de decisão pela Reitoria da URNM

No gráfico número 6, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D6, procurou-se saber se a Reitoria da URNM concentrou todo o sistema de gestão na pessoa do Reitor, influenciando negativamente no processo decisório do Instituto Politécnico.

É notório que 87,5% diz sim e 12,5% nega. Dando um panorama de concentração de poderes e decisões. Nesta análise, chama-nos a atenção os inquiridos que negam a questão, dando uma abertura para uma futura investigação para se aprofundar a temática da desconcentração das autonomias.

Gráfico 6: D6-Resposta da amostragem.

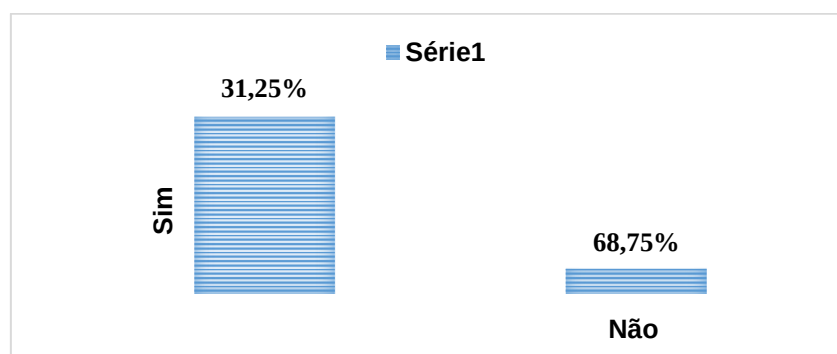
Fonte: Dados da pesquisa.

4.7. É preferível que a Reitoria tome as decisões a nível do Instituto Politécnico

No gráfico número 7, estão representados os resultados obtidos, onde as amostras classificadas como D7, procurou-se saber junto dos participantes da pesquisa se era preferível que a Reitoria tomasse as decisões a nível do Instituto Politécnico.

Aqui 31,25% diz sim e 68,75% diz não. Mais uma vez aqui demonstra o grande descontentamento da concentração dos poderes e decisões por parte da Reitoria da URNM. Na tentativa de nos assegurarmos com os resultados da questão discutida no gráfico 6, fica claro que a nossa amostra dá nota de que é imperioso a desconcentração da autonomia nas unidades orgânicas, que à nosso ver, aqui demonstra uma falta de verdade comunicativa entre o líder do nível hierárquico e os demais níveis.

Gráfico 7: D7- Resposta da amostragem.

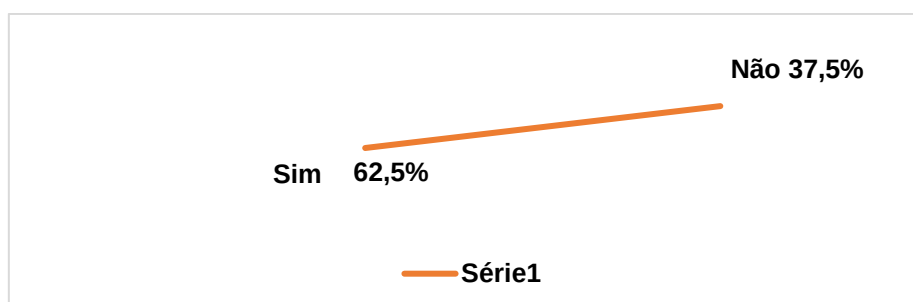


Fonte: Dados da pesquisa.

4.8. O Instituto Politécnico precisa de autonomia da Reitoria

No gráfico número 8, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D8, responderam à questão, se “O Instituto precisa da sua autonomia”. Para esta questão, 62,5% dizem sim e 37,5% dizem não. Para esta situação, preocupa-nos os que negam e convidaríamos os futuros investigadores a aprofundarem esta temática para se expurgar as razões da negação, pois o que se verifica no cotidiano, há uma excessiva concentração da reitoria no processo de tomada de decisão, retirando alguma autonomia das unidades orgânicas.

Gráfico 8: D8-Resposta da amostragem.

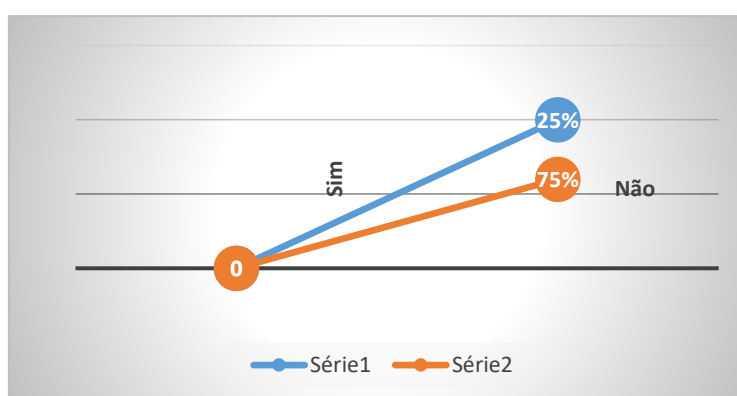


Fonte: Dados da pesquisa.

4.9. Os gestores do Instituto decidem em tudo que ocorre na instituição

No gráfico número 9, estão representadas as respostas obtidas no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D9, responderam a questão se os gestores do Instituto decidem em tudo que ocorre na instituição. Com base as respostas, 25% afirma positivamente e 75% afirma negativamente. Ora, aqui demonstra uma limitação de poderes e decisão da parte dos intervenientes do processo decisório do Instituto Politécnico. Como pode-se observar, se os líderes não decidem em tudo sobre as questões do Instituto, então fica longe de se alcançar o desenvolvimento desta unidade orgânica.

Gráfico 9: D9-Resposta da amostragem.

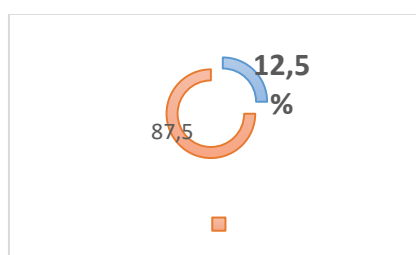


Fonte: Dados da pesquisa.

4.10. Os funcionários participam do processo decisório

No gráfico número 10, estão representadas as respostas obtidas no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D10, procurou-se saber se “Os funcionários têm sido parte do processo decisório”. Dos inqueridos, 12,5% dizem sim, mas 87,5% não. Para este ponto, somos de opinião que se inclua no processo de tomada de decisão tendo em conta que o processo de tomada de decisão participativa e colectiva, sugerem a inclusão de todos para se ter uma decisão minimamente optimizadoras.

Gráfico 10: D10-Resposta da amostragem



Fonte: Dados da pesquisa.

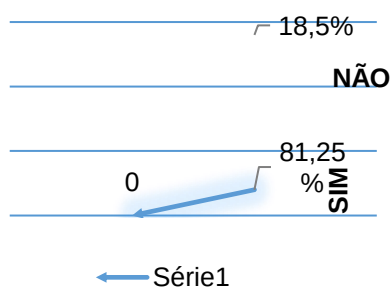
4.11. O processo decisório não é importante para o desenvolvimento do IP

No gráfico número 11, estão representados os resultados obtidos no campo de pesquisa onde as amostras classificadas como D11, responderam à questão se “O processo decisório não é importante para o desenvolvimento do IP”. Como se observa, 81,25% responderam sim, ao passo que 18,75% dizem não.

Nesta questão, fica provada que o processo decisório é de tal importância para o desenvolvimento das decisões singulares que se verifica no Instituto Politécnico.

Em suma, os aspectos discutidos acima, não dão bons indicadores para a melhorias e desenvolvimento futuro do Instituto Politécnico. É preciso mudar o atual modelo de gestão para um, mas desconcentrador de poderes e decisões.

Gráfico 11: D11-Resposta da amostragem.



Fonte: Dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos estudado detalhadamente o tema e de acordo com os resultados obtidos, notamos que o processo de tomada de decisão desempenha um papel preponderante no desenvolvimento de qualquer instituição, na sociedade, no sector político, económico, académico, na vida pessoal etc. Pois o sucesso de uma instituição ou qualquer projecto social e da vida pessoal depende muito das decisões que são tomadas e essas decisões passam por um processo de escolha de alternativas. E que a irracionalidade humana, limita o alcance das decisões óptimas ou racionais e que as decisões tomadas no Instituto Politécnico são do tipo decisões insatisfatórias.

Destarte, segundo as teorias abordadas, provaram que a decisão é tomada por uma pessoa ou grupo, depois de se observar o processo de análise e de escolha de alternativas. Com base a realidade objectiva vivenciada no campo de pesquisa, a nossa proposta metodológica, vai no sentido de se repensar o desligamento do Instituto Politécnico junto da URNM e concomitantemente a sua autonomia financeira, patrimonial e de gestão total do seu capital humano, pois, os dados da pesquisa indicam que a Reitoria, tem sido um ponto de estrangulamento do processo de tomada de decisão do Instituto Politécnico desde a sua criação.

Na sequência, compreendemos os factores que concorrem para o fracasso do processo decisório do Instituto Politécnico, onde a própria Reitoria da URNM, associado à um nível de desconhecimento das boas práticas de gestão tem sido um dos factores.

Por conseguinte, com base os dados obtidos na pesquisa, as nossa hipóteses foram confirmadas porque, de muito que se vive na gestão do Instituto Politécnico, o elevado grau de interesses pessoais, também concorrem para decisão singular e que algum desconhecimento do processo de tomada de decisão está na base da tomada de decisão singular, bem como alguns cinismos versos desprimor das normais jurídicas, regulamentos e estatutos, levam os gestores do Instituto Politécnico da Universidade Rainha Njinga A Mbande, a tomarem decisões de forma singular, no que ele pensa e acha, visto que só a nível Reitoral é que existe um gabinete jurídico.

No final da nossa pesquisa, entendemos que, estamos em condições de sugerir que se combata o elevado grau de interesses pessoais com políticas de inclusão administrativas de todos intervenientes do processo de tomada de decisão, tal como aquelas constantes do estatuto orgânico, programas e regulamentos e com políticas fortes de denúncias aos órgãos de fiscalização do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como o cumprimento escrupuloso da alínea e) do artigo 49.º (competência da assembleias) do estatuto orgânico da URNM que dá competências para a destituição do Director caso se verifica condutas indecorosas na vigência da sua gestão. Assim como o número 2 do artigo 44.º (mandato do Director) que atesta que em caso de graves violações do presente diploma, e demais legislação aplicável, o mandato do Director pode ser suspenso. Ou dado por findo pelo Reitor. Ainda nesta senda, também é sugestivo que o conselho de Direcção funcione no seu pleno para salvar o Instituto desta situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adair, C. B., & Murray, B. A. (1996). *Revolução total dos processos*. Nobel.
- Chiavenato, I. (2009). *Recursos humanos: O capital humano das organizações* (9.^a ed.). Elsevier.
- Daft, R. L. (2010). *Administração*. Cengage Learning.
- Drucker, P. (1994). Theory of business. *Harvard Business Review*, 95–106. Consultado em 18 de julho de 2025.
- Fortin, M.-F. (1999). *Processo de investigação: Da concepção à realização*. Lusociência.
- Gigerenzer, G. (2011). Why heuristics work. *Perspectives on Psychological Science*, 3(1), 453.
- Gregório, S. B. (2008). *Dicionário etimológico: Origem das palavras*. 7 Graus. Disponível em: www.dicionarioetimologico.com.br
- Hammer, M., & Champy, J. (1993). *Reengineering the corporation: A manifesto for business revolution*. Nicolas Brealey Publishing.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (2012). *Rápido e devagar: Duas formas de pensar*. Editora Rocco.
- Klein, G. A. (1998). *Sources of power: How people make decisions*. MIT Press.
- Koblitz, A. (2008). Simon e racionalidade limitada. *Economia e Desenvolvimento*, 7, 251–280.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.^a ed.). Editora Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Minayo, M. C. S. (2010). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (29.^a ed.). Vozes.
- Oliveira, P. S. (2002). *Introdução à sociologia*. Ática.
- Pereira, G. d. (2015). *Processo decisório*. Copyright.
- Robbins, S., Judge, T., & Sobral, F. (2010). *Comportamento organizacional: Teoria e prática no contexto brasileiro*. Pearson.

Santana, H. (2022). A ética na liderança das instituições de ensino superior públicas em Angola. *Revista Internacional de Ciências, Tecnologia e Sociedade*, 4(2), 1–24. <https://doi.org/10.37334/ricts.v4i2.69>

Silvestre, H., & Araújo, J. (2012). *Metodologia para a investigação social* (2.^a ed.). Editora Escolar.

Sternberg, R. J. (2022). *Cognitive psychology* (8th ed.). Cengage Learning.

Varenne, F. (2018). *Théories et modèles en sciences humaines*. Éditions Matériologiques.

Zenellas, L. C. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Rempres.

A CONSTITUIÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PROMOÇÃO DA LIVRE INICIATIVA E NO COMBATE À CONCORRÊNCIA DESLEAL²⁹

Angola's economic constitution: challenges and prospects in promoting free enterprise and combating unfair competition

HENRIQUE, Antonio Jerónimo Avelino³⁰

Resumo

Este artigo realiza uma análise crítica da Constituição Económica da República de Angola, instituída em 2010, com enfoque no paradigma qualitativo crítico-hermenêutico. A Constituição estabelece pilares fundamentais como a livre iniciativa privada, a concorrência leal e a justiça social, mas sua implementação enfrenta obstáculos diante de uma realidade socioeconómica marcada por informalidade dominante, instituições frágeis e cultura concorrencial limitada. Estudos oficiais indicam que aproximadamente 80% dos agentes económicos angolanos operam fora do sector formal, provocando distorções de mercado, evasão fiscal e desequilíbrio na aplicação dos princípios constitucionais. A pesquisa fundamenta-se no método tridimensional do direito de Reale, que articula facto (informalidade e práticas anticoncorrenciais), valor (justiça e solidariedade) e norma. O estudo incorpora triangulação metodológica, método comparativo de Mill e ecologia de saberes, permitindo ampliar o campo analítico e inserir práticas sociais ignoradas pelo discurso jurídico dominante. A investigação revela que a constituição económica, embora baseada em princípios universais, esbarra na ausência de políticas públicas eficazes e limitação da capacidade institucional de fiscalização. O comércio informal, como a venda ambulante, actua como meio de sobrevivência e factor de concorrência desleal. Sectores formais como telecomunicações enfrentam monopólios e barreiras à entrada, agravando a desigualdade. Comparações com países africanos evidenciam que Angola dispõe de menor institucionalidade regulatória. Frente a esses desafios, são propostas recomendações: revisão legislativa com participação multisectorial, fortalecimento da ARC com autonomia, fomento à literacia económica e articulação entre saberes jurídicos e populares. Conclui-se que a Constituição Económica só será eficaz se houver diálogo entre norma e realidade, promovendo inclusão e justiça concorrencial no contexto angolano.

²⁹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

³⁰ ANTONIO JERÓNIMO AVELINO HENRIQUE - Universidade Internacional Iberoamericana – UNINI Mexico, MÉXICO. Email: antonio.henrique@pesquisa.unic.co.ao

Abstract

This article presents a critical analysis of the Economic Constitution of Angola, established in 2010, through a qualitative critical-hermeneutic paradigm grounded in legal and interdisciplinary methods. The Constitution outlines pillars such as free enterprise, fair competition, and the State's role in promoting social justice. However, its implementation faces obstacles due to a socioeconomic reality marked by informality, institutional fragility, and limited competitive culture. Studies indicate that around 80% of Angolan economic agents operate outside the formal sector, causing market distortions, tax evasion, and imbalance in applying constitutional principles. The research applies Reale's tridimensional legal method: fact (informality, anti-competitive practices), value (justice, solidarity), and norm. The study incorporates methodological triangulation, Mill's comparative method, and Santos' ecology of knowledge, broadening the scope and highlighting social practices often ignored. Findings show that although the Constitution is based on universal principles, it is hindered by weak policies and limited oversight capacity. Informal trade, like street vending, serves as survival yet fosters unfair competition. Regulated sectors, such as telecommunications, face monopolies and barriers to entry, increasing inequality. Compared to other African countries, Angola shows reduced regulatory institutional strength. To address these challenges, the article proposes periodic legislative review with multisectoral input, strengthening the Competition Authority's autonomy, promoting economic and legal literacy, and integrating formal and informal knowledge systems. The Constitution's effectiveness depends on genuine dialogue between legal norms and social reality, supporting inclusive development and competitive justice.

Palavras-chave: *Constituição Económica; Concorrência Desleal; Livre Iniciativa; Método Tridimensional; Paradigma Crítico-Hermenêutico; Direito Angolano.*

Keywords: *Economic Constitution; Unfair Competition; Free Enterprise; Tridimensional Legal Method; Critical Hermeneutic Paradigm; Angolan Law.*

Data de submissão: setembro 2024 | **Data de publicação:** dezembro 2024.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Económica da República de Angola, consagrada na Lei Fundamental de 2010, estabelece os pilares que regulam a actividade económica do país: a livre iniciativa privada, a concorrência saudável e o papel do Estado como promotor da justiça social e da equidade (Constituição da República de Angola, 2010). No entanto, a operacionalização desses princípios enfrenta desafios complexos, especialmente num contexto marcado por elevada informalidade, fragilidade institucional e ausência de cultura concorrencial consolidada.

Estudos recentes indicam que cerca de 80% dos agentes económicos angolanos actuam fora do sector formal, o que compromete não só a arrecadação fiscal, como também distorce o equilíbrio concorrencial entre empresas formais e informais (Ministério das Finanças, 2021). Tal cenário configura um descompasso entre os objectivos constitucionais e a realidade económica, exigindo abordagens interpretativas que reconheçam os limites da aplicação normativa convencional.

Neste artigo, propõe-se uma análise crítica da Constituição Económica angolana com base no paradigma qualitativo crítico-hermenêutico, utilizando como ferramenta principal o método tridimensional do direito proposto por Miguel Reale (1999), que articula os elementos de facto, valor e norma. Complementarmente, recorre-se à triangulação metodológica (Denzin, 1978), ao método comparativo de Mill (Gonzalez, 2008) e à ecologia de saberes (Santos, 2012), como forma de ampliar o campo interpretativo e incorporar dimensões sociais invisibilizadas pelo discurso jurídico dominante.

Ao problematizar os limites e potencialidades da Constituição Económica de Angola, o estudo busca contribuir para a construção de um modelo regulatório mais justo, inclusivo e adaptado à realidade local em que os saberes populares, os desafios institucionais e a normatividade constitucional possam dialogar como partes integrantes de um projecto económico democrático.

2. METODOLOGIA

2.1 Paradigma de Investigação

A investigação adopta o paradigma qualitativo crítico-hermenêutico, voltado para a interpretação da realidade jurídica e dos seus valores sociais (Coutinho, 2005). Segundo Denzin (1978), “a triangulação permite que as fraquezas de um método sejam compensadas pelas forças de outro” (p. 302), o que fundamenta o uso combinado de legislação, doutrina e jurisprudência.

2.2 Método Jurídico

Aplica-se o método tridimensional do direito, proposto por Miguel Reale, que articula:

Facto: Realidade económica angolana, marcada por práticas informais, concentração de mercado e ausência de cultura concorrencial (Ministério das Finanças, 2021).

Valor: Princípios constitucionais como justiça, equidade e solidariedade (CRA, art. 3.º e 38.º).

Norma: Lei da Concorrência (Lei n.º 5/18) e Lei da Delimitação da Actividade Económica (Lei n.º 25/21), que regulam os limites da intervenção estatal e da iniciativa privada.

2.3 Técnica Complementar

Utiliza-se o método comparativo de Mill, para examinar causalidades entre dispositivos legais e efeitos económicos (Gonzalez, 2008).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Económica de Angola, tal como consagrada na Constituição da República de Angola (CRA, 2010), representa um esforço normativo para equilibrar os princípios da livre iniciativa, da justiça social e da função económica da propriedade. Contudo, as tensões entre a normatividade jurídica e a prática económica exigem uma análise sustentada em múltiplas abordagens teóricas.

3.1 Método Tridimensional do Direito – Miguel Reale

O modelo proposto por Reale (1999) articula o Direito como fenómeno constituído por três elementos interdependentes: o *facto*, o *valor* e a *norma*. Esta abordagem é especialmente pertinente para a compreensão da Constituição Económica angolana, cuja operacionalização prática se confronta com desafios como:

Facto: a prevalência da economia informal, que representa cerca de 80% dos agentes económicos (Ministério das Finanças, 2021).

Valor: os princípios constitucionais de justiça e equidade, tensionados pelas desigualdades estruturais.

Norma: instrumentos legais como a Lei da Concorrência (Lei n.º 5/18) e a Lei da Iniciativa Privada (Lei n.º 25/21).

“A articulação dos três elementos é essencial para que o Direito não se torne uma abstração dissociada da realidade concreta” (Reale, 1999, p. 72).

3.2 Triangulação Metodológica Denzin

A abordagem de Denzin (1978) propõe a *triangulação metodológica* como técnica para reforçar a validade da análise científica, utilizando simultaneamente fontes legislativas, doutrinárias e empíricas. No contexto angolano, esta triangulação é expressa na integração de:

Legislação: Constituição, Leis de concorrência e iniciativa económica.

Doutrina: autores críticos como Santos (2012) e estudiosos da economia informal.

Dados institucionais: relatórios do INACOM e do Ministério das Finanças.

Essa combinação metodológica permite superar leituras fragmentadas da realidade jurídica.

3.3 Método Comparativo Gonzalez

Gonzalez (2008) destaca o método comparativo de Mill como ferramenta útil para identificar relações causais entre variáveis jurídicas e políticas.

Em Angola, o contraste entre sectores regulados como telecomunicações e o comércio ambulante revela falhas institucionais de fiscalização e desigualdade no acesso

à concorrência leal. “Comparações revelam os limites de políticas uniformes em contextos de alta informalidade económica” (Gonzalez, 2008, p. 14).

3.4 Ecologia de Saberes Santos

Boaventura de Sousa Santos (2012) propõe uma crítica à *monocultura jurídica*, defendendo a valorização de contextos locais e saberes periféricos. Essa abordagem é essencial para compreender a economia informal não como mera ilegalidade, mas como resposta adaptativa à exclusão institucional.

Em Angola, práticas informais como o zunga (comércio ambulante/Venda de produtos nas ruas) desempenham papel social significativo, embora à margem da regulação oficial.

“Não há justiça cognitiva sem justiça económica e social” (Santos, 2012, p. 56).

3.5 Princípios Constitucionais e Documentos Oficiais

A Constituição da República de Angola (2010) garante o direito à livre iniciativa (art. 38.º), à função social da propriedade (art. 37.º) e à justiça social como princípio fundamental. No entanto, os *dados empíricos* revelam um descompasso entre a previsão normativa e sua aplicação prática:

O *Ministério das Finanças* (2021) estima que 80% da economia angolana opera na informalidade.

A *INACOM* (2021) identifica práticas de abuso de posição dominante, especialmente em telecomunicações, sem que haja sanções efectivas.

A *Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC)* aponta concorrência desleal no sector alimentar, com agentes informais vendendo abaixo do custo (ARC, 2025).

Esses elementos revelam que a constituição económica angolana opera sob tensão contínua entre os seus objectivos declarados e a realidade institucional, exigindo uma leitura crítica, interdisciplinar e situada.

A Constituição Económica não se limita a garantir liberdades de mercado, mas também impõe obrigações ao Estado para corrigir desigualdades e promover o

desenvolvimento inclusivo. Reale (apud Matos, 2025) defende que o direito só pode ser compreendido através da articulação dinâmica entre norma, facto e valor, permitindo uma análise integrada.

Segundo Marques (2019), o combate à concorrência desleal é “um imperativo para a justiça distributiva e a manutenção da confiança institucional” (p. 87).

Apresentamos o quadro de fundamentação teórica que articula autores clássicos e documentos jurídicos com *exemplos práticos da realidade angolana*: (Quadro 1)

Quadro 1- Fundamentação Teórica e Exemplos Reais.

Autor / Fonte	Contribuição Teórica	Exemplo na Realidade Angolana	Referência APA
Reale (1999)	Método tridimensional do Direito (facto, valor e norma).	Aplicação na análise da Constituição Económica: Facto: prática informal. Valor: justiça e equidade. Norma: Lei da Concorrência e da Iniciativa Privada.	Reale, M. (1999). <i>Filosofia do Direito</i> . São Paulo: Saraiva.
Denzin (1978)	Triangulação metodológica como reforço da confiabilidade interpretativa.	Uso combinado de jurisprudência, legislação e doutrina para interpretar o papel do Estado na economia.	Denzin, N. K. (1978). <i>The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods</i> . McGraw-Hill.
Gonzalez (2008)	Método comparativo de Mill aplicado à política e direito.	Comparação entre mercados regulados (como telecomunicações) e sectores informais (venda ambulante), revelando falhas institucionais.	Gonzalez, R. S. (2008). O método comparativo e a ciência política. <i>Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas</i> , 2(1), 1–20.
Santos (2012)	Ecologia de saberes: crítica à monocultura jurídica.	Valorização de práticas económicas locais e modelos regulatórios híbridos adaptados ao contexto angolano.	Santos, B. S. (2012). <i>Para além do pensamento abissal</i> . São Paulo: Cortez.
CRA (2010)	Princípios constitucionais: livre iniciativa, justiça e função social da economia.	Art. 38.º da CRA sustenta o direito à livre iniciativa, tensionado pela informalidade e desigualdade.	Constituição da República de Angola. (2010). <i>Diário da República</i> . https://tribunalconstitucional.ao
MinFin (2021)	Diagnóstico da economia informal e implicações jurídicas.	Identifica que cerca de 80% dos agentes económicos actuam fora do sector formal, com impacto na concorrência e na arrecadação fiscal.	Ministério das Finanças. (2021). <i>Relatório sobre a Economia Informal em Angola</i> . Governo de Angola.

INACOM (2021)	Regulação da concorrência e vigilância sectorial.	Casos de abuso de posição dominante em telecomunicações e resistência à entrada de novas operadoras.	INACOM. (2021). <i>Relatório Anual de Regulação da Concorrência</i> . Instituto Angolano das Comunicações.
---------------	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O quadro em epigrafe, permite observar como a articulação teórica se manifesta na prática angolana. O modelo de Miguel Reale encontra respaldo na análise da Constituição Económica (CRA, 2010), onde o *facto social da informalidade, o valor da equidade e as normas regulatórias* coexistem em constante tensão. A abordagem hermenêutica e comparativa (Denzin, 1978; Gonzalez, 2008) mostra-se essencial para compreender os efeitos reais da política económica, enquanto autores como Santos (2012) defendem a valorização dos saberes locais frente ao universalismo normativo.

“A economia informal, embora resiliente, desafia os princípios constitucionais de justiça, concorrência leal e arrecadação fiscal, exigindo uma resposta institucional sensível e integrada” (Ministério das Finanças, 2021).

Vamos neste secção desenvolver a *Análise e Discussão*, articulando os conceitos da fundamentação teórica com a realidade angolana.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A Constituição Económica angolana estrutura-se sobre princípios como a livre iniciativa, a função social da propriedade, e a justiça distributiva (CRA, 2010). No entanto, a aplicação desses princípios revela uma série de tensões normativas, fácticas e valorativas, como demonstrado no método tridimensional de Miguel Reale.

4.1 A Livre Iniciativa como Princípio Formal vs. Obstáculo Prático

O artigo 38.º da Constituição da República de Angola garante o direito à iniciativa privada, fundamentando-se na liberdade de organização da atividade económica. Em contrapartida, a *prevalência da informalidade cerca de 80% da força produtiva nacional* gera condições desiguais de concorrência e compromete a aplicabilidade do princípio.

Embora a CRA assegure a iniciativa privada como direito fundamental, a informalidade distorce o mercado, permitindo que agentes não regulados concorram sem cumprir obrigações fiscais ou normativas (Ministério das Finanças, 2021).

Além disso, conforme a *Autoridade Reguladora da Concorrência*, existem sectores onde a concorrência é limitada por práticas de abuso de posição dominante como no mercado das telecomunicações (INACOM, 2021). Isso demonstra que, mesmo entre os operadores formais, há barreiras à entrada e ao acesso equitativo ao mercado.

“A concorrência só é justa quando o Estado regula igualmente as condições de entrada e permanência de todos os agentes económicos” (ARC, 2025, p. 11).

4.2 A Concorrência Desleal como *Facto Jurídico*

O método tridimensional permite classificar a *concorrência desleal como facto jurídico relevante*. Esta é caracterizada por práticas como:

- Venda abaixo do custo por agentes informais (Venda ambulante);
- Omissão de obrigações fiscais (Produtos não taxados);
- Falta de protecção ao consumidor.

Estes comportamentos têm efeito directo sobre os *valores constitucionais* de justiça e equidade. Conforme Santos (2012), “a justiça não se realiza na monocultura normativa, mas na articulação entre saberes e práticas sociais” (p. 49).

Em Angola, a economia informal (Venda ambulante) não é apenas sobrevivência; é também resistência e resiliência, porém, quando não acompanhada de políticas públicas inclusivas, transforma-se em factor de desigualdade jurídica.

4.3 Ausência de Cultura Concorrencial

A fraca cultura concorrencial em Angola é mencionada nos relatórios do INACOM (2021), que apontam baixo grau de conformidade com normas de defesa do consumidor, ausência de litigância entre empresas concorrentes e inexistência de mecanismos efectivos de denúncia.

Comparativamente, na África do Sul e no Quênia, organismos reguladores possuem *maior autonomia e capacidade investigativa*, o que favorece a efectividade da concorrência económica (World Bank, 2022).

“A concorrência não depende apenas da norma jurídica, mas da institucionalidade que a protege e da cidadania que a exige” (Gonzalez, 2008, p. 17).

4.4 Perspectivas de Superação

Com base na triangulação metodológica (Denzin, 1978), nas abordagens críticas (Santos, 2012) e na análise normativa (CRA, 2010), apontam-se caminhos para superar os obstáculos identificados:

- *Fortalecimento da ARC*, com autonomia financeira e técnica para fiscalizar, aplicar sanções e educar os agentes económicos.
- *Promoção de literacia económica e jurídica*, especialmente junto a pequenos empresários, sindicatos e cooperativas.
- *Revisão periódica das leis económicas*, com participação popular e consulta multissetorial.
- *Articulação entre saberes formais e informais*, reconhecendo as dinâmicas reais da economia como ponto de partida para políticas públicas.

Descrevemos cinco projectos de políticas públicas como propostas estruturantes para o Executivo angolano, voltados para promover inclusão socioeconómica, justiça social e equidade concorrencial no contexto angolano, com base nas problemáticas que pesquisamos:

1. Programa de Licenciamento Inclusivo (PLI)

Objectivo: Formalizar gradualmente trabalhadores informais (ex: venda ambulante) através de licenciamento simplificado, incentivo fiscal e reconhecimento jurídico.

Acções Concretas:

- Isenção tributária inicial por 12 meses
- Capacitação em literacia financeira e jurídica
- Registro digital com apoio municipal

Impacto esperado: Redução da concorrência desleal e ampliação da base tributária sem penalizar populações vulneráveis.

2. Escola de Justiça Concorrencial Comunitária

Objectivo: Promover cultura jurídica e concorrencial entre pequenos empresários, cooperativas e organizações civis.

Acções Concretas:

- Criação de núcleos formativos em bairros e zonas periurbanas
- Cursos gratuitos sobre direitos económicos, defesa do consumidor e legislação de mercado
- Parcerias com universidades e ordens profissionais

Impacto esperado: Fortalecimento da cidadania económica e da governança participativa.

3. Observatório da Concorrência e da Inclusão Produtiva (OCIP)

Objectivo: Monitorar práticas de concorrência desleal, monopólios e exclusão produtiva.

Acções Concretas:

- Relatórios periódicos com dados desagregados (género, região, sector)
- Indicadores de acesso a crédito, formalização e barreiras regulatórias
- Recomendações legislativas ao Parlamento e à ARC

Impacto esperado: Diagnóstico contínuo das assimetrias económicas e suporte às decisões públicas.

4. Bolsa de Compras Inclusivas do Estado

Objectivo: Reservar parte das compras públicas para microempresas, cooperativas e empreendedores populares legalmente registados.

Acções Concretas:

- Criação de plataforma digital integrada com cadastro simplificado
- Editais com critérios sociais e regionais
- Treinamento técnico sobre contractos e fornecimento público

Impacto esperado: Redistribuição de oportunidades e estímulo à formalização por incentivo directo.

5. Código de Ética Concorrencial

Objectivo: Estabelecer normas de conduta para empresas e reguladores, com base em princípios constitucionais de justiça, equidade e transparência.

Acções Concretas:

- Audições públicas para formulação participativa
- Adesão voluntária com selo ético reconhecido pela ARC
- Mecanismos internos de compliance e mediação de conflitos

Impacto esperado: Criação de ecossistema concorrencial responsável, ético e regulado socialmente. Para além das propostas apresentadas acima, desenvolvemos um *dossiê estruturado de políticas públicas* com foco em inclusão socioeconómica e justiça concorrencial para Angola. Estrutura-base, com justificativa teórica, metas, linhas de acções concretas, orçamento estimado e indicadores de impacto para cada projecto. Dossiê: Políticas Públicas para Inclusão e Justiça Concorrencial em Angola:

1. Programa de Licenciamento Inclusivo (PLI)

Justificativa: Com cerca de 80% da força produtiva actuando no sector informal (Ministério das Finanças, 2021), é necessário integrar economicamente milhões de angolanos sem criminalizar a informalidade.

Objectivos:

- ✓ Reduzir a concorrência desleal
- ✓ Expandir a base fiscal
- ✓ Garantir protecção jurídica mínima aos agentes informais

Linhas de Acção Concreta:

- Isenção de impostos nos primeiros 12 meses
- Registro digital municipal gratuito
- Capacitação jurídica e financeira

Orçamento Estimado: USD 4 milhões/ano (com apoio do PNUD e municípios)

Indicadores:

- Número de licenças emitidas
- Taxa de transição para o sector formal
- Aumento da arrecadação fiscal local

2. Escola de Justiça Concorrencial Comunitária (EJCC)

Justificativa: Angola carece de cultura jurídica concorrencial (INACOM, 2021). Pequenos empresários desconhecem seus direitos e deveres económicos.

Objectivos:

- ✓ Democratizar o conhecimento jurídico
- ✓ Fortalecer a cidadania económica
- ✓ Promover práticas justas de mercado

Linhas de Acção Concreta:

- Criação de núcleos de formação nos bairros
- Parceria com faculdades de direito e economia
- Certificação reconhecida pela ARC

Orçamento Estimado: USD 3 milhões/ano

Indicadores:

- Número de participantes formados
- Redução de conflitos comerciais informais
- Maior adesão às normas concorrenciais

3. Observatório da Concorrência e Inclusão Produtiva (OCIP)

Justificativa: A ausência de dados fiáveis compromete a regulação. É urgente monitorar práticas antiéticas e bloqueios institucionais.

Objectivos:

- ✓ Diagnosticar desigualdades produtivas
- ✓ Monitorar os mercados regulados e informais
- ✓ Apoiar decisões do Legislativo e da ARC

Linhas de Acção Concreta:

- Relatórios trimestrais com indicadores
- Publicação de alertas de monopólio e concentração
- Painel interativo com dados desagregados

Orçamento Estimado: USD 5 milhões/ano

Indicadores:

- Nível de transparência regulatória
- Número de recomendações legislativas
- Uso público dos dados por universidades e ONGs

4. Bolsa de Compras Inclusivas do Estado (BCIE)

Justificativa: Microempresas registradas enfrentam dificuldades para competir em licitações. O Estado pode induzir inclusão produtiva.

Objectivos:

- ✓ Destinar 10% das compras públicas às microempresas formais
- ✓ Estimular a formalização por incentivo económico
- ✓ Reduzir a dependência da economia petrolífera

Linhas de Ação:

- Criação de plataforma digital simplificada
- Editais adaptados por região e sector
- Capacitação em gestão de contractos

Orçamento Estimado: USD 7 milhões/ano (recurso do orçamento corrente do Estado)

Indicadores:

- Volume de compras públicas para microempreendedores
- Nível de formalização pós-contracto
- Índice de sustentabilidade das empresas contratadas

5. Código de Ética Concorrencial (CEC)

Justificativa: Falta um instrumento normativo flexível que una sector privado, sociedade civil e órgãos reguladores num compromisso ético comum.

Objectivos: Definir padrões éticos para actuação no mercado

- Prevenir práticas abusivas e concentradoras
- Estimular autorregulação e compliance

Linhas de Acção Concreta:

- Consultas públicas e oficinas participativas
- Adopção voluntária com selo ético nacional
- Capacitação em integridade empresarial

Orçamento Estimado: USD 1,5 milhão/ano

Indicadores:

- Número de empresas signatárias
- Incidência de denúncias concorrenciais
- Avaliação pública da confiança no mercado

Ainda assim, desenvolvemos *documento de proposta governamental estruturada*, pronto para ser apresentado como plano de políticas públicas junto a instituições nacionais, universidades, redes internacionais ou como base para projectos legislativos.

Documento de Proposta: Plano Nacional de Políticas Públicas para Inclusão Produtiva e Justiça Concorrencial em Angola

Proponente: António Jerónimo Avelino Henrique

Área Temática: Direito Económico, Governança Concorrencial, Inclusão Socioeconómica

Data: [sine date]

1. Justificativa Geral

A Constituição Económica da República de Angola consagra os princípios da livre iniciativa, concorrência leal e justiça social (CRA, 2010). Contudo, a realidade nacional apresenta obstáculos profundos à sua efetividade: cerca de 80% dos agentes económicos operam no setor informal (MinFin, 2021); há ausência de cultura concorrencial (INACOM, 2021); e limitações institucionais na regulação de mercados. É necessário implementar políticas públicas integradas que harmonizem a norma constitucional com as práticas sociais, garantindo equidade regulatória, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

2. Objectivos do Plano Nacional

- 1º. Formalizar economicamente populações vulneráveis
- 2º. Garantir proteção concorrencial e ética de mercado
- 3º. Fortalecer instituições reguladoras com base participativa
- 4º. Democratizar o acesso às compras públicas e instrumentos estatais
- 5º. Promover cultura jurídica, econômica e cidadã.

3. Projectos Estruturantes

Quadro 2 – Projectos estruturantes.

Projecto	Descrição	Público-alvo	Órgãos envolvidos
PLI – Programa de Licenciamento Inclusivo	Registro simplificado e incentivo fiscal para trabalhadores informais	Vendedores ambulantes, prestadores de serviço	Administrações municipais, AGT, PNUD
EJCC – Escola de Justiça Concorrencial Comunitária	Formação jurídica e económica para microempreendedores	Cooperativas, comerciantes locais	Universidades, Ordem dos Advogados, ARC
OCIP – Observatório da Concorrência e Inclusão Produtiva	Produção de dados e diagnósticos regulares sobre desigualdades económicas	Académicos, parlamentares, reguladores	ARC, INE, PNUD
BCIE – Bolsa de Compras Inclusivas do Estado	Plataforma digital para licitação direccionada a microempresas formais	Empreendedores formais e semi-formais	MINFIN, MINJUSDH, INAPEM
CEC – Código de Ética Concorrencial	Selo ético voluntário para empresas e reguladores comprometidos	Sector privado, sociedade civil	ARC, CIPA, CNAE

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Estimativa Orçamental

Projeto	Valor estimado anual
PLI	USD 4 milhões
EJCC	USD 3 milhões
OCIP	USD 5 milhões
BCIE	USD 7 milhões
CEC	USD 1,5 milhão

Total estimado: USD 20,5 milhões/ano

Fontes: Orçamento Geral do Estado (OGE), cooperação multilateral (PNUD, BAD, União Africana)

5. Indicadores de Impacto

- Aumento da taxa de formalização
- Redução de práticas de concorrência desleal
- Crescimento da participação de microempresas em compras públicas
- Fortalecimento institucional da ARC e parceiros
- Disseminação de cultura concorrencial e cidadania económica

Terminando com as secções do presente artigo científico, desenvolvemos a conclusão sintetizando os principais achados e reforça o carácter crítico-hermenêutico da investigação, e incluímos nela também, as recomendações e sugestões com base a nossa análise profunda da Constituição Económica de Angola e da realidade prática do país, divididas por eixos estratégicos para o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

5. Conclusão

A análise da Constituição Económica de Angola, à luz do paradigma qualitativo crítico-hermenêutico, revelou uma *tensão estrutural* entre os objectivos normativos do ordenamento jurídico e a complexidade da realidade socioeconómica vivida pela maioria dos agentes económicos angolanos.

A aplicação do *método tridimensional de Miguel Reale*, facto, valor e norma, mostrou-se eficaz para interpretar criticamente o cenário angolano, evidenciando que:

O *facto* da economia informal desafia a eficácia das normas legais; Os *valores constitucionais* de justiça e equidade são frequentemente tensionados por práticas concorrenciais desleais; As *normas jurídicas*, como a Lei da Concorrência (Lei n.º 5/18) e a Lei da Iniciativa Privada (Lei n.º 25/21), carecem de integração efectiva com políticas públicas e instituições reguladoras doptadas de autonomia.

Ao integrar técnicas de *triangulação metodológica* (Denzin, 1978) e *comparação contextual* (Gonzalez, 2008), a investigação demonstrou que não basta replicar modelos

jurídicos universais, é necessário construir respostas adequadas às *realidades locais*, conforme propõe a *ecologia de saberes* de Santos (2012).

A Constituição Económica não pode ser interpretada isoladamente. Seu sucesso depende do *fortalecimento institucional*, da *participação cidadã*, e da *leitura situada* da legislação, capaz de reconhecer e transformar a diversidade das práticas económicas angolanas.

Desse modo, propõe-se que futuros estudos aprofundem os elementos da *governança económica inclusiva*, com foco na *justiça concorrencial* e na *interdisciplinaridade*, integrando saberes jurídicos, sociais e culturais para promover a efectividade da Constituição Económica como instrumento de transformação democrática.

5.1. Recomendações e Sugestões

1. Revisão e Integração Legislativa

- ✓ Promover a *harmonização entre leis económicas e normas constitucionais*, reduzindo a sobreposição legal e os conflitos interpretativos.
- ✓ Estabelecer *revisões periódicas da Lei da Concorrência* (Lei n.º 5/18) e da Lei da Iniciativa Privada (Lei n.º 25/21) com participação de universidades, associações empresariais e grupos vulneráveis.

“A normatividade jurídica deve reflectir as dinâmicas económicas reais e adaptar-se às transformações sociais” (Reale, 1999).

2. Fortalecimento Institucional

- Garantir *autonomia financeira e técnica* à Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC), para que possa fiscalizar, aplicar sanções e promover a justiça concorrencial.
- Reforçar o papel do INACOM e do Ministério das Finanças na *regulação transversal de setores informais*, com sistemas de monitoramento integrados.

A autonomia institucional é um factor-chave para prevenir interferências políticas e garantir imparcialidade na actuação regulatória.

3. Educação Económica e Jurídica

- ✓ Implementar *programas de formação sobre direitos empresariais, concorrência leal e formalização*, especialmente voltados para pequenos comerciantes, cooperativas e jovens empreendedores.
- ✓ Fomentar *cultura concorrencial* nas universidades e associações comerciais, com incentivo à pesquisa sobre justiça económica.

“A cidadania económica começa pelo conhecimento das normas e do valor social da legalidade” (Denzin, 1978).

4. Inclusão e Formalização

- Promover a *formalização progressiva da economia informal*, com incentivos fiscais, acesso a microcrédito e simplificação burocrática.
- Adoptar abordagens de *regulação híbrida*, que respeitem saberes locais e ajustem os modelos legais à realidade angolana (Santos, 2012).

“A informalidade não é uma falha da lei, mas uma resposta social a sua ausência ou ineficácia” (Santos, 2012, p. 49).

5. Cooperação Regional e Internacional

- ✓ Estabelecer *parcerias com países africanos e organismos internacionais*, para intercâmbio de boas práticas na regulação da concorrência e inclusão económica.
- ✓ Participar de redes de pesquisa em direito económico e constitucional africano, visando a construção de um marco teórico contextualizado.

Apresentamos o quadro das recomendações e sugestões estruturada como um quadro visual comparativo, organizado por eixo temático, com exemplos e fundamentos teóricos: (Quadro 3)

Quadro 3 - Comparativo Recomendações Estratégicas para a Constituição Económica de Angola.

Eixo Estratégico	Recomendação	Exemplo Prático	Fundamentação Teórica
Revisão Legislativa	Harmonizar leis económicas com a CRA e revisar a Lei da Concorrência e a Lei da Iniciativa Privada com base participativa.	Redução de conflitos entre normas legais e efectivação do art. 38.º da CRA.	Reale (1999); CRA (2010); ARC (2025).
Fortalecimento Institucional	Garantir autonomia técnico-financeira à ARC e fortalecer INACOM para fiscalização transversal.	Criação de um Fundo de Regulação Concorrencial para	INACOM (2021); ARC (2025); Gonzalez (2008).

		sustentar operações da ARC.	
Educação Económica	Implementar programas de literacia jurídica e concorrencial para PME, cooperativas e comerciantes informais.	Oficinas comunitárias sobre concorrência e formalização com apoio local.	Denzin (1978); Santos (2012); MinFin (2021).
Inclusão e Formalização	Incentivar a formalização progressiva por meio de microcrédito, desburocratização e reconhecimento legal da economia popular.	Programa de licenciamento simplificado para vendedores ambulantes.	Santos (2012); Ministério das Finanças (2021); CRA (2010).
Cooperação Internacional	Criar redes com países africanos e organismos multilaterais para troca de experiências sobre regulação e equidade económica.	Participação da ARC em fóruns da União Africana e no African Competition Forum.	World Bank (2022); Gonzalez (2008); INE, OIT & PNUD (2023).

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Notas Explicativas:

- A implementação das recomendações exige articulação interinstitucional, incluindo universidades, sociedade civil e sectores privados.
- A valorização dos *saberes locais*, como defende Santos (2012), deve ser central na construção de modelos regulatórios que dialoguem com a prática.
- As sugestões convergem para uma constitucionalização efectiva da economia, que promova não apenas crescimento, mas também inclusão e justiça competitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARC. (2025). *Expansão – Concorrência desleal em Angola*. Luanda: Autoridade Reguladora da Concorrência.

Assembleia Nacional. (2021). *Lei n.º 25/21 de 18 de outubro – Delimitação da atividade económica*. <https://www.lex.ao>

Autoridade Reguladora da Concorrência. (2018). *Lei n.º 5/18 de 10 de maio – Lei da Concorrência*. <https://arc.minfin.gov.ao>

Constituição da República de Angola. (2010). *Diário da República*.

<https://tribunalconstitucional.ao>

Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. McGraw-Hill.

Gonzalez, R. S. (2008). O método comparativo e a ciência política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2(1), 1–20.

INACOM. (2021). *Relatório anual de regulação da concorrência*. Luanda: Instituto Angolano das Comunicações.

Marques, A. N. J. (2019). O regime jurídico da concorrência em Angola: Breves reflexões. Academia.edu.

Matos, J. V. (2025). Direito constitucional económico e o método tridimensional. *Revista Jurídica Lusófona*, 18(1), 40–59.

Ministério das Finanças. (2021). *Relatório sobre a economia informal em Angola*. Luanda: Governo de Angola.

Reale, M. (1999). *Filosofia do direito*. Saraiva.

Santos, B. S. (2012). *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Cortez.

World Bank. (2022). *Africa's informal economy and regulatory governance*. World Bank Group, Nairobi.

OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA³¹

The foundations of the Angolan National Liberation process

BASTOS, Feliciano Moreira³²; KIMBANDA, Francisco Jacucha³³; & LUNGANGA. Augusto N'tima³⁴

Resumo

O presente artigo sobre os fundamentos do processo de libertação nacional de Angola, enfoca-se nas metas almejadas destes processos e os desafios que se colocam actualmente. Objectivo desta pesquisa parte das diferentes etapas do processo de libertação nacional, analisar as contradições, fragmentações e desafios não como um fracasso do pensamento, mas um momento de reconhecimento dos limites do conhecimento, levando a uma investigação contínua. A perspectiva teórico-metodológica é descrever as experiências, percepções de pessoas, grupos políticos, intelectuais, sociais e religiosos, ver o sentido que dão ao processo de libertação nacional seu significado. Fim das interlocuções teórico-reflexivas, compreendeu-se que há uma emergência de abertura de uma nova Angola, partindo da mudança de mentalidade política, do reforço na formação, da capacitação do capital humano, da autonomização da economia, do melhoramento das condições sociais e da valorização da cultura nacional.

Abstract

This article on the foundations of the Angolan national liberation process focuses on the goals pursued by this process and the challenges it currently faces. The objective of this research is to analyze the contradictions, fragmentations, and challenges of the different stages of the national liberation process, not as a failure of thought, but as a moment of recognition of the limits of knowledge, leading to continuous investigation. The theoretical-methodological perspective is to describe the experiences and perceptions of people, political, intellectual, social, and religious groups, and to understand the meaning they give to the national liberation process. At the end of the theoretical-reflective dialogues, it was understood that there is an emerging need for the opening of a new Angola, starting from a change in political mentality, strengthening education, developing human capital, making the economy more autonomous, improving social conditions, and valuing national culture.

Palavras-chave: Soberania; contradições; fragmentações; capital humano e consciência social.

Keywords: Sovereignty; contradictions; fragmentations; human capital and social consciousness.

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

³¹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

³² FELICIANO MOREIRA BASTOS - Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

³³ FRANCISCO JACUCHA CAHUCO KIMBANDA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: francisco.jacucha@uan.ao

³⁴ AUGUSTO N'TIMA LUNGANGA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

INTRODUÇÃO

A conquista da independência política, a reconstrução e o desenvolvimento livre, justo e soberano, constituíram-se nos fundamentos da libertação nacional e nesta base os principais partidos políticos, associações cívicas e grupos religiosos, criaram seus estatutos com muitas convergências nos objectivos fundamentais, tais como a edificação e a preservação de uma sociedade democrática, humanista, de trabalho, de paz, de progresso, de liberdade, de solidariedade e de justiça social, baseada na estabilidade, na harmonia e na unidade nacionais, promover o diálogo social e a participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural.

A presente pesquisa parte da seguinte questão porque razão das fragmentações, das contradições interna e externas, no cenário actual em que se clama pela justiça social, pobre, fome, acesso a saúde, educação, emprego e liberdade cultural? Quais são as soluções convergentes que possam ser assumidas com vista atingirmos o desenvolvimento humano e social de Angola? A resposta as questões levantadas estão no investimento e na gestão do capital humano ou ainda fazer a pessoa *pensar* e valorizar a *cultura material e espiritual* em que se insere. Para tal começamos a conceituar a base temático a partir dos conceitos de soberania, libertação nacional, independência, contradições, fragmentações, capital humano, educação e consciência Social.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Libertação nacional e soberania como poder do Estado Independente

O conceito de soberania é fundamental para compreendermos o tema que nos propomos apresentar neste artigo. A soberania refere-se ao poder do Estado de organizar a vida dentro de seu território, com a autoridade de impor leis e decisões, sem estar sujeito a outros poderes internos. O conceito de soberania sofreu um processo evolutivo com diferentes visões, absolutistas, democrática e até moderna. Ora Libertação no sentido de independência refere-se a um processo de alcance da liberdade como no contexto histórico de uma nação se livrar do domínio colonial, ou ainda é a interrupção do domínio ou controlo de outra entidade, cujo resultado seja a autonomia e soberania. A independência é o estado de não ser dominado.

1.2. A visão contratualista do conceito de soberania

Segundo Hobbes a Soberania, é uma qualidade essencial do Estado, uma vez que pode ser vista como a aptidão para o exercício do poder absoluto conferido a si pelo contrato social. Por meio deste contrato, os indivíduos abrem mão do seu direito de utilizar da própria força afim de serem protegidos e assegurados, passando este último a ser detentor de tanto poder e força quanto eram todos os indivíduos anteriormente. Assim, para Hobbes, a Soberania se apresenta num modelo tripartido absolutez, inalienabilidade, indivisibilidade (Hobbes, 2016).

Contritamente a Hobbes, Rousseau (1978), entende que a soberania reside na vontade geral do povo, que é a expressão do bem comum e está sempre presente na sociedade, pois ela é inalienável e indivisível, pertence a coletividade e não pode ser transferida para um representante ou governo. o povo detém o poder legislativo, enquanto que o governo é corpo intermedio que executa as leis e deve sempre obediência à vontade geral. Rousseau proporciona “dois princípios anteriores à razão, um dos quais interessa ao nosso bem-estar e a nossa conservação, e o outro nos inspira uma repugnância natural por ver sofrer qualquer ser sensível e principalmente nossos semelhantes”. Estes princípios são, de acordo com Rousseau, o amor de si e a piedade. Não há, portanto, no estado de natureza, como queriam os teóricos do direito natural e Locke, um império da recta ratio.

Locke (2019) partindo duma perspectiva diferente ao de Hobbes não usa o termo soberano, pois não entendia o poder do Estado como absoluto, mas sim limitado por uma linha moral definida apesar de que rejeita a ideia de poder soberano ilimitado que vinha sendo construída a partir das ideias de Hobbes. John Locke não assemelhe às suas ideais com as de caráter absolutista de Hobbes, mas também não se identifica com Rousseau, na medida em que admite a delegação de poderes através de representantes, e não apenas a supremacia da vontade geral.

Para Jean Bodin(1986), a soberania é o suporte principal de toda a República, governo de várias famílias. Segundo Bodin, a Soberania consiste negativamente em estar liberado ou dispensado das leis e dos usos do Estado; positivamente, consiste no poder de abolir ou criar leis. O único limite da Soberania é a lei natural e divina.

Bodin defende uma visão tripartida da soberania Absoluta aquela que não depende de nenhum outro poder. Isso significa que o soberano está acima das divisões internas e das interferências externas, Perpétua: Não é limitada no tempo e não pode ser transferida ou delegada completamente a outros e Indivisível: Não pode ser compartilhada entre diferentes órgãos ou entidades.

1.3. Conceito de Independência

A palavra “independência” é uma palavra derivada do latim *independere*, que significa “não estar sob a vontade de outros”. É o oposto de dependência e, além de ser aplicável a indivíduos, também serve para nomear instituições como o Estado. Neste sentido, a independência diz respeito à capacidade de um Estado de exercer a sua liberdade política, económica e administrativa sem depender de outros. Ora entende-se por libertação nacional, um movimento de independência ou à luta armada para se libertar de um domínio colonial ou estrangeiro.

1.4. Contradições e fragmentações

A palavra “Contradições” deriva da palavra latina *contradictio* que é formada por *contra* (“*Contra em oposição a*”) e *dictio* (*acção de dizer, afirmação*). Ela significa originalmente falar contra ou obter, posteriormente evoluiu para o sentido de inconsistência lógica, oposição entre duas ideias ou afirmações.

Do ponto de vista filosófico, a contradição é entendida como uma incompatibilidade lógica que anula o pensamento, isto é, na base da lógica- princípio da não-contradição, defendido por Aristóteles e Hegel quanto como um motor do desenvolvimento dialético da realidade e do conhecimento.

As contradições sociais e políticas referem-se aos conflitos na oposição de interesses de grupos sociais e elas se manifestam na desigualdade de acesso a recursos e poder, e na inobservância de princípios democráticos que coexistem com a realidade.

1.4.1. Fragmentação

A palavra "fragmentação" deriva do latim *Fragmentum* que significa "pedaço" ou "parte quebrada". O termo evoluiu para o francês *fragmentation* e foi incorporado ao português, com o sufixo "-ção" indicando a ação ou o resultado do processo de fragmentar, ou seja, o ato de dividir ou quebrar algo em partes menores.

Milton Santos (1990), tratou a fragmentação como o “espaço dividido”, onde ele explica como diferentes atividades econômicas (o circuito superior e o circuito inferior) coexistem no espaço urbano e geram fragmentos espaciais com características sociais e econômicas distintas.

Do ponto da filosofia, a palavra *fragmentação* significa a divisão do todo em partes, que pode ser aclarada de várias formas: como a divisão da realidade em múltiplos conhecimentos especializados no caso da ciência, ou a representação do real que desafia a unidade e a totalidade. O mundo já não é mais visto como um todo coeso e linear, mas como uma multiplicidade de elementos isolados e descontínuos.

1.5. Da pessoa ao capital humano -a construção da consciência Social

De acordo o Dicionário de Língua Portuguesa, define que a pessoa é um ser humano dotado de sentimentos, vontades e inteligência. Entende a filosofia que a pessoa lhe é atribuída a capacidade de ter consciência de si mesmo como um indivíduo separado, do uso da razão para pensar e avaliar suas próprias ações e pensamentos, da capacidade de fazer escolhas e agir de acordo com sua própria vontade, da obrigação de responder pelas suas ações, tanto passadas quanto futuras e de manter uma identidade, a noção do "eu" ao longo do tempo, como refere John Locke.

1.5.1. O capital humano

Adam Smith (1996) foi um dos primeiros a definir o capital humano, não apenas a bens físicos, mas também aos conhecimentos, habilidades e talentos das pessoas adquiridos através de educação e treinamento. Ele considerava que o investimento na capacitação dos trabalhadores era crucial para a produção e o crescimento econômico e para a riqueza da nação.

Theodore Schultz (1961) na sua obra “Investment in Human Capital” argumenta que o investimento em educação, treinamento e saúde aumenta a produtividade dos trabalhadores e impulsiona o crescimento económico. Para Schultz os gastos com educação são investimentos que geram retornos económicos e que a educação era um dos investimentos básicos. Gary Becker (1964) incluiu a educação, o treinamento no trabalho e a aquisição de habilidades como investimentos que melhoram a capacidade produtiva de uma pessoa. Quanto maior o capital humano de um indivíduo, maior sua produtividade. Becker realça ainda que um maior capital humano resulta em um valor económico mais elevado no mercado de trabalho e maiores oportunidades de emprego.

Chiavenato (2009) entende que o capital humano significa os talentos que precisam ser descobertos mantidos e desenvolvidos, acima do capital intelectual, que deve ser utilizado de forma eficiente para levar à empresa bons negócios e maior rentabilidade.

Do ponto de vista ético, o capital humano é importante porque reconhece a dignidade e o valor intrínseco das pessoas, exigindo que empresas e governos que invistam em seu desenvolvimento, bem-estar e condições de trabalho justas e seguras, e não apenas as tratem como um custo ou ferramenta. O capital humano ético abrange o desenvolvimento de competências, a criação de um ambiente de trabalho positivo e inclusivo, e o reconhecimento dos colaboradores como o principal ativo de uma organização, promovendo um crescimento sustentável e o bem-estar de todos.

1.5.2. Consciência social

De acordo Durkheim (1995), a consciência “social” ou coletiva é um preceito com vida própria, constituída por crenças e sentimentos partilhados pela maioria dos membros de uma mesma sociedade que une e determina o comportamento individual. Durkheim afirma que a sociedade molda a consciência individual e que os fatos sociais são exteriores e coercitivos, moldando o comportamento, o pensamento e o sentimento. Por seu turno, Karl Marx (2013) parte da ideia da formação da consciência de classe, apesar de não ter usado o termo “consciência social”. Sua obra foca na ideia de que a consciência de um indivíduo é moldada pelas condições materiais e económicas da sociedade, especialmente a relação com os meios de produção. A ideologia, para ele, é a forma de percepção da realidade que serve aos interesses da classe dominante, impedindo

que os trabalhadores (o proletariado) reconheçam sua própria exploração e se conscientizem de seus interesses comuns. A consciência de classe existe quando os trabalhadores se tornam conscientes da situação comum e dos interesses partilhados criados pela dominação do capital.

George Herbert Mead (1934) centralizou a sua ideia em como a Consciência social se desenvolve por meio do "self" (o eu) como um produto da interação social, argumentando que a consciência social surge à medida que o indivíduo aprende a assumir o papel de outras pessoas através da comunicação e da linguagem, num processo gradual, que parte com a reprodução e segue para a internalização dos papéis e perspectivas de outros indivíduos, levando à autoconsciência reflexiva.

Jürgen Habermas (2012) trata do conceito da consciência social a partir da análise da esfera pública como um espaço de debate racional para a formação da opinião pública e para a legitimidade política. Ele critica a alienação causada pela influência da técnica e do dinheiro na comunicação, que distorcem os processos de tomada de decisão democrática que o levou a defender a formação de comunidades éticas baseadas na comunicação orientada para o entendimento, onde o consenso é alcançado através do debate livre e racional.

De acordo Batsîkama (2024), o conceito de consciência difere entre psicólogos, neurologistas e filósofos. Podemos considerar a consciência como uma experiência ontológica na realização de cogito, no exato momento em que o nosso pensar alerta-nos emocional ou racionalmente com espírito crítico. Na metafísica, existe dois suportes apriorísticos que nos levam a definir a consciência: (a) mente: inteligência, sensibilidade, faculdade; (b) cérebro: centro da inteligência, base de todo juízo, fonte da inteligência. Ela nega toda indecência no exercício racional e emocional dentro dos limites do cérebro. Desta forma a consciência social poderia ser entendida como a realização do cogito na dimensão relacional de “eu + não-eu + outro”. Isto é, cada integrante dessa dimensão relacional deve, a priori, realizar as ações apriorísticas de pensar na dimensão coletiva. Logo, predominara a relação de conflito entre os três integrantes (eu, não-eu e outro). Antes de mais, a subjetividade (eu) difere objectividade (não-eu) e, também, ambas se diferem da alteridade (outro).

Assim, sendo a consciência social pode ser entendida como a capacidade de compreender e respeitar as pessoas e a sociedade ao redor, agindo com empatia e sensibilidade às necessidades e realidades dos outros. Ora, a construção da consciência social pressupõe a interação diária, seja na família, na escola ou na comunidade, da educação para o desenvolvimento de habilidades sócio-emocionais, do conhecimento sobre os problemas sociais e o envolvimento em ações concretas, como voluntariado e projetos de impacto social da reflexão sobre o próprio papel na sociedade e como suas atitudes contribuem ou prejudicam o bem-estar dos outros.

METODOLOGIA UTILIZADA

O percurso de investigação procurou estabelecer uma influência mútua entre a reflexão teórica e experiência prática ou empírica, a partir de uma análise crítica e compreensiva através da clarificação de conceitos que ajudarão à compor um quadro teórico de referência multidisciplinar. No trabalho empírico, a investigação será baseada numa análise crítica e comparativa dos objectivos almejados e indicadores sociais olhando o contexto dentro do sistema de ideias contemporâneas em relação ao desenvolvimento das sociedades, nesse sentido foram identificados convergências e hipóteses que ajudem a formular novos modelos compreensivos.

Ora, o trabalho baseado na experiência, incidiu na análise de conteúdo de artigos científicos, publicações, livros, documentários televisivo e radiofónico de referência produzidos autores angolanos, estrangeiros, organizações internacionais com especial importância na área da política e desenvolvimento (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNESCO), de tal sorte a fazer uma análise crítica e comparativa entre os objectivos do processo de libertação nacional espelhados nos estatutos e outros manifestos político e a avaliação factual da implementação material para produzir desenvolvimento das pessoas.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2. Contradições, Fragmentações e do processo de Libertação nacional

2.1. O neocolonialismo

O neocolonialismo ganhou um espaço nos debates desde a década 90, com as cíclicas crises que vêm surgindo nas ex-colónias depois da consolidação das independências em África. A questão central consiste em identificar o problema entre as contradições internas, externa e as suas fragmentações.

De acordo com Samir Amin (1973), o neocolonialismo é um sistema económico, político e sociocultural de monopólio europeu que surgiu com o fim da colonização e está a desenvolver-se nas ex-colónias em vários domínios.

De acordo com Nkrumah (2011) o neocolonialismo visa fragmentar os Estados africanos, dividi-los em pequenos países, com o objetivo de continuar a poderar-se de uma forma política, económica e sociocultural. Alerta Nkrumah (2011) que este fenómeno age ocultamente, manobra homens e governos, liberto do estigma da dominação política.

Segundo Lenin (1966) apud Carnoy (1988) os financiamentos dos países industrializados nas colónias, abrem chances às grandes potências terem controlo das matérias-primas dos Estados fracos e, não só, como o monopólio do preço e a economia fica sob direção das grandes potências.

Para Nkrumah (2011) este domínio criou Estados clientes, que são independentes no papel, mas que, na realidade, continuam a ser dominados pela própria potência colonial ou que supostamente lhes deu a independência. No continente africano existem “diversas espécies de países independentes que, no plano político, gozam de uma independência formal, mas que, de facto, estão encurralados na rede da dependência financeira e diplomática. Afirma Langan (2018) que os Estados sob o domínio do neocolonialismo dificilmente chegariam um desenvolvimento económico e social para os seus povos, porque a política estava mais dirigida para os interesses materiais destes estrangeiros do que para as necessidades dos cidadãos locais. As elites africanas que participassem nas relações do neocolonialismo governariam em nome de benfeitores estrangeiros e "trairiam" de facto os interesses económicos do seu próprio povo.

Os Estados africanos sob domínio do neocolonialismo são em teoria independentes, mas na prática os seus sistemas económicos e as suas políticas são dirigidas orientadas pelo exterior. As ajudas monetárias na grande maioria são realizadas por governos estrangeiros aos países africanos e servem como um meio de garantir a conformidade de certas elites africanas e de facilitar formas de penetração económica empresarial que acabam ser prejudiciais às populações africanas.

Para Fanon (1961 apud Langan, 2018), o colonialismo retirou o capital e os seus técnicos nas colónias, mas ao mesmo tempo instalou no jovem Estado o aparelho da pressão económica. A divinização da independência foi transformada na maldição da independência, e o poder colonial através dos seus imensos recursos de coerção condena a jovem nação à regressão.

Na mesma linha de pensamento de retrocesso que Uzoigwe (2019) realça que é claro que o neocolonialismo no continente africano tem manifestado uma resiliência duradoura e continuará a fazê-lo até que os governos dos países africanos adotem mecanismos suficientes para travar este sistema. E, longe de estar morto, o neocolonialismo está vivo e continua a ter um impacto difuso no continente africano.

Fanon (1968), afirma que os governos dos países africanos após a independência receberam a missão de reconstruir os territórios e levá-los ao desenvolvimento autónomo, pelo contrário esta missão não serviu para transformar os países, mas simplesmente serviu de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. Devés-Valdés (2008) enfatiza que o neocolonialismo está atrás das pobreza, ditaduras, as guerras civis, os genocídios, a corrupção e os retrocessos dos países africanos, pois busca desestabilizar estes Estados ao interesse do enriquecimento das potências mundiais.

Segundo Shikwaiti (2005), África deve conquistar a sua independência económica para se livrar da dominação europeia. Por seu turno Ki-Zerbo (2006) diz é preciso uma mudança de sentido das relações, para que haja um verdadeiro desenvolvimento para todos, porque as relações entre os países ocidentais (colonizadores) com os países africanos são criadas, não na base de uma oferta, mas na base de interesses e de poder, o que se chama de desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países ocidentais (Norte) e subdesenvolvimento dos países africanos.

No caso de Angola o neocolonialismo despontou-se pela via política, económica, cultural e pela contínua influência de leis e estruturas administrativas e de gestão portuguesas após a independência, especialmente no sistema judiciário. As persistências destas estruturas são visíveis até aos dias hoje. Ora se o principal objetivo da independência era que Angola se tornasse um estado soberano, livre da intervenção externa, e que o poder de decisão sobre seu futuro fosse do povo angolano, que independência representasse um compromisso com a reconstrução do país, bem como construir uma unidade nacional, superando as divisões étnicas, regionais, raciais e garantir a liberdade cultural.

Dos desafios que se colocam ao combate do neocolonialismo, Angola necessitaria primeiro de uma mudança no sentido das relações externa entre os países africanos, asiáticos, americanos e europeus e internamente nas suas províncias, municípios, comunas e aldeias. Segundo um olhar para a produção e fuga de cérebros, Angola tal como outros países de África enfrentam uma clivagem digital e os seus cérebros imigram para o ocidente e outros continentes em busca de melhoria de condições de vida e de trabalho, Angola precisa melhorar o cenário local e criar estratégias de manter os intelectuais e estes por sua vez criar produções com a finalidade de ajudar no desenvolvimento da sociedade (Falola, 2007), em terceiro lugar pensar a política a partir de Angola, para trazer à luz suas regularidades comuns e sua racionalidade (Kouvouama, 2000). Por outro lado, criar um sistema que permite a supervisão contínua e crítica do exercício do poder a remoção pacífica dos governantes considerados incompetentes, atuar com honestidade, inteligência e perspicácia para servir o povo, combater práticas negativas e garantir o bem comum (Popper1996).

2.2. Desigualdade social e Pobreza

A desigualdade Social e a pobreza limitam a liberdade nacional de qualquer país ao impedirem o seu desenvolvimento económico, social e humano. A desigualdade é um problema de ordem política que foi tratado pela maioria dos filósofos, Platão, Aristóteles, Locke, Hobbes e Rousseau, olhando sob o ponto vista da antropologia, a igualdade, a propriedade, o estado social, do contrato e as leis.

De acordo Platão, a desigualdade é natural, uma vez que os homens nascem com diferentes capacidades em termos de força, inteligência e aptidão cada pessoa desempenha a sua função de acordo com suas habilidades, mas deve-se evitar a ganância pela propriedade pois prejudica o equilíbrio da cidade. No entanto o estado ideal é aquele em que ninguém deve imiscuir-se na função do outro, pois a justiça é exercer cada um no Estado a sua função que a natureza lhe designou, a natureza fez uns inferiores e outros superiores.

Para Aristóteles a desigualdade, é a base para a justiça, ele defende o princípio de tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida da sua desigualdade, isto é, as pessoas com virtudes e capacidades diferentes devem ser tratadas de forma diferente, proporcionalmente ao seu valor, enquanto aqueles com o mesmo valor devem receber um tratamento matematicamente igual.

Para Hobbes, a desigualdade é intrínseca à natureza humana, que é egoísta e buscam dominar os outros. Locke entende que a desigualdade surgiu com a propriedade privada, que não era um problema em si, mas a falta de uma autoridade para mediar conflitos gerou desigualdades e injustiças. Por seu turno Rousseau diz que a desigualdade é uma construção social e um mal gerado pela propriedade privada e pelos avanços técnicos e sociais, faz a distinção entre ricos e pobres, letrados e iletrados. Rawls, defende que as desigualdades deveriam ser aceitáveis se beneficiarem os menos favorecidos da sociedade, ele parte do princípio da diferença. Para ele as posições sociais e económicas devem estar ligadas a cargos e funções acessíveis a todos sob condições de justa igualdade de oportunidades, garantindo que o acesso seja equitativo para os indivíduos, mesmo que existam diferenças. Ele faz uma defesa da igualdade real não apenas formal o que implica que todos devem ter acesso à educação de qualidade, alimentação e saúde para que a igualdade de oportunidades seja efetiva na prática, e não apenas uma garantia formal.

A desigualdade social e a pobreza agem como um obstáculo à liberdade nacional ao limitar oportunidades e recursos para uma grande maioria da população, criam divisões prejudicam a coesão social necessária para a autodeterminação e o progresso do país. A falta de acesso à educação, saúde e emprego de qualidade impede que todos os cidadãos participem plenamente da vida cívica e económica, prejudicam a base para uma liberdade genuína nacional enfraquecem as instituições e a própria soberania nacional.

Em resposta a desigualdade social e a pobreza, o discurso político oficial enfatiza o combate à pobreza e a desigualdade social numa perspectiva do crescimento económico e na mudança da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, dando mérito à cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional. Ora dos mais variados modelos de analisados conclui que a pobreza tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas pelos países.

2.3. Saídas possíveis as fragmentações e contradições ao processo de Libertação Nacional

2.3.1. A produção de capital humano

Angola, realizou a primeira Conferência Nacional sobre o Capital Humano um evento que ocorreu em Luanda, nos dias 29 e 30 de agosto de 2025. A conferência visou reflectir sobre a importância do capital humano como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, definir políticas públicas e estratégias para a formação e valorização do capital humano, incluindo combate ao analfabetismo e empoderamento feminino, expor os desafios e as oportunidades relacionados com a formação e gestão de quadros nacionais, discussões em torno da formação de professores, oferta formativa no ensino secundário e superior, formação profissional, educação obrigatória, e o papel do ensino na revolução digital. Dos resultados propostos ficou acordado a institucionalização de um Fundo Nacional de Apoio à Implementação do Plano de Desenvolvimento do Capital Humano e a aceleração do programa de envio de estudantes angolanos para universidades no estrangeiro.

Para Schultz, (1961) a ideia em investir no capital humano tem sido considerado ofensivo para muitos, diz o autor que os nossos valores e crenças nos inibe a observar os seres humanos como bens de capital, tratar o homem como riqueza que pode ser aumentada pelo investimento que vai contra nossos valores enraizados, reduzindo o homem a um mero componente material, algo semelhante à propriedade, o que faz da noção clássica de trabalho reduzir-se a recursos humanos apenas pela sua capacidade de

realizar trabalho manual que requer pouco conhecimento e habilidade, capacidade com a qual, de acordo com essa noção, todos os trabalhadores detêm igualmente.

De acordo com Schultz (1961), os recursos humanos têm dimensões qualitativas e quantitativas, pois o número de pessoas, a proporção que entra no trabalho útil e as horas trabalhadas são essencialmente características quantitativas. Nesse sentido pode-se estimar a magnitude do investimento em capital humano da mesma forma que se estimam os gastos feitos para produzir os bens de capital. Mas, é necessário observar algumas peculiaridades do investimento em capital humano que residem na diferença entre despesa de consumo e despesa de investimento, essa diferença é complexa, mas, abre-se uma via de análise alternativa para estimar o investimento humano, onde a variável dependente observada passa a ser o rendimento do capital humano no futuro e não os seus custos.

Becker (1964) olhava para o capital humano como o acervo de habilidades, conhecimentos e experiências de um indivíduo, adquirido por meio de investimentos ao longo do tempo. Os principais investimentos incluem educação formal, treinamento, e até mesmo melhorias na saúde física e emocional do trabalhador, que o tornam mais produtivo e satisfeito, ora os benefícios são duplos, o indivíduo torna-se mais produtivo ganha maior renda, e a sociedade como um todo se beneficia com um aumento na produtividade geral e no desenvolvimento económico.

Mincer (1958) realça que a importância do capital humano, reside na sua ligação direta com a produtividade e o crescimento económico, explicando a desigualdade de renda através do investimento em educação, treinamento e saúde. Para as empresas, o capital humano é o ativo mais valioso, impulsionando a competitividade e a inovação, e seu gerenciamento eficaz é crucial para o sucesso, pois os colaboradores, com seus saberes, habilidades e experiências, são o motor da organização.

O investimento em capital humano é um dos requisitos indispensáveis para o desenvolvimento económico e social de Angola. O reforço do financiamento para educação e saúde é um elemento basilar de estratégia de desenvolvimento, a capacitação técnico-profissional da juventude é um desafio crucial para garantir o acesso ao emprego e a preparação para os desafios futuros, como a digitalização das economias. Por outro lado, melhorar a formação e as competências da população facilitará o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

É necessário pensar em estratégias que harmonizem as necessidades do mercado com a mão de obra disponível para garantir o futuro do país. A aposta contínua no capital humano é um dos requisitos indispensáveis para o desenvolvimento de Angola nos seus mais variados domínios, devendo, por isso, constituir uma das principais prioridades do Executivo.

2.3.2. *Liberdade cultural*

A educação e cultura são interdependentes e indissociáveis, a educação constitui-se num verdadeiro instrumento que permite a pessoa absorver e compreender a cultura, enquanto a cultura fornece o contexto, os valores e o conhecimento na base sobre os quais a educação se constrói e se desenvolve. Uma educação desconetada a cultura seria apenas a transmissão de informações, sem significado, valores ou identidade, pois não possível ter os alicerces para a compreensão do mundo e a capacidade de questionar.

Para Paulo Freire (2021) vê a educação como prática de liberdade e a importância da pedagogia em dialogar com a cultura popular e o contexto social. Ele defendia a educação como uma prática de liberdade, utilizando o diálogo com a cultura popular e o contexto social para formar sujeitos críticos e transformadores. A educação é um meio para a emancipação humana, permitindo que as pessoas se tornassem sujeitos de suas próprias histórias e compreendessem as relações de opressão. Isso é feito através de um processo de aprendizagem que incentiva a autonomia e o pensamento crítico.

Liberdade cultural é o direito de indivíduos e grupos de expressar, criar, praticar e partilhar sua cultura sem restrições indevidas. Inclui a liberdade de expressão artística, o acesso à educação e aos bens culturais, e a proteção da identidade cultural, como língua, religião e tradições. Este direito é fundamental para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para o respeito à dignidade humana, em Angola está previsto no artigo 43 da lei constitucional da República de Angola. A liberdade cultural é fundamental para a libertação nacional porque fortalece a identidade de um povo, fomenta a unidade e legitima a autodeterminação. Ao promover a produção e divulgação de criações intelectuais, artísticas e científicas locais, a liberdade cultural desafia a dominação e cria uma base para a construção de um país soberano, onde a cultura própria é um pilar da identidade nacional.

A liberdade cultural permite que se explore e afirme a identidade coletiva através da arte, da ciência, da literatura, unindo as pessoas em torno de valores e histórias partilhadas, fomentando a unidade nacional servindo de ponto de convergência, legitimando a autodeterminação.

A libertação nacional não se resume à independência política e militar, mas também à reconstrução de uma identidade cultural forte. A liberdade cultural é, portanto, uma parte intrínseca da construção de uma nação genuinamente soberana e autónoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "valor" do processo de libertação de Angola é multifacetico, ao abranger a conquista da independência, soberania nacional, a luta pela justiça social, democracia, desenvolvimento económico e social para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a liberdade de movimento e cultural. Ora percebemos que passados 50 anos, identificamos ainda contradições internas, externas e fragmentações ao processo de libertação nacional, tais como apostura de oferta ao neocolonialismo, as fragmentações da desigualdade social e pobreza.

Para avançarmos no sentido de um desenvolvimento sustentável e humano, precisamos reformular a estrutura de pensamento das políticas que busca as melhores práticas existentes no mundo, mas adaptando a realidade sócio-cultural do país.

Entendemos que a produção de cérebros é um ponto fraturante. O país precisa desenvolver políticas, criar espaços para cooptar, valorizar e maximizar os conhecimentos destes cérebros em busca de respostas locais aos problemas sociais “pensar global e agir localmente”.

Compreendemos que o país agiu para a necessidade duma aposta para a criação de condições de investimentos no capital humano como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, mas precisamos reformular o modelo de gestão da Educação e do Ensino Superior que olhe para o ideal das propostas do projecto de libertação nacional a justiça social, qualidade de vida dos cidadãos, mas fazer das pessoas protagonistas ou actores e não meros consumidores passivos;

Percebemos que a liberdade cultural é a principal identidade de um povo quando faz uso consciente da sua cultura, ela é capaz de fomentar a unidade e legitimar a autodeterminação. Um povo é valorizado, respeitado quando consegue manifestar o seu modo de agir, sentir, estar e pensar e agregar valores de conhecimento para os outros povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amin, S. (1973). *Neo-colonialism in West Africa*. Penguin Books.
- Arrighi, G., & Saul, J. S. (Eds.). (1973). *Essays on the political economy of Africa*. Monthly Review Press.
- Aristóteles. (1985). *A política*. Editora Universidade de Brasília.
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Columbia University Press.
- Branco, C. N. C. (2007). Alternativas africanas ao desenvolvimento e ao impacto da globalização. In *Notas críticas soltas*. Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.
- Cardoso, C. (2011). Os desafios da pesquisa em ciências sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África. In VV. AA., *In progress: Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*. CESA.
- Carnoy, M. (1988). Marx, Engels, Lenin e o Estado. In *Estado e teoria política*. Papirus.
- Chiavenato, I. (2004). *Gestão de pessoas*. Atlas.
- Devés-Valdés, E. (2008). *O pensamento africano sul-saariano: Conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático*. CLACSO; EDUCAM.
- Falola, T. (2007). Nacionalizar a África, culturalizar o Ocidente e reformular as humanidades na África. *Afro-Ásia*, (36).
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.
- Ferrater Mora, J. (2001). *Dicionário de filosofia* (Vol. 2). Martins Fontes.

- Freire, P. (2021). Prefácio. In F. C. Weffort, *Pedagogia como prática da liberdade* (51.^a ed.). Paz e Terra.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo* (Vol. 1, Racionalidade da ação e racionalização social; Trad. P. A. Soethe). WMF Martins Fontes.
- Hobbes, T. (1998). *Do cidadão*. Martins Fontes.
- Hountondji, P. J. (2008). Conhecimento de África, conhecimentos africanos: Duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80).
- Ki-Zerbo, J. (2006). *Para quando a África?* Pallas.
- Kouvouama, A. (2000). Penser la politique en Afrique. *Politique africaine*, (77).
- Locke, J. (2002). *Segundo tratado sobre o governo civil*. Martin Claret.
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (Livro I; Trad. R. Enderle). Boitempo.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society from the standpoint of a social behaviorist*. University of Chicago Press.
- Mincer, J. (1958). Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, 66(4), 281–302.
- Mudimbe, V.-Y. (1988). *The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Indiana University Press.
- Oliveira, D. E. (2012). Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, (RESAFE).
- Pereira, H. J. A. (2014). *Crescente valorização do capital humano*.
- Platão. (s.d.). *A República*. Martin Claret.
- Rousseau, J.-J. (1987). *Discours sur l'origine et le fondement de l'inégalité parmi les hommes*. Bordas.
- Santos, M. (1990). *Metrópole: A força dos fracos e o seu tempo*. Nobel.
- Schultz, T. W. (1964). *O valor económico da educação*. Zahar Editores.
- Smith, A. (1996). *A riqueza das nações: Investigação sobre a sua natureza e causas* (Trad. L. J. Baraúna). Nova Cultural.

**A CONTRADIÇÃO ENTRE AS ASPIRAÇÕES DE CRIAÇÃO DE ESTADOS
DOMINADOS PELAS DIÁSPORAS DO COLONIALISMO E PELAS POPULAÇÕES
ORIGINÁRIAS, BEM COMO OS CONFLITOS NO SEIO DESTAS, NOS ESTADOS
PÓS-COLONIAIS CONSTITUÍDOS NO INÍCIO DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉC. XX
EM ÁFRICA³⁵**

*The contradiction between the aspirations to create states dominated by the diaspora of
colonialism and by the original populations, as well as the conflicts within these, in the post-
colonial states established at the beginning of the last quarter of the 20th century in Africa*

MANUEL, Carlos Mariano³⁶

Resumo

O presente trabalho baseia-se numa investigação metanalítica de algumas publicações relevantes às quais o autor pôde aceder referentes à História Geral de Angola e, em especial, a referente às aspirações coloniais que pretendiam materializar a constituição de um País como no continente americano onde os poderes foram tomados pelas diferentes diásporas europeias e em detrimento do direito de libertação das populações originárias, ao conflito armado que opôs as Forças Armadas governamentais e a Oposição Política e Militar nos 27 anos ulteriores à constituição do nosso país em Estado Soberano. Apresenta-se os aspectos particulares desse conflito, a devastação inédita em vidas humanas e económica e social, a extensão do conflito de progressiva intensidade em muitas regiões do País, as iniciativas e os múltiplos encontros diplomáticos realizadas entre as forças beligerantes e entre estas e os promotores externos da beligerância nacional, a extinção da tensão internacional da Guerra Fria e o desanuviamento da tensão regional na região da África Austral, e finalmente, a Reconstrução Nacional consequente à conquista definitiva da Paz.

Abstract

This work is based on a meta-analytical investigation of some relevant publications to which the author had access, referring to the general history of Angola and, in particular, the colonial aspirations that sought to establish a country similar to those on the American continent, where power was taken by different European diasporas to the detriment of the right to liberation of the original populations, and the armed conflict that opposed the government armed forces and the political and military opposition in the 27 years following the establishment of our country as a sovereign state. The particular aspects of this conflict are presented, including the unprecedented devastation in human, economic, and social terms, the spread of the conflict with increasing intensity in many regions of the country, the initiatives and multiple diplomatic meetings held between the warring forces and between them and the external promoters of national belligerence, the end of international Cold War tensions and the easing of regional tensions in southern Africa, and finally, the national reconstruction that followed the definitive achievement of peace. Palavras chave: colonialismo, conflitos armados de ocupação colonial, libertação e conflitos pós-coloniais e fratricidas; Guerra Fria; diplomacia pós-conflito; paz e reconstrução nacional.

Palavras-chave: colonialismo; conflitos armados de ocupação colonial; libertação e conflitos pós-coloniais e fratricidas; Guerra Fria; diplomacia pós-conflito; paz e reconstrução nacional.

Key-words: colonialism; armed conflicts of colonial occupation; liberation and post-colonial and fratricidal conflicts; the Cold War; end-of-conflict diplomacy; peace and national reconstruction.

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

³⁵ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

³⁶ CARLOS MARIANO MANUEL – Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: ligaaficana@gmail.com

INTRODUÇÃO

Recorrendo apenas à História contemporânea da parte da Humanidade do hemisfério ocidental, os conflitos militares de índole internacional, regional ou nacional foram assolando diversos Povos, sendo o que eclodiu no nosso solo pátrio deve ser também indissociavelmente contextualizado no âmbito de tensões internacionais da Guerra Fria, aos quais se associaram factores ligados à génese do nosso País a partir da congregação pelo colonialismo português de várias nações nativas e consequente promoção do provincianismo em detrimento do nacionalismo angolano.

A Europa foi assolada até à segunda década do século XIX pelo expansionismo napoleónico, cuja derrota suscitou a realização do Congresso de Viena em 1814, que reestabeleceu as fronteiras de muitos Estados europeus, e Napoleão foi exilado para ilha africana de Santa Helena, que dista de cerca de 600 Km da costa da província angolana do Namibe e aí se esfumou definitivamente a sua vida.

No início do último quartel do século XIX eclodiu e por dois anos durou a guerra entre os impérios Russo e Turco-Otomano, antecedida pelas sublevações nacionalistas e independentistas contra o colonialismo otomano nos Balcãs, cuja resolução foi encontrada, primeiro no âmbito do Tratado de S. Estêvão de Janeiro de 1878 e em Junho do mesmo ano, no âmbito da Conferência de Berlim sobre os Balcãs, promovida pelas potências da Europa ocidental insatisfeitas com o predomínio da influência russa naquela região.

Porém, a persistência de aspirações nacionalistas não resolvidas na Conferência de Berlim sobre os Balcãs, voltou a fazer eclodir a Primeira Guerra Mundial, precipitada pelo assassinato em Saraievo do príncipe herdeiro do Império Áustro-Húngaro e no decurso da qual, este e os Impérios Otomano e Alemão constituíram uma das partes e a outra integrou a aliança constituída pelo Império Russo e pelas potências europeias ocidentais, cujos efeitos do seu termo com a derrota daqueles três impérios aliados traduziram-se em África, pela participação na guerra e baixas de Angolanos e dos Moçambicanos ao lado de Portugal nos territórios fronteiriços entre as suas colónias de Angola e Moçambique e as alemães da Namíbia e da Tanzânia, bem como a transferência das colónias alemães e otomanas no Médio Oriente, na África Magrebina, África Ocidental, África Oriental e África Austral para a jurisdição colonial da França, do Reino Unido da Grã Bretanha e da África do sul no caso da Namíbia.

O Nacionalismo e expansionismo germânicos derrotados e humilhados em 1918 nos termos do Tratado de Versailles emproaram o Império Alemão sob a liderança de Adolf Schinkelgruber (com o pseudónimo de Hitler) a desencadear em 1939 a II Guerra Mundial, emulado no extremo-orientes pelo expansionismo nipónico com o qual também se aliou.

A circunstância de Portugal não ter sido parte dentre os beligerantes da II Guerra Mundial, poupou os Angolanos de nela estarem envolvidos, mas as consequências internacionais do seu fim com a derrota da Alemanha e seus aliados em 1945, tiveram profundos efeitos no nosso País, especialmente, a dinâmica internacional associada à criação da Organização das Nações Unidas, a adopção por esta do princípio da descolonização dos povos governados por potências estrangeiras, o desvanecimento das aspirações da diáspora portuguesa em Angola que pretendia proclamar um Estado minoritário sob a égide dos caucasianos nativos ou imigrantes, o advento da Guerra Fria que opôs os países coligados com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no modelo socialista e com pretensão para o comunismo na colectivização da propriedade e estatização do Capital na governação das respectivas sociedades de um lado e do outro, os países baseados no liberalismo e na proeminência da propriedade privada do Capital na governação das suas sociedades; foram ainda consequências da Ordem Global pós-II Guerra Mundial, a realização da Conferência de Bandung na Indonésia em Abril de 1955 para concertação da cooperação económica e solidariedade na libertação do colonialismo dos países em desenvolvimento ou territórios colonizados, o surgimento de Organizações Políticas Nacionalistas e Independentistas asiáticos e africanos, a concessão pela França e pelo Reino Unido da Grã Bretanha da Independência às suas colónias asiáticas e africanas no terceiro quartel do século XX e a confrontação militar enquadrada na competição global mas com expressão limitada à algumas regiões, e.g. Península Coreana em 1953-54, da península da Indochina de 1955-75, do Médio oriente, Guerra intermitente Israelo Árabe ou do Médio Oriente desde 1949, conflito na África Austral e no chamado Corno de África, etc. ou a alguns Países, e.g. nas guerras de libertação pela Independência nacional em África, entre a coligação dos países liderados pela Estados Unidos da América do Norte (EUA) e os Países socialistas liderados pela URSS, no contexto da qual se integrou o conflito militar angolano de 1975 até 1992 e, desde este último ano, se autonomizou, no sentido de ausência do patrocínio ou da procuração das

potências internacionais beligerantes na Guerra Fria, em conflito entre o governo e a oposição armada angolanos.

Aspectos particulares do conflito pós-independência em Angola.

A extinção do colonialismo português em Angola foi acordada numa Conferência quadripartida realizada no período de 10 a 15 de Janeiro de 1975, no Hotel Penina, na freguesia do Alvor do Conselho da Albufeira do Distrito do Algarve de Portugal, na qual foram partes negociantes apenas o País colonizador (Portugal) e as três organizações políticas angolanas, que combateram por via militar em território angolano o colonialismo Português na década de sessenta e primeira metade da década de setenta do séc. XX. No âmbito do Acordo do Alvor ficaram igualmente estabelecidos os actos que precederiam a proclamação da Independência e da plena soberania de Angola, também aprazada no Acordo para nove meses depois, em Luanda, no dia 11 de Novembro de 1975.

Não houve comprometimento ou envolvimento de Organizações multilaterais, e.g. a Organização das Nações Unidas, Organização da Unidade Africana, Organização dos Países Não Alinhados, etc. ou dos Países que lideravam a Ordem Global na sua expressão sob forma de Guerra Fria, especialmente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América do Norte. O Acordo tinha como balizas de segurança apenas o que ficou preceituado na sua substância, bem como a boa fé e vagos apelos à consciência da necessidade de ser promovida a paz em Angola pelos envolvidos, como se a inata imperfeição do ser humano o imunizasse também das ambições suas e das dos seus correligionários e contemporâneos.

Ao contexto interno baseado na natureza plural do nacionalismo que combateu o colonialismo em Angola, associavam-se os desafios de ordem geopolítica consubstanciados na (I) existência de governos minoritários emanados da diáspora europeia anglo-saxónica, desesperados em consolidar os seus poderes no cone meridional do continente, num processo que emularia as independências dos países do continente americano e que fizeram recurso a doutrinas abomináveis, designadamente, o racismo institucionalizado e designado apartheid na África do Sul, (ii) a independência unilateral apenas para caucasianos no Zimbabwe, (iii) a incorporação permanente na jurisdição sul-africana do território da Namíbia cedido provisoriamente sob Mandato sul-africano em 1918 pela Sociedade das Nações, (iv) o plano do governo do apartheid de constituir uma

Comunhão (Comonwealth) de Estados da África Austral sob liderança sul-africana, (v) ameaças depois consumadas de acções militares agressoras dos poderes minoritários contra as nações soberanas com governos constituídos pelas maiorias nativas da região e (vi) proselitismo de todas as nações da região à ordem global liderada pelos Estados Unidos da América do Norte e seus aliados e os desafios internacionais consistentes na (i) ausência da influência da comunidade dos países socialistas na região e (ii) perspectivas de inclusão dos preciosos recursos diversificados da região na esfera do Conselho da Ajuda Mútua e Económica (CAME) subtraindo-os da esfera da economia liberal mundial liderada pelos EUA e pelos antigos colonizadores e (iii) aspirações de controlo das rotas marítimas das regiões ocidental e meridional do Oceano Índico (por via da Independência de Moçambique), oriental e meridional do Oceano Atlântico (Por via da Independência de Angola) e da transição entre os dois oceanos (após a democratização e o controlo da África do Sul pelo governo de maioria nativa).

As modalidades pelas quais Angola acedeu à condição de país independente e soberano suscitaram vivas preocupações sobre o seu ulterior posicionamento no concerto das nações entre os países mais poderosos do mundo.

À título ilustrativo, cita-se o que foi referido no decurso da visita do Presidente Gerald Ford de 1 a 5 de Dezembro de 1975 (20 dias depois da Independência de Angola) à China e na visita de 21 a 23 de Janeiro de 1976 (71 dias após a Independência) do Secretário de Estado da mesma administração americana a Moscow.

Nas conversações realizadas entre as delegações conduzidas pelo Presidente Gerald Ford e Mao Tse Tung, no período das 09h25 a 11h25, do dia 3 de Dezembro de 1975, na residência oficial do líder da República Popular da China, no decurso das quais o líder americano introduziu a questão da influência ou presença soviéticas em várias partes do globo, referindo “estou certo que também está preocupado como nós acerca da União Soviética no Oceano Índico e, com certeza, os esforços deles na parte oriental de África. Estes desenvolvimentos são vigorosamente contrariados por nós. Eu falo aqui, com certeza acerca de Angola onde estamos a tomar acções directas para prevenir a União Soviética em conquistar uma posição segura nessa aparte desse grande continente”. À esta observação, o líder chinês retorquiu “você não parecem possuir muitos meios. Nem nós”; e o líder americano insistiu “eu penso ambos os dois podemos fazer melhor”; e a sua contraparte “eu estou a favor de empurrar a União Soviética para fora (referia-se fora de Angola); ao que o americano precisou “se ambos os dois fizermos um bom esforço,

poderemos; e o líder chinês correspondeu dizendo “através do Congo Kinshasa, Zaire” e depois de haver sido segredado pelo seu vice-primeiro Ministro em chinês que “o factor que aqui complica é a África do Sul, o envolvimento da África do Sul. Isto ofendeu toda a África Negra. Isto complica todo o assunto”, ao que prosseguiu Mao Tse Tung já abertamente com as palavras “a África do Sul (na altura racista) não tem boa reputação”; e o líder americano insistiu “mas eles estão a lutar contra a expansão da União Soviética, e nós pensamos que isto é admirável”. Prosseguiu o líder americano com uma confissão interessante nos seguintes termos “nós estamos a colocar uma substancial (soma) de dinheiro através da Zâmbia e Zaire. Nós pensamos que se houver uma acção ampla da nossa parte, (também) da República Popular (referia-se à China) e de outros, nós podemos impedir que a União Soviética possua uma base naval importante e controle recursos substanciais em Angola. E nós estamos violentamente opostos à uma substancial participação de Cuba. Eles agora têm 5 a 6 mil tropas em Angola. Nós pensamos que não é uma coisa saudável; e a União Soviética” (queria dizer, ainda mais a URSS em Angola, não era coisa saudável). Depois seguiu-se incisiva interpelação ao presidente americano sobre o papel da África do Sul racista, com o Vice-Primeiro Ministro Teng a não se conter na pergunta “você diz que admira a África do Sul”? ao que o embaraçado líder americano respondeu “não. Eles tomaram uma forte posição contra a União Soviética. E eles estão a fazer isso totalmente por conta própria, sem nenhum incentivo dos Estados Unidos (da América)”; e o Vice-Primeiro Ministro foi ainda mais incisivo com um monólogo “em Angola”, como quem diz estão a atacar um País soberano e o ainda ou provavelmente mais embaraçado líder americano amorteceu a tensão respondendo “a África do Sul (racista) está contra o MPLA”, para dizer que não está contra Angola; na sequência, o líder chinês cortou a aspereza da interacção entre o Vice-Primeiro Ministro Chinês e o líder americano, referido brevemente “esta é uma questão que necessita ser estudada” ao que o hóspede insistiu “o tempo é essencial” e o líder chinês de novo tranquilizou (erradamente, sabe-se hoje) “parece-me que o MPLA não terá sucessos” e o líder americano a mostrar-se tranquilizado, também completou “nós certamente esperamos que não”; foi então a vez do Secretário de Estado americano a colocar a foice em seara própria, acudindo o seu Presidente que fora fustigado pelo Vice-Primeiro Ministro sobre o deslize na natureza das relações americanas com a África do Sul racista, referindo “se as outras duas forças tiverem suficiente disciplina e nós podermos dar-lhes equipamentos, então nós podemos impedi-los (os do MPLA) em terem sucessos. Eles os da FNLA e a UNITA precisam de treino (assegurado) por aqueles que entendem de guerra de guerrilha”; estava

a convidar as autoridades chinesas a responsabilizarem-se pelo treino militar da oposição armada angolana; e prosseguiu “nós podemos dar-lhes equipamentos se outros lhes derem treino”; o líder chinês acrescentou com provável azedume “nós os apoiámos no passado através da Tanzânia, mas a Tanzânia mantém-se sobre determinadas coisas em que eram supostos ultrapassar (no original: but Tanzania has a hold on certain things that were supposed to go through). Talvez, agora devemos trabalhar com o Zaire”; o Vice-Primeiro Ministro chinês aquiesceu a visão do seu líder, dizendo “talvez seja melhor através do Zaire” e o Secretário Kissinger acrescentou, como se estivesse a concordar e a abrir outras sugestões “através do Zaire. E a parte chinesa podia talvez usar a sua influência sobre Moçambique (para ajudar a oposição armada angolana, queria ele sugerir). Teria um significado moral em África se Moçambique não suportar o grupo soviético do MPLA”; e depois terem sussurrado entre si a delegação chinesa; o líder chinês sentenciou “mas, você sabe, Moçambique apoia o MPLA. Seria provavelmente difícil” ao que o Vice-Primeiro Ministro, completou é “impossível” (o governo de Moçambique trair o MPLA); sempre demolidor em quebrar os impasses, o Secretário de Estado americano aduziu “eu sei. Eles podem não compreender o que estão a fazer, porque eles também olham bastante para a China” ao que o líder chinês assentiu com as palavras “nós poderíamos fazer uma tentativa” e o Secretário americano aproveitando a brecha completou “eu não penso que Moçambique esteja a compreender o assunto de Angola. Eles precisam de conselho e eles ouvem mais à China do que à nós”; e o Presidente Mao Tse Tung reiterando a afirmação anterior “nós poderíamos fazer uma tentativa” levou o seu Vice-Primeiro Ministro a mostrar-se menos antagonizante ao americanos, dizendo “nós podemos fazer uma tentativa (sempre de demover Moçambique do apoio ao MPLA), mas pôde não ser necessariamente eficaz” e Kissinger assentia depois de haver conseguido que a liderança chinesa, pelo menos, tentaria pressionar a liderança moçambicana a desviar o seu apoio indefectível ao MPLA, assentiu “isto é verdade”. As últimas 7 interpelações das negociações entre as delegações hóspede e anfitriã, representadas na manifestação das suas posições de Estado pelos 4 interlocutores, começaram com o líder chinês a assegurar “o Zaire é provavelmente o que se pode confiar mais”, ao que o Secretário de Estado americano reforçou, referindo “o Zaire deve ser uma base para a assistência activa. Nós não podemos obter ajuda de Moçambique, mas pode ser que (assumam) eles estarão fora do assunto”; e sentindo a necessidade de ser mais explícito sobre esta última asserção, acrescentou “nós não podemos obter ajuda de Moçambique, mas pode ser, pelo menos, eles vão permanecer neutros”; e o líder chinês voltou a reiterar a promessa “nós podemos

fazer uma tentativa”, ao que o Presidente Geral Ford fez o penúltimo esforço para persuadir a liderança chinesa, referindo “eu digo mais uma vez que o tempo é primordial, porque as outras duas forças necessitam encorajamento. Elas estavam a progredir até recentemente. Há um empate neste momento. Seria trágico se o MPLA prevalecesse depois do esforço que foi feito por nós, vós e outros”; e o líder chinês retorquiu com azedume “isto é difícil de ser dito (no sentido de admitido). Bom, você pensa que é tudo?” ao que o líder americano retorquiu para finalizar a cimeira dos dois líderes e respectivas comitivas, “devo também dizer em referência a Angola (que) justamente antes de eu ter deixado Washington aprovei outros 35 milhões de dólares para ajudar as outras duas forças. Esta é uma sólida indicação para enfrentar o desafio da União Soviética e derrotar o MPLA”.

Tão premente eram os assuntos internacionais, e dentre estes o de Angola, que 50 dias depois dessa cimeira sino-americana de Beijing, uma comitiva americana liderada pelo Secretário de Estado Henry Kissinger deslocou-se a Moscovo e encontrou-se num dos salões do complexo de majestosos edifícios do Kremlin com a comitiva anfitriã liderada pelo líder soviético, Leonid Brezhnev e pelo seu homólogo Andrei Andreievich Gromyko. A sessão ocorreu na quarta feira, dia 21 de Janeiro de 1976 (71 dias depois da proclamação da Independência), das 11h00 às 13h50 locais e integrava-se no âmbito das conversações para a ulterior celebração entre a URSS e os EUA do Tratado de Limitação das Armas Estratégicas (com o acrónimo em inglês de SALT – Strategic Arms Limitation Treaty).

Porém, mesmo não havendo constado inicialmente da agenda, o Secretário de Estado americano insistiu a inclusão da questão sobre Angola, tendo ele explicitamente referido: “mas antes que eu conclua (referia-se à conclusão do seu discurso introdutório à reunião), eu gostaria de levantar um novo assunto que se põe entre nós. É intolerável para nós que um país no hemisfério ocidental possa lançar uma invasão virtual de África. Além disso, a ajuda da União Soviética para esta força cubana cria um precedente a que os Estados Unidos devem resistir. Nós fizemo-lo como um princípio cardinal das nossas relações (certamente referia-se entre a URSS e os EUA), que uma superpotência deve exercer contenção e não se esforçar pela vantagem unilateral. Se este princípio é agora abandonado, a perspectiva é uma reacção em cadeia com potencial de resultados desastrosos” (Kissinger, 1976).

O líder soviético deve ter ficado bastante preocupado pela surpresa e aspereza da expressão do hóspede, pelo que observou com o fito de pedir precisão de imediato “você diz isto (sobre Angola) no sentido de ameaça de alguma espécie de guerra a deflagrar-se” (Brezhnev, 1976); e o Secretário de Estado americano, clarificou “não é uma ameaça de guerra, Senhor Secretário Geral. Mas, se cada país se comportar nessa via, isto pode crescer para uma situação muito perigosa” (Kissinger, 1976).

O líder soviético comentou de seguida com palavras de circunstância no sentido de desanuviar a tensão, mas no momento imediatamente a seguir, o Secretário de Estado americano, voltou a sublinhar “eu devo referir-lhe francamente, a introdução em Angola de uma força expedicionária cubana suportada com armas soviéticas é um assunto que nós devemos tomar extremamente seriamente (do original em inglês: I must tell you frankly, the introduction into Angola of a Cuban expeditionary force backed by soviet arms is a matter we must take extremely seriously), pelo que se depreende, quão prioritária foi tornada a questão de Angola para a paz internacional.

Por inerência dos exemplos do que se disse numa cimeira de duas nações das mais poderosas no Mundo e de uma quase cimeira com a outra poderosíssima nação do Mundo, a transição de Angola de colónia de Portugal para Estado soberano e com posição própria no concerto das Nações, não dizia respeito apenas à vontade dos angolanos, mas também do cruzamento de interesses de nações regionais e poderosíssimas de outros continentes, cuja capacidade de coerção diplomática, económica, política e militar transcendiam de longe a capacidade de afirmação autónoma das lideranças nacionais, pois estas foram dependentes da assistência multiforme de países que ajudaram as suas organizações enquanto desenvolveram a luta contra o colonialismo e continuavam a sê-lo na construção da arquitectura das relações internacionais inter-estatais julgadas as mais recomendáveis para ultrapassar de forma expedita o atraso socio-económico e cultural imposto as angolanos pelo colonialismo durante quatro séculos.

Os desafios da construção da unidade do País numa base de participação igualitária das populações de todas as regiões que o compõem, da consolidação progressiva dos poderes instituídos e constituídos com base num unilateralismo ideológico, da integração equidistante e harmoniosa do País no concerto das nações, numa conjuntura global de Guerra Fria, bem como a sobrevivência da oposição armada aos poderes nacionais instituídos e o imperativo histórico do desmantelamento dos governos minoritários retrógrados do cone sul do continente, mostraram-se haverem transcendido

as capacidades nacionais de serem internamente harmonizados e sido difíceis de serem levados à cabo sem, de novo, o recurso à mobilização da assistência vital externa.

As organizações de oposição armada aos governos revolucionários constituíram-se amiúde no séc. XX, desde a resistência do exército branco contra o exército vermelho bolchevique de 1918 – 1923 na Rússia; a insurreição dos alzados contra o governo triunfante de Fidel Castro Ruz, que desenvolveu uma guerrilha poucos meses depois do triunfo da revolução em 1959 até 1965, precipitada por oposição à reforma agrária comunista, primeiro bastante generalizada do ocidente ao oriente de Cuba e na etapa final, limitada na região das montanhas de Escambray nas províncias de Villa Clara e Santo Espírito, para citar apenas as atribulações dos poderes dos dois estados que mais contribuíram para a consolidação do Estado Angolano nos primeiros 17 anos após a proclamação da Independência do País (Ruz, 1977).

O líder Cubano, Fidel Castro Ruz, viria a aludir em princípios de Março de 1977, quando visitou os seus efectivos militares estacionados na cidade do Huambo, no âmbito da única visita que realizou a Angola, a quase impossibilidade de extinguir a guerrilha em Angola, recorrendo à sua experiência difícil de a ter erradicado no seu país insular, pequeno e de limites mais fáceis de controlar do que Angola, este 14,5 vezes maior, constituído por vários povos destinados à construir uma nação e biomas diversificados.

Sob pressão da opinião pública americana influenciada por alguns académicos das Universidades de Standford e de Washington opostos a um novo engajamento militar americano de grande intensidade no estrangeiro após a humilhação das suas forças pelos viet-kongs na cidade actualmente designada Ho-Chi-Minh no Vietname, no dia 30 de Abril de 1975, foi igualmente aprovada pelo Congresso a Emenda à Lei de Controlo de Exportações de Armas (em inglês: Us Arms Export Act), proposta pelo senador democrata do Estado de Iowa, Dick Clarck, e nos termos da qual se proibia apoio aos grupos privados comprometidos com operações militares e paramilitares em Angola, tendo este acontecimento, associado à entrada em funções de uma nova administração liderada pelo Presidente democrata James Earl Carter Jr ou simplesmente Jimmy Carter no dia 20 de Janeiro de 1977, constituído algum alívio da pressão militar que a anterior administração americana republicana estava a exercer vigorosamente sobre o Governo da jovem nação angolana.

Mas a Emenda Clark não tinha podido extinguir por completo os suprimentos de material letal americano à oposição armada angolana, pois os círculos americanos interessados pela sua continuação encontraram um mecanismo para contornar a Emenda Clark, consumando os fornecimentos por intermédio de países terceiros do Médio Oriente e da África Austral, até à definitiva revogação da Emenda pelo Congresso americano em Julho de 1985, como viria a ser confirmado pelo Director da principal Agência de Informações norte-americana, George Herbert Walker Bush, em 20 de Janeiro de 1981 cooptado como Vice-Presidente do Presidente Ronald Wilson Reagan e no termo de dois mandatos presidências deste, de 1990 -93, para a Suprema Magistratura do País, perfazendo um longo período ininterrupto de 12 anos de governação americana republicana, interrompido com o mandato presidencial no período de 1993 a 2001 de Wlliam Jefferson Clinton ou simplesmente Bill Clinton, quando logo no início do seu mandato, em 19 de Maio de 1993 a sua administração reconheceu formalmente o Governo de Angola e a oposição armada angolana enfrentou adversidades crescentes que, associadas ao desanuviamento da tensa situação geopolítica com a anterior libertação de Nelson Mandela e a Independência da Namíbia no primeiro trimestre de 1990, conduziram finalmente ao seu desmoronamento militar.

A nação viu uma destruição sem precedentes de vidas e bens durante os anos de conflito militar

O antagonismo subjacente à tensão internacional traduziu-se na polarização do tecido demográfico angolano. A nação ficou dividida, tendo o proselitismo do Governo e da oposição armada do País a cada um dos dois blocos que protagonizavam a Guerra Fria constituído a linha fracturante ao entendimento nacional e suportado a esperança de vitória sobre a outra parte contendora.

Independentemente da racionalização da génese do conflito, Angola converteu-se em campo de batalha de exércitos forasteiros, apoiados numa das duas partes nacionais beligerantes e destinados a aniquilar os nacionais e seus aliados circunstanciais no teatro do conflito.

A doutrina ideológica de suporte a beligerância instilava o opróbrio contra o semelhante cultor do proselitismo ideológico diferente, e tendo em observância este princípio, as pessoas deixaram de sê-las para converteram-se em inimigos, reaccionários, bandidos, etc., em contramão à cultura pacífica, de solidariedade e de parentesco informal africanos, de que cada geração foi sempre herdeira da sua precedente, desde os tempos dos nossos mais remotos antepassados.

Nas conversações que se realizaram no Palácio do Presidente em Luanda entre a comitiva anfitrião de altos dirigentes liderada pelo primeiro Presidente de Angola, Dr. Agostinho Neto, e a hóspede liderada pelo líder cubano, Fidel Castro Ruz, o líder angolano aludiu no discurso de boas vindas à circunstância de ter abordado “diariamente” com os mais altos representantes das missões civil e militar cubanas em Angola “sobre temas da reconstrução ... e em torno da luta contra os bandidos” do País. Mais adiante na mesma ocasião, reiterou “cremos no Socialismo” e como que para sublinhar quão nova era essa ideologia em Angola, esclareceu “cuando fizemos a opção socialista, foi necessário declarar isto ao nosso Povo”, bem como para explicitar melhor a opção do modelo de sociedade que sob sua liderança seria implementada em Angola, asseverou no mesmo discurso “Cuba pertence ao campo socialista, Cuba tem uma grande experiência. Queremos realizar neste País as tarefas que sejam mais convenientes para o socialismo em Angola, com um partido marxista-leninista. Preparamos o 1º Congresso, de onde sairá aprovada a ideia de criar esse partido marxista-leninista” e mais adiante no mesmo exercício assegurava “Cuba é um país socialista, e Angola um país com opção socialista” (Neto, 1977).

Pelo que precede, o primeiro líder do nosso País mostrava-se com uma inabalável convicção das virtudes do Socialismo para equacionar os prementes desafios que se punham à nova nação, mergulhada na asfixia económica provocada pela desarticulação dos processos de produção e distribuição de bens e serviços, pelo êxodo dos técnicos da administração colonial e pelo contexto geopolítico predominantemente desfavorável. Provavelmente, devido a este último factor, proclamara no ano anterior na sua visita de Estado a Cuba, a qual era retribuída nessa circunstância, “o mais importante não é a geografia, mas é a ideologia”.

E tinha absoluta coerência essa sua reflexão com o contexto que o seu governo enfrentava em África, porque quando pela primeira vez, em 1976, na cimeira da Organização da Unidade Africana realizada em Kampala, fora abordada a questão da admissão de Angola no seio dessa organização continental, os países membros haviam estado tão divididos que Angola não fora admitido. Foi necessário que se fizesse um esforço diplomático suplementar e a balança do exercício do poder no terreno se clarificasse mais a favor do novo governo, para que o país tivesse podido, finalmente, ser acolhido no seio da organização continental.

A primeira frase do líder hóspede do discurso de réplica ao do líder anfitrião foi “as relações entre Angola e Cuba são exemplares” e mais adiante “por ocasião da visita do companheiro Neto a Cuba conhecemos muito, pudemos saber o que estão fazendo, as medidas que foram adoptadas, a linha (referia-se à doutrina política). E disse-o ao companheiro Risquet (era o seu mais alto representante em Angola, acima do Embaixador): tudo o que seja para Angola, vamos resolvê-lo. Sempre pressiono em Cuba para dar tudo o que tenhamos a Angola”.

Mas o líder cubano tinha noção exacta do tamanho do passo que podia dar, pois nessa ocasião demonstrou com clareza os seus receios do agravamento da conflitualidade na África Austral, pois embora reafirmasse “os imperialistas, desde sempre, tratam de aproveitar todas as coisas (referia-se a um rumor que corria em algumas chancelarias ocidentais, nos termos do qual o governo de Angola estaria prestes a ceder à pressão dos Estados Unidos quanto ao repatriamento das forças cubanas de Angola). Mas é importante que não restem dúvidas para ninguém, sobre qual é a nossa verdadeira atitude. E no que se refere às nossas relações com Angola, ela não pode ser em nenhum caso negociadas. Em relação ao envio de tropas cubanas para ajudar a Namíbia, a situação já era diferente. Aqui temos de cooperar entre Cuba e Angola. E mais, aí está o facto de que qualquer outro passo poria em perigo a distensão, algo que não podemos deixar de tomar em conta”.

Em relação à problemática no Zimbabwe, na Namíbia e em outros países da região, “tal como estão as coisas, as ameaças que existem contra a paz mundial, pensamos que é necessário coordenar com a União Soviética”, e especialmente em relação ao Zaire “a actividade dos Catangueses (era uma força armada e rebelde aos poderes instituídos no país vizinho) deve ser analisada”, pois esclarecia com acrisolada lucidez “somos partidários de se fazer tudo para se acelerar o desmoronamento do imperialismo e pela

revolução dos povos, mas não podemos perder de vista a realidade, e há que actuar com base nestes princípios”(Ruz, 1977).

Deve ter havido a impressão que, as palavras do hóspede antilhano eram um tutorial aos maioritariamente jovens, neófitos e altos servidores angolanos, entregues à espinhosa incumbência de governar um país novo e em plena atribulação.

Labaredas flamejantes estenderam-se em toda a extensão do País em duas décadas e meia de conflito armado.

Apesar de existirem muito importantes publicações de cientistas sociais, militares e outros estudiosos angolanos e também estrangeiros sobre o conflito armado que assolou o nosso País durante o período de década e meia após a proclamação da Independência, o tratamento científico desse período da História Nacional, em todas vertentes das ciências sociais, humanas e dos seus efeitos na natureza, ainda requererá muito esforço e inspirará muitas vontades, para que seja legado às gerações que não o viveram um relato que as leve a desejar, permanentemente, a concertação e a paz nacionais.

Nesta limitada abordagem do assunto, incumbimo-nos em fazer um ultra simplificado bosquejo da tragédia que se abateu naquele período e deixou sequelas protraídas até aos dias correntes sobre os angolanos.

Três meses antes da proclamação da Independência, as invasões do governo minoritário e racista sul-africano começaram informalmente com a ocupação do empreendimento hidroeléctrico de Calueque no Cunene, em 09 de Agosto de 1975, assumiram maior envergadura com a Operação Savana, a partir de 14 de Outubro do mesmo ano, quando perante a ausência de resistência à altura da sua composição em efectivos, armas, blindados, veículos militares e equipamento, chegaram ao rio Ebo (Cuanza Sul) em menos de um mês de operações, tendo ao longo do itinerário vitimado angolanos e cubanos; com o reforço progressivo do contingente cubano a partir da antevéspera do dia da proclamação da Independência e da pressão diplomática da indignada comunidade internacional foram compelidas, provisoriamente, a retirar-se em Março do ano seguinte.

Dois anos depois, justamente no dia 4 de Maio de 1978, as forças sul-africanas realizaram uma das maiores e primeiras tragédias humanas em Angola, ao haverem intervindo com um massivo assalto terrestre e aéreo na localidade de Kassinga, habitado predominantemente por refugiados namibianos integrantes da SWAPO, tendo-a ocupado durante seis dias e provocado a destruição de mais de seiscentas vidas e arrasado tudo que pudesse abrigar e sustentar pessoas.

A tenacidade combativa da oposição armada ao governo, assistida e potenciada pelo governo e pelas forças sul-africanas, progredia, igualmente, no sul do País, ao ponto de em 1981 combates de envergadura prenunciadora do que viria a ser a monstruosa realidade da guerra nos 14 anos seguintes, ocorreram entre Xangongo e Ondjiva, e levaram à nova intervenção da força aérea sul-africana fustigando as populações e infraestruturas civis do Cuamato e no Môngua; de seguida, entre 23 de Agosto e 01 de Setembro de 1981 as forças do governo racista realizaram a operação protea contra as unidades militares governamentais estacionadas em várias localidades da província do Cunene. Tendo os sul-africanos reconhecido que um dos aspectos fortes do governo de Angola residia na capacidade autónoma e multicêntrica de produção e de refinação em Luanda de petróleo, em Novembro de 1981 atacaram com uma expedição de comandos a Refinaria da Petrangol em Luanda, com o objectivo, muito longe de ser atingido, de paralisar a produção de combustíveis para a economia e o esforço de guerra do governo de Angola; em Maio de 1985, e enquadrado na mesma lógica, outro comando sul-africano atacou as instalações petrolíferas do Malongo em Cabinda.

Em 1983 a oposição armada enfrentou as forças do governo em Cangamba, numa batalha protraída e demonstrativa de um nível organizativo evolutivo para unidades regulares e semi-regulares daquela; e no ano seguinte estas realizaram um ataque de grande envergadura à cidade do Sumbe, tendo a magnitude destes dois acontecimentos militares da oposição armada suscitado minuciosas atenções do alto comando militar em Havana, vertidas e apreciadas nos respectivos relatórios de 9 de Dezembro de 1983 e 9 de Julho de 1984.

No ano seguinte, as forças governamentais empreenderam um esforço de grande envergadura, designado Operação II Congresso do MPLA-PT, destinado a extinguir as unidades da oposição armada e das dos seus aliados sul-africanos nas áreas do Cuito Cuanavale, Mavinga e procurar atingir o extremo sudeste do país onde as forças contendoras haviam estabelecido a sua sede político-militar. Os inconclusivos resultados obtidos foram coligidos em relatório militar datado de 18 de Outubro de 1985 da Missão

Militar Cubana em Angola e impeliu a uma cimeira de concertação política-militar, realizada uma semana depois em Havana, entre o Presidente da República de Angola e o seu homólogo da maior nação insular das Antilhas. E a elevada magnitude dos efectivos, armas, veículos de todos propósitos e equipamentos diversos reunidos nessa operação não se traduziu na plenitude no objectivo que se propunha atingir, pelo que logo no dia 27 do primeiro mês do ano seguinte, os altos comandos militares de Angola, dos assessores soviéticos e do contingente cubano apreciaram e concertaram na cidade do Lubango as vias, do âmbito das suas responsabilidades, para tentar levar de vencida a coligação adversária de forças nacionais e de seus aliados sul-africanos. E a premência da situação fora também reconhecida pelos Chefes de Estado do nosso País e da nação antilhana, o que suscitou a realização no dia 8 de Setembro do mesmo ano de 1986 de uma nova cimeira em Havana entre os dois líderes.

O governo do País voltou a realizar no último trimestre de 1987 e primeiro de 1988, com o apogeu dos resultados atingidos especialmente no dia 23 de Março desse último ano, o esforço de maior magnitude do que o que realizara três anos antes no quadro da Operação II Congresso, tendo chegado ao Cuito Cuanavale e , finalmente, na célebre área designada por Triângulo do Tumpo, cujos resultados levaram a liderança sul-africana a assumir a futilidade da continuação do seu engajamento no conflito e a enveredar por alguma concertação diplomática que permitisse desanuviar a situação em Angola, na Namíbia e na África do Sul, contanto que no Zimbabwe já havia sido extinto o governo minoritário e conquistada pela maioria nativa a Independência desde Abril de 1980, embora alguns círculos políticos angolanos, e na altura militarmente integrados na oposição armada, divirjam desta concatenação dos acontecimentos.

A diplomacia entre os beligerantes e os promotores da beligerância

Tão cedo quanto no início do segundo lustro após a proclamação da Independência, o governo de Angola reconheceu a pertinência de iniciar alguma abordagem diplomática com o governo racista sul-africano, tendo para este fim uma delegação integrada pelos ministros de defesa e do interior de Angola se encontrado nessa altura em Lusaka com os ministros de defesa e dos negócios estrangeiros sul-africanos, para aliviarem, tanto quanto poderia ser possível, a tensão estruturada na base de acusações recíprocas de apoio, respectivamente, à Organização do Povo do Sudoeste Africano (em inglês SWAPO) e à Oposição Armada angolana.

À guerra, cada vez mais destrutiva de vidas e bens em proporções massivas, juntou-se a diplomacia, a partir da entrada em funções nos Estados Unidos da América da Administração Reagan em 1981 e o início da liderança de Michail Gorbatchov em 1985 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); pelo que, a superpotência americana concebeu o princípio do linkage, sob cujo âmbito combinava a retirada definitiva das forças sul-africanas de Angola e do Norte da Namíbia, bem como a concessão da Independência da Namíbia à retirada dos efectivos militares cubanos estacionados em Angola para protecção do respectivo governo e à instauração do pluralismo político no País, incluindo o reconhecimento da Organização Política da oposição armada; e a superpotência euroasiática instaurou a Perestroika, com a qual perseguia uma renovação política, económica e social na URSS e a extinção da Guerra Fria ao nível internacional.

Desde a renovação das lideranças das duas principais superpotências na primeira metade da década de 80, que se foi consolidando progressivamente a dinâmica diplomática para resolver na globalidade a crise da África Austral, onde Angola era o epicentro da mesma. Nos primeiros 4 anos posteriores à conquista da Independência, as instituições do País haviam estado a funcionar sob a divisa “Angola é e será por vontade própria trincheira firme da Revolução em África”, proclamada pelo seu primeiro Presidente.

Pelo menos, por duas vezes ocorreram no último quadrimestre do ano de 1984 (16 de Outubro e 3 de Dezembro) conversações directas entre delegações dos governos de Angola e dos Estados Unidos da América para tratar as exigências do lado angolano da retirada das forças sul-africanas do sul de Angola e da implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que estabelecia o roteiro para a Independência da Namíbia e do lado americano, impunham o linkage, sob cuja concepção o contingente cubano destacado em Angola deveria ser repatriado na totalidade para o seu país de origem, pois receava-se que constituía um risco de extensão da guerra à Namíbia e à África do Sul e o governo de Angola deveria permitir o pluralismo político no País. As cautelas das partes directamente envolvidas no conflito e as garantias que esperavam da comunidade internacional, especialmente das duas superpotências, estiveram na base da realização de muitas reuniões em formatos, bi, tri e quadripartidos entre Angola, Estados Unidos da América, Cuba, África do Sul (com o governo racista) e a URSS e sem a consideração da participação directa da oposição armada em Angola.

O quadro a seguir resume algumas das reuniões que foram realizadas, o respectivo formato, a data e o local (sempre que foi possível encontrar essas indicações).

Número de ordem	Data da realização da reunião	Local	Formato e participantes	Assunto
1	16/10/1984	n/referido	Bilateral – Angola e EUA	Independência da Namíbia + Retirada das forças sul-africanas do sul de Angola + repatriamento do contingente cubano e pluralismo político em Angola
2	03/12/1984	idem	Idem	Idem
3	15/07/1987	Luanda	Idem	Idem
4	31/07/1987	Havana	Cimeira bilateral – líderes de Angola e Cuba	Idem
5	08/09/1987	n/referida	Bipartida – Angola e EUA	Idem
6	09/09/1987	idem	Idem	Idem
7	n/referida	Bruxelas	Idem	Idem
8	15/10/1987	Havana	Bilateral- líder cubano e Ministro das RE de Angola	Idem
9	06/11/1987	Moscovo	Gorbachov e Fidel Castro	Assuntos bilaterais e internacionais, dentre os quais a situação em Angola
10	15/11/1987	Havana	Reunião alargada entre líder cubano e liderança alargada político-militar de Cuba	Situação do contingente cubano em Angola
11	29/01/1988	Futungo de Belas - Luanda	Bilateral – Angola EUA	Repatriamento do contingente cubano em Angola e desanuviamiento da crise regional
12	09-11/03/1988	idem	Trilateral – Angola Cuba e EUA	Idem
13	17 e 18/03/1988	idem	Bilateral – Angola e EUA	Idem
14	03 e 04/05/1988	Londres	Quadripartida – Angola, África do SUL, Cuba e EUA	Idem
15	17-19/06/1988	Havana	Líder cubano e liderança alargada político-militar cubana	Situação em Angola e repatriamento do contingente cubano
16	22 e 23/06/1988	Cabo Verde	Trilateral – chefias militares de Angola, Cuba e EUA	Cessar fogo em Angola e repatriamento contingente cubano
17	2-5/08/1988	Genebra	Quadripartida – Angola, África do Sul, Cuba e EUA	Solução da crise regional e repatriamento dos contingentes sul-africano e cubano de Angola
18	24 -26/08/1988	Brazaville	Idem	Idem
19	7-9 e 26-29/09/1988	Brazaville	Idem	Idem
20	06-09/10/1988	Nova York	Idem	Idem
21	17/12/1988	Havana	Cimeira bilateral – líderes angolano e cubano	Assuntos bilaterais e repatriamento dos sul-africanos e cubanos de Angola
22	24/06/1988	Cairo/Egipto	Pentapartida – Angola, África do Sul, Cuba, EUA e URSS	Solução da crise regional e repatriamento dos contingentes sul-africano e cubano de Angola
23	22/12/1988	Sede da Organização da Nações Unidas em Nova York	Pentapartida – Angola, África do Sul, Cuba e observação dos EUA e da URSS para Assinatura do Acordo de Paz na África Austral	Idem

Fonte: elaborado pelo autor a partir de fontes documentais dos arquivos do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, disponibilizadas pela Missão Diplomática de Cuba em Angola.

Os Acordos de Paz para a África Austral assinados na Sede da ONU em Nova York no dia 22 de Dezembro de 1988 traduziram-se em 1989 na retirada das forças sul-africanas do sul de Angola, início do repatriamento do contingente cubano de Angola, início da implementação da Resolução 435 do Conselho de segurança das Nações Unidas e em 1990 a Libertação de Nelson Mandela e início da democratização da África do Sul e a Independência da Namíbia sob o governo da SWAPO.

Mas ficara por ser equacionada a componente interna do conflito angolano, que envolvera directamente o governo e a oposição armada do País, pelo que a guerra autonomizou-se com beligerantes apenas nacionais e um segundo esforço internacional e continental, com garantias das duas superpotências, que haviam estado na base da sua ocorrência protraída, teve de ser realizado.

A violência recrudesceu apenas entre os angolanos tantos anos depois da Independência, quanto tinha durado a sua luta para conquistá-la.

O conflito armado assumiu o carácter de um processo plenamente fratricida, desde princípios de 1989, 14 anos após a proclamação da Independência e com algumas breves intermitências, até 22 de Fevereiro de 2002. Continuando com o paradigma anterior aos Acordos de Nova York, designadamente, o de pressionar o contendor a aceitar a via diplomática e no decurso desta em conseguir concessões do interlocutor, a guerra prosseguiu com tanto ou ainda maior virulência e generalização em todo o País. Ficaram registados na História do País o cerco de 45 dias (as populações combalidas convencionaram assim chamar, embora não tenham sido exactamente 45 dias) da cidade do Luena, de 01 de Abril a 01 de Maio de 1991, pela oposição armada

No âmbito do que precede, no dia 22 de Junho de 1989 realizou-se a cimeira de Gbadolite na actual República Democrática do Congo, no decurso da qual o Chefe de Estado anfitrião e mais 15 outros e dois representantes de outras duas nações africanas conduziram negociações indirectas entre as comitivas conduzidas pelo Presidente de Angola e pelo líder da Organização de oposição armada ao governo, a UNITA. No fim da cimeira, os dois concidadãos e líderes das partes beligerantes, encontraram-se para apenas consumarem o gesto de saudarem-se com o aperto de mão e integrarem a fotografia de família dos mais altos dignatários africanos; não teve efeitos substantivos a cimeira de Gbadolite.

Após iniciativas diplomáticas dos contendores em Angola para fazer avançar as suas agendas unilaterais nos âmbitos continental e internacional e o facto do conflito armado não ter podido definir uma vitória ineludível de alguma das partes contendoras, o governo português chamou a si a espinhosa tarefa de animar a via diplomática para desencadear o processo negocial de paz em Angola.

Pelo menos cinco encontros ocorreram em Portugal e um nos Estados Unidos da América durante o ano de 1990, designadamente, o 1º em Évora nos dias 24 e 25 de Abril, o 2º em Oeiras (arredores de Lisboa) nos dias 16 a 18 de Junho, o 3º em Lisboa de 27 a 30 de Agosto, o 4º de 24 a 27 de Setembro, o 5º de 16 a 20 de Novembro, o 6º em Washington no dia 13 de Dezembro, e no ano de 1991 encontrava-se finalmente as bases consensuais para a instauração da Paz em Angola, iniciando com o encontro tripartido de Portugal, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Soviética (sem a participação dos contendores angolanos) nos dias 4 e 5 de Março e a partir de 4 de Abril iniciou o processo negocial ininterrupto entre os contendores angolanos, no formato de reuniões de Comissões Técnicas incumbidas de tratar do cessar fogo, da realização das eleições, formação da Comissão Conjunta Político-Militar, das Forças Armadas Angolanas em substituição das forças militares das partes contendoras, sob mediação portuguesa e acompanhamento do triunvirato de observadores constituído pelos Estados Unidos, União Soviética e Organização das Nações Unidas e, em menos de um mês depois e para assinalar a conclusão com êxito do processo negocial, na data internacionalmente consagrada à celebração e exaltação dos trabalhadores, os chefes das duas delegações das partes beligerantes rubricaram os Acordos de Paz de Bicesse, que foi trinta dias depois solenemente homologado com as assinaturas dos líderes de Angola e da Organização político-militar opositora, e testemunhados por dignatários dos governos português, americano, soviético, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana e o Cardeal católico de Angola.

O Acordo de Paz de Bicesse possibilitou a realização das primeiras eleições em 29 e 30 de Setembro de 1992, no termo das quais a organização política da qual emanava o governo do País foi vencedor com maioria absoluta, com consequente derrota do partido da oposição armada e outras forças políticas concorrentes no primeiro pleito plenamente reconhecido pela Organização das Nações Unidas e outras organizações observadoras, como se tendo conciliado com os critérios de eleições justas, democráticas e transparentes.

Apesar do que precede, a evolução dos acontecimentos demonstrou que nem as eleições nem o Acordo de Paz de Bicesse que as tinham permitido realizar tinham sido suficientes para frear a ânsia dos homens para o exercício do poder político em nome do Estado, pois a organização política de suporte à oposição armada considerou-as inquinadas para validá-las, pelo que enveredou pela conquista da legitimidade de exercer o Poder do Estado por via da reactivação do conflito armado, ainda mais destrutivo e generalizado que nos meses anteriores em que o conflito estava sobretudo confinado em determinadas, embora múltiplas, regiões do País. O País voltou a gemer sob as labaredas flamejantes do conflito entre concidadãos, absolutamente despropositado, por mais uma década.

Ao contrário do que ocorrera na fase do conflito anterior ao Acordo do Bicesse, na fase posterior à realização das eleições a organização política de suporte à oposição armada foi quase unanimemente identificada como o seu causador, pelo que no dia 12 de Março de 1993 o Conselho de Segurança das ONU condenou a UNITA por via da resolução 811, a Resolução 834 do Conselho de Segurança da ONU voltava a condená-la, a Resolução 864, igualmente do Conselho de Segurança da ONU, de 15 de Setembro, impunha sanções militares contra ela e, por via da resolução 1127 do mesmo organismo da ONU agravava-as numa magnitude ainda mais vigorosa e que exprimia a profunda indignação da comunidade internacional pelo identificado autor da reactivação do conflito no País.

A ONU tentou remediar o comportamento da UNITA organizando as conversações, inicialmente as inconclusivas em Abidjan em Abril de 1993, as de Lusaka solenemente assinadas a 20 de Novembro de 1994 na presença de representantes de 29 nações e que produziram o protocolo complementar ao Acordo de Bicesse, igualmente não implementado; as chefias militares do governo e da oposição rebelde reuniram-se em 10 de Janeiro de 1995 na localidade da Chipipa da província do Huambo para cuidarem de concertar a implementação das partes que lhes diziam respeito do Protocolo de Lusaka, sem que, no cômpto geral, algum progresso houvesse sido conseguido.

Perante os insucessos diplomáticos realizados sob a égide da Organização das Nações Unidas e acima mencionados, o governo ordenou no dia 15 de Setembro de 1999 a Operação Restauro, que conduziu, com elevados sacrifícios de meios humanos, materiais e financeiros, ao desmantelamento da forte capacidade bélica dos rebeldes e na fase final do conflito, no dia 13 de Julho de 2001, o governo do País ordenou a realização

da Operação Quissonde, complementada com a fase designada Operação Perseguição Impiedosa, no termo da qual, no dia 22 de Fevereiro de 2002, o líder da UNITA não foi victorioso, nem na continuação em liderar a Organização por si fundada em 1966 nem em manter a sua vida surgida desde Agosto de 1934 na Terra.

E a liderança política e militar sobrevivente da organização da oposição armada correspondeu às iniciativas do governo em extinguir definitivamente o conflito, formalizando os dois chefes militares das forças beligerantes o advento da Paz, no dia 04 de Abril de 2002 em solenidade ocorrida em Luanda.

Na paz constrói-se o que na guerra destrói-se

O conflito armado corroeu Angola em todas dimensões da sua realidade e expressão. São pouquíssimas as famílias angolanas que ficaram imunes aos seus téttricos e avassaladores efeitos; a economia ficou ainda mais desarticulada do que se tivesse sido apenas arruinada com o êxodo da diáspora colonial nos meses que precederam a Independência do País; ficaram destruídas ou obsoletas por ausência de manutenção infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e marítimas; foram destruídas ou severamente danificadas grandes infraestruturas de produção, transportação e distribuição de electricidade e água; o tecido demográfico registou pesadas sequelas, traduzidas no atraso dos indicadores da instrução infanto-juvenil e da formação profissional das subsequentes fases da vida, desequilíbrio da relação natural entre os efectivos dos dois sexos em detrimento do masculino, por ter sido maioritariamente deste sexo a população engajada directamente e exposta ao risco da perda de vida ou de invalidez na guerra; os equipamentos sociais, como instituições sanitárias, de ensino, assistência social, etc. ficaram destruídos ou erodidos por indisponibilidade de recursos em mantê-los; a base produtiva alimentar e de outros bens essenciais à vida ficou suprimida ou severamente condicionada; Os equipamentos de transportes rodoviários e ferroviários, as máquinas e herdades agrícolas, instalações industriais e unidades pecuárias foram destruídas; a fauna foi abatida indiscriminadamente para remediar a fome nas comunidades e nas relações económicas com o exterior, a balança comercial ficou distorcida em detrimento de Angola, pelo peso das importações de equipamentos e assistência técnica militares. A economia nacional ficou acantonada na indústria extractiva, sobretudo a proveniente dos leitos marinhos. E, finalmente, as sequelas do conflito não se limitaram apenas aos

aspectos tangíveis, como a destruição de vidas e diversos graus de deficiência física, mas igualmente nos profundos ressentimentos e linhas sociais fracturantes que se criaram entre os prosélitos das partes beligerantes, baseadas em décadas de endoutrinação, cosmovisões e disciplina de vida diferentes.

Por outro lado, uma das piores injustiças dos conflitos por procuração reside na circunstância de à população que é vítima do conflito acabar por ser imposta dívidas astronómicas, decorrentes da importação de suprimentos letais e não letais, bem como a, eufemisticamente chamada, assistência técnica associadas à manutenção do conflito. No fim deste, não há a quem ou a que país imputar as responsabilidades de reparação, porque os perpetradores reais e inaparentes do conflito são inimputáveis ao servirem-se dos executores nacionais e melhor identificáveis do mesmo.

Mesmo quando completar meio século de existência, como País independente e soberano, Angola registará mais tempo de existência mergulhada na guerra do que em paz, numa relação de 27 e 23 anos respectivamente.

Apesar da brevidade do tempo de existência em paz e da corrupção ou rapina de recursos gravíssima e inescrupulosa, é visível o esforço que a nação vem realizando para adequação progressiva da base material indispensável aos padrões condignos da vida das populações.

O esforço nacional em curso consiste em repor tudo o que foi destruído no decurso dos anos de conflito e adequar essa reposição ao constante crescimento demográfico.

Porém, mesmo sem sublimar os abismais e desafiantes desequilíbrios ainda existente entre as necessidades e as disponibilidades de bens e serviços na sociedade, que se traduzem na endemicidade das vulnerabilidades sociais e o cortejo de manifestações constrangedoras delas provenientes, é de justiça respigar, e sem se pretender ser exaustivo, algumas entre as importantes realizações que, o nosso País vem conseguindo em pouco mais de duas décadas de paz. Por inerência, e embora ainda inexistam circuitos produtivos dos suprimentos logísticos para o sector da saúde, é bastante relevante o esforço que tem sido realizado na edificação de instituições sanitárias e ocorrendo o mesmo com a edificação de instituições de ensino. As infraestruturas rodoviárias e respectivos equipamentos rolantes cresceram significativamente, de tal modo que não apenas já tem sido possível a cómoda transportação de pessoas e bens entre todas as capitais de províncias, como também de e para capitais de alguns países limítrofes.

Para aliviar os severos constrangimentos no sector habitacional, tem sido realizado na medida das possibilidades económicas actuais, um avultado investimento na criação de cidades, vilas, urbanizações e aglomerados habitacionais de menor dimensão.

A base infraestrutural de geração, transportação e distribuição de energia e água foi elevada para níveis superiores das que existiam antes da conquista da Independência do País, não obstante estar ainda muito aquém de ser conciliada com o crescimento demográfico em todos os aglomerados populacionais.

A produção agrícola doméstica, outrora paralisada no decurso do conflito armado, vem adquirindo expressão na produção para suprir as necessidades populacionais em carboidratos, lípidos e proteínas animais, não obstante a sua quantidade ainda requerer a importação massiva de alimentos.

Pese o facto da deficiente qualidade do ensino em todos os níveis e da persistência do fenómeno de crianças não escolarizadas por inexistência de infraestruturas e acervos patrimoniais de acolhimento constituir uma preocupação da sociedade, o universo de alunos e estudantes tem registado números sempre crescentes em cada ano lectivo.

O pluralismo político, traduzido na integração de membros provenientes de esferas politico-ideológicas diferentes nas Instituições de Soberania e da Administração têm contribuído para o esbatimento dos ressentimentos e a promoção progressiva da Unidade Nacional.

Na celebração da data da paz é legítimo reflectir se o País poderia ter escapado da incorporação no contexto global da guerra fria, acolhendo forças militares forasteiras em apoio das forças nacionais beligerantes. Pois, a História trata de acontecimentos ocorridos e não dos que poderiam ter ocorrido, sem deixar de julgar as pessoas que os permitiram.

A alusão às realizações que precedem sugerem o quanto as condições de vida das populações poderiam estar muito melhor se Angola não tivesse sido mergulhada no conflito, cujas consequências devem servir de lição para as lideranças promoverem na sociedade a observância da paz, em detrimento das ambições centradas no exercício a todo o custo do poder de grupo, sublimado como sendo emanção do Povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Minter, W. (1998). *Os contras do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique.

Tibúrcio, J. A. P. (2009). *Paz e guerra em Angola: Um estudo exploratório*. Serviço de Publicações da Universidade de Brasília.

Silva, E. (2017). *Luena, 45 dias de batalha: Cerco à cidade e negociações em Bicesse*. Mayamba Editora.

Correia, P. de P. (2019). *... da descolonização: Do protonacionalismo ao pós-colonialismo*. Mayamba.

Manuel, C. M. (2021). *Angola – Desde antes da sua criação pelos portugueses até ao êxodo destes por nossa criação*. Autores Clube.

Ramos, J. da G. (2018). *Angola pelos caminhos da paz: Guerra e diplomacia (1975-2002)*. Mayamba.

Puna, M. M. N. (2019). *Mal me querem: A história de Angola na voz de quem a fez. Um testemunho sem meias-palavras*. Guerra e Paz.

Muekalia, J. (2010). *Angola: A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia*. Sextante Editora.

Arquivo do Comité Central do Partido Comunista de Cuba. (s.d.). *Relatórios de reuniões e memorandos de conversações sobre as relações de Cuba e Angola*. Havana.

Geldenuys, J. (2008). *At the front: A general's account of South Africa's Border War*. Jonathan Ball Publishers.

O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM AFRICA: UMA ANÁLISE POLÍTICA E IDEOLÓGICA DE SUA HISTORIOGRAFIA³⁷

Portuguese colonialism in Africa: a political and ideological analysis of its historiography

PEREIRA, Josenildo de Jesus³⁸

Resumo

A História contém um duplo sentido. Por um lado, é a experiência constituída e vivida pelos sujeitos que lhe configuram o processo histórico com as suas temporalidades, ritmos e sentidos. E por outro, é a ação intelectual de historiadores e historiadoras com o propósito de compreender o vivido problematizando-o. O resultado é a apresentação de uma narrativa urdida a partir do uso de um aporte documental, métodos e conceitos teóricos orientadores da investigação. Mas, não só, porque se trata, também, de um ato político e ideológico. É por isso que um mesmo tema tem versões distintas ou, em outras palavras, uma historiografia. Em vista disso, a análise historiográfica é uma ação importante porque contribui para trazer à tona questões subterrâneas verificadas na relação entre a História, a Memória e o Esquecimento orientando o nosso saber acerca de um determinado tema. Neste caso, o colonialismo português instituído sobre territórios em África, a partir do final do século XIX até 1975. Para o exercício de análise que nos propomos a desenvolver a respeito da relação entre historiografia, política e ideologia que envolve a historiografia do colonialismo português em Angola, escolheu-se as obras - *História Geral das Guerras Angolanas*, três volumes, de António de Oliveira Cadornega e a *História de Angola*, quatro volumes, de Jose Ralph Corte Real Delgado. Estas obras foram escritas em tempos diferentes. A primeira no século XVII e a segunda no século XX. Elas têm em comum o tema, ou seja, a experiência portuguesa no ultramar, mais precisamente, em Angola.

Abstract

The History contains a double meaning. On the one hand, it is the experience constituted and lived by the subjects who configure the historical process with its temporalities, rhythms and senses. And on the other hand, it is the intellectual action of historians in order to understand the lived problematizing it. The result is the presentation of a narrative crafted from the use of a documentary contribution, methods and theoretical concepts guiding research. But not only because it is also a political and ideological act. This is why the same theme has different versions or, in other words, a historiography. In view of this, the historiographic analysis is an important action because it contributes to bring up underground issues verified in the relationship between History, Memory and Oblivion guiding our knowledge about a certain theme. In this case, the Portuguese colonialism instituted over territories in Africa from the end of the 19th century until 1975. For the analysis exercise that we propose to develop regarding the relationship between historiography, politics and ideology that involves the historiography of Portuguese colonialism in Angola, it was chosen the works - *General History of the Angolan Wars*, three volumes, by António de Oliveira Cadornega and the *History of Angola*, four volumes, by Jose Ralph Corte Real Delgado. These works were written at different times. The first in the seventeenth century and the second in the twentieth century. They have in common the theme, that is, the Portuguese experience overseas, more precisely, in Angola.

Palavras-chaves: Historiografia, Colonialismo, Portugal, África, Ideologia.

Palavras-chave: *Historiografia; Colonialismo; Portugal; África; Ideologia.*

Keywords: *Historiography; Colonialism; Portugal; África; Ideology.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

³⁷ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

³⁸ JOSENILDO DE JESUS PEREIRA - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Brasil. E-mail: jj.pereira@ufma.br

Apoderarem-se da África, eis a grande preocupação que agita os Europeus no último quartel do século XIX. Joseph Ki-zerbo³⁹.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A historiografia da presença portuguesa na África situa a sua cronologia desde o século XV, mas, sobretudo, a partir da formação histórica do “Império Luso-brasileiro”, constituído por Portugal, como metrópole; o Brasil, como colônia principal e os territórios considerados periféricos, ou seja, as possessões portuguesas existentes no continente africano: África Ocidental e Moçambique, e na Ásia. Em relação a Angola, o historiador Ravenstein, destaca que,

...os portugueses dominavam em Angola uma área de 65 mil quilômetros quadrados, a partir do litoral de Luanda e Benguela até 200 quilômetros para o respectivo interior, praticamente com o objetivo único de manter abertas as rotas dos escravos a partir do planalto. Por essa altura, de fato, já os *escravos negros* eram a principal mercadoria a dominar todo o comércio, sendo “exportados” para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central.⁴⁰

A partir do final do século XIX, o continente africano foi o palco da incursão de uma nova onda de ações coloniais sistematizadas por parte de países europeus como Portugal, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e outros. A respeito desse processo o historiador Albert Adu Boahen destacou o seguinte.

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema. O desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente espantoso, pois até 1880 apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus.⁴¹

³⁹ KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (vol. II.), Portugal: Publicações Europa - América, 1972.

⁴⁰ http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/history. Consultado em 04 de maio de 2014.

⁴¹ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040, p. 1.

Nesse contexto, se verificou a configuração do “Terceiro Império Português”, ou o “último império português – o que se constitui após a independência do Brasil e finda com a descolonização em 1975”.⁴² No que se refere à memória da historicidade das relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar, Oliveira destaca que,

Tais relações deram origem a uma documentação muito heterogênea, dentre elas as crônicas de viajantes e informações compiladas por comerciantes, administradores e outros agentes produtores de notícias que cumpriam um papel fundamental para a transmissão de ideias, valores, costumes e saberes no mundo ibérico moderno.⁴³

A documentação constitutiva dessa memória se encontra em arquivos portugueses tais como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ANTT; A Sociedade de Geografia de Lisboa/SGL; o Arquivo Histórico Militar/AHM criado em 1911; o Arquivo Histórico Colonial, criado em 1931, depois renomeado de Arquivo Histórico Ultramarino-AHC/AHU, a partir de 1951, e de arquivos de Congregações Cristãs católicas. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é um arquivo central do Estado que guarda documentos originais desde o séc. IX até à atualidade, cabendo-lhe, por consequência da sua perenidade, preservar também os novos arquivos eletrónicos no âmbito de atuação do organismo, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico⁴⁴.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, a exemplo de outras Sociedades, na Europa Ocidental, se insere no contexto da nova onda colonial europeia por sobre territórios dos continentes africano e asiático, a partir do final do século XIX. A este respeito lembra-nos Silva que,

As explorações eram a base do conhecimento geográfico, assim como a criação de centros de estudos destinados a organizar uma espécie de arquivo sobre todo o conhecimento possível dos locais explorados. Dessa maneira, a cartografia, **a geografia**, a medicina tropical e a etnografia enriqueceram seus saberes científicos, frutos dos estudos e expedições.⁴⁵

⁴² VALENTIM, Alexandre. PREFÁCIO. O Império africano (séculos XIX-XX). ALEXANDRE, Valentim (Coordenação). Edições Colibri: Faculdade de Letras de Lisboa, 3ª tiragem. 2013. P. 8

⁴³ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de caso dos militares Antonio de Cadornega e Elias Alexandre Correa.p.1.

⁴⁴ <https://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>. Consultado em 09 de novembro de 2025.

⁴⁵ SILVA, Priscila Vellozo da. O MOVIMENTO GEOGRÁFICO LUSO E A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015. p. 93. |www.transversos.com.br. grifo meu.

Assim sendo, não sem razão, nesse contexto, Horace Capel compreendia que a geografia se converteu em uma ciência a serviço do imperialismo.⁴⁶

O Arquivo Histórico Militar/AHM, tem como missão guardar, tratar e preservar todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército. Trata-se de uma instituição centenária, nascida no seio da reforma republicana do Exército português, decretada em 25 de maio de 1911. Foi-lhe atribuída a incumbência de guardar e proceder à catalogação de todos os documentos com valor histórico relativos ao Exército português. A sua origem remonta ao arquivo do Conselho de Guerra, órgão com funções essencialmente consultivas, criado em 11 de dezembro de 1640, que se crê ter sido o primeiro arquivo militar português. Com a constituição da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1736, todos os assuntos diplomáticos e militares passaram a estar a cargo desta secretaria, originando um novo arquivo.⁴⁷

Em relação ao Arquivo Histórico Colonial (AHC) vale lembrar que foi concebido para “guardar, inventariar e catalogar os documentos que interessem ao estudo e conhecimento da história política, administrativa, missionária, militar, económica e financeira da colonização portuguesa”⁴⁸. A respeito desta finalidade Gautier lembra-nos que,

Esta ambição institucional e cultural era totalmente política, inscrevendo-se no ímpeto colonizador que se afirmara desde o fim da monarquia até à república e que se mantinha após o golpe militar de 1926. Com o Estado Novo, é forçoso constatar uma refundação do império colonial que toma a forma de uma centralização, colocando todo o aparelho estatal ao serviço da ambição imperial.⁴⁹

Dentre as Congregações vale destacar o papel da *Congregação do Espírito Santo* fundada em 28 de setembro de 1848, cujo mentor foi o Pe. Liberman. Entre outros atos, esta Congregação criou e passou a publicar, mensalmente, a partir de 1894, a revista científica – “Portugal em África” (PA). Esta revista teve dois tempos de publicação. O primeiro foi de janeiro de 1894 a outubro de 1910, e o segundo de janeiro de 1944 a dezembro de 1973. A primeira série temporal é classificada por Manuel do Carmo F. Gomes (1998), como a *fase colonial* e a segunda como *teológica*. A respeito da fase

⁴⁶ Apud. SILVA, Priscila Velozo da. Op. Cit. op. 93.

⁴⁷ <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/>. Consultado no dia 10 de novembro de 2025.

⁴⁸ GARNIER, Gautier. ARQUIVOS DA MEMÓRIA COLONIAL PORTUGUESA: o Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. Archives of Portuguese Colonial Memory: The Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. In: Revista LER HISTÓRIA, *Descolonização e colonialismo tardio*. Open Edition Journal. 2024. pp.143-164. p. 143.

⁴⁹ Id. Ibid.

colonial o referido autor destaca que, “toda a sua primeira série, editada entre 1894 e 1910, procurou justificar e legitimar o labor missionário, de um modo especial, o papel das congregações religiosas, pela demonstração da necessidade daquelas na manutenção das possessões ultramarinas”.⁵⁰

O primeiro número veio a público num cenário bastante desfavorável a Portugal em África por conta de ameaças estrangeiras à continuidade de suas possessões. Em vista disso, um contexto bastante positivo para a “missionação” mediada pela exaltação do “nacionalismo português”. Tendo estes elementos por pressupostos, os redatores da revista PA, no primeiro número de 1894, na parte intitulada “Advertencia Preliminar” indicam os seus fundamentos orientadores sublinhando o seguinte,

embora a existência do nosso paiz não dependa inicialmente do nosso domínio colonial, a ressurreição de uma parte das suas grandezas e glórias só é possível pela criação de um novo império lusitano, no Continente Negro (...) Se por um lado, subordinando o nosso espirito a esse ideal, queremos que esta revista, para ele instruída, seja científica, é porque esse fim só pode ser alcançado por meio de estudos e aplicações da ciência, na maior parte das suas imensas ramificações”: “a política, a religião, a moral, o direito, a administração, a economia, a história, a geografia, a geologia, a zoologia, a botânica, a climatologia, a etnologia e estantíssimos outros ramos do conhecimento humanos servirão de campo as nossas elaborações mentais, tal é a relação íntima que tem com tudo isso a fundação de um império afro-lusitano”.⁵¹

A partir dessa diversificada memória histórica foi sendo escrita, por historiadores e historiadoras, a historiografia relativa as relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar. Mas, é preciso considerar conforme Carlos Lopes que, “o produto historiográfico não tem nenhuma independência ou autonomia. Depende inteiramente do momento e ideologia que influenciam a sua concepção”.⁵²

Pois, de acordo com Castoriadis, “todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu “objeto”, é apenas um modo e uma forma do *fazer* social-histórico”.⁵³ Nesse sentido, a escrita da História é urdida e permeada pelos fios culturais e ideológicos de quem a produz. Isto posto, é imperativo que se analise o discurso

⁵⁰ Carmo, M. (2006). A revista "Portugal em África" no contexto da missionação contemporânea. *Missão Espiritana*, 9 (9). Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol9/iss9/7>. p. 46.

⁵¹ Revista Portugal em África, 1894, pp. 1-2.

⁵² LOPES, C. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. In: *ACTAS do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29. P. 27

⁵³ Castoriadis, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 13.

historiográfico para que se traga à tona a relação ideológica *entre as temporalidades históricas* de autores e suas obras, bem como a finalidade de seu uso em determinados contextos. Nessa perspectiva, considera-se pertinente seguir as orientações metodológicas propostas por MARX, nestes termos,

[...] A produção de ideias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.⁵⁴

Sob esta perspectiva teórica, Ideologia, é um conceito chave nesta análise e o usa no sentido proposto por EAGLETON, para o qual “*a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são*”.⁵⁵

PORTUGAL E SUAS POSSESSÕES NO ULTRAMAR: fundamentos políticos e ideológicos de sua historiografia.

Como já sublinhado, a historiografia colonial foi urdida a partir da memória documental guardada em arquivos portugueses. Assim sendo, se destaca que burocratas, militares, padres e cientistas baseados em suas especificidades profissionais contribuíram, em decorrência dos objetivos econômicos do projeto colonial português, para a domesticação da *terra, do corpo e da mente* de povos africanos que as elites econômicas e políticas portuguesas quiseram colonizar; mas, sob o invólucro da perspectiva de missão cristã e civilizadora.

A respeito da geografia e do tempo dos impérios portugueses, Valentim Alexandre assim, nos ensina,

54 MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1985. p. 20

55 EAGLETON, TERRY. *Ideologia: uma introdução*. Tradução Luis C. Borges, Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo/Unesp. 1997. p. 21.

De há alguns anos a esta parte, a historiografia tem vindo a marcar a existência de três impérios distintos na expansão ultramarina portuguesa: o do **Oriente**, que, formado nos inícios de Quinhentos, declina rapidamente nos finais do mesmo século; o do **Brasil**, que arranca por esta mesma altura, tendo o seu auge no século XVIII e o seu fim no primeiro quartel do seguinte; e o **africano**, que abre dificilmente caminho no decurso de Oitocentos, ganha consistência territorial nas primeiras décadas de Novecentos e termina com a descolonização, em 1975.⁵⁶

A *independência do Brasil* levada a cabo, em 07 de setembro de 1822, fez as elites económicas e políticas de Portugal redimensionarem a sua relação com as suas possessões no continente africano. A respeito deste episódio os articulistas do jornal *Campeão Lisbonense* divulgavam a tese de um *Brasil ingrato* nos seguintes termos,

Ele o Brasil, é uma parte integrante do Reino Unido de Portugal, a quem deve a sua civilização, e o seu aumento. Que era o Brasil antes da união a Portugal? Um país de Selvagens, de feras e de animais. Depois que foi descoberto pelos portugueses, foram-se civilizando e domesticando, pelos cuidados dos Europeus Lusitanos, que ali estabeleceram o Comércio, ali promoveram a agricultura, e ali fizeram conhecer a Religião Cristã! As Vilas, os Templos, e os estabelecimentos públicos são devidos aos cuidados de Portugal; porque Nação alguma Estrangeira pode ter influxo naquelas Províncias. Os mesmos Portugueses são Progenitores, e Pais de quase todas as famílias principais do Brasil, e os primitivos do País de quase nada fizeram na economia, e no aumento daquele Reino.⁵⁷

Para o exercício de análise que nos propomos a desenvolver a respeito da relação entre historiografia, política e ideologia que envolve a historiografia do colonialismo português em Angola, escolheu-se as obras - *História Geral das Guerras Angolanas*, três volumes, de António de Oliveira Cadornega e a *História de Angola*, quatro volumes, de Jose Ralph Corte Real Delgado. Estas obras foram escritas em tempos diferentes. A primeira no século XVII e a segunda no século XX. Elas têm em comum o tema, ou seja, a experiência portuguesa no ultramar, mais precisamente, em Angola.

A justificativa para a escolha deve-se ao fato de terem sido escritas em conjunturas de tensão envolvendo Portugal. Por isso, elas têm um duplo significado político e ideológico para os seus autores e as elites económicas e políticas de Portugal, em seu contexto de escrita, edição e publicação. As conjunturas de tensão às quais me refiro são, no século XVII, as resistências de povos do território angolanos às investidas portuguesas

⁵⁶ _____. O Império africano (séculos XIX-XX) - As linhas gerais. In: O Império africano (séculos XIX-XX). ALEXANDRE, Valentim (Coordenação). Edições Colibri: Faculdade de Letras de Lisboa, 3ª tiragem. 2013. p. 11.

⁵⁷ APUD. ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit. 1998. p. 35.

e as contínuas invasões de outros povos europeus nas consideradas possessões portuguesas, tal como fizeram os holandeses em Angola. No século XX, mais precisamente, na década de 1940, a despeito de sua política de neutralidade, Portugal e as suas colônias estiveram sob ameaça de invasão por um ou outro país dos blocos em conflito – Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Inglaterra, França, Rússia e os EUA) constituindo o cenário da II Guerra Mundial. A respeito da posição de Portugal em relação ao conflito, Nuno Lopes sublinha o seguinte,

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, uma das preocupações de Salazar era a manutenção da integridade territorial portuguesa no continente europeu e ilhas, bem como nas colônias. Na década que assistiu ao início da Segunda Guerra Mundial, Portugal era um pequeno país com um vasto Império. Contudo, a aliança luso-britânica é uma referência para a compreensão da manutenção da posição que explica a manutenção da posição privilegiada portuguesa perante o mundo durante séculos. Perante estes factos, Salazar define, logo após o ataque alemão na Polónia, a 1 de setembro de 1939, a política de Portugal na Segunda Guerra Mundial: **neutralidade**. Facto que, como referido no Parlamento, em outubro de 1939, é respeitado pela Alemanha e pelo Reino Unido.⁵⁸

Considerando-se a conjuntura de tensão, criada pela Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, a tese que aqui se defende é que a publicação das referidas obras com os seus enredos e narrativas, cumpria funções políticas e ideológicas importantes. Por um lado, a exaltação da heroica história portuguesa no ultramar e por outro, o fortalecimento do nacionalismo português sob a gestão do Estado Novo (1926 – 1974) de Antônio de Oliveira Salazar. Na perspectiva da defesa desta tese, apresenta-se alguns dados relativos aos autores das obras⁵⁹ e às narrativas analisando-as em suas dimensões políticas e ideológicas. Antônio de Oliveira Cadornega, vivenciou as temporalidades históricas do século XVII português e angolano. Ele nasceu em 1623, em Portugal, na Vila Viçosa, no Distrito de Évora, integrado na sub-região Alentejo Central, da região Alentejo e morreu em 1690, em Luanda, a cidade fundada a 25 de Janeiro de 1576, pelo fidalgo e explorador português Paulo Dias de Novais, sob o nome de "São Paulo da Assunção de Loanda".⁶⁰

⁵⁸ LOPES, Nuno. O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa. Portugal face à Segunda Guerra Mundial: a questão da neutralidade. In: Revista Portuguesa de Ciência Política/ PORTUGUESE JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE-OBSERVATORIO POLÍTICO. Lisboa-PT. Número 5. 2015. Pp 63-76. p. 63.

⁵⁹ Estes dados foram obtidos por meio de consultas em sites de seus biógrafos.

⁶⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_de_Cadornega. Consultado em 08 de novembro de 2025.

Ainda muito jovem, com idade de 15 anos, mas, sobretudo para evitar cair nas malhas da repressão do Santo Ofício, sob a acusação de serem cristão novos, ele e o irmão Manuel viajaram para Angola, em 1639, no mesmo navio que transportava o recém-empossado Governador-Geral, de Angola, Pedro César de Menezes.⁶¹ Por meio deste procedimento, conseguiu evitar o que aconteceu com a sua mãe e irmã, ou seja, a prisão, o processo inquisitorial por judiaria e a consequente condenação.⁶²

Além de militar por ter sido soldado e capitão, juiz, vereador e por escrever obras do tempo histórico português e angolano, os seus biógrafos o consideram também historiador. Deixou os seguintes manuscritos: *História Geral das Guerras Angolanas*, 3 tomos, 1680-1681; *História de todas as coisas que sucederam em Angola no tempo dos Governadores que a governaram depois da guerra até D. João de Lencastre*, 4 tomos; *Compêndio de expugnação do Reino de Benguela e das terras adjacentes*; *Descrição da sua pátria, Vila Viçosa, acabada no ano de 1683*.⁶³

Mas, a obra considerada mais importante é a *História Geral das Guerras Angolanas*, escrita em 1660 e 1661, que a revista *Portugal em África* começou a publicar em 1900, por cópia de um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Paris, e que a Agência Geral das Colónias editou e publicou em três (3) volumes, em 1940-1942.⁶⁴

Esta e outras obras foram escritas a partir de sua própria memória e da consulta aos missionários capuchinhos António Gaeta e João António Cavazzi Montecucolo. Os dois primeiros tomos são dedicados às campanhas militares portuguesas, ou em outras palavras, aos atos considerados como os grandes feitos portugueses no território angolano. O terceiro é dedicado à descrição da geografia e etnografia de Angola. Arlindo Correia, um de seus biógrafos português sublinha o seguinte, a respeito da referida obra,

...o seu livro é de uma pureza, espontaneidade e veracidade, de um entusiasmo e um patriotismo que nos deixam encantados. Entendo que alguém deveria pegar nos três volumes e reescrevê-los em português corrente de hoje, e daí surgiria certamente um *best-seller* que toda a gente teria prazer em ler.⁶⁵

⁶¹ <https://arlindo-correia.org/200208.html>. Consultado em 08 de novembro de 2025.

⁶² Id. Ibid.

⁶³ <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=1099>. Consultado no dia 08 de novembro de 2025.

⁶⁴ Id. Ibid.

⁶⁵ <https://arlindo-correia.org/200208.html>. Consultado em 08 de novembro de 2025.

O cônego português José Matias Delgado, fez anotações complementares e corrigiu os dois primeiros tomos para serem editados e publicados pela Agência Geral das Colônias, em 1940/1941. Outros biógrafos e o referido cônego sublinham que para os eventos ocorridos antes da chegada de Cadornega a Luanda, ele errou se não todas, muitas datas. Ainda assim, para este último, “foi um ótimo serviço que ele fez para a história de Angola, pelo que, apesar das deficiências já apontadas, é digno de todo o louvor e merece a nossa sincera gratidão”⁶⁶. Assim sendo, não é demais salientar que esta publicação, no século XX (Década de 1940) foi uma “edição da Agência Geral das Colônias comemorativa do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal”.⁶⁷

No manuscrito da obra, Cadornega ofereceu ao rei português, a sua época, nestes termos,

PRINCIPE, E SENHOR NOSSO,

Aos reais pés de Vossa Alteza ofereço esta história geral das guerras angolanas, e alguns sucessos particulares, acontecidos em tempo dos governadores, e capitães gerais que foram destes reinos de Vossa Alteza, que Deus guarde; e como a matéria é grave, ainda que o sujeito que a escreve lhe falte eloquência, para colocar como merecia, não me apareceu haver sujeito de Príncipe mais digno de sua dedicatória, porque história de Reinos, não pertencem, se não a pessoas Régias: e por esta ser a primeira que entendo, se tem escrito destas tão remotas partes, as primeiras primícias dos primeiros frutos são dedicados a Deus, e como os Reis e Príncipes representam na terra a mesma potestade; e a sua imitação é de pouco fazerem muito: confiado o autor desta história que esta pouquidade de seu desvelo, será engrandecida, não pelo sujeito indigno de seu autor, se não pela dedicatória ser feita a um tão alto e Poderosíssimo Príncipe nosso Senhor, que muitos anos nos viva, com muita prosperidade, aumentos e felicidade em toda a Casa Real, como seus humildes vassalos lhe desejamos. António de Oliveira Cadornega.⁶⁸

Da análise destes fragmentos relativos ao autor, a sua escrita e a obra, com destaque para a dedicatória ao “Príncipe, Senhor Nosso”, supõe-se que Cadornega ao apresentar a sua filiação por parte de pai e que ela esteve ligada aos serviços da corte e a uma tradição cristã; e o foco na exaltação das campanhas militares portuguesas, em Angola, não só almejava benefícios pessoais e distinções locais entre os protagonistas da

⁶⁶ DELGADO, José Matias, Professor da Escola Superior Colonial. PROLOGO DO ANOTADOR. In: CADORNEGA, António de Oliveira, capitão reformado e cidadão de S. Paulo, da Assunção, natural de Vila Viçosa, 1680. HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS, Tomo I, Anotado e corrigido por José Matias Delgado. República Portuguesa: Ministérios das Colônias. Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colônias, 1940. p. XII.

⁶⁷ CADORNEGA, António de Oliveira. Op. Cit. 1940. p. III.

⁶⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. DEDICATÓRIA. Op. Cit, p. 3.

burocracia portuguesa, a exemplo do cargo de Juiz e, depois, o de vereador. Mas, sobretudo, ser desvinculado da ideia de que era um praticante de judaísmo, tal como ocorreu com a sua mãe e a irmã, e sim um devoto cristão católico e leal vassalo.

Na justificativa para escrever a sua obra, els diz estar inspirado em outros escritores que trataram das conquistas portuguesas no ultramar. Na seção – AO LEITOR, ele apresenta a sua justificativa para a escrita de sua obra, nestes termos, considerando a sua longa vivência,

...para não ficarem coisas de tanta consideração em esquecimento, o que obraram os portugueses a serviço da Coroa de Portugal, e exaltação da Santa Fé Católica entre tantos **bárbaros idolatras inimigos de sua Santa Lei** me dipus a fazer este compendio que assim se pode chamar pelo muito que se podia escrever (...) As noticias darei por haver quarenta anos que assisto neste Reino de Angola.⁶⁹

No século XX, esta obra continua sendo importante quanto ao seu valor político e ideológico ao considerarmos as especificidades portuguesas na conjuntura de tensão criada pela Segunda Guerra Mundial. Então compreende-se que a sua leitura podia contribuir para aguçar o nacionalismo português, a religião cristã católica em face da expansão de outras variáveis cristãs protestantes e, sobretudo, o projeto colonial português, cuja gênese é tratada desde o século XVII. Não é demais salientar que essa perspectiva foi retomada no Acto Colonial português de 1930, por meio do decreto 18 , na seção Título I, Das garantias gerais, nestes termos, nos parágrafos 2º e 3º,

Art 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo padroado do Oriente. Art. 3º Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império colonial português. O território do Império Colonial é o existente à data da publicação deste diploma. Parágrafo Único: A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou vir a ter a qualquer outro território colonial.⁷⁰

Ralph Delgado, é um homem do século XX português/angolano, nascido em Luanda. Ele foi um Jornalista e Historiador, **filho de um funcionário da Administração Colonial**; fundou o Departamento Cultural da Câmara Municipal do Lobito, o qual dirigiu, sendo ainda proprietário e diretor do «Jornal de Benguela», cidade onde foi Presidente da Câmara.

⁶⁹ CADORNEGA, António de Oliveira. Op. Cit, p. 9.

⁷⁰ MINISTÉRIO DAS COLONIAS, Secretaria Geral. Decreto nº 18570. In: DIÁRIO DO GOVERNO, terça-feira, 08 de julho de 1930. I Série, Nº 156. p. 3.

Ele, partir de 1940 passou a dedicar-se a estudos históricos relacionados com a província de Benguela e, mais tarde, com o país todo e reuniu esses estudos em diversos livros. A obra *História de Angola*, de reconhecida importância na bibliografia histórica Angolana, consiste em 4 volumes, com a seguinte composição: 1º Volume - Primeiro Período e Parte do Segundo (1482 a 1607), 2º Volume - Continuação do Segundo Período (1607 a 1648), 3º Volume - Terceiro Período (1648 a 1836), 4º Volume - Terceiro Período (1648 a 1836).

A 1ª Edição do livro *História de Angola*, saiu entre 1948 e 1955. Trata-se de um ensaio histórico sobre Angola (1482-1836), o qual, o autor dedicou ao pai, o primeiro Administrador do Bié. As suas fontes de documentação pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino. A obra, contém inúmeras ilustrações da época, mapas, gravuras, fotografias e um mapa desdobrável, no 4º Volume, com a epígrafe "Esboço Etnográfico de Angola - Diferenciação Linguística," a preto e branco e a cores.⁷¹

A este respeito e contexto, não é demais sublinhar os termos do estudo de Ralph Delgado, *Vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*, acerca de portugueses e de africanos quando se deram os primeiros contatos por volta do século XV. Esta obra financiada pelo Banco de Angola, foi escrita na década de 1940 e o seu autor a nomeia de “ensaio histórico sobre Angola”.⁷² De sua leitura se identifica um conjunto de imagens relativas a portugueses e a africanos tendo sido elaborada a partir de uma base documental disponível no Arquivo Histórico Ultramarino/AHU.

A princípio diz que “à passagem de Diogo Cão pelo Zaire, os portugueses encontraram, em franca prosperidade, **um país de negros**, sem baptismo, dirigido pelo seu quinto chefe principal”. Trata-se do território do antigo Reino do Congo. No que se refere a sua forma de organização social diz ser ela, uma “*sociedade nómada* de Conguenses amalgamados com Ambundos, desde algumas décadas atrás, com todos os sinais de uma **organização tribal**” caracterizada por uma,

economia pastoril, chefias electivas, ausência de classes, propriedade coletiva sobre as terras, ritos feiticistas, cabanas de barro e palha, dança guerreiras e religiosas, formações militares de flecha e arco, escravatura em pequena escala, por não servir a agricultura intensa, e esboços industriais circunscritos, especialmente, ao fabrico de vinho de palma e de panos libongos.⁷³

⁷¹etrograma.pt/0imperio-portugues/2820-historia-de-angola-1-volume--4-volume--ralph-delgado.html

⁷² DELGADO, Ralph. *História de Angola. Primeiro Período e Parte do Segundo 1482 a 1607*. 1º volume. Angola: Edição do Banco de Angola, 1946.

⁷³ DELGADO, Ralph. Op. Cit. 1946. p. 8.

Na sequência de sua narrativa diz ainda que o “país, não tinha limites definidos” estendendo-se “para norte, leste e sul, até onde chegava à autoridade do chefe aguerrido, imposto por fatores meramente biológicos; e todo ele dividido em parcelas chefiadas por senhores menos importantes, tributários do chefe supremo, com quem, por vezes, guerreavam: os muenes, plural de muene, que traduzimos por *mani*”.⁷⁴ A respeito dos portugueses, Ralph Delgado diz se tratar de “portadores de uma civilização urbana e caídos, abruptamente, nesta sociedade primitiva”. E, por isso mesmo, eles “desejando transformá-la, conseguiram, anos depois, a sua entrada numa fase rural, com atributos sugestivos:

- imposição da cultura escrita, com divulgação do idioma português; organização feudal, pelo aproveitamento da divisão, já efectuada, das terras, ou fosse com divisão de classes; organização da corte indígena em moldes iguais aos da corte portuguesa, com enquadramento dos colonos nos lugares de comando, sobretudo nos judiciais; substituição dos feiticeiros pelos sacerdotes e imposição do monoteísmo cristão, incompreendido pelas suas exigências monogâmicas, contrárias à economia geral, acompanhada de construção de conventos e templos; empreendimento de tarefas agrícolas singelas, generalização de meios rudimentares de trabalho e adaptação de culturas europeias (p. 8) e sul-americanas; instalação de um mercantilismo escravocrata e começo da pesquisa do subsolo, como consequência da evolução econômica do próprio Império português; baptismo e fixação de limites do território, imprecisa e prodigamente dilatados até ao Gabão, ao norte, o Nemimuezi, a leste, e o Cabo Negro, ao sul, com sujeição armada dos senhorios mais próximos da capital e com penetrações arriscadas pelos exploradores europeus.⁷⁵

Em relação aos resultados desses primeiros contatos, o autor argumenta que “não puderam ser melhores os resultados iniciais da *transformação operada*. Alimentados de bons intuitos, colonos e sacerdotes, mas especialmente estes últimos, aproveitando o grau de adaptação do aborígene, lutando, embora, contra a reação inevitável dos graus distanciados das duas civilizações, obtiveram testemunhos eloquentes dessa *evolução repentina*, sem par”. Afinal eles conseguiram formar,

- reis com conhecimentos primários ledores da História lusitana e da eclesiástica, assinando bandos em idioma português; um bispo, padres e professores negros, educados na Metrópole, postados em levantar o nível cultural indígena, por meio de escolas; sujeição à Santa Sé, maior força internacional da época, (...) exportação de braços para S. Tomé, Lisboa e Brasil, com salutar repercussão futura, neste último país, na obra de colonização agrária ali efectuada, de assinalada tendência europeizante, (...) procissões religiosas e intervenções militares com assinalado **providencialismo histórico**; e substituição da farinha de sorgo pela farinha de milho e de mandioca.⁷⁶

⁷⁴ Id. Ibid. p. 8

⁷⁵ Id. Ibid. p. 8/9

⁷⁶ Id. Ibid. p. 9

Os adjetivos “país de negros”, “sociedade nómada”, “organização tribal”, “aborígene”, “sociedade primitiva”, “feiticeiros”, “cultura indígena” atribuídos aos africanos e “civilização urbana”, “idioma português”, “cultura escrita”, “cristãos” referidos aos portugueses são os ingredientes dos termos constituintes de um imaginário discricionário e pejorativo a partir do qual, durante muito tempo, as identidades de africanos e portugueses foram demarcadas.

Nesse sentido, argumenta-se esta obra, com os seus quatro volumes, é uma síntese ampliada da “historiografia oficial” do colonialismo português em África, inclusive por referendar a perspectiva de um “providencialismo histórico” e, assim, obscurecendo a historicidade portuguesa mediada por interesses de classes, jogos de poder, negociações feitas entre portugueses e africanos, as lutas de resistência de africanos ao longo do processo de tessitura do moderno colonialismo português.

Assim sendo, compreende-se que naquela conjuntura de tensão esta obra, tal como a História Geral das Guerras Angolanas, também, cumpria uma função ideológica importante para burocratas e operadores das políticas coloniais; mas, não só, porque missionários, militares e, também, os trabalhadores pautados pelo ufanismo nacionalista português, o racismo, a educação e a instituída pelo cristianismo católico participaram desse processo de colonização.

Em vista disso, Valentim Alexandre, a partir de seu campo teórico-metodológico sublinha que a história do colonialismo português moderno “é o domínio quase reservado dos práticos da questão colonial (ministros das Colônias, governadores ou simples colonialistas em evidência)”, *“para quem a reinterpretação do passado é diretamente, uma arma política, uma forma de defesa de certas opções coloniais em momentos dados”*. Conforme destaca “não se trata de ensaios de conhecimento do passado, mas de tentativas para o dominar”. Até a década de 1970, a visão que predominava da “história colonial portuguesa do século XIX resultava daquele conhecimento”; mas, as suas teses não resistiam “à mínima verificação científica” porque eram “puras empresas de mistificação”.⁷⁷

⁷⁷ ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit. p. 5.

Segundo este autor, a articulação entre o nacionalismo e o imperialismo foi uma das raízes ideológicas do fascismo, nos anos de 1930-1940; e o ‘mito da espoliação’, um dos seus componentes. Mas, como destaca, “malgrado o seu peso ideológico, estes ainda são mitos menores”, pois,

O fundamental está no modelo teórico subjacente à análise histórica: toda a interpretação “oficial” se baseia na intervenção de forças supra-históricas, essência referidas pelos termos de “sentimento” ou “vocação” colonial do povo português e que, latentes ou manifestas, escapariam ao domínio da contingência histórica.⁷⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não era nosso objetivo fazer, aqui, uma análise exaustiva das duas obras – História Geral das Guerras Angolanas, escrita por Antônio de Oliveira Cadornega e a História de Angola, escrita por Ralph Delgado; mas, suscitar a reflexão crítica relativa ao discurso historiográfico, em geral, e, no particular, de obras constituintes da considerada historiografia oficial que trata das relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar. Compreende-se que este é um exercício importante porque pode contribuir para a tessitura do processo de construção da soberania e autonomia políticas e uma base econômica sólida de sociedades cujos territórios estiveram sob o domínio colonial e que, para tanto, os seus protagonistas construíram uma ou narrativas em benefício de si.

Sob esta perspectiva, neste contexto, para além da comemoração dos cinquenta anos de Independência de Angola, é preciso submeter-se a historiografia que trata desta historicidade a um exame crítico porque a compreensão da historicidade de sujeitos reais só é possível pela aplicação do método histórico-crítico para que os seus termos sejam elucidados partir de si e, não, ao contrário, de forças metafísicas.

Aqui fica o convite!

⁷⁸ Id. Ibid. pp. 6-7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno (1821–1891)*. Sá da Costa Editora.
- Alexandre, V. (Coord.). (2013). *O Império africano (séculos XIX-XX)* (3.^a tiragem). Edições Colibri; Faculdade de Letras de Lisboa.
- Boavida, A. (1967). *Angola: Cinco séculos de exploração portuguesa*. Edições 70.
- Boahen, A. A. (2010). A África diante do desafio colonial. In A. A. Boahen (Ed.), *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* (2.^a ed., p. 1). UNESCO.
- Brunschwig, H. (2004). *A partilha da África Negra*. Perspectiva.
- Cadornega, A. de O. (1680). *História geral das guerras angolanas* (Tomo I, anotado e corrigido por J. M. Delgado). Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias.
- Carmo, M. (2006). A revista "Portugal em África" no contexto da missãoção contemporânea. *Missão Espiritana*, 9(9), 46. <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol9/iss9/7>
- Castoriadis, C. (1991). *A instituição imaginária da sociedade* (3.^a ed.). Paz e Terra.
- Certeau, M. de. (1982). *A escrita da história*. Forense-Universitária.
- Delgado, R. (1946). *História de Angola. Primeiro período e parte do segundo 1482 a 1607* (Vol. 1). Edição do Banco de Angola.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: Uma introdução* (L. C. Borges & S. Vieira, Trad.). Boitempo/Unesp.
- Garnier, G. (2024). Arquivos da memória colonial portuguesa: O Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. *Revista LER História: Descolonização e colonialismo tardio*, 143–164. <https://openedition.org/>
- Lopes, C. (1995). A pirâmide invertida: Historiografia africana feita por africanos. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África* (pp. 21–29).

Lopes, N. (2015). O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa: Portugal face à Segunda Guerra Mundial. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, (5), 63–76.

Ministério das Colónias, Secretaria Geral. (1930, 8 de julho). Decreto nº 18570. *Diário do Governo*, I Série, Nº 156, p. 3.

Serrão, J., & Oliveira Marques, A. H. de. (1998). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1825–1890)* (Coord. V. Alexandre & J. Dias). Editorial Estampa.

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto & Instituto de Investigação Científica Tropical. (2013). *O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP*. Humus.

Oliveira, I. S. de. (s.d.). As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: Um estudo de caso dos militares António de Cadornega e Elias Alexandre Correa.

Revista Portugal em África (1894), 1–2.

Silva, P. V. da. (2014/2015). O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. *Transversos*, 3(3), 93. <http://www.transversos.com.br>

Webgrafia

Angola.or.jp. (s.d.). *História de Angola*. Acedido em 4 de maio de 2014, de http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/history

Direção-Geral do Laboratório de Administração e Tecnologia (DGLAB). (s.d.). *Missão e objectivos*. Acedido em 9 de novembro de 2025, de <https://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). *Arquivo Histórico Militar*. Acedido em 10 de novembro de 2025, de <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/>

Etrograma.pt. (s.d.). *História de Angola – 1.º ao 4.º volume – Ralph Delgado*. Acedido em 12 de novembro de 2025, de <https://etrograma.pt/0imperio-portugues/2820-historia-de-angola-1-volume--4-volume--ralph-delgado.html>

Wikipedia. (s.d.). *António de Oliveira de Cadornega*. Acedido em 8 de novembro de 2025, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_de_Cadornega

Correia, A. (s.d.). A história em Angola. Acedido em 8 de novembro de 2025, de <https://arlindo-correia.org/200208.html>

ROUBO EPISTÉMICO E A EXPROPRIAÇÃO DA FILOSOFIA AFRICANA PELO OCIDENTE: NOTAS SOBRE A CRISE DO PENSAMENTO CRÍTICO CONTEMPORÂNEO⁷⁹

Epistemic theft and the expropriation of African philosophy by the West: Notes on the crisis of contemporary critical thought

COSTA, Jonivânio Cassuada da⁸⁰; & KIMBANDA, Francisco Jacucha Cahuco⁸¹

Resumo

Muito bem, o roubo epistémico e a expropriação da Filosofia africana é uma crítica ao pensamento ocidental e um lembrete reflexivo para não mais voltar a acontecer na história do continente africano. Repare que, este artigo propõe o respeito e a consideração inelutável dos saberes africanos enquanto forma legítima de pensamento. Advoga-se que a negação da África como sujeito epistémico produziu uma crise no pensamento crítico contemporâneo, que, mesmo quando se pretende contestador, permanece atado aos paradigmas eurocentrados que silenciaram outras formas de racionalidade, que, Boaventura de Sousa Santos (sociólogo português) chamou de Epistemologias do Sul. O artigo se embasa nos grandes gigantes do conhecimento africano moderno; Cheikh Anta Diop, Kwasi Wiredu, Valentin Mudimbe e Mogobe Ramose, portanto, o texto reivindica uma virada epistémica que restitua a autonomia da filosofia africana, deslocando os centros de autoridade cognitiva e abrindo caminho para a descolonização radical do saber filosófico.

Abstract

Very well, the epistemic theft and the expropriation of African philosophy is a critique of Western thought and a reflective reminder that it should never happen again in the history of the African continent. It should be noted that this article proposes the respect and inescapable consideration of African knowledge as a legitimate form of thought. It is argued that the denial of Africa as an epistemic subject has produced a crisis in contemporary critical thought, which, even when it claims to be challenging, remains tied to Eurocentric paradigms that have silenced other forms of rationality, which Boaventura de Sousa Santos (Portuguese sociologist) called Epistemologies of the South. The article is based on the great giants of modern African knowledge; Cheikh Anta Diop, Kwasi Wiredu, Valentin Mudimbe and Mogobe Ramose, therefore, the text is an epistemic turn that restores the autonomy of African philosophy, shifting the centers of cognitive authority and paving the way for the radical decolonization of philosophical knowledge.

Palavras-chave: Roubo; Episteme; Filosofia africana.

Keywords: Theft; Espistême; African philosophy.

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

⁷⁹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁸⁰ JONIVÂNIO CASSUADA DA COSTA - Universidade Rainha Njinga A Mbandi & Analista Político e Comentarista do Programa Conversas Africanas da Emissora da Rádio Provincial de Malanje ANGOLA. Email: jonivaniocassuada@gmail.com

⁸¹ FRANCISCO JACUCHA CAHUCO KIMBANDA - Universidade Agostinho Neto, ANGOLA. Email: francisco.jacucha1@uan.ao

A África não é um continente histórico; ela não mostra movimento ou desenvolvimento próprio. O que chamamos de África é um mundo intemporal — encerrado no círculo da vida natural (Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte, 1830, Georg Wilhelm Friedrich Hegel). — **É esse juízo verdadeiro ou é um sofisma?**

INTRODUÇÃO

Com efeito, o roubo epistémico da Filosofia africana acarretou uma crise não calculada pelos ocidentais que orquestraram tal catástrofe, isto a nosso ver poder-se-á nalguns casos ser entendida como “maldição dos deuses”, grosso modo, consequências não desejadas, já que a intenção era pensar e domesticar o mundo de maneira unívoca, pois seria trair a experiência tanto das estruturas quanto das singularidades. Conforme lembrou-nos Oliveira a razão ocidental — pragmática, instrumentalista, calculista, árida, numa palavra, desencantada — matou o mistério e desencantou seu mundo. A religião transformou-se em ideologia, quando muito, ou em fraude, com frequência (Oliveira, 2012, p. 28). Efectivamente, a contextualização do problema deste artigo reside no facto do apagamento sistemático da filosofia africana na construção do pensamento ocidental, ou seja, os ocidentais excusam-se de aceitar e reconhecer que a Filosofia africana serviu de base e estruturação para erguer o pensamento europeu. O descontentamento e a indignação dessa situação enquanto amantes do saber filosófico levou-nos a abordar o tema, que, com efeito, apresentamos a definição de “roubo epistémico” (conceito de *Miranda Fricker*⁸²), e essa narrativa se reproduz até hoje em manuais, universidades e centros de pesquisa que ignoram autores africanos ou os tratam como objectos antropológicos, e não como interlocutores filosóficos. Esse processo, ao qual podemos chamar de expropriação epistémica, não apenas marginaliza a filosofia africana, mas a reconfigura como ausência: um silêncio que legitima a centralidade do pensamento europeu. Também partimos da seguinte hipótese: a filosofia africana foi reduzida a objecto etnográfico, privando-a de seu estatuto epistemológico (basta lermos o pensador alemão Hegel).

⁸² O roubo epistémico seria o apagamento activo ou passivo da contribuição de sujeitos que produzem saber, mas que são excluídos dos espaços onde o conhecimento é reconhecido como válido. Não é só não escutar — é tirar deles o direito de serem considerados como sujeitos de saber (Consulte, “*Injustice: Power and the Ethics of Knowing*” (2007).

Por outro lado, evocamos a crítica à colonialidade do saber (*Quijano & Mignolo*), pois existe a invisibilização sistemática de pensadores africanos clássicos e contemporâneos como também a imposição de uma lógica universalista ocidental como critério de validade filosófica. Assim sendo, neste presente artigo refletimos em torno de uma Filosofia africana como episteme autónoma, sobretudo apoiada nos autores como *Cheikh Anta Diop, Kwasi Wiredu, Valentin Mudimbe, Mogobe Ramose*.

Além da centralidade da oralidade, da cosmologia e da ancestralidade como pilares de um pensamento filosófico africano, os autores africanos citados rejeitam toda forma de epistemicídio contra África em termos filosóficos. Curiosamente, a crise do pensamento contemporâneo também começa com uma crítica ocidental ao próprio ocidente (Habermas, Foucault, Derrida) como ainda presa a uma estrutura eurocêntrica, o silenciamento do Sul como sintoma da falência do pensamento crítico enquanto libertação.

A filosofia como tal está cheia de racismo em termos de sistema de pensamento, sobretudo, no plano das ideias, o signo de uma grande impostura: aquela que, travestida de universalidade que forjou o cânone epistemológico moderno a partir da exclusão sistemática dos saberes e filosofias oriundas do Sul global que tanto foi discutida e abordada pelo sociólogo português, *Boaventura de Sousa Santos*. E sem exageros, esse processo foi marcado e ainda continua sendo marcado até hoje por camadas sucessivas de invisibilização, extrativismo e apropriação. A filosofia africana, decerto, nesse contexto, é um dos campos mais afetados. Reduzida a “pensamento tradicional”, rebaixada ao estatuto de folclore ou mitologia, ou simplesmente ignorada, ela foi sistematicamente deslegitimada pelo pensamento ocidental, que se autoproclamou guardião da razão. Este artigo busca mapear os mecanismos desse roubo epistémico e defender a autonomia da filosofia africana como episteme plena, dotada de conceitos próprios, racionalidade específica e capacidade crítica, daí que, levantamos a seguinte pergunta de partida: Por que motivo se diz então que há, portanto, “Roubo epistémico e a expropriação da Filosofia africana pelo ocidente e o pensamento crítico contemporâneo daí resultante está em crise”? Ou ainda, reformulando; é possível falar-se de uma Filosofia africana? E será real o roubo epistémico da Filosofia africana pelo ocidente?

O coração da nossa tese neste artigo é a impostura do roubo epistémico — uma forma insidiosa e persistente de violência cognitiva brutal — que não apenas silencia vozes, mas apaga suas fontes, expropriando suas matrizes conceituais e reelaborando-as sob o selo de uma racionalidade europeia dita superior, neutra e objetiva, mas que no fundo é vazia. Para responder a questão levantada, elaboramos os seguintes objectivos:

Objectivo geral — Analisar filosoficamente o roubo epistémico da Filosofia africana pelo pensamento ocidental, evidenciando seus mecanismos históricos, estruturais e discursivos, bem como sua relação com a crise do pensamento crítico contemporâneo.

Objectivos específicos — Apresentar o conceito de roubo epistémico com base em Miranda Fricker e aplicá-lo ao caso da Filosofia africana;

Demonstrar como a Filosofia africana foi epistemicamente sequestrada e reduzida a objecto antropológico;

Identificar os mecanismos de exclusão e silenciamento promovidos por instituições académicas e estruturas de conhecimento ocidentais;

Reivindicar a autonomia epistémica da Filosofia africana como sistema legítimo de produção de conhecimento.

Em boa verdade, a relevância social e académica deste artigo radica em torno da contribuição para a justiça cognitiva, enfrentando o apagamento de saberes africanos e promovendo a valorização de vozes historicamente silenciadas. Ao fazê-lo, combate o racismo epistémico institucionalizado e amplia as possibilidades de diálogo intercultural autêntico. Ora bem, a relevância científica tem que ver com uma proposta crítica filosófica original ao cânone epistemológico dominante, reposicionando a Filosofia africana como produtora legítima de conceitos, categorias e críticas. A abordagem amplia o campo da filosofia ao integrá-la a debates contemporâneos sobre colonialidade do saber e epistemologias do Sul. O enquadramento metodológico (segundo a Filosofia): adota um método hermenêutico-crítico, com base na filosofia da libertação e na hermenêutica insurgente, articulando autores africanos e latino-americanos (Diop, Mudimbe, Ramose, Quijano, Mignolo, Boaventura de Sousa Santos). A investigação é teórico-filosófica, analítica e comparativa, privilegiando a reconstrução crítica de narrativas epistemológicas e a análise conceitual. O trabalho ancora-se ainda numa perspectiva descolonial, que desafia a neutralidade do pensamento moderno e reivindica

o reconhecimento da pluralidade epistêmica global tendo como base e fundamento a teoria epistêmica colonial ou epistemologia do colonialismo de Aníbal Quijano.

Portanto, ao nos referirmos aqui ao “roubo epistêmico”, estamos indo além da apropriação de ideias; tratamos da negação da própria capacidade epistêmica do outro, uma gramática descolonial, a partir de uma hermenêutica insurgente que reconhece a devastação causada pelo colonialismo cognitivo. Tal roubo não é meramente simbólico, mas material e estrutural, reproduzido por instituições acadêmicas, currículos universitários, organismos científicos e práticas editoriais que legitimam apenas o que ecoa a voz do Norte. Este artigo se propõe, portanto, a escavar os fundamentos dessa exclusão, rastreando os modos pelos quais a filosofia africana foi historicamente destituída de seu estatuto ontológico e epistemológico, para então propor uma crítica radical ao pensamento crítico contemporâneo, o qual, mesmo quando se pretende subversivo, frequentemente permanece prisioneiro da lógica que diz combater, infelizmente.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A teoria epistêmica colonial ou epistemologia do colonialismo

Pois bem, partindo do pressuposto de que a epistemologia do colonialismo tem que ver com a perspectiva da colonialidade do poder e, portanto, teoria filosófica desenvolvida pelo sociólogo peruano, Aníbal Quijano. Este pensador latino-americano propôs essa teoria há cerca de 30 anos, explorando a relação entre o colonialismo e a construção do conhecimento. Quijano cunhou o termo “colonialidade do poder⁸³” para descrever a continuidade das estruturas de dominação colonial mesmo após a independência política formal de muitos países. Sua teoria destaca como o colonialismo não apenas exerceu controle político e econômico, mas também moldou as formas de pensar e produzir conhecimento, favorecendo uma visão de mundo eurocêntrica.

⁸³ Walter Mignolo, estudioso latino-americano, trabalhou com o conceito de “colonialidade do saber” e explorou a importância das epistemologias de fronteira. Frantz Fanon e Aimé Césaire, autores, que, muito embora anteriores a Quijano, foram fundamentais para a crítica ao colonialismo e para a compreensão de suas consequências psicológicas e culturais em África.

Segundo Quijano (2000) “A colonialidade do saber implica a imposição de um modo de conhecer, de um padrão de racionalidade, de um modo de produzir sentido e conhecimento que desqualificou, inferiorizou e invisibilizou outros saberes, especialmente os dos povos colonizados” (p. 12). Repare que, em África os sistemas epistemológicos autóctones foram deslegitimados. Os conhecimentos ancestrais africanos — orais, cosmológicos e espirituais — foram tratados como superstição ou ignorância, e substituídos por modelos eurocêntricos que sustentaram tanto a escravidão como o racismo científico.

A epistemologia do colonialismo, portanto, não é uma teoria única e monolítica, mas um campo de estudo que se desenvolveu a partir de diferentes perspectivas, todas convergindo na crítica ao eurocentrismo e na busca por alternativas epistemológicas. A teoria de Quijano se baseia em três eixos; eurocentrismo, racismo epistêmico e roubo epistêmico, daí que, vale sublinhar que a epistemologia do colonialismo enquanto teoria nos convida a descolonizar o pensamento e a reconhecer a diversidade de conhecimentos e epistemologias existentes no mundo, combatendo o “roubo epistêmico” e promovendo a valorização das contribuições de todas as culturas para a construção do conhecimento humano puro (Quijano, 2000).

Mais adiante, o autor afirma “A colonialidade do poder se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como instrumento básico de dominação” (Quijano, 2000, p. 11). Basta olhar que África foi central nessa classificação, numa só frase, os africanos foram posicionados como a base inferior da pirâmide racial global. Essa classificação não só justificou a escravização em massa, mas também impôs a ideia de que os africanos estavam fora da história, do saber e da civilização. Por isso é que, infelizmente, a África foi sistematicamente excluída dos circuitos de validação do saber. Mesmo após as independências, os sistemas educacionais africanos continuaram dependentes das estruturas epistemológicas coloniais, perpetuando o apagamento dos saberes africanos e mantendo o continente numa posição de subalternidade cognitiva — “Um dos elementos centrais da colonialidade é a ‘colonialidade do conhecimento’, isto é, o controle dos processos de produção do conhecimento a partir de uma perspectiva eurocêntrica” (Quijano, 1992, p. 94).

Genealogia da Exclusão Epistémica — Cheikh Anta Diop, Ngũgĩ wa Thiong’o, Walter Mignolo, Anibal Quijano e Oyěwùmí

Pois bem, pode-se dizer que a genealogia da exclusão epistémica que acomete a filosofia africana não se constrói apenas no campo das ideias, mas articula-se diretamente com os processos históricos de dominação colonial e racialização do saber. O colonialismo não impôs apenas a dominação política e económica sobre os povos africanos: ele também se fundamentou sobre uma operação epistémica, que consistia em destituir os colonizados de sua condição de sujeitos pensantes, conforme advogou o excelente pensador africano, “A história da África foi deliberadamente mutilada e distorcida para justificar a dominação colonial. [...] O que se apagou não foi apenas o passado, mas o próprio direito de um povo pensar-se como sujeito” (Diop, 1981, p. 13). Se por um lado Quijano denuncia o apagamento dos saberes dos povos colonizados, por outro lado, Diop aponta o ataque directo à história africana como parte do mesmo processo. Ambos convergem ao mostrar que o colonialismo não visava apenas o corpo, mas também a mente — eliminando memórias e epistemes locais para consolidar o domínio europeu.

O argumento clássico de que a filosofia teria nascido na Grécia Antiga e se desenvolvido exclusivamente no Ocidente foi uma construção ideológica que excluiu deliberadamente os sistemas filosóficos africanos, asiáticos e ameríndios, — conforme Frantz Fanon⁸⁴ (1961) já denunciava; o colonizado foi construído como corpo-sem-alma, sem existência e com interioridade reflexiva. E, como tal, sua fala não seria linguagem, seu pensamento não seria filosofia. E a respeito disso, Ngũgĩ (1986) “a língua é o maior veículo portador da cultura. [...] O controle da língua de um povo é o primeiro passo para o controle da sua autoconsciência” (p. 16). Entendemos, portanto que, a teoria epistémica sobre o colono de Quijano que evidenciamos acima expõe como o colonialismo operou através do controle cognitivo, o saber foi monopolizado via eurocentrismo; diferencialmente, Ngũgĩ mostra que isso se deu, inclusive, pela imposição da língua colonial. O epistemicídio, portanto, não foi apenas institucional, mas também linguístico.

⁸⁴ Fanon mostra como o colonialismo destrói a psique do colonizado e impõe uma identidade inferiorizada. Isso é central para a filosofia africana que busca reconstruir o ser africano fora da lógica colonial. Em *Os condenados da terra* (1961), Fanon defende a violência como um meio legítimo de libertação. Para ele, não se trata apenas de mudar governos, mas de libertar o pensamento e o ser.

O pensamento de Cheikh Anta Diop, que propôs uma reinterpretação da história e da filosofia africana a partir de suas próprias epistemologias, foi durante décadas considerado marginal, senão herético. A obra de Mudimbe, ao denunciar a “Invenção da África” pela epistemologia ocidental, nos revela como a África foi constituída não apenas como geografia, mas como categoria epistémica da alteridade radical — uma alteridade que não pensa, que apenas sente ou crê. O que se observa, portanto, é uma dupla operação: primeiro, a negação da filosofia africana enquanto tal; segundo, a apropriação de certos elementos dessa tradição por pensadores ocidentais, que os reelaboram e os inscrevem no cânone, desprovidos de sua genealogia africana — trata-se, em última instância, de uma expropriação epistemológica acompanhada de um epistemicídio simbólico, ou se quisermos, “O racismo moderno nasceu como um instrumento ideológico necessário para justificar a escravidão dos negros. A inferiorização intelectual do africano foi construída como base da hierarquia colonial” (Diop, 1981, p. 41). Diop confirma que essa estrutura se materializou através do racismo científico, que fabricou o “inferior africano” para justificar o sequestro e a escravização. O continente africano, portanto, foi colocado como referência daquilo que deveria ser dominado. Além do roubo a nível do conhecimento africano, houve também este absurdo;

A suposição de que a biologia determina os papéis sociais e que o género é, portanto, um princípio universal que organiza a sociedade é ocidental. No mundo iorubá, o género não existia como categoria social antes da colonização. Os papéis eram determinados pela antiguidade, linhagem e parentesco, não pela anatomia sexuada. A transformação da sociedade iorubá pela colonização incluiu a imposição de um sistema de género que fez da biologia sexual a base da hierarquia social. A invenção de “mulheres” como categoria social nesse contexto não foi, portanto, um desenvolvimento indígena, mas uma imposição colonial — que obscureceu as realidades da sociedade iorubá pré-colonial e contribuiu para a violência epistémica inerente aos discursos feministas ocidentais aplicados a contextos africanos. (Oyèwùmí⁸⁵, 1997, p. xii).

Assim sendo, poder-se-á evocar o pensamento de Walter Mignolo que, com efeito, cruza com o de Oyèwùmí, numa só palavra, ambos denunciam o eurocentrismo como projecto de dominação epistémica. Conforme apontou,

⁸⁵ Essa citação mostra com clareza como a “colonialidade do saber” apontada por Quijano atua na prática: ao universalizar categorias como “género”, o Ocidente distorceu a forma como sociedades africanas eram organizadas. A invenção da “mulher” como categoria social baseada na biologia é, para Oyèwùmí, uma forma de epistemicídio — ou seja, destruição de formas locais de organização do mundo.

A epistemologia não é inocente. A diferença colonial constituiu-se através do controle do conhecimento e da subjetividade: possibilitou a classificação de pessoas e saberes em termos de superioridade e inferioridade. A lógica da colonialidade desloca saberes locais e impõe desígnios globais (Mignolo, 2011, p.57).

Efectivamente, Oyěwùmí e Mignolo convergem no sentido de a colonialidade do saber ser um projecto violento de padronização e hierarquização do mundo. Oyěwùmí denuncia a imposição da categoria “mulher” como invenção colonial sobre estruturas sociais iorubás, Mignolo chama atenção para a produção global de inferioridade epistémica. Ambos expõem que o projeto colonial foi cognitivo e deslegitimou as formas africanas de organizar o mundo (no caso de Oyěwùmí, por exemplo, via senioridade e linhagem em vez de gênero), substituindo-as por categorias ocidentais impostas como universais. Nesse sentido, Oyěwùmí fornece uma prova concreta africana da tese mais geral de Mignolo: a matriz colonial de poder opera controlando o que é considerado conhecimento válido, apagando as formas locais de pensar e viver — e, no caso africano, fabricando uma mulher negra que sequer existia nos moldes coloniais antes da invasão.

O conceito de roubo na cosmovisão africana

Muito bem, podemos apresentar de forma breve o conceito de injustiça epistémica no qual se insere o roubo epistémico referido nesse artigo, bem como três conceitos básicos sobre o roubo na dimensão filosófica africana.

Para Fricker (2007), o roubo epistémico “ocorre quando um ouvinte dá menos credibilidade ao que alguém diz por causa de preconceitos sociais (raça, gênero, classe etc.). Isso é uma forma de roubar autoridade epistémica do falante” (p. 1).

Mais adiante, a autora advoga que, “Quando alguém é prejudicado por lacunas colectivas no entendimento — ou seja, falta linguagem/conceitos para interpretar sua própria experiência. Isso também pode ser entendido como roubo do direito de compreender e expressar o próprio mundo.

(Fricker, 2007, Capítulo 2, pp. 147-175).

O roubo, em termos filosófico-africano, é a apropriação ilegítima do que pertence a outrem, violando princípios éticos, sociais ou espirituais que regulam a posse e a convivência, por isso, “No pensamento tradicional africano, roubar não é apenas tomar o que não é seu, mas é quebrar o laço espiritual entre os membros da comunidade e com os antepassados” (Mbiti, 1969, p. 205).

Na ética, o roubo representa uma transgressão da justiça distributiva, pois rompe o equilíbrio entre direitos e deveres. É um ato que desrespeita a autonomia do outro e a ordem moral compartilhada. No plano político, pode ser interpretado como um reflexo de desigualdade social ou até como resistência, dependendo do contexto histórico e da estrutura de poder vigente. “O roubo, mesmo antes de ser jurídico, é uma traição da confiança, um rompimento da reciprocidade que funda o viver africano” (Boulaga⁸⁶, 1977, p. 94).

Também para Towa, “Nas condições coloniais, o roubo se generaliza como reflexo da violência institucionalizada: ele já não é exceção, mas uma lógica de sobrevivência diante da espoliação” (Towa⁸⁷, 1971, p. 48). Em algumas tradições africanas, o roubo não é apenas uma infração legal ou moral, mas uma quebra do vínculo espiritual entre as pessoas e a comunidade. O bem não pertence só ao indivíduo, mas ao coletivo, e tomar algo sem consentimento afeta a harmonia do grupo.

Por fim, do ponto de vista existencial, o roubo pode ser lido como uma afirmação radical de liberdade — mas uma liberdade que nega o outro, comprometendo a coexistência.

A definição de episteme na filosofia

A episteme, no sentido clássico, é o termo grego para conhecimento verdadeiro ou científico, diferente de doxa (opinião). Na filosofia, o significado muda conforme o autor⁸⁸. De acordo com o Dicionário de Filosofia de Ferrater Mora: Epistème (grego): termo geralmente traduzido por ‘ciência’ ou ‘conhecimento rigoroso’. Em Platão, designa o conhecimento verdadeiro e necessário, em contraste com a opinião (doxa). Em Aristóteles, é o conhecimento demonstrativo, fundado em princípios evidentes. Em Foucault, o termo passa a significar as condições históricas que tornam possível um certo

⁸⁶ Consulte a obra, Boulaga, F. E. (1977). *La crise du Muntu: Authenticité africaine et philosophie*. Présence Africaine.

⁸⁷ Consulte a obra, Towa, M. (1971). *Essai sur la problématique philosophique dans l'Afrique actuelle*. Éditions CLE.

⁸⁸ Platão afirma que, episteme é o conhecimento verdadeiro, estável e justificado. Oposto de doxa, que é instável e baseada em percepção sensível. Aristóteles, de facto, entende a episteme como um dos modos de conhecimento: conhecimento demonstrável, baseado em causas e princípios. Parte da tríade: episteme (ciência), techne (técnica) e phronesis (sabedoria prática). Michel Foucault, por outro lado, revoluciona o conceito aduzindo que, episteme é o sistema inconsciente de regras que define o que é considerado conhecimento válido em uma época.

tipo de saber em determinada época. (Ferrater Mora, 2001, p. 1215). Também “por epistême, entendemos, neste trabalho, o conjunto das relações que unem, num dado período, as práticas discursivas que dão lugar às formas de saber” (Foucault, 1969/2008, p. 211).

A esse respeito, Mudimbe mostra que a epistême ocidental organizada sobre o colonialismo construiu a África como objecto de saber, não como sujeito: “A invenção da África é o resultado de uma episteme colonial que impôs categorias europeias para interpretar realidades africanas. Assim, a África foi representada como um espaço sem razão, esperando ser explicado, redimido e disciplinado pela racionalidade ocidental” (Mudimbe, 1988, p. 20).

Na filosofia africana, episteme refere-se ao modo específico de produção, organização e transmissão do saber enraizado nas realidades socioculturais e históricas africanas. Diferente da episteme ocidental, que frequentemente separa sujeito e objeto, razão e corpo, teoria e prática, a episteme africana tende a ser holística, oral, vivida e comunitária. O saber não é apenas acumulado intelectualmente, mas também transmitido por meio de práticas rituais, provérbios, genealogias, símbolos e narrativas míticas. Nesse contexto, conhecer é relacional: o saber existe na ligação entre o indivíduo, os ancestrais, a natureza e a comunidade. Não é algo neutro ou abstrato, mas situado e funcional, voltado para manter o equilíbrio, a harmonia e a sobrevivência colectiva. Em suma: a episteme africana articula experiência, memória, oralidade e espiritualidade como bases do conhecimento.

O que é Filosofia africana?

Ora bem, filosoficamente, responder a essa questão envolve coragem, pois, podemos neste artigo iniciar com a ideia de que, a filosofia africana⁸⁹ é aquela que a humanidade bebeu e se esqueceu da fonte, infelizmente, por isso, em boa verdade, alguém asseverou; “Os gregos não foram os autores da filosofia grega, mas sim o povo do Norte de África, comumente chamado de egípcios” (James, 1954, p. 2).

⁸⁹ James afirma que a chamada filosofia grega foi construída a partir dos ensinamentos africanos, principalmente do Egito antigo, que os gregos acessaram através de suas estadias e aprendizagens em Kemet (Egito). Ele denuncia a desfiguração histórica imposta pela colonialidade, que apagou o protagonismo africano na origem do pensamento filosófico.

Também, lembrou-nos Oruka (1990), “a filosofia africana é uma reflexão crítica individual, feita por africanos ou pensadores africanos, sobre a natureza da sociedade africana, sua cultura, e seus sistemas de pensamento” (p. 28). Já para Mbiti, “o africano tradicional não pensa como um indivíduo isolado, mas como parte da comunidade. Sua filosofia é a filosofia da comunidade” (Mbiti, 1969, p. 108).

De facto, a “Filosofia africana é a tentativa de recuperar, interpretar e sistematizar os modos africanos de pensar, que foram desacreditados pelo colonialismo” (Okere, 1983, p. 14). Repare que o conceito apresentado por Okere relaciona-se com o pensamento de James,

O Sistema de Mistérios Egípcio foi um dos sistemas educacionais mais ilustres que o mundo já conheceu. De fato, os egípcios foram os primeiros a educar o mundo. O Sistema de Mistérios Egípcio foi o primeiro sistema universitário. Ele tornou o conhecimento um segredo, para que não pudesse ser usado por pessoas indignas. Os egípcios educaram os gregos e os tornaram discípulos do Sistema de Mistérios Egípcio. Os templos do Egito foram as grandes universidades do passado; e os mais ilustres filósofos gregos — Sócrates, Platão e Aristóteles — foram apenas os últimos de uma longa linhagem de discípulos (James, 1954, p. 31).

Podemos deduzir que a Filosofia africana começou no Egito antigo e aí foi o verdadeiro berço da filosofia e do conhecimento sistematizado. Logo, os gregos apenas herdaram, copiaram e ocultaram a origem africana do saber filosófico. Então, a Filosofia africana foi roubada, ou seja, a falsificação histórica que apagou a centralidade africana no nascimento da razão e da ciência.

METODOLOGIA UTILIZADA

Pois bem, do ponto de vista metodológico, o presente estudo segue uma abordagem qualitativa, teórico-filosófica, sustentada em três eixos metodológicos centrais: (1) análise conceitual e hermenêutica crítica, (2) genealogia filosófica da exclusão epistêmica e (3) articulação epistêmica descolonial a partir de um diálogo Sul-Sul. Em primeiro lugar, adota-se a hermenêutica crítica como método de interpretação filosófica dos discursos e estruturas conceituais que sustentam a marginalização da filosofia africana.

Este procedimento interpretativo permite desvelar os mecanismos simbólicos e discursivos por meio dos quais se produz o epistemicídio (Fricker, 2007; Mudimbe, 1988). Nesse sentido, opera-se com a hermenêutica insurgente, entendida como uma estratégia interpretativa que não apenas analisa textos, mas questiona as estruturas de poder que os atravessam, conforme proposto por autores como Santos (2005) e Kilomba (2019).

Em segundo lugar, mobiliza-se a genealogia filosófica, inspirada em Foucault (2008), para rastrear as condições históricas e discursivas de possibilidade do silenciamento epistémico da África. A genealogia permite compreender como a razão moderna eurocentrada se constituiu por meio da negação do outro epistémico, transformando saberes africanos em objectos de estudo e não em epistemologias legítimas (Quijano, 2000; Diop, 1981).

O terceiro eixo metodológico repousa sobre uma articulação epistémica comparativa entre pensadores africanos (Diop, Ramose, Wiredu, Mudimbe) e latino-americanos (Quijano, Mignolo, Santos), construindo um diálogo Sul-Sul com base em categorias descoloniais. Tal articulação busca não apenas denunciar o roubo epistémico, mas também propor alternativas à racionalidade moderna, valorizando saberes locais, orais e comunitários como formas válidas de produção filosófica (Mignolo, 2011; Oyěwùmí, 1997).

A investigação, com efeito, afigura-se de natureza puramente teórica e crítica, não utiliza métodos empíricos ou estatísticos, centrando-se na reconstrução analítica de conceitos, narrativas e estruturas de exclusão. Nesse sentido, o artigo posiciona-se no campo das epistemologias críticas e da filosofia africana e política, e propõe uma inflexão teórica insurgente contra o cânone filosófico dominante.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do desastre institucional e do epistemicídio ao silenciamento e exclusão da Filosofia africana no sistema académico ocidental – real ou imaginária?

É imperioso começar com Hegel, que, categoricamente negou a existência da Filosofia africana sem fundamento e sem cientificidade. No seu livro “*Lições sobre a Filosofia da História Universal*”, Hegel afirmou que a África subsaariana estava fora da

história. Para ele, a África “não tem parte na história do mundo” porque não teria desenvolvido instituições políticas, consciência moral ou racionalidade filosófica — segundo os critérios eurocêntricos que ele usava. De facto, a sua frase emblemática é:

“A África não é um continente histórico; ela não mostra movimento ou desenvolvimento próprio. O que chamamos de África é um mundo intemporal — encerrado no círculo da vida natural.” (*Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte*, 1830). Além disso, ele associava o espírito africano à infantilidade, à irracionalidade e à natureza, em oposição ao “Espírito Absoluto” europeu⁹⁰ — racional, moral e civilizado. Ora bem, é esse juízo verdadeiro ou é um sofisma? Será um preconceito ou um racismo científico?

Ora vejamos, depois de Hegel, vários filósofos e pensadores ocidentais continuaram a negar ou inferiorizar a Filosofia africana. Eis os principais:

Auguste Comte (1798–1857), fundador do positivismo, colocou as sociedades africanas no “estágio teológico” ou “primitivo” da evolução humana, incapazes de atingir o “estágio científico”, reafirmando uma hierarquia epistémica; Lucien Lévy-Bruhl (1857–1939), filósofo e antropólogo francês, defendeu que o pensamento africano era pré-lógico e místico, diferente e inferior ao pensamento europeu, que seria lógico e racional. Chamava isso de “mentalidade primitiva”; James Frazer (1854–1941) no seu clássico *“The Golden Bough”*, tratou os mitos e crenças africanas como *folclore*, não como pensamento estruturado. Ele não via nas culturas africanas um sistema filosófico válido. Immanuel Kant (1724–1804) (*anterior a Hegel, mas influente*); Kant foi fundamental para sustentar o racismo epistémico. Considerava os africanos como “preguiçosos”, “sem capacidade moral” e “incapazes de progresso”. Isso sustentou a ideia de inferioridade intelectual africana; Martin Heidegger (1889–1976) nunca abordou a Filosofia africana diretamente, mas sua concepção de filosofia como um legado exclusivamente grego europeu reforçou a exclusão de outros modos de pensar, como os africanos. Para ele, só o Ocidente pensava *filosoficamente*; Jean-Paul Sartre (1905–1980) apesar de apoiar o movimento negro, como no prefácio de *“Os condenados da terra”* de Fanon, Sartre também caiu na armadilha da condescendência: dizia que a negritude era apenas uma etapa, uma reação ao universalismo europeu. Portanto, o pensamento ocidental dominante seguiu reforçando a ideia de que os africanos não produzem filosofia, mas apenas mitos, religião ou tradição — consolidando um epistemicídio sistemático que só começou a ser

⁹⁰ Hegel foi um dos principais responsáveis por negar à África qualquer capacidade filosófica ou histórica, influenciando séculos de pensamento racista na academia ocidental.

enfrentado no século XX por pensadores africanos como Cheikh Anta Diop, Wiredu, Ramose e Mudimbe evidenciados nesse artigo.

Com efeito, se pode constatar que as formas concretas pelas quais as universidades, os currículos, os centros de pesquisa, editoras científicas e sistemas de avaliação do conhecimento ignoram, apagam ou deslegitimam a Filosofia africana como produtora válida de saber. Não se trata apenas de ausência, mas de uma exclusão deliberada, estrutural e sistemática. Para elucidar essa constatação, vale a pena lembrar que, os currículos são eurocentrados, por exemplo, a maioria dos cursos de Filosofia no mundo (inclusive em África) segue uma estrutura curricular que começa em “Pré-Socráticos, passa por Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, e termina com Heidegger, Foucault, Derrida”. Autores africanos como Cheikh Anta Diop, Kwasi Wiredu, Mogobe Ramose ou Valentin Mudimbe são ignorados ou oferecidos apenas como tópico opcional. Falta de publicação e indexação:

Autores africanos enfrentam dificuldades em publicar em revistas indexadas nos sistemas científicos ocidentais (Scopus, Web of Science), que impõem critérios formais e epistemológicos eurocêntricos. Muitas vezes, os artigos são rejeitados por “não seguirem o padrão acadêmico”, o que significa, na prática, não replicarem a lógica ocidental de pensamento. Apropriação sem citação (roubo intelectual): Ideias, categorias e perspectivas africanas são frequentemente absorvidas por autores europeus ou americanos sem o devido reconhecimento. Exemplo: elementos da cosmologia africana foram incorporados por filósofos pós-modernos sem nomear as fontes originais africanas. Tratamento antropológico do pensamento africano.

A situação é grave e calamitosa, repare que, quando se fala de África nas universidades ocidentais, o campo de estudo é geralmente a antropologia, não a filosofia. Isso rebaixa o pensamento africano à condição de cultura ou tradição popular, desprovida de crítica, lógica ou sistematicidade — negando-lhe status filosófico.

Tomemos outro exemplo:

A maioria das cátedras universitárias nas áreas de Filosofia em universidades de prestígio global não conta com filósofos africanos. Conferências internacionais, mesmo sobre temas como “filosofia global” ou “descolonização”, são compostas majoritariamente por pensadores ocidentais falando sobre África, e não com pensadores africanos.

E digamos mais:

A estrutura de poder nos organismos académicos: as comissões de avaliação de mérito, bolsas de pesquisa, prémios e reconhecimento académico são dominadas por critérios eurocentrados. Um artigo sobre oralidade ou ancestralidade como base epistemológica é desvalorizado porque foge do “modelo científico racional”. Portanto, num só argumento; a exclusão da Filosofia africana não é accidental — é sistemática. Os currículos ignoram, os periódicos rejeitam, as cátedras não contratam, e os sistemas de validação científica deslegitimam o pensamento africano, perpetuando um epistemicídio institucionalizado, é, a nosso ver, horroroso, injusto, absurdo, a-científico e bárbaro!

Uma crise do pensamento crítico?

É um dos grandes paradoxos do nosso tempo que justamente o pensamento que se pretende crítico frequentemente se veja enredado nas mesmas estruturas epistémicas que diz combater. A crítica, tal como vem sendo formulada nos espaços hegemônicos do saber, sofre de uma limitação estrutural: seu enraizamento profundo em um paradigma ocidental que naturaliza seus próprios pressupostos como universais. A filosofia ocidental moderna construiu para si uma narrativa de autocrítica permanente, mas raramente ultrapassa os limites do que Boaventura de Sousa Santos (2005) chamou de “monocultura do saber”. O pensamento africano permanece, assim, como margem: sua entrada no campo académico é mediada por critérios ocidentais de legitimidade, que mantêm sua exterioridade simbólica.

Evocando Kilomba (2019), efectivamente se aponta de que o problema não é apenas o conteúdo do saber, mas o lugar de onde ele é enunciado. Quem fala? De onde fala? A quem se destina o discurso? O pensamento crítico torna-se, assim, um simulacro: diz-se radical, mas preserva os cânones; afirma-se descolonial, mas recusa escutar as vozes que realmente rompem com a colonialidade do saber⁹¹.

⁹¹ A filosofia africana, ao contrário, propõe uma crítica que é também reconstrutiva: que não apenas desconstrói categorias coloniais, mas ergue novas bases para o pensar. Não se trata apenas de criticar o Ocidente, mas de oferecer outros mundos — epistemes plurais, ontologias relacionais, cosmologias encarnadas.

A filosofia ocidental moderna, desde *Kant até os pós-estruturalistas*, construiu para si uma narrativa de autocrítica permanente. *Marx* criticou a economia política, *Nietzsche* a moral cristã, *Foucault* o poder disciplinar, *Derrida* a metafísica da presença. A crise do pensamento crítico contemporâneo, portanto, não é meramente teórica, mas estrutural. Ela se manifesta na incapacidade de pensar fora dos códigos da racionalidade moderna, em sua recusa (consciente ou não) de dialogar horizontalmente com saberes oriundos do Sul. As epistemologias africanas, ameríndias, afro-diaspóricas e asiáticas permanecem, na melhor das hipóteses, como adereços interculturais — raramente como fundamentos alternativos de pensamento. É nesse ponto que se revela o caráter colonial da crítica: ela se permite desconstruir tudo, exceto a sua própria matriz civilizacional. *Portanto, a crise do pensamento crítico contemporâneo é, antes de tudo, uma crise de escuta.* A surdez epistêmica diante das vozes africanas revela os limites de uma crítica que ainda se imagina centro e medida de tudo. O desafio não está apenas em “incluir” outras vozes, mas em *deslocar o centro*, em permitir que o Sul fale e, sobretudo, que não fale apenas para o Norte, mas *com* seus próprios termos, urgências e cosmologias.

É a Filosofia africana uma episteme autónoma?

Contra o *negacionismo epistémico* que relegou a filosofia africana à exterioridade do pensamento “válido”, uma nova geração de intelectuais africanos e afrodescendentes ergueu a voz para afirmar que o continente africano sempre pensou — e pensou filosoficamente. A questão nunca foi a ausência de filosofia na África, mas sim o silêncio imposto sobre suas formas próprias de produção do saber, formas que desafiam as categorias eurocentradas de lógica, linguagem e racionalidade. A filosofia africana, como salientam autores como Wiredu (1980) e Ramose (1999), emerge de uma matriz de pensamento que se organiza a partir da interdependência entre o ser, a comunidade e a ancestralidade. Ramose, ao recuperar o conceito de *Ubuntu* como categoria filosófica central, propõe uma ontologia relacional que se contrapõe à individualidade abstrata da modernidade ocidental.

Para Mudimbe (1988) a suposta ausência de filosofia na África decorre da recusa ocidental em reconhecer outras formas de epistemologia e sistematização do conhecimento. Diop (1981), por sua vez, propõe uma reescrita da história intelectual africana a partir da continuidade entre o Egito antigo e as civilizações negras subsaarianas, desafiando a tese da exclusividade grega na origem da razão filosófica.

Retomando em Mudimbe (1988), ao discutir a *lógica da alteridade* e a colonialidade do saber, argumenta que a negação da filosofia africana não se dá por falta de conteúdo, mas por uma recusa da forma — isto é, da maneira africana de pensar, comunicar e construir saberes.

Neste sentido, a filosofia africana não é apenas uma resposta ao eurocentrismo: ela é uma forma plena de pensamento que propõe outros modos de estar-no-mundo, outras lógicas de sentido, e outras éticas do viver. Reconhecer sua autonomia epistêmica é, portanto, mais do que um gesto acadêmico: é um ato político de restituição, que rompe com a lógica colonial do pensamento e nos convoca a uma verdadeira descolonização cognitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, não se trata mais apenas de demandar a inclusão da filosofia africana no cânone acadêmico global, mas de exigir uma inflexão radical nos fundamentos sobre os quais esse cânone foi erigido. O que está em jogo é a reestruturação profunda das hierarquias do saber, das metodologias do pensar e das linguagens com as quais se nomeia o mundo. O roubo epistêmico é um conceito político que denuncia o processo contínuo de expropriação, silenciamento e reconfiguração dos saberes africanos segundo a lógica da razão ocidental. A virada epistêmica necessária deve ser restitutiva e insurgente: devolvendo à filosofia africana sua centralidade enquanto pensamento autônomo e recusando os termos coloniais da validação acadêmica.

Portanto, essa virada não virá dos centros hegemônicos, mas das margens: dos intelectuais africanos, das mulheres pretas, dos saberes comunitários, das práticas rituais e da oralidade insurgente. Descolonizar o saber é reconhecer a legitimidade de outras filosofias — não como adereços, mas como fundamentos possíveis de um mundo mais justo. E, portanto, o que está em jogo é mais do que a representação simbólica de autores africanos nas bibliografias universitárias; é a reestruturação profunda das hierarquias do saber, das metodologias do pensar e das linguagens com as quais se nomeia o mundo. A noção de *roubo epistêmico*, tal como trabalhada neste artigo, não é meramente um diagnóstico de injustiça histórica: é um conceito político que denuncia o processo contínuo de expropriação e manipulação do conhecimento dos povos africanos.

Em boa verdade, é preciso, portanto, que o pensamento crítico contemporâneo se desocidentalize, não como concessão multiculturalista, mas como imperativo de justiça epistémica. Escutar o pensamento africano é, nesse sentido, mais do que um ato académico: é um gesto ético e político de descolonização. É reconhecer que há mundos dentro do mundo, e que o mundo não cabe na linguagem da razão que o colonizou. Encerrar de facto este artigo com uma resposta seria trair o espírito da filosofia africana, que mais do que oferecer soluções, nos convida ao retorno ao círculo, à escuta colectiva, à pergunta que abre caminhos. Se há uma crise do pensamento crítico, é porque talvez tenhamos esquecido que pensar é, antes de tudo, um gesto relacional — e que nenhuma relação se sustenta no silêncio do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Diop, C. A. (1981). *Civilização ou barbárie: Uma autêntica antropologia filosófica*. Antígona.
- Ferrater Mora, J. (2001). *Dicionário de filosofia* (Vol. 2). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (4.^a ed., J. C. Ribeiro, Trad.). Forense Universitária. (Obra original publicada em 1969)
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press.
- James, G. G. M. (1954). *Stolen legacy: Greek philosophy is stolen Egyptian philosophy*. Julian Richardson Associates.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Mbiti, J. S. (1969). *African religions and philosophy*. Heinemann.
- Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.
- Mudimbe, V.-Y. (1988). *The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Indiana University Press.

Ngũgĩ wa Thiong'o. (1986). *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. Heinemann.

Okere, T. (1983). *African philosophy: A historico-hermeneutical investigation of the conditions of its possibility*. University Press of America.

Oyěwùmí, O. (1997). *The invention of women: Making an African sense of Western gender discourses*. University of Minnesota Press.

Oruka, H. O. (1990). *Sage philosophy: Indigenous thinkers and modern debate on African philosophy*. E. J. Brill.

Ramose, M. B. (1999). *African philosophy through Ubuntu*. Mond Books.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. In H. Bonilla (Org.), *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas* (pp. 437–449). FLACSO / Ediciones Libri Mundi.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Org.), *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 201–246). CLACSO.

Santos, B. de S. (2005). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber*. CLACSO.

Wiredu, K. (1980). *Philosophy and an African culture*. Cambridge University Press.

Oliveira, D. E. (2012). *Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira*. Antígona. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE*.

IMPERATIVIDADE DA SUPERAÇÃO DOS PARADIGMAS TRADICIONAIS E A RECONCILIAÇÃO NACIONAL NOS PALOP⁹²

*The imperative of overcoming traditional paradigms and national reconciliation
within PALOP*

FÉLIX, Kiavanda Afonso⁹³

Resumo

Mas o que é que torna a reconciliação necessária entre nós angolanos e não só? Embora as armas tenham calado, a linguagem beligerante, as tensões e discriminações na sua maioria decorrentes das ideologias que os diferentes grupos políticos e não só defendem, ainda não desapareceu definitivamente. E isso ameaça a paz, inviabiliza a reconciliação nacional, adia o desenvolvimento social e, por conseguinte, compromete a soberania nacional. Trata-se de uma reflexão filosófica que pretendemos que seja uma contribuição para a resolução dos problemas que os PALOP afrentam.

Abstract

But, what makes the necessary reconciliation among us angolan and beyond? While weapons have been silenced, belligerent language, tensions and discrimination mostly arising from ideologies which different political groups are advocating, has yet to disappear definitively. And this threatens peace, invalidates reconciliation, delays social development and therefore compromises national harmony. It is a philosophical reflection that we want to contribute to solving the problems face by PALOP.

Palavras chaves: *Superação; Paradigma; Reconciliação; Desenvolvimento; Bem-estar.*

Keywords: *Overcoming; Paradigm; Reconciliation; Development.*

Data de submissão: outubro de 2025. **Data de publicação:** dezembro 2025.

⁹² Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁹³ KIAVANDA AFONSO FÉLIX – Universidade Agostinho Neto, ANGOLA.

O desenvolvimento de um povo depende cada vez mais da orientação pedagógica e intelectual dos seus quadros (Muanamosi Matumona).

INTRODUÇÃO

A busca por um modo de vida ideal é o que caracteriza a existência do homem todos os grupos, classes sociais e Estados. E isso resulta do facto de ele o homem ser um “*ser em projecção constante*”, procurando superar aquilo que nele parece como dado, tal como defendeu Martin Heidegger, Gabriel Marcel e outros existencialistas. É neste âmbito que estamos a falar da superação dos paradigmas tracionais como pressuposto da reconciliação em Angola. Não se trata da herança cultural deixada pelos nossos ancestrais, nomeadamente, usos e costumes, língua, crenças, valores, e outros, mas de uma série de coisas como atitudes, práticas, instituições e leis, que, de alguma maneira, beliscam o mundo da vida nacional.

Todavia, importa saber até que ponto a superação de tais paradigmas poderá contribuir para a reconciliação nacional em Angola? Ou ainda, a superação de tais paradigmas não implicará pôr em causa a identidade política, histórica nacional? Certamente que não, uma vez que se trata de práticas e atitudes que não concorrem para a dignificação dos cidadãos dos países do PALOP. Ainda que assim fosse, se é para um bem maior, não constituiria problema nenhum, pois, não se pode insistir em algo que ofusca o brilho da coexistência dos humanos.

Mas que sentimentos devem nos impelir a buscar a reconciliação: o medo da solidão, do fracasso ou a consciência de que cada um de nós se complementa na relação pacífica, cordial e cooperante com os outros e, em virtude disso, se pode garantir a realização da intenção ética? Há um provérbio kikongo que diz que “*o lembo mosi ke tetanga nguba ko*”, ou seja, “*um só dedo não casca ginguba*”. Significado: uma pessoa sozinha não se basta a si mesma para a sua autorealização, e muito menos para realizar o bem comum, será sempre resultado de um trabalho colectivo e nunca de uma só pessoa.

A temática em causa tem como objectivo geral contribuir para a superação dos paradigmas inibidores do desenvolvimento holístico, para consolidação da paz e reconciliação nacional nos PALOP, bem a promoção de uma cooperação reciprocamente vantajosas para os seus constituintes, em todos os sectores.

Objectivos específicos: suscitar nas elites políticas e governamentais nacionais o espírito de perdão e um comprometimento sério na consolidação da paz e reconciliação nacional, bem como a renúncia de uma linguagem e atitudes belicistas que geradores de um clima de desconfiança entre todos; contribuir para a contemplação da paz como um trampolim para a resolução dos problemas básicos dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável; contribuir na construção de uma sociedade mais humana, na promoção da justiça social, da valorização da vida humana e na vivência de valores como a solidariedade, o altruísmo, a empatia, a cooperação.

Pensamos que a reflexão em curso é uma mais valia na medida em que nos percrutar melhor a situação actual das populações locais, a natureza dos problemas que enfrentam no dia-a-dia e, por conseguinte, a buscar soluções viáveis para os mesmos. Por isso, é um exercício que deve ser feito por todos de forma desapaixonada e responsável, para que o resultado seja satisfatório.

METODOLOGIA A UTILIZAR

Relativamente à metodologia, dizer que utilizamos o método qualitativo, teórico-filosófico, resultante da contemplação e leitura dos diversos fenómenos (práticas e atitudes de algumas entidades, singulares e colectivas, do funcionamento das instituições do Estado angolano) que a vida em sociedade nos vai proporcionando, em virtude sermos seres racionais e sensíveis. Quer dizer que o método em uso consubstancia-se na fenomenologia, análise e reflexão racional crítica, o que fez como a filosofia, mais uma vez, a filosofia se afigurasse como sentinela da sociedade. E como resultado desse exercício filosófico, vimo-nos impelidos a emitir o nosso juízo de valor sobre os processos sociais e históricos nacionais e no âmbito dos PALOP. Ou seja, fazer uma avaliação sobre como temos buscado a própria realização, enquanto povos e Estados, decorridos cinco décadas de independência nacional.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A problemática da superação dos paradigmas tradicionais e reconciliação em Angola

A reconciliação é o acto de restabelecer ou restaurar relações que foram quebradas, seja entre pessoas, grupos ou com a própria vida espiritual. (<https://www.dicio.com.br>). Para os religiosos, a reconciliação transcende a dimensão meramente humana, uma vez que visa por meio da qual o homem harmoniza a sua relação com Deus. Significa fazer as pazes, resolver conflitos e trazer de volta a harmonia e a confiança. Já “*paradigma*”, do grego, “*pará*”, significa “*de parte de; entre; durante; por causa de*”; e *deiknymi*, forma verbal que quer dizer “*mostrar, fazer ver, produzir, fazer conhecer, revelar, pôr sob os olhos de alguém*” (<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br>). Do latim, *paradigma*, mantém o mesmo significado que do grego. Foi usado inicialmente em Linguística na teoria do signo linguístico criada por Ferdinand de Saussure (1857-1913), nos anos 20 e seguintes do século XX com referência ao conjunto de elementos que constituem a língua. Mas tarde foi introduzido na filosofia das ciências por Thomas Kuhn (1972), tendo-o definido como “*um conjunto de valores reconhecidos e de técnicas que são comuns aos membros de um grupo determinado. De outro, ele denota um elemento isolado do conjunto: as soluções de enigmas concretos que empregam como modelos ou exemplos podem substituir as regras explícitas como base de solução para enigmas que subsistem na ciência normal*” (kuhn, 1972, apod berten, 2004, p. 36). Mas estamos a usar o termo paradigma em referência a todos os aspectos que se afiguram como pressupostos para se organizar a vida social e política. Muitos poderão defender que não é possível superar determinados paradigmas tradicionais na medida em que implica pôr em causa a defesa de interesses e ideologias dos grupos e classes sociais. Aqui estamos a pensar nos partidos políticos emblemáticos, outrora movimentos de libertação nacional. E que propor isso, significar falta de sentido da história e do patriotismo.

Devemos partir do princípio segundo o qual a pessoa humana é um ser “*sui generis*”, pois, embora ostente a mesma natureza que as outras, ainda assim, a sua existência pode diferenciar-se das outras pessoas. Estamos a falar da sua forma de pensar e de ser, das suas aspirações, das metas que estabelece na vida em função dos objectivos que preconiza e bem como dos métodos ou meios que usa para os alcançar. Por isso, é natural que se assista a tensões e conflitos entre indivíduos, classes, grupos, sociedades e até entre Estados (exemplo disso, são as políticas geoestratégicas que hoje estão em voga). Mas porque é dotado de razão, ao se aperceber dos imbróglios ou das negatividades

resultantes da sua opção e acção, a pessoa pode ver-se num estado psicológico de constrangimento, de desconforto. Pois, percebe que a sua existencialidade foi afectada profunda e negativamente e que é necessário restaurar a virtude que perdeu.

Ora, para as nossas sociedades, trata-se da necessidade de melhorar o próprio modo de vida, da afirmação dos respectivos povos e Estados, na linha do desenvolvimento social, científico e tecnológico. Entretanto, não obstante os 50 anos da independência nacional, os africanos mostraram-se incapazes de realizar este desejo. Volvidos 50 anos, enfrentam ainda muitas situações negativas – políticas e sociais –, tais como o subdesenvolvimento, a falta de inclusão social, as injustiças sociais, a falta de *transparência* na gestão da “*Res Publica*”, todas estas situações têm gerado tensões, conflitos sociais e divisões. Estamos lembrados das recentes manifestações verificadas em Moçambique que se seguiram logo após a divulgação dos resultados do último pleito eleitoral, e em Angola, das manifestações promovidas pelos taxistas e não só, contra a subida do preço de combustível. Fora dos PALOP, fala-se de uma onda de protestos contra a candidatura do presidente cessante de 92 anos a um novo mandato, no Camarões, Paul Barthélemy Biya’a Bi, do movimento juvenil denominado “*Geração Z*”.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Causas dos imbróglis vividos durante os 50 anos de independência nacional.

Como acabamos de ver, embora tenhamos vivido em liberdade, sendo protagonistas da própria história, os 50 anos não foram totalmente um mar de rosas. Durante os quais, enfrentamos vários imbróglis que, de certa forma, fizeram com que a nossa felicidade não fosse plena. A causa disso, por um lado, são as taras herdadas no âmbito do Nacionalismo africano. Este nacionalismo, consequência do “*colonialismo*”, congregou todas as tribos fazendo delas “*um só Povo, uma só Nação*”, com objectivo de extinguir as identidades das cosmognias locais consubstanciadas na herança milenária dos ancestrais, dos fundadores das primeiras comunidades. Estamos a referimo-nos aos valores, usos e costumes, à religião tradicional, às línguas locais, à própria cosmovisão e à historicidade que se traduz como trajetória feita por um determinado povo em projecção ao ideal existencial, características próprias dos seres de razão e de fala. Isso porque era vontade do patrão que emergisse uma nova identidade forjada a partir dos seus valores e princípios, da sua cultura e história. Mas, paradoxalmente, esse mesmo

nacionalismo opôs umas tribos contra as outras, o que, em muitos casos, resultou em conflitos tribais. Isto porque, infelizmente, esse projecto foi continuado pelas elites que o substituíram.

Por outro lado, a emergência deste nacionalismo tinha como princípio motivacional o ódio, a vingança, a perseguição e a matança daquilo que se afigurava como ameaça à própria existência: *o sistema colonial*. E é com base nisso que a luta de libertação nacional foi levada a cabo. Só que, depois da independência, esse princípio não desapareceu, com base no qual os nossos regimes políticos foram forjados, longe da história e cultura africanas (Davidson, 2000, p. 62, 63, 64 e 65). O que fez com que o diálogo não tivesse espaço, o poder (administrativo) fosse centralizado, houvesse a perseguição e matança de uns por outros – *até os génios foram vítimas* -, bem como a emergência de uma lógica coexistencial que consiste em beneficiar apenas o *Eu* e não deixar beneficiar o *Outro* dos privilégios da independência nacional.

A persistência de um paradigma beligerante pós-independência criou aquilo que alguns académicos angolanos designam como uma "*cultura política do monopólio*", onde a conquista do Estado é vista não como uma oportunidade de servir, mas como aquisição de um *espólio* de guerra a ser distribuído entre os vencedores, marginalizando os perdedores de forma sistemática (PINTO, 2019, p. 45). Este ciclo perpetua-se através de mecanismos de governação que privilegiam a lealdade em detrimento da competência e do mérito, o qual vai corroendo as instituições do Estado e a confiança dos cidadãos. Razão pela qual, - *no caso de Angola* -, tal como Agostinho Neto - nas vésperas do quinquagésimo aniversário da nossa *dipanda*, ainda temos muitos dos nossos compatriotas em situação de exilados políticos e de emigrantes ilegais. Isto porque a *pátria-mãe* não consegue proporcionar um estilo de vida digno do qual se possa orgulhar.

A segunda causa é o adiamento constante da realização daquilo que Paul Ricoeur (1990, p. 202) chama intenção ética, isto é, a vontade de realizar o bem comum, tal como se faz noutros lugares. O que fragiliza os Estados africanos, do ponto de vista de soberania e de afirmação a nível mundial e faz com que os nossos concidadãos continuem a ser humilhados nos países para onde emigram, pois, aparecem sempre como sofrendores e mendigos.

Esta falha na concretização do bem comum manifesta-se em indicadores concretos. Por exemplo, apesar do crescimento económico registado em Angola durante a era do petróleo, a distribuição da riqueza permaneceu profundamente assimétrica. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2022 do PNUD, Angola manteve-se num patamar baixo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reflectindo carências profundas em educação, saúde e padrão de vida digno para a maioria da população, um claro sinal de que a *"intenção ética"* não se materializou em políticas públicas eficazes (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022, p. 23). E como observou Dom José Manuel Imbamba, presidente da CEAST e Arcebispo da Diocese do Saurímo, o mais perigoso disso tudo é nós normalizarmos e nos acostumarmos com todos esses imbróglis.

Em terceiro lugar temos a supressão do espaço dialogal, ou a promoção do *"monismo"* dialogal que empobrece o debate sobre questões sensíveis, inviabilizando-se, com isso, a busca intersubjectiva – *porque os constituintes do mundo da vida reconhecem-se e aceitam-se como seres racionais, ouvem-se e cada um entendem as preocupações dos outros, pressuposto da coexistencialidade* - de soluções adequadas para os problemas que continuam a apoquentar a nossa coexistência. E quando o fazemos, ficamos sempre aquém do possível, o que tem frustrado as expectativas de todos quantos esperam por realização de um projecto de vida que se quer ideal.

Outro dado paradigmático é a política ter deixado de ser um espaço onde se busca intersubjectivamente a melhor forma para a coexistência e serviço à *"polís"*. Em vez disso, tornou-se num meio de intimidação, de controlo de opiniões, de dominação, de exclusão social, política e económica. A política não se afirmou como um espaço onde os intervenientes primassem por um diálogo construtivo, pela razoabilidade nas posições ou decisões que tomam sobre questões sensíveis, de acordo com um quadro jurídico-ético-(filosófico) previamente concebido. Decisões que, em princípio, deviam reflectir a vontade geral que, por sua vez, gerariam a cooperação na busca da realização do bem-comum. Ou seja, a política afigura-se como um espaço onde adolescentes, jovens e não só são forçados para a tomada de posições radicais, desprovidas daquele referencial que faz de cada pessoa um ser humano de facto – *a ética* –, porque não fora concebido na *génese da nossa dipanda*.

Por conta disso, desembocou-se num tipo de sociedade que se afigura como uma arena onde todos se digladiam até ao aniquilamento total do inimigo - “*o compatriota*”. Uma sociedade onde se assiste à indiferença perante o sofrimento do outro, ao desrespeito pela vida humana, à irresponsabilidade social, à falta de solidariedade administrativa e da moral nas acções empreendidas por todos, nas instituições públicas e privadas onde são chamados a darem o seu contributo, ao longo desses 50 anos.

E como observou J. P. Castiano (2025), isso faz com que “*a legitimação do poder não seja a moral e nem o valor, mas sim, o poder económico*”, o que inviabiliza a construção de um Estado funcional, o Estado de Direito de facto.

Em suma, dizer que, ao longo dos 50 anos da nossa dipanda, fez-se do espaço social uma selva onde prevalece a lógica do *salva-se quem puder*. E os únicos que se safaram são os vencedores da guerra e aqueles que Agostinho Neto denominou “*abutres*”, vindos de todos os lados, com beneplacito das elites locais. Durante este período, prevaleceu mais o espírito de ódio, de vingança, daí as perseguições, os espancamentos, as matanças, a violação dos direitos humanos, as prisões arbitrárias, os exílios e outras situações, matando assim a esperança. Enquanto o povo pelo qual se diz ter lutado foi simplesmente esquecido, tendo-se assim defraudado as suas expectativas e a confiança em que governa.

As elites políticas esqueceram-se de que sozinhas não teriam conseguido derrotar o inimigo – *o sistema colonial* – e ascendido ao poder que, hoje, exibem com pompas e honras, que a vitória só foi possível porque o povo colocou-se ao lado delas, por se predisporem em liderar a luta a seu favor – o povo (DAVIDSON, 2000, p. 64). Mas, hoje, esse mesmo povo está a distanciar-se porque se sente traído por aqueles que lhe deram a esperança de que um dia seria livre da humilhação, da exploração, de tal modo que se tivessem o poder bélico nas suas mãos, certamente lutariam contra esta elite detentora do poder político.

Consequências

Por conta desses imbróglios, em vez de nos aproximarmos do centro da tomada das decisões à escala global, onde nós podíamos reclamar o direito de sermos nós mesmos e interagido em pé de igualdade, permanecemos na periferia e estamos cada vez mais distante dele. Pois, pouco ou nada se fez para que lá pudéssemos estar e discutir, interagir,

face to face com as outras Nações do mundo. E enquanto não houver justiça social, comprometimento político sério, a paz e a reconciliação nunca será total, haverá sempre tensões, conflitos e divisões. Aliás, CEAST manifestou esta preocupação aquando da realização do Congresso da Reconciliação Nacional, nos dias 6 e 7 de Novembro do corrente ano, sob lema “*Eis que faço novas todas as coisas*” (Apc. 21,5). Durante o qual, apelou a uma “*reconciliação autentica, baseada na cura das feridas do passado e na construção de um futuro de paz, justiça e esperança para Angola*”.

Todavia, ainda cá estamos, não como elites, mas como povos, Nações e como Estado e conscientes da própria situação existencial, com toda a nossa inteligência, força física e espiritual, para recriar, reinventar um novo modo de vida que se quer ideal. E, tal como os nossos ancestrais fizeram história, fundando as primeiras comunidades, este povo está aqui no presente e disposto a dar continuidade a esse projecto existencial, sendo também protagonista não de outra história, mas da mesma história numa fase diferente.

De modo que é legítimo falarmos em superação de alguns paradigmas tradicionais que nos inibem de transformar o nosso país “*num bom lugar para se viver*”, tal como afirmou o antigo presidente da República de Angola, J. E. Dos Santos, de nos realizarmos como sociedades e como Estados soberanos. Situação que eternaliza os conflitos e as divisões entre as pessoas, grupos e classes sociais e entre governantes e governados. Com isso, aprisiona-se o espaço político, cuja finalidade é descobrir a melhor fórmula para *resolver os problemas do povo*. Todavia, como já afirmámos, ainda temos alternativas, podemos recuperar o tempo perdido, mas para tal, temos de aceitar o desafio de superar os imbróglios elencados nas ente-linhas precedentes, que denominámos paradigmas tradicionais – *Pois, sempre estiveram presentes desde a génese da nossa dipanda*.

E a superação destes paradigmas exige, portanto, uma viragem epistemológica. Significa abandonar a lógica do “*nós contra eles*” e abraçar uma concepção de nação como um *projecto comum e inclusivo*. Implica, como defende a filósofa angolana Inocência Mata, uma “*descolonização mental*” contínua, que liberte as subjectividades nacionais dos complexos de inferioridade e superioridade herdados do colonialismo e internalizados durante a guerra civil, permitindo o florescimento de uma cidadania crítica e participativa (Mata, 2017, p. 112). Assim, teremos criado as condições para uma reconciliação efectiva, não só entre pessoas, grupos e classes, mas sobretudo entre governos e cidadãos. Pois, quem não está a dar conta da boa governação são os governos, as elites do poder político.

E ao falarmos da reconciliação, devemos chamar atenção para aquilo que são as suas controversas: *a apologia e a acusação*. Onde se sobrepõe quer a apologia, quer a acusação, a reconciliação torna-se uma miragem (Félix, p. 79, 2024). Contrariamente a isso, sugerimos a linha de pensamento de Emmanuel Levinas, segundo a qual a ética não equivale aos valores ou às normas morais, mas aos rostos. Quer dizer que num processo de reconciliação, não se deve prescindir o outro enquanto interlocutor do eu, ou ainda, enquanto aquele que me interpela e exige de mim a responsabilidade pelo seu cuidado, e porque isso me cabe como dever, então sou proibido de desviar o meu olhar ou de lhe ser indiferente (Levinas, 2003).

Esta visão levinasiana encontra eco em modelos de justiça transicional que vão além da mera punição ou do esquecimento forçado. A reconciliação autêntica, como demonstrado noutros contextos pós-conflito, requer um processo de "*verdade e memória*" que permita o reconhecimento mútuo do sofrimento infligido e recebido, criando as bases para um futuro partilhado (Tutu, 2000, p. 54). Nos nossos países, este processo permanece incompleto, com muitas narrativas históricas por contar e feridas por sarar.

De mais a mais, a reconciliação deve ser transversal, abrangendo os partidos políticos outrora movimentos de libertação, entre governos e governados, entre académicos e a sociedade em geral para qual devem ser luz e guia, com os sobas, com a cultura e a história – uma história em que todos são protagonistas.

É isso que fará com que a paz prevaleça, e com ela, o diálogo que gera a razoabilidade e a cooperação de todos no empreendimento de acções conducentes à realização da intenção ética - *ao desenvolvimento social*. São, por conseguinte, os pressupostos para se fazer dos nossos países *um bom lugar para se viver*, não só porque nos proporciona bens materiais (terras, habitação, e outros), mas também aqueles do âmbito imaterial, como a justiça social, o gozo de direitos fundamentais e cívicos, a salvaguarda da dignidade de cada um enquanto ser humano. Isso fará com que não se tenha que emigrar para outros lugares em busca de melhores condições de vida, em virtude de os nossos espaços existenciais puderem oferecer oportunidades de realização aos seus filhos, facilitar a integração social de todos, de modo particular os jovens, através de políticas sociais assertivas, um espaço onde todos se sentem seguros.

O que não equivale a fecharmo-nos ao resto do mundo, mas que a nossa interação com ele seja por outro motivos: buscar o lugar que nos cabe no mundo como povos, sociedades ou Estados, um lugar que nos permite fazer ouvir a nossa voz e participarmos

na tomada de decisões sobre questões que têm que ver connosco e ao mundo em geral e, por conseguinte, estabelecer relações justas num sentido horizontal e sem complexo de inferioridade. Mas isso só será possível se, enquanto indivíduos, grupos, classes sociais, partidos políticos, estivermos efectivamente reconciliados e empenhados na consolidação das próprias soberanias através do *know how* para que se deixe de ser eternos mendigos.

Do ponto de vista humano, dizer que isso pressupõe também existência de líderes políticos que encarnem e expressem aqueles princípios e valores que falta em muitos deles, nomeadamente, a “*abnegação*”, a “*empatia*”, a “*ética*”, a “*estética*”, o “*altruísmo*” e uma “*sagesa*” apurada na sua acção governativa e na busca de parcerias estratégicas que nos sejam muito vantajosas.

No âmbito dos PALOP

Se colocarmos a questão a nível dos países da PALOP, a nossa reflexão deve começar a partir do objectivo para o qual foi criada, enquanto organização, em Junho de 2014: *fortalecer a cooperação entre eles e a Comunidade dos países de língua portuguesa para promover os seus interesses e valores*. Esta cooperação entre os PALOP e parceiros deveria resultar em desenvolvimento económico, científico e tecnológico, na melhoria de uma governação susceptível de dignificar os respectivos povos.

Todavia, agora que nos encontramos no *quinquagésimo* aniversário da libertação dos nossos países do jugo colonial, devemos nos perguntar se tal objectivo foi alcançado. Como foi a cooperação entre os países da PALOP durante os 50 anos das respectivas dipandas? Como as elites de cada um dos PALOP se empenhou na prossecução da realização da intenção ética - *do desenvolvimento económico, na melhoria da governação e na resolução dos problemas dos seus cidadãos*? Pelas dificuldades que os respectivos povos continuam a enfrentar, pensamos que todos claudicaram. Assistiu-se, nesses países, situações menos boas, a nível interno, tais como péssima governação que gera instabilidade política e social, falta de transparência na gestão da *rex publica*, corrupção crónica, incapacidade de consolidar a unidade e a soberania nacionais, de resolver os problemas básicos do povo, irracionalidades financeiras e outras. O povo, esse povo por cuja emancipação política, económica e cultural se predispuseram lutar contra o sistema colonial foi esquecido. Daí o agudizar do fenómeno protestos.

Diante dos grandes desafios que se colocam a nível global, entendemos que impõe-se aos PALOP, e com máxima urgência, retratarem-se nesse quisito, no sentido de que nenhum seja mau exemplo para os outros, e, tal como já o referimos, a saída para tal é precisamente a promoção de uma governação assente na *empatia, na ética, na estética, no altruísmo e na sagese*. Com isso, poderá verificar-se a sensibilidade governamental perante a miséria pela qual passa a maioria das subjectividades que habitam o espaço dos PALOP, o diálogo que gera a razoabilidade e, por conseguinte, o agir intersubjectivo e cooperante que conduz à realização da intenção ética. Isto é, a vontade de fazer acontecer o bem-estar comum que se traduz como justiça equitativa, salvaguarda dos direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Destarte, a busca pela harmonização ou estabilização social, pela humanização das respectivas instituições e consolidação das relações dos países que compõe os PALOP, que devem resultar na adopção de estratégias reciprocamente vantajosas para todos os parceiros, deve ser permanente. Pois, tal como houve cooperação entre os mesmos, no âmbito político e militar para expulsar o colono dos respectivos espaços, hoje, também não deve ser diferente. Aliás, Kwame Nkrumah já o tinha exortado, “*unidos se é mais forte*” e o movimento panafricanista o provou. Os EUA só é forte, porque um conjunto de Estados decidiram formar uma aliança político e militar de facto sob a liderança de um só governo, a União Europeia foi projectada para resistirem às grandes potências em termos de posicionamentos geo-estratégicos e económicos, a MERCOSUL, e muito recentemente surgiu a BRICS, também foi criada com o mesmo propósito.

Esta cooperação entre os PALOP é necessária e deve continuar, porque é futuro dos seus povos que está em causa. Se não queremos continuar a ser retrogradados, os governos desses países têm de ser sérios e persistentes no fortalecimento das nossas alianças, das instituições dos respectivos Estados, tornando-as mais funcionais e eficientes em prol dos anseios dos cidadãos.

Impõe-se, portanto, superar esta inércia dos PALOP em se afirmarem não só como Nações independentes e soberanas, mas também a criação de uma série de pressupostos susceptíveis de garantirem uma interacção igualitária com as outras Nações do mundo. Devem ser capazes de caminharem pelos próprios pés, tendo sempre como foco a busca de um desenvolvimento multidimensional para o benefício dos seus cidadãos e a garantia do equilíbrio à escala global. Aliás, é para isso que existem os governos, é nisso que consiste o seu fundamento e razão de ser.

No contexto da CPLP, os PALOP, a acção destes últimos deve-se fazer sentir dentro do espaço, não só a nível institucional, mas no acompanhamento da situação social dos seus cidadãos que se encontram na diáspora lusófona, assegurando a sua integração social e a salvaguarda dos seus direitos. Pois, também aqui, as relações podem ser minadas, sobretudo agora que está em voga o debate sobre as políticas e leis de migração em várias regiões do mundo. Em relação ao Brasil, por exemplo, muitos dos afrodescendentes vieram das ex-colónias portuguesas em África, e lá temos um *apartheid* não oficializado, mas muito gritante. A integração do negro em Portugal e no Brasil não é fácil. E quanto a Portugal, a história colonial fala por si. Em relação aos migrantes que se encontram na diáspora especialmente lusófona, devemos perguntar como vêm os governos dos países de origem? Ultimamente, tem-se verificado uma onda de manifestações contra os dirigentes angolanos, por exemplo, sempre que esta viagem para o exterior. Não será porque se sentem abandonados por aqueles que deviam ser os primeiros a defendê-los. Estão preocupados com a futura situação em que poderão se encontrar se, porventura, André Ventura assumir o governo em Portugal?

A relação com Portugal, em particular, é paradigmática deste desafio. A perpetuação de uma visão paternalista e neocolonial, ainda que subtil, impede uma parceria verdadeiramente madura e simétrica. Estudos sobre as comunidades angolanas em Portugal destacam a frequente experiência de discriminação e a dificuldade de integração plena, mesmo entre os cidadãos de segunda e terceira gerações (Gonçalves, 2021, p. 78). Isto reflecte a dificuldade de Portugal, enquanto nação, enfrentar o seu passado colonial de forma mais profunda e crítica, tal como tem vindo a ser exigido por sectores da sua própria academia e sociedade civil. O que, de alguma forma, tem comprometido o estabelecimento de relações bilaterais justas ou vantajosas para todas as partes conducente à formação de uma comunidade da CPLP coesa e sólida. Aliás, é por esta razão que alguns intelectuais como Boaventura de Sousa Santos questiona as assimetrias de poder no espaço lusófono e advoga por uma comunidade de povos unidos pela língua, mas conscientes das suas histórias de dominação e dispostos a construir relações futuras baseadas na reparação, na cooperação horizontal e no respeito mútuo e pela diferença (Santos, 2014, p. 201).

E os PALOP não fogem à regra. Mas, deverão fazer o próprio caminho, visto se tratarem de contextos culturais, históricos e sociais diferentes. Devem construir a sua própria plataforma jurídica-filosófica-ética assente sobre o conceito de “*Lusofonia Africana Crítica*”. Só assim os PALOP poderão transcender as negatividades registadas ao longo dos 50 anos e tornarem-se num projecto verdadeiramente emancipatório para os seus povos, ou seja, no espaço africano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto isto, vimo-nos obrigados a defender que, para a consolidação da independência nacional, conquistada há 50 anos, nos nossos países, deve-se buscar intersubjectivamente e consolidar a reconciliação entre todos nós. Até porque o estado normal dos homens não é a conflitualidade que compromete o equilíbrio emocional de uma pessoa, excepto os sociopatas ou psicopatas. O que uma pessoa normal mais deseja é viver em paz consigo mesma e com as outras, por isso também consta no leque das coisas que concorrem para a garantia de uma boa qualidade de vida dos cidadãos de um determinado país.

Mas, o pressuposto disso é a superação de alguns paradigmas tradicionais, mesmo aqueles os emblemáticos, se por acaso se afigurarem em obstáculos para a realização da intenção ética – *do desenvolvimento social sustentável*. Devem ainda serem superados se por conta dos mesmos não podermos afirmar-nos como povos e como Estados independentes e soberanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Davidson, B. (2000). *O fardo do homem negro: Os efeitos do estado-nação em África*.

Félix, K. A. (2024). *Superação dos paradigmas tradicionais e reconciliação nacional em Angola*. Luanda: Autor.

Gonçalves, M. J. (2021). *Entre duas pátrias: Identidade e integração dos jovens angolanos em Portugal* (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.

Mata, I. (2017). *A mediação da cultura pós-colonial: Literaturas angolana e moçambicana*. Edições Colibri.

Pinheiro, J. C. (2019). *A cultura política do MPLA: Do monopartidarismo ao pluripartidarismo (1975-2017)* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Angola.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2022). *Relatório de desenvolvimento humano 2021-2022: Tempos incertos, vidas instáveis: Moldurar o nosso futuro num mundo em transformação*. Nova Iorque: Autor. Disponível em <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22> (Acedido em 5 de setembro de 2025).

Ricœur, P. (1990). *Si-mesmo como um outro* (L. M. César, Trad.). Papirus.

Santos, B. de S. (2014). *Epistemologias do Sul*. Almedina.

Tutu, D. (2000). *Não há futuro sem perdão* (J. A. Silva, Trad.). Gradiva.

DicPoética. (s.d.). Disponível em <http://www.dicpoetica.letas.ufrj.br>

AS CONTROVÉRSIAS: AUTODETERMINAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO⁹⁴

The controversies: self-determination and decolonization

VENTURA, Pedro Paulo Ramos⁹⁵

Resumo

O objeto geral sobre “racionalidade e controvérsia” é fornecer um instrumental de análise que permita examinar a argumentação em termos de confronto entre posições conflitantes. Partindo inicialmente, da distinção que Marcelo Dascal estabelece entre discussão, disputa e controvérsia, o papel das controvérsias será examinado, como motor de esclarecimento para pensarmos a “Descolonização” em Angola, ou se estamos diante da autodeterminação para compreendermos a natureza do rácio que determina a ideia de “descolonização” dos povos africanos. O rácio da autodeterminação como novo modo de percebermos a ideia da “descolonização” em Angola, será examinada dentro das controvérsias como motor de esclarecimento e inovação no desenvolvimento dos povos africanos, tanto para compreender a natureza da racionalidade do “colono”, como de sua praxe - hermenêutico. A “lógica” do rácio colonial quanto a “colonização” é conflituante no ponto de vista, biológica, antropológica, sociológica, histórica, religiosa e filosófica. Tais conflitos, não são controvérsias. A controvérsia supera o conflito.

Abstract

The general objective of "rationality and controversy" is to provide an analytical tool that allows us to examine arguments in terms of confrontation between conflicting positions. Starting initially from the distinction Marcelo Dascal establishes between discussion, dispute, and controversy, the role of controversies will be examined as a driver of clarification for thinking about "decolonization" in Angola, or whether we are facing self-determination to understand the nature of the ratio that determines the idea of "decolonization" of African peoples. The ratio of self-determination, as a new way of perceiving the idea of "decolonization" in Angola, will be examined within controversies as a driver of clarification and innovation in the development of African peoples, both to understand the nature of the "settler's" rationality and their hermeneutic praxis. The "logic" of the colonial ratio and "colonization" is conflicting from biological, anthropological, sociological, historical, religious, and philosophical perspectives. Such conflicts are not controversies. Controversies outweigh conflict.

Palavra – Chave: *As Controvérsias: Autodeterminação. Descolonização e Conflito.*

Keyword: *The Controversies: Autodetermination. Decolonization. and Conflict.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

⁹⁴ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

⁹⁵ PEDRO PAULO RAMOS VENTURA - Universidade Católica de Angola, ANGOLA.

INTRODUÇÃO

O rácio da autodeterminação como novo modo de percebermos a ideia da “descolonização” em Angola, será examinada dentro das controvérsias como motor de esclarecimento e inovação no desenvolvimento dos povos africanos, tanto para compreender a natureza da racionalidade do “colono”, como de sua praxe - hermenêutico. A “lógica” do rácio colonial quanto a “colonização” é conflituante no ponto de vista, biológico, antropológico, sociológico, histórico, religioso e filosófico. Tais conflitos, não são controvérsias. A controvérsia supera o conflito.

Nossa proposta inicial é compreendermos a racionalidade da instrumentalização da manipulação ideológica da colonização portuguesa em Angola e, de alguns países de expressão portuguesa a mesma usada, que esvaziou o sentimento de nacionalismo ao sentimento de subalternização visíveis no *modus vivendi* das “sociedades colonizadas”.

Se empregamos o termos descolonização porque houve a colonização, certo? Certo. Então, o modo de viver dos descolonizados foi afectado desde seu modo de pensar e agir. Compreende – se que o modo como vivemos, pensamos i ou agimos, faz parte de toda uma construção filosófica desconexa ao modo de viver e pensar, da “pré-consciência de quem nasce livre”.

Nascer livre e estar livre, duas coisas diferente no ponto de vista semântico e filosófico, os dois verbos devem ser conjugados de modos diferentes, cada qual tem sua acção no tempo e no seu modo conjugal. O primeiro concebe a ideia de sujeito e, o segundo a condição de ser ou não. Nascer livre faz parte da condição biológica, todos, nascemos um dia, porém, estar livre é uma construção, como também, algum indivíduo pode não estar livre. Por que não ser ao invés de estar? Ser já uma condição biológica e consciente, estar, é uma construção ideológica, é uma revindicação e luta permanente.

Foi isso que fez a colonização, objecto de nossa análise, de tornar os indivíduos numa condição dependente de ser ou não ser. Do indeterminado ao determinado, conceito de proposição lógica de Aristóteles ao se referir ao um sujeito. Pensando assim, foi o que fez a colonização, indeterminar o Negro, sem história, quando tinha, sem origem, quando tinha, sem memórias, quando tinha, tornou – se indeterminado até na história universal.

Por isso falar da descolonização como ideologia nada mais é que debatermos os conceitos à luz das Controvérsias.

1. PARADIGMA LIBERTÁRIOS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NOS PALOP

1.1 O rácio do paradigma libertário e desenvolvimento nacional nos PALOP

A chamada “colonização dos povos africanos” herdeira da tradição antiga grega e romana, deturpou o conceito de pessoa e, humanizar qualquer que seja o indivíduo é a mais pura agressão no ponto de vista filosófico e, porque não, teológico.

Na perspectiva filosófica, a lógica aristotélica e pós - aristotélica, o termo (sujeito) é empregado para designar, numa proposição ou juízo, “ o elemento indeterminado por outro elemento, significa que toda proposição enquanto não se acrescenta um predicado (P) ao sujeito (S), este continua indeterminado, desde o ponto de vista da predicação, de modo que o sujeito do juízo é o indeterminado ou o vazio”. P. ex. na Grécia Antiga o escravo e mulheres e entre outros fora da categorização de pessoa – sujeito eram determinados por uma racionalidade a partir de juízos de um pequeno grupo elitista – filósofos e, estes, são os únicos capazes de administrarem apóles, fora destes grupos, todos os outros são indeterminados e vazios.

É nesta perspectiva que o chamado “colono” olhavam para os africanos, povos indeterminados e vazios. A discriminação sobre os povos africanos remontam desde os tempos bíblicos à modernidade. O olhar desprezível sobre outro é conflituante, gerando assim controvérsias sobre o conceito de pessoa.

Na tradição judaico-cristã, mostrado na teologia dos primeiros séculos, o termo foi amplamente utilizado para se referir ao mistério da Trindade e da Encarnação. Para dirimir questões espinhosas da Teologia, o termo persona foi utilizado para falar de Deus, de Jesus Cristo, do Espírito Santo, e não apenas do ser humano.

A predicação em Aristóteles é o determinante, ao passo que o sujeito é indeterminado e, por aqui merecerá a nossa atenção, para pensarmos o rótulo ao continente africano como um lugar desconhecido, povo sem cultura, sem história e sem ciência, ou seja, o continente indeterminado.

Para a nossa discussão e reflexão sobre o Paradigma Libertário e Desenvolvimento Nacional Nos PALOP penso que é importante repensarmos o sujeito determinado que sobrepõem – se ao indeterminado, esvaziando a construção ideológico de pessoa dos povos africanos.

Segundo Costa (2019, p. 24) em seu artigo sobre o Conceito de Pessoa, que no âmbito do Direito Romano, o indivíduo indeterminado, que não possui nem nome, nem voz é designado pelo termo “caput” que significa cabeça. “Caput” é o indeterminado por trás da máscara, ou seja, da persona, que é o que se resulta concreto pela relação intersubjectiva com outras personas. Deixar de ser pessoa para o Direito Romano era ser expulso da comunidade, deixar de ter reconhecimento jurídico.

Por muito tempo os Negros eram esses “caput”, ainda em muitas culturas – brancas, é assim visto o Negro, escondidos atrás das máscaras, sem voz, sem autonomia, preso a um passado histórico. Essas ideologias do Direito romano – antigo, algumas culturas ainda perpetuam a mesma ideologia do “caput” legitimando a ideia da superioridade racial, que não foge à regra nas colônias europeias sobre o homem negro.

Neste ponto, o Negro teve a necessidade de auto – determinar – se dentro de uma ideologia de resistência contra a colonização, p. ex. em Angola, mas, foi este o sentimento no continente africano que abriu as portas para a luta armada até as independências. A ideologia de resistência também marca uma nova era dos povos africanos, sonhando com a liberdade e a prosperidade da própria África.

É nesta perspectiva que o conceito de controvérsia seja necessário para pensarmos filosoficamente novo modo de inteiração dialógica quando queremos resolver qualquer que seja o conflito de ideias. A controvérsia oferece esse espaço, pois, uma das características são a abertura para novas ideias, pensando nos ganhos cognitivos. Que falaremos mais tarde.

As controvérsias na era colonial e pós – colonial nunca houvera um espaço em que as partes sentasse para debater os problemas da escravidão e dos escravizados, empeirava uma ideologia suprema, sem que tais ideologias fossem polemizadas na base de uma racionalidade “*harde*”, ainda que fosse na racionalidade “*soft*”, as controvérsias foram ficando de lado para não permitir o debate aberto e sério, ignorando o contexto, a cultura dos povos africanos.

Eis a razão por que falamos da auto – resistência ideológica que culminou na luta armada contra a postura ideológica e irresistível do homem branco no continente africano. Quando não se dá espaço e abertura para o outro, é mister que haja reação, para o bem ou para o mal. Normalmente, para o mal. E foi isso que aconteceu com a expulsão dos portugueses em Angola. Os angolanos arrancaram a independência à força, coisa que

poderia ser resolvido na base do diálogo aberto e franco. Aqui cabe o papel das controvérsias. Quando não há espaço para as controvérsias, então, reina, a tirania...

1.2. O rácio da autodeterminação e conflito no Paradigma Libertário e Desenvolvimento Nacional Nos PALOP

Entendemos que as autodeterminações não pressupõem rebeldia, mas resistência a um sentimento psíquico, mental, ou auto-defesa que pode ser externo. Considerando a ideia de um paradigma libertário para o desenvolvimento nacional, o rácio é, resistência frente a todas as forças política externas que não coopere com o desenvolvimento de Angola e de África. Tal resistência não significa antecipar luta, mas, resistir a todas ideologias corruptíveis que ameaça o desenvolvimento nacional bem como o capital humano angolano. Hoje temos uma Angola independente, mas, vivemos ainda o efeito da colonização, é esse efeito que pretende – se combater e resisti – lo, trazer uma nova roupagem ideológica libertária das mentes dos angolanos e de África, para que o desenvolvimento nacional seja possível bem como de toda África.

Fernandes, 2007, pp. 173 – 174. Adorno elege o romance como forma privilegiada de resistência à coisificação do indivíduo em curso no mundo contemporâneo. Para romper com esse estado de coisas o autor deve buscar uma nova forma para o romance, o que implica o rompimento com o Realismo e com um certo tipo de linguagem que pretende apreender a realidade, isto é, aquela que diz que “foide fato assim”. Essa nova forma deve buscar a essência do social, o que deve ser feito por meio de novas técnicas de criação literária como, por exemplo, a distorção e a ironia.

Para Adorno, o romancista que insiste em recorrer aos antigos procedimentos, estaria tomando a aparência como algo verdadeiro e contribuindo com o processo de mistificação, logo, a resistência continua contra toda as forças ideológicas antiquada que coisifica o outro, resistir sobre todas as formas romancista irreal que afigura uma linguagem soberana, quando, na verdade, não passa de utopia, que trava o avanço social e económico de quem seja a nação ou povo.

A necessidade de discutir um novo paradigma ascendente económico, ideológica dos PALOP é importante para se acabar com a força utópica hierárquico um sobre outro, a falsa ideia de que alguém manda, outros obedecem, mais vulgo, dançar a música de quem mais tem a oferecer.

Adorno e Benjamin resistiram contra toda a força romancista do capitalismo moderno, que coisificou os indivíduos a meros instrumentos e força de trabalho para enriquecimento de uns e, o empobrecimento de outros; o romance moderno da falsa pretensão da hegemonia económico dos países mais industrializado do mundo sobre os menos industrializados, continua a utopia de soberania sobre os outros países, trazendo conflitos, divisões regionais, ideologias políticas, falsas ilusões de desenvolvimentos em países africanos, essa luta fria, fruto da colonização ainda se percebe em países africanos. A falsa ideia de África dependente enfraquece sutilmente os povos africanos.

2. AS CONTROVÉRSIAS COMO PONTO DE PARTIDA FILOSÓFICO PARA REDESENHAR O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

2.1. O que são as controvérsias

Entendemos que a ausência de um método de decisão como a “prova” que determina o resultado de um debate entre os participantes e os faz aceitarem a solução por ela ditada, é justamente umas das características definitórias da controvérsia. A controvérsia difere da disputa à medida que, na controvérsia, cada participante não dá por estabelecido a priori que o adversário está errado e o proponente certo, abandonando assim a esperança de poder persuadi-lo racionalmente a mudar de ideia.

A controvérsia difere da discussão por não se restringir à correta aplicação das regras, uma vez que, na discussão, não há divergências quanto a pressupostos comuns, método e critérios. Na controvérsia, todos esses factores podem ser debatidos, permitindo assim, ao contrário, desacordos amplos e radicais, bem como inovações.

2.2. Marco conceptuais

Uma interação polemica é uma interação dialógica na qual pelo menos dois interlocutores mantêm posições opostas a respeito de pelo menos uma questão dada e criticam um ao outro em relação á dita questão (e na maior parte dos casos também em relação a outras questões).

Exibe uma estrutura mínima, constituída por proponente e oponente, interagindo em pelo menos dois turnos, de tal modo que podemos identificar as seguintes etapas sucessivas: P1= Primeira intervenção do Proponente O2= Reação do Oponente a P1 P2=

Reação do Proponente a O1 O2= Reação do Oponente a P2 Interações polêmicas diferem quanto a seus fins, extensão, procedimentos, jogadas, modos de encerramento e lucro cognitivo. Podemos distinguir três principais tipos de ideias de polêmicas: disputa, discussão e controvérsias. Analisar - se a cada uma das suas características, a saber:

- **Disputa:** Objetivo: vitória sobre o adversário; Extensão: divergência bem definida, em geral estendendo - se a divergências pessoais e sociais;
- **Procedimento:** não há concordância quanto a procedimentos de decisão “interna”; Lance preferido: estratégia; possível encerramento: dissolução; possíveis ganhos cognitivos: descoberta de posições, atitude irreconciliáveis.
- **Discussão Objetivo:** determinação da posição verdadeira;
- **Extensão:** problema ou questão bem definida; Procedimento: aplicação de procedimento de decisão acordado;
- **Lance preferido:** prova;
- **Possível encerramento:** solução;
- **Possíveis ganhos cognitivos;** eliminação de crenças equivocadas.

A dicotomia “discussão-disputa” é tida tradicionalmente como exaustiva, excluindo a possibilidade de uma terceira alternativa e enfatizando a seguintes oposições:

Discussão: A verdade pode ser decidida pode ser decidida; Lógica Racional: Versa sobre conteúdo, a mudança de mente é possivelmente possível;

Há, no entanto, uma terceira alternativa para o papel das polemicas na ciência. Trata-se da modalidade de polêmica, que chama- se de “controvérsia”.

- **Controvérsia:** Objetivo: persuasão; Extensão: começa com uma questão bem definida e rapidamente se expande;
- **Procedimento:** cada suposição e procedimento podem ser questionados;
- **Lance preferido:** argumento; Encerramento ideal: resolução;
- **Possíveis lucros cognitivos:** clarificação da divergência; conciliação dos opostos; emergência de ideias inovadoras. As controvérsias exibem, entre outras, as seguintes propriedades epistemicamente importantes:

- **Mudanças de tópico:** controvérsias não permanecem confinadas às questões ou aos problemas que inicialmente as deflagram;
- **Questionamento generalizado:** a expansão da problemática inclui o questionamento por parte dos contendores a respeito dos pressupostos factuais, metodológicos e conceituais de seus adversários;
- **Preocupação hermenêutica:** questões de interpretação estão presentes em todos os momentos e níveis das controvérsias; interpretações são percebidas como contendo em si pressuposições e malentendidos que viciam o debate - um facto do qual os contendores naturalmente querem tirar vantagem; em consequência, dificilmente qualquer interpretação é tomada como incontroversa e a reinterpretação é a regra; Abertura do fechamento: devido ao carácter aberto dos problemas em que as controvérsias usualmente se expandem, o término de uma controvérsia dificilmente consiste em uma decisão a respeito de qual “solução” é a vencedora; apesar disso, um reconhecido “lucro epistêmico” pode ser alcançado mesmo sob tais condições de abertura radical; Estrutura flexível: apesar de sua marcada abertura, as controvérsias não são anárquicas, mas seguem uma estrutura argumentativa ordenada, em que argumentos e contra argumentos sucedem-se e preservam em geral o critério de relevância;
- **Racionalidade soft:** a persuasão racional, objetivo da controvérsia, serve-se de modo de argumentação que vão além dos que permite a lógica dedutiva ou indutiva; a racionalidade à qual obedecem é a do “razoável” e não do logicamente necessário, do presumível e não do obrigatório; graças a isso, ela é uma racionalidade sensível ao contexto, pois argumentos razoáveis em um contexto podem não sê-lo em outro. (Dascal, 2005b, p. 24).

Cada uma dessas propriedades das controvérsias não apenas as distingue da discussão e da disputa, mas explica seu papel especial no progresso do conhecimento científico. Marcelo Dascal, em seu livro *Interpretação e Compreensão*, diz ser necessário considerar a pragmática como um elemento fundamental nas controvérsias. A pragmática em seu sentido mais amplo é uma teoria dos usos da linguagem.

A sociopragmática investiga os usos sociais da linguagem em contraposição aos seus usos privados, puramente mentais. Para serem bem-sucedidos, os interlocutores devem confiar não apenas nas elocuções em si; devem servir - se também do co - texto e do contexto. A tese principal proposta aqui é que, do mesmo modo, a estrutura de uma controvérsia é essencialmente pragmática. Uma controvérsia difere da conversação em vários aspectos. Em particular, a controvérsia não é uma sequência de elocuções nas quais os contendores se alternam, e sim uma sequência de textos mais ou menos longa, que pode conter respostas dirigidas a diversas partes do texto (ou textos) do oponente. Desse modo, em vez de uma única “demanda da controvérsia”, pode exigir uma enorme variedade de tais demandas em cada estágio da controvérsia.

2.2. De que Forma as Controvérsias Contribui no Desenvolvimento Nacional

Por exibir as controvérsias à abertura para dialogar, flexibilidade hermenêutico, inclui lances persuasivo como modelo de interação polémica no debate, não resiste às sequências de elocuções nas quais o debates podem ser alternados sem perder de vista o foco dos contendores. A contribuição consiste na interlocução dialógica que não confina e amarra o debate na tipologia da disputa e discussão, a controvérsia tem uma estrutura lógica, seja hard i é ou soft, a controvérsia flexibiliza os negócios diplomáticos de alcance internacional. Essa flexibilidade dialógica própria das controvérsias, flexibiliza partir de uma razoabilidade soft, cujo lance é abertura para o desenvolvimento bidimensional.

De um modo geral, não há um desenvolvimento de qualquer que seja o país, sem diálogo. O diálogo está na base do desenvolvimento, pois, é a base da diplomacia. Neste caso, fazendo um recuo da história de Angola era colonial, faltou logicamente essa componente, aliás, nunca houvera negociações e muito menos abertura para o homem negro imprimir suas ideias, expor suas aflições, negociarem a independência e a libertação total dos negros na África colonial, em particular em Angola.

Onde opressão e falta de diálogo não pode haver desenvolvimento. Há necessidade de haver disposição para se ouvir as vozes dos oprimidos. Onde há opressão não há liberdade e muito menos desenvolvimento. As controvérsias é a contrapartida dialógica de redimir conflitos porque lhe permite contrabalançar as ideias conflitantes. Não foi isso que ocorreu em 1975 na independência de Angola, aconteceu uma revolta armada sem diálogo e sem abertura para negociação diplomático.

2.3. Perspectivas filosóficas para o Contínuo Desenvolvimento Nacional

Desde que o homem tomou consciência de si mesmo, de sua existência, desde os primeiros “primatas”, homo sapiens, nome científico para designar humano moderno e, também significa “homem sábio”, o ser humano, que hoje conhecemos como moderno, permitiu, o desenvolvimento da fala e da cultura. “Nós os humanos”, apresentamos uma complexa história evolutiva, como p. ex. a árvore das espécies hominídeos, como, Homo Astralupih-tecu, Homo Abilis, Homo Erectus, Homo neandearthalensis e Homo Sapiens, suas características e evolução é palco de muitas disputas e rivalidade com a teoria do criacionismo, que arrogam, que Deus fez o homem. Os conflitos que giram em torno da existência humano, não é de hoje, datam aí 200 mil ano, a.C.

Desde o período paleolítico, neolítico, mesolítico a idade da pedra, neste período homem já viviam em comunidade, com uma “consciência” de evolução a partir das invenções como forma de sobrevivência e a necessidade de organização comunitária. Para além do cérebro desenvolvido (homo sapiens) considerado como homem sábio, a espécie humana difere-se dos seus ancestrais mais antigos por possuírem uma postura erecta e ser bípede (utilizando duas pernas).

O bipedismo é um marco na nossa evolução humana, permitiu que nossas mãos estivessem livres para a realização de outras tarefas, incluindo a criação e utilização de ferramentas complexas, como, a lança, arma de fogo, instrumento agrária.

2.4. A Pólis – lugar da Consciência livre e da Liberdade

Encaminho essa discussão da seguinte forma: sei que estou a entrar em um campo minado, mas, desde que o homem deixou a nomadização teve a necessidade de sedentarizar – seque lhe permitiu organizar – se e buscar o desenvolvimento tanto pessoal como da própria cidade.

O termo cidade é largamente discutido na antiga Grécia. A pólis foi a cidade-estado grega, uma organização política, social e autônoma. As cidades-estado compartilhavam uma cultura comum, como a língua e a religião, porém, cada uma possuía suas próprias leis, governo e autonomia política e econômica, isto estamos a falar de Atenas e Esparta.

Cada pólis era soberana, com suas próprias leis, exército e finanças. A pólis incluía tanto a cidade principal quanto as áreas rurais. Muitas cidades se formaram em locais

altos chamados acrópoles, que abrigavam templos e centros administrativos. A Ágora também era um espaço público crucial para debates políticos e sociais. A pólis era composta por cidadãos (politai), que eram homens livres e nascidos na cidade. A participação política variava, sendo mais intensa em cidades como Atenas, com a democracia direta.

Nos interessa ressaltar que a vida política e filosófica se fazia na Ágora, espaço próprio para o debate filosófico e político. A cidade é o espaço dos que pensavam a Atenas, é o lugar dos filósofos, aqueles que na opinião de Platão os únicos que podem governar a cidade.

A Pólis é o lugar da consciência livre, onde os politais, (cidadãos) desenvolvem a cidade com suas ideias filosóficas, o lugar da liberdade e da democracia. A democracia é entendida como liberdade, ou seja, o cidadão tem direito a opinar sobre a sua cidade, deve ser ouvida suas inquietações. O desenvolvimento passa por esse véis. Sem democracia e consciência livre, não há espaço para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva filosófica, o continuo desenvolvimento nacional depende e muito da consciência colectiva e, que a democracia, os debates livres são os indicadores de uma cidade em desenvolvimento. A Ágora é o lugar das controvérsias, de filosofar abertamente sem receio científico e sociais. O lugar da crítica, dos reparos, das justificativas e da abertura ao novo, elemento essencial nas controvérsias.

A cidade é o lugar da cultura, do desenvolvimento, não que a rural não fosse, aliás, é a que abastece a cidade, tem seu lugar no espaço desenvolvimentista, assim, em Angola, seu desenvolvimento não foge a regra, ou seja, da liberdade, consciência colectiva e, a própria democracia é a ponte que nos levará todos ao desenvolvimento.

Os filósofos mais do que nunca devem reivindicar a Ágora, espaço próprio do debate – livre de modo a contribuir no desenvolvimento de Angola, porque não dizer, que os filósofos africanos devem reassumirem com intensidade esse lugar para que possamos alcançar o que reivindicamos o desenvolvimento e descolonização da África.

CONCLUSÃO

Nascer livre e estar livre, duas coisas diferente no ponto de vista semântico e filosófico, os dois verbos devem ser conjugados de modos diferentes, cada qual tem sua acção no tempo e no seu modo conjugal. O primeiro concebe a ideia de sujeito e, o segundo a condição de ser ou não. Nascer livre faz parte da condição biológica, todos, nascemos um dia, porém, estar livre é uma condição, como também, algum indivíduo pode não estar livre. Por que não ser ao invés de estar? Ser já uma condição biológica e consciente, estar, é uma construção ideológica, é uma revindicação e luta permanente.

Foi isso que fez a colonização, de tornar os indivíduos numa condição dependente de ser ou não ser. Do indeterminado ao determinado. Pensando assim, foi o que fez a colonização, indeterminar o Negro, sem história, quando tinha, sem origem, quando tinha, sem memórias, quando tinha, tornou – se indeterminado até na história universal.

Por isso falar da descolonização como ideologia nada mais é que debatermos os conceitos à luz das Controvérsias. As Controvérsias diferente da ideologia, ele te permite na Ágora assumir seu papel consciente de contribuir filosoficamente na pólis, o direito de ser e estar livre num espaço democrático.

E nesse espaço por via de regra se dá o desenvolvimento nacional, a abertura ao outro, às novas ideias e sem medo de quebrar velhos paradigmas que foram instrumentos de opressão e resistência ao desenvolvimento humano. Cabe nós frutos dessa luta pós-colonial nos abrimos as novas consciências, abertos/a para desafios que enaltece os indivíduos; a valorização da ciência e abertura para debates controversos como sinais de que amadurecemos e rumo ao desenvolvimento nacional.

Despirmos – nos dos preconceitos (“des-scolonial”) e colonial, é urgente se estamos a pensar redesenhar os PALOP como interconexão para desintoxicar as piúrias (infecção) do passado ainda presente em nossas sociedades. Devemos aproveitar as oportunidades, há semelhança deste, comemorando os 50 anos de independência nacional, debatermos na tipologia das Controvérsia, bom momento para sinalizarmos a liberdade de consciência, a volta à Ágora, o desejo ao desenvolvimento dos países que pertence aos PALOP e outros afectos ao continente africano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Biazi, C. A. S. M. (2015). O princípio de autodeterminação dos povos dentro e fora do contexto da descolonização. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, 67, 181–212.

Costa, D. D. (2019). O conceito de pessoa. *Helleniká – Revista Cultural*, 1(1), 21–38.

Dascal, M. (2005). A dialética na construção coletiva do saber científico. In A. C. Regner & L. Rohden (Orgs.), *A filosofia e a ciência redesenham horizontes* (pp. 15–31). Ed. UNISINOS.

Fernandes, N. A. M. (2007). O conceito de resistência em Benjamin e Adorno. *Araraquara*, 6(10). Universidade Estadual Paulista/UNESP.

AQUINO DE BRAGANÇA E O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO CORRECTA DO INIMIGO: Uma abordagem preliminar

Aquino de Bragança and the problem of the correct definition of the enemy: a preliminary approach

DARCH, Colin⁹⁶

Resumo

A “geração Amílcar Cabral” estava profundamente preocupada com a questão teórica da correta identificação do inimigo durante a luta armada de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, bem como com o reconhecimento da unidade da luta contra colonialismo português. No âmbito dos movimentos de libertação, esta preocupação estendeu-se à formação político-militar e à educação das massas nas zonas libertadas. Um importante contributo para o debate foi a coletânea de textos em três volumes, organizada por Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein e publicada em português em 1978. Aquino, embora nunca tenha aceite qualquer cargo político ou diplomático em Moçambique, foi uma figura importante nas iniciativas de colaboração desde a década de 1950 e desempenhou papéis importantes, ainda que discretos, em vários momentos, tanto antes como depois da independência. Contudo, a sofisticação da análise diminuiu drasticamente após a independência com o desaparecimento do inimigo principal, e a questão quase desapareceu do discurso político moderno.

Abstract

The “generation of Amílcar Cabral” was deeply concerned with the theoretical question of the correct identification of the enemy during the armed struggle for national liberation in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique, as well as recognition of the unity of the struggle against Portuguese colonialism. Within the liberation movements, this concern extended into politico-military training programmes as well as mass education in the liberated zones. A major contribution to the debate was the three-volume collection of primary texts edited by Aquino de Bragança and Immanuel Wallerstein and published in Portuguese in 1978. Aquino, although he never accepted any political or diplomatic appointments in Mozambique, had been an important figure in collaborative initiatives from the 1950s onwards, and played important but low-key roles in several moments both before and after independence. However, the sophistication of analysis dropped sharply after independence, with the disappearance of the primary enemy, and the issue has largely disappeared from modern political discourse.

Palavras-chave: *África lusófona; Lutas de libertação nacional; Aquino de Bragança; Teoria política.*

Key-words: *Portuguese-speaking Africa; Liberation struggles; Aquino de Bragança; Political theory.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

⁹⁶ COLIN DARCH – University of Cape Town, Democratic Governance and Rights Unit, Department Member, SOUTH AFRICA. Email: colin.darch@uct.ac.za

Não bastava pôr fim ao sistema colonial português. Era preciso fazê-lo partindo de uma teoria e de uma prática que não imitasse fosse no que fosse os métodos e modelos do inimigo. A experiência das independências dos anos 1960 tinha demonstrado que só um dos símbolos tinha sido decapitado (neste caso o branco) e que a única solução consistia em atacar as raízes do sistema [...] A luta contra o sistema colonial tinha necessariamente de passar por uma ruptura a todos os níveis: concepção da história, concepção das relações sociais, económicas e políticas

(Centro de Estudos Africanos, 1983, p.4)

Com base numa ideologização completa da política [...] a distinção entre inimigo e criminoso chega ao fim — e agora não apenas numa fase revolucionária, mas permanentemente. Da mesma forma, a distinção entre civil e militar começa a diluir-se. Isto significa, naturalmente, que a figura central do inimigo interno passa a ser criminalizada. Mas o inimigo externo é também criminalizado, o que resulta numa situação em que as guerras, tanto internas como externas, passam a ser travadas não só contra exércitos, *mas também contra [...] ideologias, sociedades, formas de vida e modos de produção*

(Galli, 2009, p.208, grifo nosso)

O Contexto: a Definição do Inimigo nas Lutas de Libertação

Ao celebrarmos o meio século das independências de Angola e Moçambique – e um período ainda mais longo no caso da Guiné-Bissau – a nossa atenção é prestada, antes de mais nada, nas diversas lutas armadas de libertação nesses países, guerras anticoloniais travadas em resposta à intransigência do regime fascista português da época. Estas lutas conduziram às formas de independência que agora celebramos, sem refletirmos suficientemente, ousar sugerir, sobre a inevitabilidade dos resultados alcançados. Apesar da crença de que “a vitória é [ou era] certa”, o historiador florentino Guicciardini salientou mesmo no século XVI que era um erro “ [...] pensar que a vitória de uma causa depende da sua justiça [...] Não é o direito, mas a prudência, a força e a boa sorte que trazem a vitória [...] ter uma causa justa pode ser indiretamente útil, mas é errado acreditar que possa ser de uso direto” (1994, p.66). Claro que, se a vitória não era de fato predestinada, ainda mais um motivo para celebra-la, bem como analisar se as formas realizadas das independências também eram ou não eram inevitáveis (Larmer e Lecocq, 2018).

Em todo o caso, nas colónias portuguesas de África, estas lutas foram dirigidas por uma extraordinária geração de líderes políticos africanos, homens e mulheres de ação que compreendiam muito bem a importância da *teoria política* na luta: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Mário Pinto de Andrade, Samora Machel, e muitos outros. Entre estes outros, encontravam-se figuras que, embora nunca tenham assumido funções abertamente da liderança política, exerceram, no entanto, uma influência significativa no pensamento e na prática dos movimentos de libertação; Aquino de Bragança foi exatamente uma dessas figuras.

Um dos textos da época que foi muito influente era o de Amílcar Cabral, *A Arma da Teoria*, originalmente uma palestra proferida em Cuba em 1966, na qual ele defende primeiro que “não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo” (Cabral, 1980, p.23). Em segundo lugar, continua argumentando que “se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda *ninguém praticou vitoriosamente uma revolução sem teoria revolucionária*” (Cabral, 1980, p.26, grifo nosso). Cabral entendeu bem que a luta de libertação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau *não era uma luta simplesmente contra os portugueses*, lembrando-se repetidamente aos seus camaradas que “não confundimos a exploração ou os fatores de exploração com a cor da pele dos homens; não queremos mais a exploração no nosso país, mesmo feita por Negros” (Cabral, 1965). De facto, as suas primeiras lutas políticas nem sequer foram travadas em nome do povo guineense: em 1966, recordou que durante o seu período como estudante em Portugal, “antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, *lutamos pelo povo português*” (Dias, 2022, p.86, grifo nosso).

Neste contexto, uma das questões teóricas fundamentais, que preocupou Cabral e os seus camaradas ao longo das décadas de 1960 e 1970, e aliás até aos primeiros anos da independência, foi a correta “identificação do inimigo,” tema que percorre como fio condutor grande parte do discurso do período – nos escritos de Agostinho Neto, nas falas de Samora Machel, na documentação da Frelimo, e assim por diante. Samora Machel repetia a mesma ideia várias vezes em entrevistas e discursos improvisados, por exemplo durante a Viagem Triunfal de Maio-Junho 1975: “Quem é o nosso inimigo? Aqui em Moçambique nós temos pretos, temos brancos [...] temos indianos que nunca conheceram a Índia [...] outros pretos engajavam-se no exército colonial contra nós” (Machel, 1975b).

Mas este foi também um dos pontos-chave de *desacordo* entre os movimentos agrupados em torno da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (a CONCP) e uma outra tentativa malsucedida de “criar um organismo unitário paralelo, mas sem resultado” (Pinto de Andrade, 1997, p.174). Este foi o chamada e efêmera “Aliança do Congo” em Leopoldville, composta pela UDENAMO, o PAC, o SWANU e, durante algum tempo, a ZANU (Tornimbeni, 2022, p.1106-1110): o que “gerou os conflitos mais acalorados foi a composição ‘racial’ dos movimentos de libertação [...] e a *definição do inimigo na luta anticolonial*” (Tornimbeni, 2022, p.1109, grifo nosso). Claro que estes dois aspetos estavam profundamente interligados, como Neto explicou numa mensagem radiofónica transmitida em Junho de 1968:

[...] não estamos em vias de travar uma guerra racial. O nosso objectivo não é combater o homem branco, apenas porque é branco. O nosso objectivo é combater aqueles que apoiam o regime colonial [...] Se desprezarmos esta formidável força que é representada pelos progressistas de todo o mundo e pelos países subdesenvolvidos, baseando-nos nas diferenças raciais, estaríamos a cavar a nossa própria sepultura (Bragança e Wallerstein, 1978, vol. 2, p.277).

Por outras palavras, a luta pela libertação – mais ambiciosa do que uma mera independência nacional – não poderia ser enquadrada, e não deve ser enquadrada, como se fosse uma luta pela libertação dos negros da dominação branca. Esta é a primeira parte de uma definição negativa – o que o inimigo não é – e conduz logicamente a um segundo elemento, que é a definição negativa do objetivo da luta; evitar a substituição da cara do explorador branco pela do explorador negro. Em outras palavras, alcançar uma verdadeira transformação social. Esta posição era incompatível com o nacionalismo étnico dos movimentos da Aliança do Congo, para quem a luta era na sua essência entre negros e brancos, e gerou diversos resultados infelizes; por exemplo, a ZANU adotou o slogan “nós somos os nossos próprios libertadores” no seu congresso de fundação em Maio de 1964 (Sithole, 1974) e a suspeita em relação aos brancos militantes persistiu em vários movimentos de libertação durante décadas. Em 1967, a ZANU era capaz de generalizar sobre a população branca da Rodésia que “*na sua totalidade*, se uniram ao grupo de fascistas brancos” e que “*todos eles* exercem o seu direito colonialista de humilhar o africano por nenhuma outra razão senão por ser negro” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.2, p.273).

Entretanto, num discurso proferido na Universidade de Dar es Salaam em Fevereiro de 1974, Neto identificou três aspetos deste problema; havia, argumentava, uma necessidade

[...] de ver o problema com clareza e de responder claramente a estas questões [...] quem é o inimigo? O que é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? As respostas a estas perguntas [...] não dependem apenas do desejo de ser livre, dependem também do conhecimento e duma concepção do mundo e da vida, dependem da experiência vivida (Neto, 1974, p.15).

Esta preocupação não era exclusiva do MPLA em Angola, ou ainda aos movimentos nas colónias portuguesas. Mário Pinto de Andrade conheceu e interagiu, por exemplo, com o intelectual martinicano-argelino Franz Fanon em Paris, em meados da década de 1950. Fanon queria que os angolanos iniciassem imediatamente a luta armada e mostrou-se impaciente com a abordagem mais cautelosa do MPLA (Zeilig, 2021, p.120-121). No final Fanon optou por apoiar a UPA/FNLA de Holden Roberto, que era particularmente afeiçoada à posição de Fanon sobre a violência revolucionária. Onde os seus pensamentos convergiam era em a necessidade de desenvolver “uma imagem específica e precisa do inimigo” (Gabbas, 2021, p.30). Mas as posições de Pinto de Andrade e outros eram “notoriamente incompatíveis com as teses defendidas por Fanon sobre o papel destruidor da violência na libertação dos oprimidos” (Duarte Silva, 2024, p.56).

Para o MPLA e a FRELIMO, era mais do que um mero problema teórico; era uma questão que precisava de ser incutida na prática dos próprios combatentes para que a luta fosse autenticamente vitoriosa. Sabemos, por exemplo, que a FRELIMO utilizou o processo da chamada “narração de sofrimento” contada por cada militante durante o treino em Nachingwea, para reforçar a ideia de que os colonos brancos não deveriam ser vítimas de ajustes de contas, e que o inimigo era sim *um sistema* e não portugueses individuais. Por exemplo, segundo o testemunho do enfermeiro militar João Naftal Chaúque, numa certa ocasião, um recruta em Nachingwea

[...] ao explicar-se, disse que o seu objectivo era treinar a manejar uma arma para, depois, *voltar para a sua aldeia e matar o branco que arrancara as suas terras*. Estas nossas narrações [...] eram, depois, usadas para a nossa própria formação política. Por exemplo, que nós não estávamos a lutar contra os brancos, mas contra o sistema colonial de opressão (Matusse, 2018, p.199, grifo nosso).

O MPLA igualmente tentou educar tanto os combatentes como os civis sobre a verdadeira natureza dos inimigos primários e secundários. Numa entrevista de 1968, Spartacus Monimambu, um comandante do MPLA na Região Leste e membro do Comité Central, explicou a posição do movimento:

O nosso inimigo primário é o colonialismo português. E o povo precisa de saber isto [...] nós fazemos esforços para educar o nosso povo contra o imperialismo [...] É muito importante que o nosso povo saiba isto [...] porque existem algumas organizações angolanas, como a UPA e o grupo de Savimbi, que estão a tentar incitar o povo contra todos os homens brancos e contra os mulatos. Dizem que todo o mulato é filho de um português e deve ser morto, e que todo o branco deve ser morto também [...] Não devemos seguir esse caminho [...] (Monimambu, 1973, p.32-33).

O Contributo de Bragança e Wallerstein

Podemos constatar assim que a primeira geração de líderes dos movimentos de libertação estava seriamente preocupada com as questões político-teóricas em torno da identificação do inimigo; debateram e divergiram sobre o assunto, integraram-no nos seus programas de formação político-militar, e continuaram a focar-se nele no período pós-independência.

Contudo, aquela que é provavelmente ainda a maior contribuição para a discussão do tema, era uma coletânea de textos em três volumes, intitulada *Quem é o Inimigo?*, organizada pelo intelectual moçambicano Aquino de Bragança em colaboração com o estudioso norte-americano Immanuel Wallerstein, e publicada em Lisboa (1978). Os textos incluídos foram originalmente compilados em 1973-1974 e o trabalho foi concluído por volta da altura do golpe de 25 de Abril em Portugal. Parece razoável supor que o projeto foi concebido tanto como uma intervenção política como académica, tanto mais que a premissa de trabalho antes do golpe português era a de que as lutas se prolongariam ainda por anos. Os autores manifestam explicitamente a esperança de que o seu trabalho se torne “uma ferramenta que [...] auxiliará na necessidade permanente de autocrítica” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22). Em termos do seu potencial público-alvo, os autores esperavam atingir três objetivos: primeiro “apresentar a perspetiva dos movimentos à opinião pública fora da África”; segundo, “proporcionar aos povos da África Austral o seu justo lugar no equilíbrio mundial das preocupações humanas”; e último, “ser lidos por africanos fora das Áfricas portuguesa e Austral” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22).

Wallerstein tinha reunido ao longo do tempo uma vasta coleção particular de documentação sobre os movimentos de libertação (Grier e Kinsman, 1977) e parece provável que o seu contributo essencial tenha sido o de disponibilizar este material para seleção – o que de forma alguma sugere que não estivesse profundamente envolvido na escrita e na análise. No entanto, Bragança e Wallerstein deixam claro que estão a trabalhar para salvar fontes frágeis e fugitivas que podem facilmente perder-se na história: documentação que “corre o risco de se perder ou, pelo menos, indubitavelmente, imergir na obscuridade” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22). O primeiro volume tem um prefácio de Melo Antunes e, de seguida, apresenta uma “Anatomia do Colonialismo”; o segundo trata “Os Movimentos de Libertação Nacional”; e o terceiro volume centra-se em “A Estratégia de Libertação”. Na sua introdução os organizadores salientam que a maioria dos movimentos de libertação concorda em termos gerais, mesmo que pudessem também apresentar algumas divergências insignificantes. Por vezes, porém, a divergência é mais profunda, sobretudo porque “o próprio conceito de «nacionalismo» é, em si, ambíguo” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.20). De seguida, numa passagem fundamental, os autores descrevem o seu objetivo, enfatizando mais uma vez a *ambiguidade* como característica do desenvolvimento ideológico no seio dos movimentos de libertação:

A ambiguidade mais fundamental reside na *determinação dos oponentes primários (e secundários) contra os quais se deve lutar. Daí, o título da coletânea: Quem é o inimigo? É esta a interrogação fundamental sobre a qual existem divergências de pontos de vista, importantes e insignificantes. Não propriamente divergências, se se definir inimigo em termos gerais como «imperialistas» e «colonialistas». Mas quem são concretamente os agentes primários dessas forças em momentos e lugares dados representa uma questão em que os militantes honestos podem discordar, e discordam* (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.20, grifo nosso).

Alguns anos mais tarde, foi publicada em Londres uma edição em inglês, mas a editora mudou o título para o muito menos descritivo e ativamente enganador *The African Liberation Reader* (Bragança e Wallerstein, 1982). Numa resenha crítica desta edição inglesa, desconhecendo presumivelmente o princípio orientador original para a seleção dos textos – a identificação do inimigo – o Basil Davidson chegou a comentar que “alguns leitores encontrarão *omissões que os desiludirão*; outros questionarão o valor deste ou daquele item; e todos, inevitavelmente, pedirão mais. De um modo geral, parece-me que a selecção é tão boa quanto poderia ser, *dadas as limitações aceites*” (Davidson, 1984, p. 117-118, grifo nosso).

Seja isso como for, a coletânea na sua edição original é apresentada pelos organizadores com alguma subtileza; com efeito, fazem uma exigência explícita relativamente aos textos, escrevendo que “o leitor não se deve limitar a lê-os. Deve igualmente *ler e criticar*” (Bragança e Wallerstein, 1978, p.24, grifo nosso). O tema central é desenvolvido através da apresentação de múltiplos excertos de documentos não só de movimentos nas colónias portuguesas, mas também do Zimbabué, da África do Sul e da Namíbia; e não só de movimentos considerados politicamente autênticos, mas também da UNITA, do COREMO, da FNLA, da PAC, da SWANU, entre outros. Os organizadores reconheceram que este era uma “questão [...] delicada, que reside não em que textos se devem escolher, mas que movimentos” e também que “não existe uma solução fácil” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.23).

A Questão Goesa e o Papel Histórico de Aquino de Bragança

Embora Aquino de Bragança (1924-1986) seja talvez mais recordado hoje em dia como diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência, é necessário conhecer um pouco mais sobre o percurso da sua vida e as suas ideias para compreendermos porque foi, muito provavelmente, o único autor possível da coletânea que acabei de descrever. Aquino (como era universalmente conhecido) não foi apenas um professor, um jornalista empenhado,⁹⁷ e um líder no desenvolvimento de métodos de investigação pioneiros (Sousa Santos, 2012, p.36-37); esteve também profundamente envolvido na política do seu tempo. Passou a sua vida inteira comprometido com a luta pela libertação de Goa, de Moçambique, e da África em geral. Aquino nasceu em 1924, na colônia portuguesa de Goa. Abandonou Goa quando era jovem e foi para o Moçambique colonial, mas depois, dececionado com o racismo que enfrentou lá, mudou-se para França, onde estudou ciências e começou a conviver com outros jovens radicais anticoloniais, tais como Marcelino dos Santos, Cabral, e outros, participando, por exemplo, na famosa reunião anticolonial de 1957 em Paris. Pode se dizer que o seu “universo intelectual”, durante o resto da sua vida, foi predominantemente francês e grande parte dos seus escritos se encontra naquele idioma (Mozambique History Net, 2011; veja também Bragança, 2009; Mondaini, 2014).

⁹⁷ Grande parte do seu trabalho jornalístico (em francês) nas décadas de 1960 e 1970, para publicações como *Afrique-Asie* e *L'Economiste du Tiers Monde*, está disponível no site Mozambique History Net em <https://www.mozambiquehistory.net/aquino.php>.

Após a independência em 1975, voltou a Moçambique, mas recusou qualquer nomeação política como ministro ou embaixador, querendo “apenas [...] um centro de estudos” – o Centro de Estudos Africanos (CEA) – para investigar e conhecer as realidades quotidianas do povo. Mesmo assim, como assessor de confiança de Machel, desempenhou múltiplas missões diplomáticas, empreendendo tarefas sensíveis e altamente discretas a serviço da revolução moçambicana. Morreu no desastre aéreo de Mbuzini, em outubro de 1986, ao lado do Machel. É evidente que Aquino compreendeu, ainda jovem, que o próprio Império Português necessitava de ser completamente desmantelado antes que as populações colonizadas pudessem ser libertadas. Era também evidente que o elo mais fraco, o fruto mais fácil de colher, era a Goa Portuguesa. Quando, portanto, apareceu uma oportunidade de pressionar o Governo da Índia a tomar medidas para libertar Goa, Aquino aproveitou-a, aparentemente com sucesso. Segundo o seu próprio testemunho numa palestra proferida em 1979, esta oportunidade surgiu em Outubro de 1961, no “Seminário sobre o Problema das Colónias Portuguesas”, realizado em Nova Deli, por iniciativa do primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru (Martins, p. 174; ver também PIDE, 1961).

[...] nesse colóquio, foram convidados todos os movimentos de libertação [...] das colónias portuguesas [...] Toda a gente [...] todos os movimentos estiveram lá presentes [...] a chefia foi dada à Marcelino dos Santos, que era naquelas alturas secretário-geral da CONCP. Tratava-se de um colóquio muito académico [...] mas os movimentos nacionalistas quando chegaram para lá, não estavam nada interessados em se engajarem debates académicos. Depois do levantamento de 1961 em Angola, nada era académico [...] Então, transformamos este debate académico num debate público sobre a questão de Goa. Toda a gente levantou os problemas de Goa [...]

No final do seminário, o governo indiano organizou uma espécie de recepção, que contou com a presença dos participantes, bem como a de Nehru, cuja principal preocupação política na altura eram as eleições gerais que se realizariam um pouco depois, entre 19 e 25 de Fevereiro de 1962. De qualquer modo, segundo Aquino, Nehru começou a conversar com Marcelino dos Santos, com Aquino a servir de intérprete de inglês:

[...] estivemos a conversar, e [Nehru] perguntou assim: ‘What can I do for you?’ – o que é que posso fazer por si? E eu puxei [Marcelino] pela manga e disse: diga lá umas coisas um bocado fortes. E o Marcelino dos Santos [...] soube dizer em poucas palavras o muito que eu queria que a Índia fizesse. Disse: ‘what you can do for me is something that you can do for yourself’ – aquilo que você pode fazer por mim é qualquer coisa que você pode fazer por si próprio [...]

Isto visava, naturalmente, intervir em Goa, o que teria um impacto propagandístico desproporcional à importância da pequena e mal defendida colónia. Aquino e dos Santos compreendiam claramente que o seu inimigo era o sistema colonial português, e um golpe contra esse sistema seria um golpe totalizante a favor de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Assim,

[...] dos Santos disse o seguinte: ‘Oiça, se Goa for libertada e integrada na Índia, cairá o mito da unicidade do império.’ Este mito, império criado por Deus, divino – era uma concepção um bocado divina que tinham os portugueses [...] entre Deus, Padre e Filho, estava o Salazar e mais o Império.

Nehru, sendo político experiente, mudou polida e rapidamente de assunto e saiu para conversar com outros convidados. No entanto, o então Ministro da Defesa indiano, Krishna Menon, tinha ouvido a conversa e comentou com Aquino “este plano não vai fazer nada, não vai fazer nada [...] se quer que haja alguma coisa em Goa, é preciso meter isso na boca da imprensa”. E assim a história vazou para a imprensa – especificamente para o semanário progressista *Blitz*, e

[...] começou-se uma grande campanha de libertação de Goa e, praticamente, contra o desejo dos dirigentes indianos, contra o desejo do Senhor Nehru [...] fez-se a libertação da Goa (Bragança, 1979, grifo nosso).

Naturalmente esta narrativa é inteiramente anedótica e reconstruída a partir da memória de um participante. Nehru tinha respondido cautelosamente aos apelos anteriores de medidas em relação a Goa, argumentando que “temos de estabelecer prioridades, e nada é mais importante do que a paz no mundo. Tudo o resto tem um papel secundário (Gaitonde, 2018, p.248), mas o seminário proporcionou uma plataforma para ainda mais pressão. No seu discurso na sessão de abertura, Nehru admitiu que o seu governo aceitou a ideia do uso da força *como hipótese* mas para já preferiu “tentar resolver a questão pacificamente” (Gaitonde, 2018, p.249). Quando tinha a palavra, Marcelino dos Santos reconheceu a disponibilidade de Nehru para, pelo menos, considerar uma intervenção militar, mas realçou que “o maior contributo que a Índia poderia dar à luta de libertação das colónias portuguesas seria a integração de Goa, uma acção que destruiria, de uma vez por todas, a unidade da dita nação portuguesa” (Gaitonde, 2018, p.249-250). Na sessão de encerramento, Nehru voltou a referir a implementação de “outros meios”, e a resolução final do seminário incluía uma alínea afirmando que “a libertação de Goa será de grande importância na libertação das colónias portuguesas e é, por isso mesmo, um

assunto da maior urgência” (Gaitonde, 2018, p.251). O que é inequivocamente claro é que estes militantes estavam conscientes, na sua resposta à segunda pergunta de Neto acima citada — o que é o inimigo? — da necessidade de atacar o Império Português no seu ponto mais frágil.

Entretanto, em declarações proferidas em Abril de 1984, Mário Pinto de Andrade comentou que a invasão de Goa pelo exército indiano “não era exatamente o que nós exigíamos” no seminário. O que foi solicitado foi que “considerassem os movimentos de Goa como movimentos capazes de assumir a direcção de uma luta [...]” mas a ação precipitada do governo indiano “provocou uma crise, esteve quase a criar uma crise internacional no Conselho de Segurança” da ONU, e a invasão pode mesmo ser considerada como uma “um prolongamento da Conferência da CONCP” (Pinto de Andrade, 1997, p.168).

Apesar de nunca ter aceite um cargo diplomático oficial, Aquino foi mensageiro de confiança da liderança do Partido Frelimo sobretudo no período que se seguiu ao golpe em Portugal e durante a delicada transição para a independência em 1974-1975. Quando aconteceu o 25 de abril, foi Aquino quem Machel escolheu para ir a Lisboa e avaliar a situação, fazendo um balanço de quem na verdade detinha o poder. Tal como ele relata no seu artigo “Independência sem Descolonização” (Bragança, 1986) o seu conselho à FRELIMO foi de esperar pelas desfiles populares de primeiro de maio, para ver se houve ou não qualquer repressão dos manifestantes. Depois aconselhou negociar com os capitães progressistas, e não com os generais conservadores. Após a Independência e até à sua morte, Aquino continuou a realizar ocasionalmente missões diplomáticas discretas em nome do Governo moçambicano.

A CONCP: a Organização como Manifestação da Teoria

Como já vimos, o nascimento da CONCP – que até hoje tem recebido relativamente pouca atenção académica (Tornimbeni, 2022, p.1100)⁹⁸ – foi o culminar de uma série de reuniões, discussões e trabalho organizacional clandestino. Aquino foi envolvido desde o início: esteve presente em 1957 em representação do Partido Popular

⁹⁸ Para fac-símiles de alguns documentos do CONCP, ver Rocha (2002, vol. 1, p. 573-582); alguns outros documentos estão disponíveis no site *Struggles for Freedom: Southern Africa*, <https://www-jstor-org>, assinatura necessária.

Goês, na reunião seminal e clandestina no apartamento de Marcelino dos Santos em Paris (Rocha, 2002, vol. 1, p.134-137; Duarte Silva, 2024, p.43-44). Esta reunião contou com a presença de Amílcar Cabral, Guilherme do Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, e estabeleceu o princípio de que os ativistas nas diferentes colónias estavam empenhados na luta *contra um inimigo comum*, uma percepção-chave no processo da definição. Conduziu diretamente à fundação em Lisboa do Movimento Anti-Colonialista (MAC), depois à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN) e, finalmente, em 1961, à CONCP, inicialmente sediada em Rabat (Rocha, 2002, vol. 1, p. 138-146 e 205-211). Era bastante explícita a sua função de apoio à colaboração entre os movimentos membros.

A organização foi criada numa reunião em Marrocos em Abril de 1961, na qual participaram representantes dos movimentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – e Goa esteve representada por Aquino de Bragança. Segundo Mário Pinto de Andrade, a escolha de Marrocos foi em grande parte consequência dos extensos “contactos com os marroquinos – Ben Barka, Balafrej, gente do Partido de Istiqlâl” de Marcelino e Aquino (Pinto de Andrade, 1997, p.110). O facto de Aquino se ter mudado a residência para Marrocos em 1958 abriu caminho “a possibilidade que ele teve de prosseguir ali os seus contactos, o que mais tarde levou à reunião (Pinto de Andrade, 1997, p.110). A CONCP assentava numa visão clara da necessidade de coordenação: a “Declaração Geral”, sob o lema “unidade, solidariedade, cooperação”, proclamava a unidade de acção contra o colonialismo português como uma posição estratégica essencial (Serrano, 2008, p.269-274).

Aquino tornou-se membro do secretariado, e em 1963, mudou-se a Argel para trabalhar no conselho editorial da revista *Révolution Africaine*, da FLN. Permaneceu na Argélia durante os onze ou doze anos seguintes, trabalhando para a CONCP e publicando amplamente em francês. Por coincidência ou não, a própria CONCP mudou-se também à Argélia por volta da mesma altura, após divergências políticas com o governo marroquino sobre a sua postura revanchista em relação à independência da Mauritânia (de la Serre, 1966).

Sabemos pouco sobre a realidade do funcionamento interno da CONCP ou sobre o papel de Aquino no seu seio, embora tenha sido, aparentemente, um ator “preponderante” na II Conferência da organização em Dar es Salaam em 1965 (Duarte Silva, 2024, p.158-159). No entanto, apesar da falta de detalhes sobre o funcionamento

da CONCP, Amílcar Cabral foi muito claro quanto à sua necessidade política, bem como ao seu carácter único na tentativa de forjar a unidade não só dentro, mas também entre os povos colonizados por Portugal.

Devemos reforçar a nossa unidade, não só em cada país, mas entre nós, povos das colónias portuguesas. A CONCP tem para nós um significado muito especial. Temos o mesmo passado colonial, aprendemos todos a falar e a escrever português, mas temos uma força maior ainda, talvez mais histórica mesmo: é o facto de termos começado a lutar em conjunto (Cabral, 1965).

Mas, defende Cabral, a organização não é apenas uma necessidade para as lutas de Angola e Moçambique, também representa algo novo. Isso, segundo ele, é motivo de orgulho, sendo a CONCP

[...] um exemplo para os povos de África [...] somos as primeiras colónias que se reúnem para discutir em conjunto, para planificar em conjunto, para estudar em conjunto os problemas [...] Isso não deixa de ser uma contribuição [...] para a história dos nossos povos. Não podemos deixar perder tudo o que já fizemos no âmbito da CONCP [...] Não será a CONCP capaz, amanhã, no âmbito da coordenação da nossa acção política e militar, de proceder de tal forma que o Governo português sinta a guerra no seu país? Eis a questão que vamos pôr na nossa conferência. Estamos convencidos de que isto não é um sonho: é um acto possível [...] (Cabral, 1965)

Vamos, conclui Cabral, transformar “a guerra colonial em guerra, muito simplesmente.”

Como Age o Inimigo: a Política da Simplificação

Como é que esta preocupação em definir o inimigo se reproduziu depois de o sistema colonial português – o adversário imediato – ter sido (aparentemente) derrubado? Depois de 1975, no nível mais básico, a questão passou a ser: contra quem estamos a lutar agora? O jornalista italiano Pietro Petrucci, da revista progressista parisiense *Afrique-Asie*, colocou esta mesma questão a Samora Machel em 1976, apontando para o facto de um “constante da luta da FRELIMO foi o que se chama uma definição correta do inimigo.” Quem era o inimigo atual da FRELIMO, agora que a independência tinha sido conquistada? Machel respondeu detalhadamente, enfatizando o perigo de subestimar o inimigo, ou de acreditar que a vitória final tinha sido alcançada. O colonialismo era um inimigo demasiado óbvio: “o inimigo principal de ontem, o colonialismo, definia-se pela sua natureza. Via-se [...] Não se arriscava a enganar-se” (Machel, 1976, p.5). Mas hoje em dia é mais complicado, as coisas não são assim tão óbvias:

[...] há os [inimigos] que são difíceis de detectar [...] Tomemos um inimigo que existe no nosso espírito [...] Como travar o combate contra esse veneno escondido [...] que se multiplica e muda de aspecto? [...] Uma vez ainda trata-se de travar num combate interno, a nível individual [...] Ver o povo como objecto da nossa acção não faz sentido nenhum. Se eu a nível individual não me libertar, como poderia contribuir para a libertação do meu povo?

[...] alguns perguntam: “A luta continua contra quem, se o colonialismo já caiu?” [...] Eis um inimigo muito mais perigoso. Quando se trava, como nós, a luta a nível ideológico, a tarefa é muito difícil. Não basta ler nem estudar, nem de boa vontade. É preciso a todo o momento situar o inimigo e atacá-lo. Porque ainda hoje [...] *poderíamos perder a nossa batalha revolucionária* (Machel, 1976, p.5, grifo nosso).

Ao apresentar estes argumentos à população em geral, o governo optou por um discurso simplificador. A 16 de Julho de 1977, poucos meses após o III Congresso, no qual o movimento de libertação se transformou formalmente num partido de vanguarda, o Conselho de Ministros moçambicano realizou uma sessão especial alargada, que incluiu não só ministros do governo, mas também governadores provinciais. A agenda consistia numa ampla análise dos problemas que o país enfrentava, província a província, e na identificação de medidas adequadas para os resolver. O documento resultante da reunião, intitulado *Como Age o Inimigo*, foi publicado tanto em formato de brochura (Partido Frelimo, 1977a) como na íntegra na revista Tempo (Partido Frelimo, 1977b), com um breve comentário. O argumento neste texto, contudo, era bastante redutor e tendencioso, como veremos.

A reunião centrou-se em quatro áreas de preocupação específicas – mas intimamente e interligadas – a saber: abastecimento (carências graves de produtos essenciais); falhas no funcionamento do aparelho do Estado; quadros sabotadores e indisciplinados no seio do aparelho de Estado; e, por último, uma categoria preguiçosamente concebida de “outras deficiências e problemas”. Isto incluía o que foi denominado de uma “recusa” em aprender com a experiência das zonas libertadas (Partido Frelimo, 1977a, p.3-7). A análise parte do pressuposto de que o golpe de 25 de Abril em Portugal foi, na realidade, nada mais do que simplesmente

[...] uma desesperada tentativa de contrariar o impetuoso avanço do processo revolucionário em curso nas colónias em luta, propondo-se encontrar soluções de tipo neocolonial que salvaguardassem os interesses colonial-capitalistas seriamente ameaçados” (Partido Frelimo, 1977a, p.9).

A partir deste ponto, o documento defende que a principal razão pela qual Moçambique, recém-independente, estava a enfrentar diversas dificuldades era “acções deliberadas [...] contra a nossa economia, desenvolvidos pelo inimigo externo e seus agentes no nosso seio (Partido Frelimo, 1977a, p.11). Nesta perspectiva, nenhuma das dificuldades pode ser atribuída a uma combinação de factores como a grave falta de pessoal e o excesso de “voluntarismo”, juntamente com inegáveis tentativas externas de sabotagem, especialmente da Rodésia e da África do Sul. O documento enumera alguns exemplos de ações hostis, como a produção de notas bancárias falsificadas, a entrega de equipamentos industriais ao destino errado, faturas com sobrefaturação ou subfacturação de mercadorias importadas, entre outras coisas. Não restam dúvidas de que a ascensão ao poder de um governo declaradamente marxista-leninista em Moçambique resultou em todo o tipo de intrigas e estratégias, e que o novo governo, carente de quadros e lidando com uma burocracia frequentemente hostil, teve dificuldades em implementar políticas de forma eficaz. Mas nenhum dos problemas é visto como inerente à situação; são vistos, antes, como parte de uma vasta conspiração imperialista.

[...] estas agressões não são actos isolados de um regime desesperado. Estamos a assistir à aplicação de um vasto plano que corresponde à tática actual do imperialismo contra os governos populares, os governos que realizam os interesses do povo. Segundo os novos métodos, o imperialismo combina a agressão, a subversão, a sabotagem económico e a desorganização geral. Diminui a produção, criando indisciplina no seio das empresas, recusando-se ou atrasando-se a fornecer máquinas e peças sobressalentes, desorganiza a rede de transportes, estimula o esbanjamento e o desperdício. De uma maneira geral o imperialismo procura atingir as condições de vida das massas, criar dificuldades de abastecimento, fundamentalmente procura criar descontentamento no seio do povo (Partido Frelimo, 1977a, p.13).

Estes trechos, e outros no mesmo documento, são manifestações daquilo a que o filósofo francês Paul Ricœur chamou, num contexto literário, a “hermenêutica da suspeita”, segundo a qual as aparências superficiais obscurecem forças ocultas que atuam na sociedade; embora esta seja claramente uma abordagem eminentemente razoável à análise social, facilmente descamba para a paranoia, e aparentemente com bastante rapidez. De facto, Machel e alguns elementos do Partido Frelimo reconheceram, em conjunturas específicas, que nem todas as políticas podiam razoavelmente dar frutos no imediato, e que as coisas podem ser malsucedidas por si só. Numa reunião na província de Gaza, em Junho de 1978, por exemplo, um Machel enraivecido exigiu aos seus ouvintes que moderassem as suas expectativas mais extravagantes à luz de uma avaliação da situação real.:

[...] eu sei o que é que vocês querem, é que a criança nasca hoje e amanhã comece a andar. Quantos meses terá na barriga da mãe, e depois, para se levantar e pôr-se de pé? Quanto tempo leva? É um ano, são doze meses, não é? E depois, para deixar de mamar? Hem? É um ano e meio, não é? Hem? Se não tem uma vaca para lhe fornecer leite, pode desmamantar em um ano e meio? A criança pode comer mandioca, batata-doce com um ano e meio? A criança pode comer milho terrado, mandioca? Se demamantares com um ano e meio o que é que esperas dar? Respondem vocês, as mães! Dão papas [*wursa*], é isso, não é? Se for desmamantada com um ano e meio, o que espera dar, hem? Respondem vocês, as mães, o que é que dao? É agora para começar a ir para a escola e começar a falar, são quantos meses (Machel, 1978).

Em Vez de uma Conclusão

Tanto na Guiné-Bissau como em Moçambique, o sistema do colonialismo português enquanto *inimigo principal*, tinha sido derrotado até os finais de 1973. A luta na Guiné-Bissau, travada pelo PAIGC, foi indubitavelmente a mais feroz dos três conflitos independentistas e levou as forças armadas portuguesas “à beira do colapso militar total” (Macqueen, 1999, p.209); consequentemente, foi possível uma declaração unilateral de independência aos 24 de Setembro de 1973, uns meses antes do golpe de Estado português em Lisboa. Semelhantemente, em Moçambique, os portugueses tinham – no mínimo – perdido definitivamente a iniciativa à FRELIMO no final de 1973 ou no início de 1974 (Bragança, 1981, p. xii; Macqueen, 2017, p.49-50). A situação angolana na altura era complicada pela presença da FNLA e a UNITA, bem como múltiplos “actores externos” (Schmidt, 2013, p.82-83). A mais flagrante intervenção foi a invasão das zonas meridionais de Angola pelas Forças de Defesa da África do Sul (a SADF) a 14 de Outubro de 1975, a chamada “Operação Savana” – e elemento-chave na tentativa liderada pelos EUA de sabotar a independência angolana.

Após a independência, porém, em os três territórios onde se travou a luta armada, o “inimigo” emergiu em breve sob novas e ferozes formas. Desde a independência, a Guiné-Bissau tem sofrido três golpes militares, uns assassinatos e uma guerra civil em 1998-1999, mantendo-se até hoje institucionalmente muito frágil (Pedrosa de Sousa, Herpolsheimer & Cuadrado, 2025). O conflito extremamente oneroso do governo moçambicano com a RENAMO, patrocinado primeiro pela Rodésia a partir de 1977 e depois pela África do Sul após 1980, adquiriu uma dinâmica própria, antes de ser encerrado pelo profundamente insatisfatório Acordo Geral de Paz de Outubro de 1992. A

guerra angolana entre o governo do MPLA e a UNITA prolongou-se até 2002 e provocou danos sociais e económicos devastadores. Em ambos os países, os sistemas políticos que emergiram, gostaria de sugerir, podem ser descritos, de forma adequada, como “um pouco de democracia e muita oligarquia” (Canfora, 2004, p.315).

A questão permanece, portanto, mesmo após cinquenta anos ou mais de independência, e depois de as armas terem finalmente silenciadas: quem é afinal o inimigo actual e quais são os seus objectivos? Quem beneficiou da fragilidade e instabilidade da Guiné-Bissau? Quem lucrou com as décadas de conflito em Angola e Moçambique? Além disso, dada a brutalidade traumatizante dos longos conflitos em Angola e Moçambique após as independências, será que a distinção moral entre “inimigo” e “criminoso” foi finalmente dissolvida, como argumentou Galli (2009, p.208)? De facto, será ainda adequada a caracterização insensível e desvinculada dos conflitos armados africanos como meras “guerras civis” ou será que é afinal uma forma deliberada de silenciamento? (Depelchin, 2005).

Para Samora Machel, o próximo passo após a eliminação das identificações do inimigo erradas foi procurar a solidariedade de ideias, uma “identidade ideológica” que podia resultar na “definição correta do inimigo” (Machel, 1977, p.62). A ideologia era o elemento-chave: tanto a FRELIMO enquanto ainda frente como o MPLA queriam transformar-se em “partidos de vanguarda” o mais rapidamente possível como pré-condição para a transformação social – no caso angolano isto começou de se manifestar já em 1968. O problema em ambos os casos era, nas palavras de Paulo Jorge em 1973, que era “necessário preparar um número suficiente de quadros, de militantes *com um elevado nível de consciência política e ideológica*” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.3, p.280, grifo nosso) e este processo tardou. Samora deixou também claro em 1975 que era demasiado cedo para criar um partido (Machel, 1975a). A preocupação era sobretudo ideológica, mas em ambos os casos foi dado um salto de fé, cheio de “voluntarismo”, e partidos vanguardistas foram formalmente anunciados, apenas para serem eventualmente abandonados. Olhando para trás, ao meio século de independências das ex-colónias portuguesas, não é descabido argumentar que, na verdade, a batalha revolucionária a que Machel e Cabral e Pinto de Andrade e os outros se referiam se perdeu, pelo menos por enquanto, e o pan-africanismo implícita nas atividades de Bragança e os seus camaradas está para já também derrubado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bragança, A. (1979, abril–maio). *As origens da FRELIMO* [Gravação de palestras no arquivo particular do autor].

Bragança, A. (1981, dezembro 29). Em Moçambique não houve descolonização. *Diário de Lisboa*, xii.

Bragança, A. (1986). Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974–1975. Notas sobre os seus antecedentes. *Estudos Moçambicanos*, 5/6, 7–28. <https://tinyurl.com/37jxexf3>

Bragança, A., & Wallerstein, I. (1978). *Quem é o inimigo?* (3 vols.). Iniciativas.

Bragança, A., & Wallerstein, I. (1982). *The African liberation reader* (3 vols.). Zed Books.

Bragança, S. (2009). *Aquino de Bragança: Batalhas ganhas, sonhos a continuar*. Ndjira.

Cabral, A. (1965). Discurso na sessão plenária de 5 de outubro de 1965 da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. In *La Conférence de Dar-es-Salaam*. CONCP. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2767/t_info/

Cabral, A. (1980). A arma da teoria. In C. Comitini (Org.), *Amílcar Cabral: A arma da teoria*. CODECRI.

Canfora, L. (2004). *La democrazia: Storia di un'ideologia*. Editori Laterza.

Centro de Estudos Africanos. (1983). Editorial. *Não Vamos Esquecer*, 1, 3–5.

Davidson, B. (1984). [Resenha do livro *The African liberation reader*]. *Africa: Journal of the International African Institute*, 54(3), 117–118. <http://www.jstor.org/stable/1160749>

De La Serre, F. (1966). Les revendications marocaines sur la Mauritanie. *Revue française de science politique*, 16(2), 320–331. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1966.418461>

Depelchin, J. (2005). *Silences in African history: Between the syndromes of discovery and abolition*. Mkuki na Nyota.

Dias, L. (2022). *Revolução na nossa terra: Amílcar Cabral e o marxismo*. Lutas Anticapital.

Duarte Silva, A. (2024). *Amílcar Cabral e o fim do império: Independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde*. Temas e Debates.

Gabbas, M. (2021). Hatred and enemy in Fanon and in the Algerian revolution. *Tensões Mundiais*, 17(34), 29–54.

<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/4647/6013>

Gaitonde, P. D. (2018). *A libertação de Goa*. Tinta-da-China.

Galli, C. (2009). On war and on the enemy. *New Centennial Review*, 9(2), 195–219.

<https://doi.org/10.1353/ncr.0.0070>

Grier, B., & Kinsman, M. (1977). *Inventory of select documents from the Immanuel Wallerstein collection of political ephemera of the liberation movements of Lusophone Africa and Anglophone Southern Africa (1958–1975) on microfilm*. Yale University Library.

Guicciardini, F. (1994). *Ricordi* (G. Masi, Ed.). Einaudi.

Larmer, M., & Lecocq, B. (2018). Historicising nationalism in Africa. *Nations and Nationalism*, 24(4), 893–917. <https://doi.org/10.1111/nana.12448>

Machel, S. (1975a, junho). Samora Moisés Machel, President of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO), speaks to Africa. *Africa*, 46, 78–81.

Machel, S. (1975b, maio 26). Discurso do Presidente na Base Central 2.º Sector – Cabo Delgado [Manuscrito no arquivo particular do autor].

Machel, S. (1976, maio 22). O segredo da Frelimo: Problema ideológico é fundamental no desenvolvimento da nossa luta. *Notícias*, 5, 7.

Machel, S. (1977, outubro 23). Entrevista: Encontramos solidariedade. *Tempo*, 368, 62.

Machel, S. (1978, junho 16). Todos juntos a ceifar o arroz! Não há lugar para preguiçosos na RPM. *Notícias*.

Macqueen, N. (1999). Portugal's first domino: Pluricontinentalism and colonial war in Guinea-Bissau, 1963–1974. *Contemporary European History*, 8(2), 209–230.

Macqueen, N. (2017). O balanço militar em 1974 nos três teatros de operações. In F. Rosas, M. Machaqueiro, & P. Aires Oliveira (Orgs.), *O adeus ao império: Quarenta anos de descolonização portuguesa* (pp. 44–59). Veja.

Martins, S. (2025). From Casablanca to Algiers: The internationalisation and solidarity with anticolonial movements from Portuguese-speaking Africa, 1961 to 1974. In P. Aires Oliveira, F. Tavares Pimenta, & A. Almada e Santos (Orgs.), *The liberation of Portuguese Africa, 1961–1975: International exile and solidarity* (pp. 167–193). Palgrave Macmillan.

Matusse, R. (2018). *João Naftal Chaúque: O enfermeiro na guerrilha libertária e na construção do Estado moçambicano*. Edição do Autor.

Mondaini, M. (Org.). (2014). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança, independência e revolução na África Portuguesa, 1980–1986*. Editora UFPE.

Monimambu, S. (1973). *Interviews in depth: Angola, MPLA*. LSM Information Center.

Mozambique History Net. (2011). *Aquino de Bragança, 1924–1986*.

<https://www.mozambiquehistory.net/aquino.php>

Neto, A. (1974). *Quem é o inimigo? Qual é o nosso objectivo?* Edições Maria da Fonte.

Partido Frelimo. (1977a). *Como age o inimigo: Análise política da situação económica e social do País em comunicado do Conselho de Ministros*. Departamento de Trabalho Ideológico.

Partido Frelimo. (1977b, julho 24). Como age o inimigo: Análise política da situação económica e social do País em comunicado do Conselho de Ministros. *Tempo*, 355, 58–63.

Pedrosa de Sousa, R. R., Herpolsheimer, J., & Cuadrado, J. (Orgs.). (2025). *Political instability in Guinea-Bissau*. Routledge.

PIDE. (1961, dezembro 4). Informação n.º 1.692/61-GU [Sobre o Seminário sobre as Colónias Portuguesas em Nova Delhi]. <https://www.jstor.org/stable/al.sff.document.pt-tt-pide-d-f1010yy>

Pinto de Andrade, M. (1997). *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista a Michel Laban*. Edições João Sá da Costa.

Rocha, E. (2002). *Angola: Contribuição ao estudo do nacionalismo moderno angolano, período de 1950–1964* (2 vols.). Kilombelombe.

Schmidt, E. (2013). *Foreign intervention in Africa from the Cold War to the War on Terror*. Cambridge University Press.

Serrano, C. (2008). *Angola, nascimento de uma nação: Um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Kilombelombe.

Sithole, N. (1974). *We are our own liberators: Presidential address by Comrade Ndabaningi Sithole at the Party Congress in Gwelo on May 21–23, 1964*. Zimbabwe African National Union.

Sousa Santos, B. (2012). Aquino de Bragança: Criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul. In T. Cruz e Silva, J. P. Borges Coelho, & A. Neves de Souto (Orgs.), *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. CODESRIA.

Tornimbeni, C. (2022). The CONCP in Southern Africa and the OAU's Liberation Committee: Settling internal disputes for the independence of Angola and Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 48(6), 1099–1117.
<https://doi.org/10.1080/03057070.2022.2136448>

Zeilig, L. (2021). *Franz Fanon: A political biography* (2nd ed.). I. B. Tauris.

mundis
ASSOCIAÇÃO CÍVICA DE FORMAÇÃO E CULTURA

ISBN 978-989-36764-1-7

